

e-book 2ª temporada

e por falar em educação

o podcast da **ABMES**



 **ABMES**
EDITORA

 **ABMES**
LInC

 **ABMES**
PODCAST



Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060 - Telefone: (61) 3322-3252
www.abmes.org.br | editora@abmes.org.br

Presidência

Diretor Presidente

Celso Niskier

Vice-Presidentes

Daniel Faccini Castanho
Débora Brettas Andrade Guerra
José Janguê Bezerra Diniz

Colegiado da Presidência

Carlos Joel Pereira
Custódio Filipe de Jesus Pereira
Eduardo Parente Menezes
Eduardo Storopoli
Getúlio Américo Moreira Lopes
Nédio Luiz Pereira Júnior
Saumíneo da Silva Nascimento
Renato Padovese
Tales de Sá Cavalcante
Wilson de Matos Silva

Suplentes

Bruno Eizerik
Carmem Murara
João Rodrigues Sampaio Neto
José Lima de Carvalho Rocha
Tereza Cristina Rodrigues da Cunha

Conselho Fiscal

Eliziário Pereira Rezende
Iure Borges Andrade
Maria Antonieta Alves Chiappetta
Maria Eliza de Aguiar e Silva
Paulo Antonio de Azevedo Lima

Suplentes

Géza Németh
Marcelo Antônio Fuster Soler

Diretoria Executiva

Diretor-Geral

José Wilson dos Santos

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Muniz Lopes

Diretor Técnico

Ryon Cassio Braga

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Caldas

Conselho de Administração

Presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Membros Natos

Candido Mendes de Almeida
Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antonio Carbonari Netto
Antonio Colaço Martins
Eduardo Soares de Oliveira
Hermes Ferreira Figueiredo
Hiran Costa Rabelo
Jânio Janguê Bezerra Diniz
Paulo Cesar Chanan Silva

Suplentes

Arthur Sperandéo de Macedo
Átila Melo Lira
Rosa Maria D'Amato de Déa
Therezinha Cunha
Valdir José Lanza

Organização

Camila Griguc

Decupagem

Luana Márcia da Silva

Revisão

Ana Flávia Flôres

Apoio

Sabrina Moraes

Projeto Gráfico e diagramação

Gherald George

G857 E por falar em educação: e-book 2ª temporada / Vários autores ; organizado por Camila Griguc. – Brasília : ABMES Editora, 2022.

v. 2, 304 p. ; 5324 kb ; PDF

Início: 2021

ISBN 978-65-993391-6-5

1. Ensino superior. 2. Podcast. - I. ABMES. II. Título : E por falar em educação. III. Griguc, Camila. IV. ABMES Editora

CDU 378.81(045)

Apresentação

Após uma primeira temporada de sucesso do podcast “E por falar em educação”, foi, no mínimo, desafiador construir uma segunda temporada à altura. Porém, como é de praxe na ABMES, conseguimos nos superar e entregar aos ouvintes novos episódios com debates de altíssima qualidade e reflexões urgentes para a educação brasileira.

Ao longo de 21 episódios, como não poderia deixar de ser, a **inovação** e a **tecnologia** estiveram presentes em todas as conversas, reafirmando que são cruciais nas transformações que o ensino brasileiro precisa realizar para atender às demandas da sociedade contemporânea.

Conseguimos passar com clareza e maestria por assuntos polarizados como as cotas raciais, o legado de Paulo Freire e o papel da educação superior na ressocialização de pessoas privadas de liberdade.

Acrescento ainda mais um tempero ao caldo de 2021: foi o ano da vacina contra a Covid-19, o que fez com que o mundo ensaiasse uma volta à “normalidade”. Porém, vimos que depois de se adaptar às tecnologias e ao ensino e trabalho remoto, não é possível voltar atrás. Ou seja, foi o ano da construção do famigerado “novo normal”. Um período de questionar e colocar em ação os planos que traçamos sobre como levar a vida pós-pandemia e pós-vacina.

Tudo isso está presente nas conclusões e provocações feitas pelos 45 especialistas que participaram desta temporada. Você pode ouvir todas elas nas principais plataformas de *streaming*, ou em nosso site, e agora ler nas páginas deste e-book.

Mais de 4 mil pessoas deram play e ouviram nosso programa em 2021. Neste e-book você encontrará a transcrição de todos os episódios da 2ª temporada.

Aproveite a leitura!

Celso Niskier
Diretor presidente da ABMES

Sumário

Episódio 1 - Produtividade no trabalho e nos estudos em tempos de pandemia	7
Episódio 2 - Mulheres na liderança	20
Episódio 3 - Formação de profissionais para a área de saúde	32
Episódio 4 - A evolução da Covid-19 e o planejamento das instituições de educação superior	46
Episódio 5 - Empreendedorismo nos currículos universitários	72
Episódio 6 - Financiamento estudantil	85
Episódio 7 - Relação da educação superior com a revolução 4.0 ..	95
Episódio 8 - Uso de plataformas tecnológicas para potencializar a educação	107
Episódio 9 - O futuro da educação e o desenvolvimento das competências do século 21	120
Episódio 10 - Aprimoramento da regulação e da avaliação da educação superior no século 21	141
Episódio 11 - Educação financeira nos currículos escolares	156
Episódio 12 - Inteligência emocional no retorno à presencialidade	173

Episódio 13 - Empregabilidade pós-pandemia	186
Episódio 14 - Volta às atividades presenciais: conheça cases e prepare-se	201
Episódio 15 - Como construir um currículo baseado em projetos ...	214
Episódio 16 - Como as edtechs estão revolucionando a educação superior	229
Episódio 17 - A importância da educação superior na ressocialização de pessoas privadas de liberdade.....	243
Episódio 18 - O papel das cotas na educação superior.....	253
Episódio 19 - Paulo Freire e a educação superior brasileira	267
Episódio 20 - O novo ensino médio e a educação superior	279
Episódio 21 - Balanço de 2021 e perspectivas para 2022 do setor educacional	293

Episódio 1

Produtividade no trabalho e nos estudos em tempos de pandemia

25/02/2021



**Christian
Barbosa**

Especialista em
produtividade e
gestão de tempo,
empresário,
escritor e mentor.
Criador do
método Triad



**Débora
Guerra**

Vice-presidente
da ABMES



**Camila
Wolf**

Psicóloga e
criadora do
aplicativo
Querida
Ansiedade

Episódio 1

Produtividade no trabalho e nos estudos em tempos de pandemia

25/02/2021

PARTICIPANTES

Débora Guerra, vice-presidente da ABMES

Christian Barbosa, especialista em Produtividade e Gestão de Tempo, empresário, escritor e mentor do método Tríade

Camila Wolf, psicóloga e criadora do aplicativo Querida Ansiedade

Estamos começando mais um ano e todo mundo costuma fazer um monte de promessas, não é? Quem nunca? “Vou começar a fazer atividade física”, “vou me alimentar melhor”, “vou dedicar mais tempo aos meus filhos, ao cachorro” “vou aprender um idioma”, “vou falar inglês”, “vou começar a estudar”. Bom, mas, ao invés de ficar só na promessa, que tal se organizar melhor para, de fato, ter um ano mais produtivo? Seja em sua vida, seu trabalho, nos estudos, especialmente em tempos de pandemia, que não sabemos quando acabará. Ainda mais ficando dentro de casa, tendo que gerenciar uma grande quantidade de demandas

não só nossas, mas de todos os moradores da nossa casa. Eu mesma tenho duas filhas pequenas e ainda tenho que organizar o trabalho, estudar, dar atenção às tarefas domésticas, priorizar o casamento, enfim, é um grande desafio, viu?

Hoje, neste episódio, nós descobriremos como lidar com a complexidade do momento atual e se manter produtivo no trabalho e nos estudos em tempos de pandemia, conversando com os nossos convidados ilustres deste *podcast*. Temos na roda a Débora Guerra, vice-presidente da ABMES; Christian Barbosa, especialista

em Produtividade e Gestão de Tempo, empresário, escritor e mentor, criador do método Tríade; e também a Camila Wolf, psicóloga e criadora do aplicativo Querida Ansiedade.

Christian, o que é ser produtivo, afinal de contas?

Christian Barbosa: Acredito que essa é uma palavra que pode ter muitas definições. Mas, para mim, ser produtivo é aquela pessoa que consegue ter equilíbrio e resultados ao mesmo tempo. Equilíbrio é tudo aquilo que tem a ver com qualidade de vida, bem-estar, estar bem com as pessoas, estar emocionalmente recuperada, estar bem fisicamente e de saúde. Resultados tem a ver com suas conquistas, seja financeira, seja uma meta que colocou para a sua vida, seja alguma coisa de carreira ou algum aprendizado que definiu. Então, acredito que vivemos em uma busca muito incessante pelo sucesso. Só que sucesso, às vezes, é uma definição muito emocional e, às vezes, precisamos ter um pouquinho de racionalização, um pouquinho sobre esse equilíbrio com resultado que, quando em conjunto, nos faz ter uma vida mais próspera. E prosperidade não tem a ver com dinheiro, tem a ver com aproveitar de verdade.

Você falou uma coisa interessante, que é essa parte do sucesso relacionada à área emocional. Porque, às vezes, quando você justamente não alcança

esses resultados, vem a frustração. Faz o caminho inverso, não é?

Christian Barbosa: É. Criamos expectativas muito altas e, muitas vezes, uma expectativa totalmente emotiva. Então, às vezes, estamos criando expectativas em relação a coisas que são gravitacionais. O que são coisas gravitacionais? São coisas que você não consegue obter. Você tem um problema para resolver e pensa: “eu passo anos tentando resolver esse problema e não saio do lugar”. É como a gravidade: você não consegue lutar contra ela. Então, às vezes, você tem alguma coisa dentro de você, algo que quer muito e você fala assim: “caramba, eu queria tanto aquilo”, mas, simplesmente, não tem como fazer.

Eu tenho um conhecido que é poeta e se define como poeta. Ele é professor de português, gosta de idiomas, gosta de literatura, de ler e faz poesias. Ele queria viver de poesias e a grande frustração da vida dele é: “cara, eu queria viver de poesias”. E eu falei para ele: “olha, viver de poesias em um país como a gente está hoje é um problema gravitacional, pois, as pessoas já não compram livro, imagina alguém comprar livro de poesias?”. Claro, vai ter uma ou outra venda, como ele já faz hoje com os livros dele, mas não dá para se sustentar vendendo livro de poesia. Porém, se ele deixar a poesia de lado e ensinar aos outros a criarem seus próprios poemas, se fizer, por exemplo, um

curso de análise de poemas, um grupo de estudos sobre isso, talvez consiga gerar algum resultado.

Às vezes, as pessoas estão brigando com coisas gravitacionais, perdem seu equilíbrio emocional, seu tempo e não saem do lugar.

Eu acredito que isso acontece com a maioria das pessoas, Christian. Mas agora estamos em tempos de pandemia. Aí pensamos: “bom, tenho que ser mais produtivo”, “tenho que gerenciar melhor o tempo”. Como isso é possível? Existe alguma fórmula para ser mais produtivo?

Christian Barbosa: Não existe fórmula mágica. A produtividade é uma ciência que podemos definir com base em dados, estatísticas. Conseguimos entender que as pessoas precisam aprender uma forma de ser mais produtivas e existem várias formas de ser produtivo, não tem um único método, único caminho. E quando aprendemos um modelo que funciona para nós, conseguimos ganhar uma, duas horas no dia; é viável, é possível. Conseguimos ter uma sensação de organização muito melhor, e uma sensação de qualidade de vida e de aproveitamento mais intenso. Eu penso que as pessoas correm demais. Então você pergunta:

“como está a vida?”. E a pessoa fala: “estou correndo!”. E eu defendo que precisamos parar de correr e começar a andar, porque quando aprendemos a ter gestão do tempo, começamos a aprender que ao andar aproveitamos, curtimos e vivemos mais. Então, sim, é possível, existe método para isso, tem que ter ferramenta, conhecimento. Da mesma forma que você aprende, por exemplo, como ser saudável quando vai a uma nutricionista e aprende a comer melhor. Ou, por exemplo, você pega uma pessoa que te ajuda a lidar com a ansiedade, com as suas emoções. Existem técnicas para a produtividade também.

E por falar em ansiedade, eu vou conversar agora com a Camila Wolf. Ela teve a grande ideia de criar o aplicativo Querida Ansiedade. Camila, nos conte um pouquinho como foi lidar com essa questão emocional, principalmente em relação à gestão de tempo. Percebemos que a ansiedade é justamente o fato de você não conseguir fazer aquilo que gostaria, como o Christian acabou de dizer. Estamos sempre correndo e, no fim, não conseguimos fazer nada direito. Queria que você falasse um pouquinho sobre o seu aplicativo e a relação com a ansiedade nesse tempo de pandemia.

Camila Wolf: Desenvolvi o aplicativo em 2017 com o objetivo de conscientizar as pessoas de que a ansiedade nem sempre é essa grande inimiga. Quando

aprendemos a ouvir o que a ansiedade tem a nos dizer, conseguimos viver com mais qualidade de vida. Ela é uma manifestação do nosso corpo que nos dá indícios de que alguma coisa não está indo muito bem. Geralmente, pode ser resultado do ritmo acelerado que estamos vivendo, sem prestar atenção nas coisas, ou estamos ultrapassando os nossos limites, ou há conflito em alguma área da nossa vida. Ela acaba sendo uma amiga quando escutamos o que tem a nos dizer. Eu percebo que a relação com a ansiedade, neste ano de pandemia, tem se tornado muito próxima, e acredito que quase esmagadora para boa parte das pessoas.

A ansiedade é definida como uma expectativa apreensiva em relação ao futuro, e nós estamos diante de um futuro muito incerto. Acredito que, agora, as coisas estão começando a se desenhar, mas essa expectativa apreensiva está presente na maior parte do tempo. Em 2018, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou um relatório com dados estatísticos a respeito da saúde mental em vários países e mostrou que o Brasil é o país com maior número de diagnósticos de transtorno de ansiedade no mundo. São mais de 18 milhões de pessoas. Isso foi em 2018 e, se não me engano, eles publicaram em março. Aí em outubro tivemos uma eleição extremamente polarizada, com uma população muito passional, o que, com certeza, aumentou a ansiedade das

pessoas. E em 2020 venho a “cerejinha do bolo” com essa pandemia. Um vírus desconhecido, um inimigo invisível que coloca em risco nossa saúde física, a saúde das pessoas que amamos. Então, da noite para o dia, tivemos que lidar com situações que nunca imaginamos: ficar trancado dentro de casa, tudo parado, o mundo literalmente parado e isso gera muita incerteza. “Como vai ser daqui para frente?”, “como é que eu vou fazer?”, “como é que ficam os estudos dos meus filhos?” ou “como será que vou conseguir trabalhar?”, “será que vou conseguir me manter?”. Enfim, uma série de incertezas que aumentou o nível de ansiedade.

Em setembro do ano passado, o Ministério da Saúde publicou a primeira fase de uma pesquisa sobre a saúde mental dos brasileiros na pandemia. Dos mais de 17 mil participantes, 86% apresentaram um índice elevado de ansiedade. É o transtorno mais comum no Brasil, que já apresentava dados bastantes alarmantes. Para o final de dezembro está prevista a publicação da segunda fase. Eu acredito que esses dados serão um pouco diferentes, menos assustadores, mas, ainda assim, preocupantes. Como poderemos lidar com todas essas mudanças e nos adaptar à nova vida que está chegando, e que não sabemos exatamente como vai ser?

Camila, quando você fala que a ansiedade pode ser a nossa amiga, se fizer

uma leitura diferenciada, você acredita que conseguimos lidar melhor com o tempo e nos organizarmos melhor mesmo diante de tantas incertezas?

Camila Wolf: Sim. Quando olhamos para a ansiedade como uma manifestação normal do nosso corpo (sem ser aquela inimiga, alguma coisa que eu preciso combater a qualquer custo), conseguimos acolher essa ansiedade e prestar atenção: “o que ela está querendo me falar?”. Às vezes, estamos vivendo nesse ritmo acelerado, querendo um monte de coisas sem colocar dentro de um cronograma ou considerar as variáveis, como o Christian falou das variáveis gravitacionais.

Eu percebo que, por exemplo, no início da pandemia, muitas pessoas estavam bastante otimistas com o excesso de tempo que teriam trabalhando em casa; então víamos pessoas colocando metas irrealistas para estudo, “vou ler tantos livros”, “vou meditar”, “vou fazer isso”, “vou fazer aquilo porque agora não vou perder tempo no trânsito”, mas, quando foram confrontadas com a realidade, acabou gerando frustração e as pessoas se perderam ali. Eu considero importante prestar atenção nessa ansiedade e não só nela, mas em todos os outros sentimentos e colocá-los, também, quando considerarmos um plano, uma meta.

Nós estamos vivendo um momento de pandemia e acredito que, lá atrás, ao colocar metas irrealistas, muitas vezes esquecemos de considerar ou de reservar um tempo na agenda para o nosso sofrimento diante da situação atual. Tudo leva tempo e o sentimento também precisa de um tempo para acontecer; eu preciso de um tempo para lidar com a frustração de ver que não estou conseguindo ensinar o meu filho, acompanhá-lo na escola.

Eu falo isso porque estou com um filho de seis anos e eu fiquei quase um mês chorando, sofrendo toda vez que eu me dava conta de que ele não lia até o final do ano. Aí vem um monte de sentimentos: incompetência, inadequação — e que estão adequados dentro de uma pandemia, mas não são fáceis de lidar. Precisamos ter tempo, colocar esse tempo para sofrer por uma pessoa querida que adoeceu ou para sofrer um luto. São coisas que precisamos considerar para não jogar as expectativas lá em cima e acabar negligenciando o nosso lado tão humano.

Excelente reflexão, Camila. Bom, você falou da dificuldade de ensinar seu filho a ler. Então passo agora à professora Débora. Como foi a avaliação, essa percepção no mundo educacional, tanto para os alunos quanto para os professores que tiveram que se reinventar completamente nessa pandemia? Débora, como você avalia esses aprendizados de 2020? Você acredita que as pessoas vão se adaptar melhor? Vão estudar melhor? Eu queria saber o que você pensa sobre isso.

Débora Guerra: Bom, eu penso que tanto o Christian como a Camila colocaram pontos bastantes importantes para refletirmos, e aí me volta um filme na cabeça porque essa questão do tempo é muito maluca: ao mesmo tempo em que pensamos que fizemos muita coisa, ficamos frustrados porque pensamos que perdemos o ano. E nas escolas ocorre muito isso, principalmente na educação básica. “Meu filho perdeu o ano, ele não aprendeu nada este ano” e, ao mesmo tempo, também em relação ao trabalho. Aí você vai fazendo esse filme do início desse momento de março até hoje, vamos dizer assim, e daqui a pouco tem um ano que a estamos vivendo essas experiências, e nós estamos aqui, inclusive, conversando nesse *podcast*, cada um em seu ambiente, na sua vida sem até se conhecer.

O que eu quero dizer com isso? É que eu acredito que temos uma evolução, além

da questão da frustração. Penso que tem um momento importante de sentimento também que é o da negação, não é, Camila? O que nós vivemos muito na escola, nas instituições de ensino, tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, era muito: “eu não quero”, “eu não aceito”, “eu não consigo”. A grande maioria das instituições no Brasil são instituições com uma presencialidade importante nas escolas.

Eu falo muito da educação básica, mas vou levar para o ensino superior: os grandes momentos de aprendizagem eram presenciais, dentro de uma sala de aula, com o professor e o aluno olhando um no olho do outro e, de repente, tem que ir para o virtual de um dia para o outro e tentar aprender. Penso nessa questão de negar no primeiro momento, de não conseguir e até de falar “desisto!”, “estou desistindo porque eu não consigo”, “porque eu tenho que trabalhar *home office*”, “porque eu tenho que estudar”. “Sou aluno, trabalho durante o dia e à noite eu ia para a faculdade. De dia, tenho que trabalhar, lidar com esse tanto de coisa”, e quem é mulher ainda tem que lidar com outros papéis, como mãe, dona de casa etc., embora os homens também tenham ido para esse lugar. “Além disso, ainda tenho que ter força e energia para estudar de modo virtual, abrir a câmera, conversar com o professor, conversar com o aluno, sem a interação”.

Do lado do professor, bate uma ansiedade e uma angústia no sentido de “como que eu vou motivar o aluno a querer estudar, a querer continuar e não desistir do sonho, do processo de ensino-aprendizagem, de se formar etc.?”. Então, vêm todos esses sentimentos negativos, mas, diante de tudo o que vivenciamos nos últimos oito meses, temos um aprendizado muito importante que é lidar com o diferente, a pensar em mudar a sua cabeça, o seu *mindset*, a viver experiências novas, mesmo que no primeiro momento angustiantes, mas, depois uma evolução, dizendo assim: “poxa, eu consegui!”, “que legal, finalizei o semestre!”, “terminei o meu curso”, “terminei o meu ano aprendendo de alguma maneira”. E, quanto aos professores, temos relatos dizendo: “foi difícil, mas nós conseguimos”. Então, eu acredito que também tem um momento de felicidade, alívio e, obviamente, de superação, organização do tempo e de pensar na produtividade, no seu dia a dia.

Ótima análise também, professora Débora. Eu volto aqui com o Christian. É o seguinte: a professora Débora falou uma coisa interessante sobre experiências novas; isso tem a ver, também, com sair da zona de conforto. Temos o hábito de ficar ali naquele ritmo, naquela rotina. E aí, como é que faremos em 2021? Seja você adulto ou criança, como aproveitamos melhor o tempo, o momento atual, as novas pla-

taformas digitais, as aulas remotas? É possível se dedicar, fazer um gerenciamento melhor, dizer: “vou acordar tal hora”, “vou estudar tal hora”, “vou dar atenção para isso e para aquilo”, e explorar melhor a internet porque, afinal de contas, é um mundo, é um universo gigantesco que tem muita coisa para aprendermos, apesar de que tem que ter um filtro em relação a isso, não é, Christian? Eu queria ouvir você.

Christian Barbosa: A Covid-19 foi, ao mesmo tempo, uma das piores e uma das melhores coisas para a humanidade porque, de certa forma, se pudermos ter algum ponto positivo em tudo isso que aconteceu, podemos entender que a Covid, ou seja lá o que viesse em relação a isso, acelerou o processo tecnológico, que já não é novo. Quando falamos de aulas *on-line*, de aulas virtuais, tecnologia, comprar virtualmente, trabalhar remotamente, estamos falando de tecnologias que existem há mais de 20, 30 anos, e que ninguém usava. Claro que havia alguns países que usavam isso melhor do que outros.

Se observarmos os países nórdicos, eles não tiveram problema nenhum de adaptação, por exemplo. Até os Estados Unidos, que é um país super tecnológico, tiveram problemas de adaptação, de professores conseguirem entrar e fazer as suas aulas da forma correta, dos alunos a criarem esse novo ambiente. Nós entramos em um mundo

que era o mundo previsto há 20 anos. O que estamos fazendo aqui, gravando áudio ou fazendo um Zoom, que seja, tecnologias como essa existem há mais de 20 anos e agora viraram padrão. Eu penso que fez com que a humanidade evoluísse e, ao usarmos a tecnologia, nós ganhamos tempo. A tecnologia pode te ajudar a ganhar horas em seu dia: uma reunião que tinha que ser presencial e as pessoas tinham que pegar o carro e enfrentar trânsito, no modo *on-line* elas ganham pelo menos uma hora por conta do trânsito. Esse é um exemplo bobo, mas que quando você analisa, mudou a vida das pessoas, da humanidade, para sempre. Uma coisa que mudou, por exemplo, é aquela coisa da geografia: quem falou que você precisa estar em alguma cidade específica para estar trabalhando naquela cidade? Você hoje consegue do Brasil trabalhar nos Estados Unidos e outros países, se quiser. Então, acho que essa parte tecnológica foi muito positiva. O problema é que as pessoas não estavam adaptadas a ela. Elas estavam adaptadas ao modelo industrial. Neste modelo, você tinha que chegar em um horário específico na fábrica. Caso não chegasse, a pessoa que estava do seu lado não apertava o parafuso. Então, nós criamos esse padrão de que precisamos ter horários, de que precisamos fazer todo mundo no mesmo lugar, na mesma sala, todo mundo tem que se ver.

Estamos acostumados com esse

padrão industrial e quando entramos em um padrão totalmente virtual, onde cada pessoa tem o seu próprio horário, isso é produtivo. Por exemplo, eu acho um crime a educação do jeito que é hoje, onde as crianças têm que acordar às seis e pouco da manhã para estudar. Não que uma criança não deva ter disciplina e rotina, mas existem biotipos diferentes. Existem crianças que são mais vespertinas e outras que são mais diurnas, existem outras que são matinais. Quando entendermos isso e as crianças puderem estudar no momento em que estão mais focadas, e, claro, dentro de determinado nível de disciplina, o resultado vai ser muito melhor, como é para um adulto hoje. A pessoa que, por exemplo, às vezes é mais noturna, se acordar às seis da manhã para trabalhar, o nível de produtividade dela vai cair. Então, entendendo esses padrões, a pessoa consegue ser mais produtiva. Precisamos olhar para essa nova rotina e questionar: “o que é produtivo para mim?”, “será que é produtivo para mim, por exemplo, em vez de entrar às 8h no trabalho, entrar às 9h e fazer um acordo com a empresa, pois, como eu estou em trabalho remoto mesmo, eu diminuo a hora do almoço, que para mim é melhor?”. As pessoas terão que avaliar qual é o seu melhor momento e, a partir dele, criar suas rotinas, porque trabalhar de casa não é uma coisa que é para todo mundo. Tem pessoas que não se adaptam, tem pessoas que gostam de ver gente, que não têm um

ambiente adequado para trabalhar em casa. Daqui pra frente, temos que conviver com o *offline* e com o *on-line* como um padrão, e isso vai ser muito positivo para todo mundo ganhar tempo. Agora, esses novos padrões exigem sim que criemos rotinas ao redor desses horários, ou seja, uma rotina para trabalhar, pausar, equilibrar e para ter contato com outras pessoas quando se está isolado em casa, porque isso é saudável, produtivo e gera equilíbrio.

Eu vou contar um segredo meu: aprendi que com duas filhas pequenas quase não dormimos direito, e aí o cochilo depois do almoço tem sido sagrado. É impressionante como nos renovamos, e, realmente, à tarde eu escrevo diversas matérias, faço os meus *podcasts*, realmente é uma disciplina, uma rotina que tem dado certo e é aquilo que você falou: cada indivíduo terá que realmente fazer essa análise pessoal e ver o que de fato é melhor para si e como isso traz resultados para a sua vida e até para os outros estudos. Mas, você tocou em um ponto, Christian, que é sobre tecnologia, e aí eu passo a bola agora para a Camila porque tem gente, principalmente os mais velhos, que tem dificuldade, até medo de mexer com a tecnologia. “Não, pega aí o celular, meu filho, mexe aqui”, “meu neto de dois anos sabe mexer melhor do que eu”. Mas, às vezes, o tempo atrapalha para alguns, facilita para outros e, no caso dos idosos, que têm um pouquinho mais de dificul-

dade com tecnologia, como é que fica isso, Camila? Como é que facilita a vida deles? O que você poderia dar de conselho para as pessoas mais velhas em relação à tecnologia?

Camila Wolf: Pois é, eu percebo que essa resistência em relação à tecnologia por parte dos mais idosos também tem diminuído em função da pandemia. Agora, as pessoas usam o WhatsApp para fazer videochamadas... Nesses tempos atrás, o meu pai me ligou de vídeo chamada e disse: “nossa, filha, como a gente nunca fez isso antes?”. E essa função sempre esteve disponível. Eu acredito que muitas pessoas, na verdade, estão ressignificando a sua relação com a tecnologia, estão aceitando assistir vídeo de tutorial, do que fazer, às vezes aula mesmo. Depois do tutorial, acaba se engajando em uma aula *on-line*, mantém comunicação com as pessoas queridas, mas existem aquelas pessoas que realmente têm uma resistência maior. São pessoas que não vão se adaptar e não vão aderir a esse movimento tecnológico, e está tudo bem, é o jeito delas.

E Débora, a tecnologia, como o Christian falou, já existe há muitos anos, nós já estávamos vendo um crescimento dos cursos EAD ao longo de 2019 e 2020. O próprio MEC destacou um crescimento da procura dos cursos EAD, mas agora foi visto que é possível, é aplicável. Como é que você imagina em 2021? Com aula presencial, com aula *on-line*?

Como será a adaptação dessa parte tecnológica?

Débora Guerra: Como o Christian colocou, penso que existem coisas que a pandemia acelerou. No processo da aprendizagem já havia uma grande discussão, principalmente de jovens e adultos, mas por que não das crianças? Sabemos que a aprendizagem está em qualquer lugar, a qualquer momento e a qualquer tempo.

Eu não preciso estar em algum lugar fisicamente para estar aprendendo e não tem que ser um professor que tem que estar ali fisicamente também, no sentido de que o conteúdo está disponível. Então, a pandemia chegou e fez com que houvesse uma ressignificação dos processos de ensino-aprendizagem, o que chamamos de 'ensinagem', inclusive.

Essa ressignificação passa por tudo isso, passa por momentos em que eu estudarei sozinha. Sou o protagonista do meu processo de aprendizagem, então preciso, sim, fazer leituras prévias depois de assistir uma aula, de conversar com o professor. Depois de ser mentorada por ele, eu tenho que fazer

exercícios, tenho que praticar aquele conceito que aprendi e discuti. Eu tenho que trabalhar em grupo, em equipe, porque cada vez mais as empresas precisam das habilidades, das *soft skills*, no dia a dia, como trabalho em equipe, liderança, raciocínio lógico etc. Então, eu penso que a pandemia veio para acelerar e dizer o seguinte: "escola não é um prédio construído com uma sala de aula quadrada, fechada, com diversas carteiras e com os alunos assistindo a uma aula enfileirados". Penso que esse atemporal e a tecnologia vêm para facilitar, para ser mediadores desse processo e, quando pudermos estar juntos, presencialmente, com ressignificados: "vamos prototipar projetos?", "vamos trabalhar problemas reais da sociedade, das empresas, daquilo que realmente importa para a educação evoluir, ir para outro lugar e eu realmente fazer diferença naquela comunidade, naquela cidade que eu estou inserido?". Acredito que isso tudo vem para acelerar, e a tecnologia sempre será uma mediadora dentro do nosso processo de escolhas e do trabalho.

Na questão do trabalho, o qual agora estamos em situação remota, estamos mais produtivos, olhando para o tempo e dizendo: "o que eu vou fazer agora" e "o que não vou fazer agora", e não aquela coisa de que eu saio da minha casa para ir ao trabalho, sento-me em uma mesa e vejo o que acontecerá. Eu planejo antes. Tem todo esse ressignificado e

a tecnologia como mediadora desse processo.

Planejamento é outra palavra-chave, não é, Christian?

Christian Barbosa: Fundamental.

O planejamento é uma atividade que se a pessoa fizer do jeito correto ela terá resultados dentro do seu tempo, dentro da sua vida. Se a pessoa não aprende a planejar, ela simplesmente acaba fazendo tudo na reatividade, na urgência. Com isso, ela acaba perdendo o tempo.

Você falou uma coisa antes, que eu queria resgatar, a respeito daquela soneca que tira depois do almoço e é superprodutiva. Isso deveria estar no planejamento das pessoas porque o que se sabe hoje é que essa *siesta*, que os espanhóis fazem, além de outros países europeus, tem um efeito recuperador para o cérebro e para a produtividade humana. Hoje, sabe-se que o melhor modelo para fazer essa *siesta* seria tomar um café expresso antes de dormir e fazer um ciclo de sono que demorará entre 20 e 25 minutos. O bacana sobre isso é que o café expresso demora mais ou menos entre 20 e 30 minutos para fazer efeito no

corpo, então, significa que quando você acordar terá aquele *boom* da cafeína e estará muito mais disposto e ativo. Quando você junta pequenas coisas no seu plano do dia, da semana, do mês, você começa a ter um resultado diferente. Se eu puder dar uma técnica aqui de planejamento (a melhor, que funciona super bem, muito prática de você implantar), é o planejamento de três dias: olhar para três dias para a frente, ao invés de olhar para o dia, funciona muito melhor, te deixa muito mais focado naquilo que deve fazer, tem mais antecipação e consegue reduzir o volume de urgências. Deixar para a última hora é o ato antiplanejamento e, quando você vê, não está tendo resultado com isso. Nós aprendemos errado, muitas vezes, e temos que repensar o nosso ato de planejar, que é tão fundamental para uma vida equilibrada e com resultados.

Uma agenda é fundamental agora, seja ela digital ou impressa?

Christian Barbosa: A agenda será fundamental em qualquer momento, porque a nossa cabeça não foi feita para guardar reuniões, tarefas, coisas para fazer. Se você usa sua mente para ficar guardando essas atividades, você está dando um uso muito errado a ela. Deixe-a liberada para criar, ser espontânea, ter foco, ter atenção. Quando você fica a todo momento usando a sua mente para ter lembrança do que fazer e o que não fazer, você se torna improdutivo,

reativo e refém de suas vozes internas. Precisamos ter uma ferramenta que pode ser um caderno, agenda de papel, aplicativo, *software*... A ferramenta é fundamental, mas o mais importante é o método que usa essa ferramenta.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um livro, série, filme, curso, vídeo ou até mesmo um podcast que trate sobre o tema que debatemos neste episódio.

Indicações:

Livro: [Não apresse o rio: \(ele corre sozinho\)](#) – Berry Stevens

Livro: [A Tríade do Tempo](#) – Christian Barbosa

Livro: [Mindset: A nova psicologia do sucesso](#) – Carol S. Dweck

Aplicativo: [Querida Ansiedade](#)

Ficha técnica

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 2

Mulheres na liderança

11/03/2021



**Débora
Guerra**

Vice-presidente
da ABMES



**Lídia
Abdalla**

CEO do Grupo Sabin
Medicina Diagnóstica

Episódio 2

Mulheres na liderança

11/03/2021

PARTICIPANTES

Débora Guerra, vice-presidente da ABMES

Lídia Abdalla, CEO do Grupo Sabin Medicina Diagnóstica

Nossa pauta nesta semana não poderia ser diferente: no dia 8 de março celebramos o Dia da Mulher, o nosso dia. Com certeza, é uma data muito simbólica e importante, não só para ganharmos chocolates e flores. É gostoso receber tudo isso, mas e os direitos iguais? E a questão da liderança? Aproveitemos esse gancho e falemos um pouquinho sobre as mulheres na liderança.

Antes de tudo, apresentaremos a vocês alguns dados para entendermos um pouco como anda o cenário atual. Segundo a pesquisa “Mulheres na liderança”, dos jornais Valor e O Globo e das revistas Época Negócios e Marie Claire, junto com a ONG *Woman and Leadership in Latin America*, mesmo durante

a pandemia a agenda das empresas brasileiras para incluir mais mulheres na liderança foi mantida. Ainda bem, não é mesmo? E de 2019 para 2020 um número maior de organizações buscou aprimorar as práticas de diversidade e transformaram ações pontuais em políticas formais e estruturais. Houve, também, um esforço para aprofundar a discussão sobre a divisão de tarefas e cuidados familiares (há quem pense que só mulher que tem que resolver isso) e atrelar as metas para a inclusão de gênero no bônus e remuneração dos executivos. Persiste o desafio de definir prazos para as metas de promoção de mulheres na liderança e também trabalhar mais a questão da interseccionalidade.

Eu vou fazer perguntas às nossas convidadas para conhecermos um pouquinho a trajetória delas. Como foi o percurso profissional? Vocês enfrentaram muitos desafios por serem mulheres?

Débora Guerra: Eu acredito que temos desenvolvido cada vez mais. Temos trabalhado muito na questão da pauta da liderança feminina nas empresas e, no meu caso, não é muito diferente. Sou de uma empresa familiar da área de educação. Somos mantenedores de educação superior há 20 anos e tenho me desenvolvido, me colocado no papel de líder com muita vontade de não ter diferença entre homem e mulher, no sentido de que todos nós, como profissionais, somos destaques no que realizamos. A minha trajetória é oriunda de uma empresa familiar, que foi fundada por meu pai. Após o falecimento dele, eu assumi o seu lugar. Tive que ir aprendendo, desenvolvendo e mostrando a minha relevância e capacidade, principalmente técnica, para liderar a equipe.

Acredito que foi um caminho bem difícil, como você mesma falou: “buscar conhecimento”. Ainda mais nessa área de educação, que ainda é predominantemente masculina, não é?

Débora Guerra: A gestão é predominantemente masculina. Eu já estou no segundo mandato da vice-presidência da ABMES, que sempre foi constituída por muitos homens: o nosso querido

presidente, professor Celso Niskier; antes dele foi o professor Janguê Diniz, e cá estamos nesse papel de trazer a importância da mulher no âmbito da gestão educacional.

Perfeito, Débora! E Lídia, conte-nos um pouquinho da sua história.

Lídia Abdalla: Eu nasci em Minas Gerais, formei na Universidade Federal de Ouro Preto e lá eu conheci o meu marido, que é engenheiro, formado na Escola de Minas um ano antes de mim e veio para Brasília. Eu sou farmacêutica bioquímica de formação na área médica e vim para Brasília porque ele já estava aqui, pois na época o mercado para engenharia estava difícil no Brasil, mas ele tinha conseguido uma boa oportunidade, então vim para Brasília sem conhecer ninguém.

Eu digo que talvez essa seja uma das habilidades que as mulheres têm, que é a garra e coragem para enfrentar ambientes diferentes e não ter medo disso. Eu vim e logo atuei em drogaria, farmácia hospitalar, mas sempre quis atuar com medicina laboratorial. Então, cheguei em Brasília e busquei oportunidades nos laboratórios. Na época, o Sabin era o terceiro laboratório de Brasília (não era o maior). Hoje, o Sabin é uma empresa de medicina diagnóstica. Eu ingressei na empresa em 1999, então completarei 21 anos neste ano. Entrei praticamente como *trainee*, porque eu tinha menos de um ano de formação. O

Sabin é uma empresa fundada por duas mulheres: doutoras Janete e Sandra. São duas empresárias, também farmacêuticas bioquímicas.

Brasília tinha bastante essa característica de formação por pessoas de outras regiões, até porque é uma cidade nova. Ainda tem tal característica, mas hoje menos, porque já tem a primeira geração nascida aqui, mas quando eu vim, em 1999, Brasília tinha tal característica. Então, eu entrei no Sabin e digo que o Sabin foi crescendo e eu fui crescendo junto, na minha carreira, profissão e vida pessoal. Eu me casei, tenho um filho (Lucas, de 13 anos) e, sem dúvida alguma, eu digo que assim como a empresa foi crescendo e eu fui crescendo na minha carreira. É claro que você estar em uma empresa fundada por duas mulheres, que já tem alma feminina faz toda a diferença, mas tudo o que eu conquistei, e todos os espaços que eu consegui, sem dúvida alguma foi porque eu me preparei, estudei, estive sempre em busca de novos conhecimentos. E eu penso que o grande desafio para as mulheres é este: encontrar ambientes que propiciem isso, como o Sabin propicia, de fato, oportunidades iguais, porque capacidade, competência e preparo temos condição de sobra para atingir. E assim foi a minha carreira e chegada até aqui.

Há sete anos eu sou a presidente do Sabin. O grupo foi crescendo, então as fundadoras criaram um Conselho de

Administração em 2013, onde estão desde então, e eu assumi a gestão do grupo. O Sabin é uma empresa constituída por 77% de mulheres e essa é uma característica de empresas de saúde. Se vocês olharem hospitais, outras empresas de medicina diagnóstica, até pelas formações e tudo mais, o setor de saúde tem muitas profissionais mulheres. E quando vamos para a liderança, o Sabin tem 74% de mulheres nesta área, o que é coerente e compatível com o nosso grupo. Quando você vai a outras empresas de saúde, e isso tem sido um grande desafio, vê que isso cai drasticamente. Outras empresas terão 10, 15, 20%, no máximo, da alta liderança de mulheres... Então, apesar de o Sabin ser uma empresa de saúde referência em liderança feminina, quando olhamos para o setor de saúde no Brasil e no mundo, essa não é a realidade vemos.

Não é à toa, Lídia, que o Sabin foi destaque nacional nessa pesquisa que eu comentei no início do nosso podcast, “As mulheres na liderança”. Como você falou, 74% realmente é um número bastante expressivo de mulheres dentro da empresa nesse patamar de liderança. Lídia, parabéns por você ser uma inspiração para nós, por essa trajetória. Você comentou que a área da saúde, por si só, possui um histórico de mulheres, mas o Sabin chegou a adotar políticas específicas para trazer mulheres para o núcleo de gestão?

Lídia Abdalla: Como eu disse, é uma empresa que tem em sua essência a liderança feminina porque as duas fundadoras são mulheres, então é claro que sempre foi acontecendo de forma muito natural. De novo: o Sabin sempre teve um olhar para o cuidado com as pessoas, desenvolvimento das pessoas, por trazer cada vez mais estímulo para as pessoas estudarem e crescerem. É uma empresa que cresceu muito, sobretudo nos últimos 15 anos, e com isso os seus profissionais vão crescendo também. É uma empresa que valoriza muito o desenvolvimento de carreira das pessoas: 99% da nossa liderança vem de dentro de casa. Então, sem dúvida alguma, o percentual de lideranças femininas é exatamente por isso: desenvolvemos e valorizamos muito as pessoas que fazem carreira dentro do Sabin, e eu sou um exemplo desses.

O que percebemos é que ao fomentar esse ambiente, propiciar o cuidado genuíno com as pessoas em uma empresa que tem essa média de 77% de mulheres, muitos dos programas (de benefícios, de desenvolvimento) foram pensados nesse grande número de mulheres. Isso foi também favorecendo, sem dúvida alguma, que as mulheres tivessem de fato as mesmas oportunidades, o que muitas vezes não conseguimos nas outras empresas.

As empresas até falam, fazem os seus programas, mas no dia a dia, às vezes, é difícil implementar a equidade porque tem a pressão da área, a necessidade da urgência para suprir aquela vaga: “eu preciso com essas e essas competências e habilidades”, e se eu for buscar no mercado ou procurar quem está preparado, muitas vezes é o homem e não a mulher. Sabemos que, infelizmente, essa é a realidade de muitas empresas. O homem, muitas vezes, tem muito mais foco, se dedica a obter formações, enquanto a mulher está envolvida em outras tantas atividades e atribuições. Muitas empresas, infelizmente, ainda têm esse olhar: “ah, não, mas o homem vai poder ser mais focado e dedicado”, e eu digo sempre o contrário: “olho essas mulheres e penso que quando se tornam mães, elas têm garra e trabalham mais do que qualquer homem porque é natural, é o instinto maternal, de mulher, de seres humanos”.

De fato, sempre valorizamos muito no Sabin oferecer as mesmas oportunidades. Temos um exemplo vivo disso: fizemos um processo seletivo (há uns seis ou sete anos) para a coordenação de RH da nossa expansão. Quem passou no processo seletivo foi uma mulher que estava grávida de oito meses. Se fosse em qualquer empresa, imagine o líder dessa área que estava esperando alguém para preencher a vaga: “não, eu não posso esperar, porque ela vai ter filho daqui um mês, ela vai tirar seis

meses de licença-maternidade”. Mas, no Sabin, é assim: ela foi aprovada no processo seletivo. A gerente da área sabia que ela esperaria e a empresa investe nisso, coloca outra pessoa ali para suprir temporariamente aquela demanda, mas a vaga é dela. Ela saiu, teve o bebê, tirou a licença-maternidade, voltou e assumiu a coordenação que ela tinha conquistado.

Com o crescimento da empresa, nós passamos a comprar outras empresas e começamos a nos deparar com a realidade do mercado, que é a que eu falei para vocês: as empresas têm 70, 80% de mulheres, mas a liderança é quase 100% masculina. Então, estruturamos a área gestão de pessoas, há uns quatro ou cinco anos mais ou menos, e depois criamos o Comitê de Diversidade e Inclusão. Temos indicadores para todas as áreas técnicas, administrativas e regionais do Sabin, indicadores tanto do percentual de colaboradores da nossa força de trabalho quanto do percentual de liderança. Nós olhamos todos os pilares da diversidade. Assim, da mesma forma que eu falo de gênero, também falo de raça, pessoas com deficiência e outros pilares. Hoje, fazemos um monitoramento de 100% das áreas. E uma área que tem muita liderança masculina, a próxima vaga para líder será direcionada a uma mulher, e acontece o contrário também. Tem lugar que falamos assim: “tem muita mulher ali, precisa de um homem”, então a vaga é

direcionada para uma liderança masculina. Fazemos isso de forma transparente, verdadeira e 100% da empresa sabe disso, reconhece e valoriza.

Excelente, Lídia, o Sabin me representa. É interessante você falar na gestão de competências e habilidades, pois percebemos que há necessidade mesmo de ter um pouquinho mais de sensibilidade, não é? Nós mulheres temos essa característica de entender um pouco mais o outro lado, não desmerecendo alguns homens aqui, pelo amor de Deus, não é isso, mas nós mulheres temos essa capacidade.

Vou passar agora para a Débora, pois há uma pesquisa que aponta a busca, por 68% dos CEOs, em 2020, pelo aumento da equidade de gênero nas empresas. Débora, queremos saber de você: por que as empresas estão se preocupando mais com esse tema?

Débora Guerra: Eu acredito que seja porque fato de termos o máximo de pessoas diversas, com pensamentos, culturas e relações distintas, faz muito bem para uma empresa. Hoje, as empresas que têm se destacado no mercado, que estão buscando e conseguindo a inovação, que estão trabalhando para serem diferentes no mercado, são aquelas que trabalham muito essa questão da diversidade e, obviamente, também da equidade de gênero.

Na questão da mulher, eu acredito

muito em seu poder, principalmente na transformação. Nós somos agentes de transformação. Quando estamos em uma casa, somos um agente de transformação. Você vê mulheres que vão para comunidades e trabalham ali para gerar renda, e vê a diversidade e a transformação delas para gerar renda. Muitas vezes, quando o homem perde o emprego e a mulher é dona de casa, o que acontece é que a mulher se sobressai e se transforma. Às vezes, ela passa a ser a pessoa responsável, por um tempo, pela questão financeira, e se torna a genitora da família. Eu acredito que essa transformação e tudo que está acontecendo com o nosso mercado de trabalho, com essa mega informação que está acessível para todos, faz com que a mulher transcenda, apareça, empodere-se e se coloque em um lugar de que tudo é possível. Ela pode, sim, estar em qualquer lugar, em qualquer mercado, não tem mais a diferença na área de educação, digamos assim.

Há 10, 15 anos, tínhamos uma grande quantidade de homens nas engenharias e poucas mulheres. Hoje, na minha instituição, temos mais mulheres nas engenharias do que homens, por incrível que pareça e isso é muito bom. Queremos, cada vez mais, valorizar esse cenário,

porque a mulher tem total competência para estar em qualquer lado da tecnologia, das engenharias, da área da gestão.

Vemos o quanto estamos nos destacando como gestoras pela pluralidade, pela possibilidade de trabalharmos com a parte técnica e humana, de lidarmos não só nos aspectos de controle e financeiro etc., mas, principalmente, no entendimento do olhar estratégico da mulher, visto que somos multifocais e conseguimos atrelar e entender várias questões que, muitas vezes, são vistas de forma muito racional pelo homem. Acredito que essas questões estão mudando muito o mercado e, nas entrevistas de emprego, acredito que as pessoas estão com um olhar não para a mulher, mas para a profissional, no sentido de qual é o profissional melhor para a vaga, e aí entendemos como encaixamos cada vez mais o poder feminino nas organizações.

Débora, não é só uma questão de mercado de trabalho, mas também de empreendedorismo. Nós também somos boas de negociação, de abertura de negócios. Queremos saber de você, trazendo o quesito de formação educacional: qual é o papel das instituições de educação superior na missão de inserir e incentivar cada vez

mais as mulheres na liderança não só no mercado de trabalho, mas também para que sejam empreendedoras?

Débora Guerra: Sim, eu acredito que o papel das instituições é bem complexo. A instituição é fundamental para que, cada vez mais, tenhamos a liderança e o empreendedorismo feminino se destacando no mercado como um todo. E não podemos deixar de ter um olhar para as meninas, as adolescentes e jovens dos interiores, das comunidades, sobre a importância da autovalorização, da busca pelo conhecimento e todas as questões que impedem que elas continuem estudando, como a gravidez. Temos essa preocupação muito grande com as comunidades, com as cidades nas quais estamos e com o Brasil como um todo, de valorizar a menina, a jovem brasileira; ela precisa buscar o conhecimento, pois é através dele conseguirá alcançar os seus objetivos e sonhos. Então, eu penso que as instituições de ensino precisam fazer um trabalho muito relevante e super importante com as prefeituras, empresas locais, com as organizações não governamentais (ONGs) das cidades, das regiões que estamos, para que possamos, cada vez mais, levar o conhecimento e a educação para a jovem brasileira e, obviamente, investir e incentivar. Quando elas estão nas instituições, precisamos entender as suas dores, observar o que está acontecendo.

Hoje temos um programa de

acompanhamento psicológico com as meninas para entender se tem alguma coisa acontecendo em casa, se elas querem se destacar e buscar algo no mercado. Se elas não conseguem, nós ajudamos e acompanhamos, não só psicologicamente, mas também em programas de treinamento, de capacitação, enfim... É importante ter esse olhar mais amplo, não só para a estudante em sala de aula, com questões técnicas. Precisamos entender o seu contexto, a sua família e seus sonhos para ajudá-la a alcançá-los e se destacar no mercado.

Débora, você citou uma situação muito importante: análise social. Não estamos falando única e exclusivamente da mulher ou da estudante, mas de toda brasileira, de uma forma global, exatamente.

Ainda focando na questão do empreendedorismo, Lídia, você considera que é possível incentivar a menina desde pequenininha? Eu tenho duas filhas, uma de um ano e outra de três anos, e já quero incentivá-las a serem líderes do futuro. Você me ajuda?

Lídia Abdalla: Eu penso que sim. O mais forte é, sem dúvida alguma, o exemplo que damos na vivência, no dia a dia. A minha primeira inspiração foi a minha mãe. Ela teve três filhos. Primeiro, ela foi professora e depois passou a ser costureira e montou um comércio (que tem até hoje junto com meu pai). Assim foi:

três filhos pequenos, mas trabalhava, cuidava de casa, fazia comida e sempre foi uma exímia cozinheira, nunca renunciou a isso, fazia as refeições da família e eu digo que cresci vendo meu pai com a minha mãe trabalharem, fazendo tudo juntos.

Para mim, quando alguém fala “a mulher é diferente do homem” eu não consigo enxergar isso porque eu vi minha mãe trabalhando a vida toda. Eu acredito que podemos estimular nas meninas, sem dúvida alguma, com os nossos exemplos, a autoestima, pois hoje temos outro cenário, inclusive na carreira.

Hoje em dia não existe carreira que “não pode ser” para mulher. Há alguns anos, a engenharia tinha muito mais homem que mulher: “engenharia é profissão para homem”, “enfermagem é profissão para mulher”. Não, não tem mais isso. As mulheres hoje podem e devem estar em todos os espaços porque o mundo entendeu, as empresas entenderam que, de fato, você tem um time diverso em visões e opiniões.

A mulher tem muito mais sensibilidade e a intuição que falamos faz toda a diferença em negócios, empreendedorismo. Muitas vezes, o pragmatismo, planejamento estratégico, as ferramentas que temos de gestão são fantásticas, mas o que faz a diferença em nossa vida como empreendedora, como líder, sem dúvida alguma, é ter visão e fazer as coisas usando a intuição, sempre pautadas por nossos valores. Penso que isso é o que nos leva para frente. A mulher tem a sensibilidade, o cuidado, até muito mais a tolerância e a multifuncionalidade. Quando você está em um ambiente com pessoas diferentes – e sim, homens, muitas vezes, são mais objetivos, pragmáticos, conseguem ser mais resolutivos –, e juntamos tudo isso, temos um ambiente muito mais rico e diverso.

A pandemia nos mostrou isso, quantas inovações que tivemos que fazer? Eu abordo muito sobre inovação, visto que o setor de saúde tem passado por transformações disruptivas... Às vezes, nossas empresas gastam tanto dinheiro em consultorias para inovação, como criar esses comitês de inovação e tudo, e eu digo assim: “gente, cria uma empresa, de fato, com diversidade, coloca líderes de diferentes gêneros, raças; coloca muita gente diferente em todas as áreas e estará fomentando e propiciando ali um ambiente de inovação natural e genuíno, e ainda vai economizar lá no campo de consultoria

um recurso que vai precisar depois para os projetos de inovação”. Então, eu acredito que a maior inspiração para as meninas é isso, nosso exemplo e vivência.

Excelente, Lídia! Está tudo anotado aqui.

Débora, também queremos saber de você: qual conselho daria às jovens meninas, futuras mulheres?

Débora Guerra: Eu gosto e quero sempre me inspirar em muitas mulheres. Entender como conseguiram o sucesso, como se destacam no mercado, enfim, de acordo com os anseios e as ambições de cada uma, eu tento sempre me inspirar. Penso que um passo importante seja buscar quem são as mulheres que se destacam (e não falo apenas de pessoas nacionais ou internacionais, estou dizendo do nosso ladinho). Olhe para o lado, veja quem é aquela pessoa que você olha e fala assim: “nossa, que legal! Ela é uma grande vendedora de uma empresa de cosméticos e consegue viver, ter a sua autonomia de vida, ter a sua vida resolvida”, ou “ela é uma engenheira ou uma médica super conceituada”. Enfim, penso que entender o caminho dessas pessoas faz com que nos inspiremos, com que acreditemos que é possível. Obviamente, temos que estudar bastante, e eu falo muito isso para as minhas alunas. Falo para todos os alunos também, mas, acredito que falo muito mais para as meninas

porque temos, sim, que estar o tempo inteiro provando a nossa capacidade.

Quanto mais você tiver certeza daquilo que está fazendo, falando, comprometendo, buscando e entregando resultados, mais as pessoas acreditam em você. E assim precisamos fazer através dos estudos, do conhecimento, se inteirando cada vez mais sobre aquele assunto, sobre aquele negócio que você tem. A outra coisa que eu falo é o seguinte: “acredite!”. Nós temos um *feeling*, uma coisa diferente que o homem não tem. Isso é um negócio que temos e no qual eu acredito muito. Temos que acreditar no nosso *feeling*. Muitas vezes, temos ali um caminho que acreditamos e testamos, vemos que vai dando certo; é porque também tem um negócio ali, uma intuição, e aí você pode testar e experimentar. Se der errado, vai, corrige, mas vai naquilo que você acredita, porque o poder de acreditar faz com que alcemos os voos.

E a última coisa que eu queria falar rapidamente é que, obviamente, vamos nos inspirar em mulheres como a Lídia, pela história dela como CEO do grupo Sabin e por sua história de vida. O pouco que vimos aqui, de a empresa chegar onde chegou, com certeza tem grande contribuição da liderança da Lídia, que faz com que essa empresa se destaque tanto no empoderamento e na liderança feminina. Parabéns, Lídia!

Lídia Abdalla: Obrigada, Débora! Eu acredito que você falou muito bem e quando falamos de inspiração, algo que eu não comentei em minha resposta, Carol, mas é assim: temos muitas inspirações, mas quando olhamos as mulheres mais velhas, temos empreendedoras, empresárias que tiveram seus negócios, doutoras Janete e Sandra, que são as fundadoras do Sabin, duas empresárias, e temos tantas referências, como a Luiza Helena, fundadora da loja Magazine Luiza, e tantas outras, mas, muitas mulheres donas dos seus próprios negócios.

Quando olhamos em busca de inspirações e exemplos de executivas como eu, que fiz carreira na minha profissão e consegui subir e alcançar cargos de liderança cada vez mais altos, somos poucas ainda, mas esse não é problema somente no Brasil.

Quantas vezes eu vou em fóruns, almoços, jantares ou reuniões com 50 CEOs, sendo duas mulheres? Eu já fui em reuniões que tinham 60 presidentes e três ou quatro eram mulheres. Essa é a realidade que estamos deixando de exemplo para a geração que vem depois de nós, especialmente às meninas. Já é

uma quantidade maior da que tivemos como exemplo, embora ainda muito longe da quantidade que precisamos ter. Mas a geração que vem depois de nós terá um número de mulheres maior para se inspirar, para ter de exemplo e para falar: “é possível, sim, eu ser dona do meu negócio ou fazer carreira como executiva e ter uma alta liderança dentro da empresa”.

Show de bola! As nossas duas convidadas de hoje são, realmente, musas inspiradoras para refletirmos um pouquinho sobre o papel da mulher no empreendedorismo e liderança, não só na vida profissional, no mercado de trabalho, mas também em nossa vida pessoal. Deveríamos dar mais valor a nós mesmas; eu creio que também falta isso, como comentado um pouquinho pela Lívia, a questão de estima mesmo. Nós temos essa capacidade e habilidade, e vamos apostar em nós mesmas, pois, com certeza, arrebentamos em qualquer área. Acredito que os homens ficam até um pouco receosos quando ouvem isso, mas fiquem tranquilos, nós não queremos ocupar o lugar de ninguém, muito pelo contrário, só queremos ter o merecimento, podemos por assim dizer.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um livro, série, filme, curso, vídeo ou até mesmo um podcast que trate sobre o tema que debatemos neste episódio.

Indicações:

Livro: “Faça Acontecer: Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar” – Sheryl Sandberg

Livro: “Minha História” – Michelle Obama

Série: The Crown – Netflix

Ficha Técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 3

Formação de profissionais para a área de saúde

25/03/2021



**Celso
Niskier**

diretor-presidente
da ABMES
e doutor em
Inteligência
Artificial



Iara de Xavier

doutora em Saúde Pública
pela Fiocruz, especialista
em Educação Superior,
diretora executiva da Edux
Consultoria e assessora da
presidência da ABMES



**Mauricio
Romão**

conselheiro
do Conselho
Nacional de
Educação e ex-
secretário da
Seres/MEC

Episódio 3

Formação de profissionais para a área de saúde

25/03/2021

PARTICIPANTES

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e doutor em Inteligência Artificial
Lara de Xavier, doutora em Saúde Pública pela Fiocruz, especialista em Educação Superior, diretora executiva da Edux Consultoria e assessora da presidência da ABMES
Maurício Romão, conselheiro do Conselho Nacional de Educação e ex-secretário da Seres/MEC

A pandemia da Covid-19 provocou um aumento significativo do interesse dos alunos por graduações na área da saúde e, **segundo estudo realizado pela Educa Insights** em parceria com a ABMES, essa tendência será cada vez mais forte a partir de 2021. Entre os 15 cursos mais procurados pelos participantes do levantamento, que representa mais ou menos 73% das intenções de matrícula, aqueles que pertencem à área da saúde tiveram destaque, entre eles enfermagem, psicologia, educação física, biomedicina, nutrição e fisioterapia. No rol das ofertas presenciais, as graduações relacionadas à saúde correspondem a 36,1% do interesse, e

na modalidade a distância equivalem a 17,5%.

Vamos aproveitar todos esses dados da abertura do nosso episódio para debater com os nossos convidados sobre a formação desses profissionais: como funciona, como deve funcionar, o que precisa melhorar, enfim, todos os pontos relevantes em relação à essa formação.

Professor Celso, sabemos que a pandemia foi um fator determinante para o crescimento do interesse das pessoas pela área da saúde, mas você acredita que foi só isso ou tem algo a mais?

Celso Niskier:

Os profissionais de saúde que atuaram e atuam na linha de frente de combate à pandemia são os nossos heróis. Eles tiveram toda a projeção mais do que merecida pela coragem, determinação, dedicação, e o jovem busca exemplos, faz as suas escolhas com base naquilo que ele vê propósito, e eu creio que ele se inspirou nesses exemplos fabulosos que estamos tendo em todo o Brasil.

Agora, o jovem também é muito pragmático e percebe que a área de saúde oferece grande potencial de crescimento. Essa não é a primeira e nem será a última pandemia, os desafios dos sistemas de saúde continuarão existindo, ainda mais agora, então ele percebe também que há oportunidades para os cursos da área de saúde, e nisso está o porquê houve o crescimento na procura pelos cursos dessa área. Penso que é natural: é o propósito combinado com a possibilidade de retorno.

E, dentro desses desafios, eu passo a palavra ao Romão. Romão, você acre-

dita que a formação dos profissionais na área da saúde hoje no Brasil também é um desafio? Como está isso?

Maurício Romão: Eu penso que a formação dos profissionais de saúde tem que ser vista com um mesmo perfil, com a mesma intensidade com que vemos a formação em outras áreas, quer dizer, em uma perspectiva de mudanças que estão ocorrendo, e essas mudanças ficaram muito claras na pandemia. Tínhamos aquele modelo tradicional de aprendizagem, em sala de aula, com o professor essencialmente um transmissor de conteúdo. Ele tinha aquele estoque de conhecimento e verbalizava aquilo ao aluno de forma metódica, e este ficava ali passivamente recebendo aqueles ensinamentos e, vez por outra, era cobrado para ver se havia assimilado aqueles ensinamentos através de provas, enfim, se ele havia guardado o suficiente do conteúdo, mas esse modelo está ultrapassado. Hoje, o formato é a filosofia mais moderna, o protagonismo saiu do professor e foi para o aluno.

A filosofia hoje é centrada, essencialmente, por uma metodologia mais ativa, chamada metodologia ativa: o professor é mais um coordenador, um facilitador, uma pessoa que auxilia os alunos a trilharem aquelas múltiplas tendências educacionais e o aprendizado é mais colaborativo, interativo, participativo. Enfim, o professor hoje é um parceiro, e isso tem a ver com ele

despertar no aluno essas habilidades e competências para que ele descubra sua verdadeira vocação e formação, e isso na área de saúde é essencial, pois, como todos sabemos, ela lida com a vida, com a saúde mental e com o físico das pessoas. Trata-se de um modelo antigo que, infelizmente, os Conselhos Federais e os conselhos profissionais ainda insistem em se basear muito nele, nessa formação antiga que está ultrapassada. Precisamos nos adaptar aos novos tempos.

Você concorda, Iara? Você acredita que realmente precisamos repensar essa questão do estilo de estudo e estilo de repassar as informações?

Iara de Xavier: Concordo e penso também que não só na área da saúde. Creio que chegou o momento de nós todos, educadores, pesquisadores, enfim, pensarmos um projeto de mudança do modelo educacional brasileiro. Um grande projeto que veja as especificidades, claro, mas que mude significativamente o modelo da educação superior, primeiramente acabando com modalidades.

Não existe educação presencial, a distância e remota, isso é uma coisa do século 20. O que nós temos, na verdade, é educação, e cabe às IES, aos professores e aos

pesquisadores, educadores, terem autonomia para conceber a modelagem se adequa melhor àquele curso, àquela área do conhecimento.

Nós temos que, na verdade, conceber principalmente um projeto nacional de educação superior, porque o foco aqui é educação superior que contemple, de forma geral, todas as áreas do conhecimento e traga as especificidades das áreas que integram a educação, a formação. E nesse contexto, a saúde tem uma especificidade, até porque eu sou profissional da saúde, trabalho com saúde há muitos anos, tanto na área hospitalar como também no ensino. A saúde não é melhor nem pior, mas ela tem determinadas especificidades e características que, ao mesmo tempo, como Celso muito bem falou, atraem os jovens, mas também podem ser motivo de distanciamento, porque a área da saúde requer uma base teórica muito atual e consistente, tecnologia de ponta, professores e técnicos de laboratórios muito entrosados, competentes e atualizados. Isso é essencial porque todas as profissões da saúde articulam o saber e o fazer, e essa articulação dos saberes e do fazer se dá no núcleo que se integra ensino-serviço; é o tempo todo: a formação se dá no ensino e serviço, e articula, na minha opinião, uma tríade fundamental que é o saber, o fazer e a

criatividade. Essa é uma característica da área da saúde que envolve muitos recursos, investimento e tecnologia, e há necessidade de se repensar por que o Brasil e o mundo mudaram significativamente do século 20 para o século 21.

Hoje, nós vivemos a quarta revolução industrial, a era pós-digital, e, infelizmente, a Covid-19 que acelerou processos e trouxe determinadas características não só para a formação, mas também para o exercício. Acredito que a saúde tem uma questão importantíssima porque a formação em saúde articula duas grandes áreas: a educação e a saúde de forma dialética, inclusive; e quem faz essa articulação é o Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS é o grande arcabouço, instituído pela Lei nº 8080 de 1990, que articula educação e saúde nessa formação, e isso está expresso nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, e na Resolução nº 287 do Conselho Nacional de Saúde, que chega até a listar quais são os profissionais que atuam na saúde; é bem interessante essa resolução. Então, temos uma formação intersetorial complexa, dinâmica e que acaba atraindo a juventude, não só por conta da Covid, mas o Celso colocou muito bem, também por conta da oferta de mercado de trabalho.

Iara, mas se você pensar bem, a Covid está sendo uma verdadeira aula para os profissionais da área da saúde porque

ao mesmo tempo que está se descobrindo vacina, está se descobrindo também como se cuida do paciente com diagnóstico positivo da doença, como usar a tecnologia a nosso favor. Como você falou, é muito dinâmico, não dá tempo de estudar para encontrar uma solução. E eu pergunto para o Celso, nesse caso, como é que as instituições estão se preparando para essas inovações, para essa velocidade a qual precisa a saúde do ser humano?

Celso Niskier: Agora na pandemia foi um exemplo: mais de 80% das instituições fizeram a rápida adaptação para as atividades remotas usando uma base de tecnologia já existente. Mesmo instituições que não tinham credenciamento de EAD, tinham uma plataforma, um ambiente virtual de aprendizagem... Quer dizer, o setor vem se modernizando há muitos anos e a área de educação a distância também veio crescendo, por isso essa migração em massa para atividades remotas mostrou o potencial do setor para a rápida adaptação.

Mas tem dois pontos que eu penso que impedem essa evolução em uma velocidade maior: primeiro, externamente, é a questão regulatória, a possibilidade de aplicação, por exemplo, de atividades práticas remotas. A telemedicina hoje em dia é uma realidade, mas, na prática, fora nesse momento de pandemia, as instituições ainda não podem utilizar a formação prática com atividades remotas, então há uma certa restrição

da regulação para modelos mais inovadores. E, além da barreira externa, há a interna, que é uma questão da cultura do mantenedor.

É preciso que os mantenedores tenham mais coragem de inovar, e a ABMES tem trabalhado nisso, em parcerias com a Microsoft na criação do laboratório de inovação e criatividade para testar soluções inovadoras. Nós também temos que trabalhar com o *mindset* do mantenedor, para que ele possa ter a coragem e a criatividade para inovar.

A lara colocou muito bem: é o saber, o fazer e o criar. Nós sabemos transmitir o saber e a prática, mas nós também temos que estimular a criatividade dos nossos mantenedores. Essas duas são as barreiras principais que precisamos endereçar caso queiramos mesmo que o setor particular continue essa evolução tecnológica, que foi, como eu disse, significativa ao longo do ano de 2020. Temos esse legado da pandemia e precisamos construir em cima dele novos modelos, como a lara colocou muito bem, sem essas dicotomias de presencial ou a distância, de credenciamento

para um e/ou para outro, que possamos, inclusive, trabalhar em uma regulação mais adequada no Conselho Nacional de Educação. A educação acontece em ambientes síncronos, assíncronos e, às vezes, as duas coisas ao mesmo tempo. No caso síncrono, pode ser em sala de aula, todos juntos ao mesmo tempo, mas também pode ser o síncrono remoto, como estamos vivendo. Enfim, acredito que chegaremos à conclusão de que estamos falando da mesma coisa, de educação mediada por tecnologia.

Celso, você citou a questão do aspecto regulatório, então eu pergunto ao professor Romão, que preside o Conselho Nacional de Educação, uma comissão importante que é de estudos para analisar aspectos regulatórios, avaliativos e de expansão de cursos de medicina no Brasil. Gostaríamos de saber um pouquinho do trabalho dessa comissão, com gancho no que o professor Celso acabou de falar.

Maurício Romão: Essa comissão foi formada recentemente e segue um rito processual que é comum nas comissões instaladas lá no CNE: tem um presidente, relator, abre uma ampla discussão sobre o assunto em tela, prepara um relatório preliminar, submete esse relatório à sociedade através de seus contatos diretos e indiretos, audiências públicas etc. e, ao final, esse relatório é publicado e encaminhado à sociedade e, naturalmente, às áreas competentes. Alguns resultados dessa comissão

também podem servir de parâmetros referenciais para outras áreas (especialmente a da saúde).

O que chama a atenção na demanda que foi feita para a criação dessa comissão é que há um certo anseio da sociedade para salientar melhor o contexto dos cursos da área de medicina no Brasil, de maneira geral. Fala-se da quantidade de médicos, que talvez tenha sido insuficiente (agora ficou mais evidente com a pandemia), na distribuição regional desses profissionais, na distribuição entre capital e interior, na lei dos Mais Médicos... Há um eventual temor de que se esteja criando uma reserva de mercado, com a atuação muito firme dos conselhos profissionais, a questão da avaliação, da regulação... Tudo isso está no bojo das discussões dessa comissão.

A regulação foi colocada, e faço o gancho com o que colocou o Celso e também a Lara: o problema da regulação brasileira, da área de educação de maneira geral, é que esse modelo está totalmente esgotado. Antes de começar o *podcast*, conversávamos aqui com o Celso e falávamos exatamente disso: o modelo se esgotou, é preciso uma ruptura total nesses “ânimos legiferantes” do governo, nesse ativismo regulatório, que traz um custo altíssimo para as instituições, para o MEC, para o CNE e, em última instância, para a sociedade em si. O que nós temos hoje é um entulho

regulatório muito grande, uma miríade de portarias, decretos, instruções normativas, que ninguém consegue acompanhar. Falávamos até do famoso *checklist*, que é a prova mais contundente dessa excrescência regulatória e avaliativa que temos hoje no Brasil. As instituições se preparam para aquilo, formam verdadeiros departamentos apenas para cuidar disso e ficam verificando se cumpriram tais e quais contingências, no entanto, a qualidade permanece absolutamente a mesma.

Eu disse há pouco para Celso: “a regulação do jeito que está, sanciona a má qualidade educacional do Brasil”. Isso é importante para os cursos de medicina, o que faz parte da nossa discussão na Comissão, mas é uma discussão, como diz a Lara, que perpassa também os cursos de outras áreas. Ela depende muito de uma formatação diferenciada para o modelo educacional brasileiro na área de curso superior. Quando eu era secretário da Seres, eu até me balancei um pouco para encetar um movimento de estabelecer, pela primeira vez, a formulação de uma nova filosofia para o ensino superior brasileiro, quer dizer, para moldar como seria isso, nossas principais características, prioridades, as questões da assimetria regional etc. Mas isso depende de um contexto muito amplo e há a necessidade de você ser apoiado por diversas áreas, setores, instâncias do aparato formal no governo federal. E isso não anda se

não tiver essa compreensão de que o modelo está ultrapassado. Estamos muito aquém do que está acontecendo na área tecnológica do conhecimento científico, que cresce exponencialmente, e estamos linearmente. Cada dia que passa, ficamos mais distantes do ponto desejado e, enquanto não houver essa compreensão, continuaremos da mesma forma.

Eu aproveito o gancho, professor Romão, e passo para a lara fazendo uma pergunta um pouco provocativa: lara, se você tivesse a caneta na mão para tomar qualquer decisão, por onde você começaria? Na questão desse aprimoramento do sistema regulatório, como viabilizar uma melhor qualidade no ensino (focando no nosso *podcast* sobre a área da saúde)?

Lara de Xavier: Se eu tivesse a caneta, a primeira coisa que eu iria fazer era uma grande reunião com todas as pessoas, ouvir todos os setores envolvidos com a educação, porque ninguém tem a resposta, ninguém unicamente tem a saída, a verdade absoluta, que, com certeza, não existe. Acredito que o ponto seria aprimorar o diálogo: abrir o diálogo, ouvir todos os setores, uma aproximação muito forte com o Fórum, com a ABMES, com o setor público também, com Andifes... Eu que sou aposentada da UFRJ e da UnB, então também com o setor público, trazer a Andifes, o Fórum, ouvir todos os envolvidos, para que possamos, a partir desse

grande diagnóstico, criar, construir um projeto, como eu disse, que emita políticas públicas que respaldem essa transição e essa ruptura paradigmática, porque ela não é fácil de ser feita. Ela não depende de um governo, como o professor Romão muito bem colocou, de um secretário, de um presidente do CNE, porque envolve todo o Estado brasileiro, e o Estado brasileiro é burocrático e cartesiano, não é o MEC, é o Estado brasileiro. A nossa origem, que é cartesiana, é uma origem burocrática que valoriza o carimbo. Por mais que o Estado tenha migrado para o digital, o papel ainda existe, bem como toda essa lógica, porque ela está incorporada na cabeça das pessoas. É pensar o novo com a cabeça velha, e isso é muito complexo.

É preciso, de fato, pensar políticas públicas não só educacionais, mas de todos os setores envolvidos para que se possa garantir e respaldar os mantenedores, os dirigentes, para que imprimam uma educação superior inovadora e empreendedora. Não é fácil, como o professor Romão colocou, sair de uma educação superior conservadora e tradicional como a nossa, que ainda é majoritária no setor público e privado, de transmissão, de formação, de conhecimento. Está tudo disponível na tela, um toque na tela e você tem tudo, mas ainda temos uma educação que privilegia transmitir informação, conteúdo, em detrimento de

uma formação que trabalhe o aspecto reflexivo, crítico, aprender-aprender dos nossos alunos e que o professor aprenda nesse momento também.

Então, é construir um projeto, formular políticas públicas que respaldem os mantenedores nesse investimento, ruptura e migração de um modelo conservador e tradicional para um modelo inovador, empreendedor, que, inclusive, possibilite atrair mais os alunos, pois sabemos que a evasão é altíssima tanto no público quanto no privado, e ela tem no modelo uma das causas, e a pesquisa da ABMES muito bem comprovou isso, não é só a questão financeira, de transporte, violência. Em minha opinião, o grande motivo da evasão alta na educação superior no Brasil, além de a educação básica ter uma descontinuidade, é que o aluno não se encontra nesse modelo. Ele fica o primeiro semestre, o segundo, em qualquer curso, e ele se vê ali como uma pessoa estranha. Ele é da geração Z, geração digital, e cai em uma instituição, seja ela pública ou privada, universidade, faculdade ou centro universitário, que exige dele memorização, comportamento padronizado, quieto, que ele se molde dentro daquela postura que não é desse século, então os alunos não se veem.

Lamentavelmente, a formação acadêmica do Brasil não tem como foco o aluno

e não atende às demandas da sociedade nem do mercado de trabalho. Então, se eu tivesse a caneta, eu ouviria todos e tentaria conceber um projeto de política educacional que compreendesse e acabasse com essa dicotomia entre educação básica e educação superior, e que trouxesse para a educação superior algo que considero fundamental: a educação contínua e permanente.

Eu não consigo entender por que uma pessoa ingressa na educação superior e tem que fazer vários processos seletivos para mestrado, doutorado e pós-graduação *lato sensu*. Na verdade, quando você ingressa na educação superior, você tem que ingressar e ir até onde os seus anseios, suas aspirações desejam que você faça. Nenhum nível educacional tem terminalidade, temos que ter uma educação contínua e permanente. Mas, graças a Deus, eu não tenho essa caneta e nem pretendo ter.

Iara para presidente do Brasil! Celso, você concorda com tudo que a Iara falou, você quer fazer mais algum complemento?

Celso Niskier: Concordo com tudo e começaria também por uma ampla

discussão. Agora, duas ações que eu penso que assinaria: primeiro, abrir o protocolo de medicina. Abram o protocolo de medicina!

Não tenham medo de receber propostas, não é obrigado a aceitá-las, elas podem passar por um crivo rigoroso, como tem que ser. Abram o protocolo, deixem que as instituições façam suas propostas. Em segundo lugar, abram linhas de financiamento para que as instituições possam investir em novos equipamentos. A medicina hoje é baseada em tecnologia. Os laboratórios das faculdades de medicina do Brasil estão aquém de todos os outros que conhecemos no mundo, e temos visitado pela ABMES a Rússia, China, Israel... Acredito que precisamos dessas duas ações.

Acreditem no empreendedor brasileiro, abram um protocolo e deem as condições de financiamento que são dadas para a indústria brasileira. Deem também para as escolas de medicina brasileiras! Os empreendedores, certamente, farão bom uso dessas verbas. Obviamente, não há fundo perdido, elas serão pagas e teremos uma modernização. De fato, a

criatividade vai poder aparecer na prática. Abram os protocolos e abram linhas de financiamento.

Iara de Xavier: Eu concordo com tudo que o Celso aponta aqui como necessidade e é evidente que a Covid-19 explicitou todos esses problemas, e qual foi a solução que o governo federal deu para a carência, principalmente de médicos? A medida provisória e a Lei nº 14040, que antecipa formação de médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos e dentistas.

Quando o governo encaminha uma medida provisória, incentiva a aprovação dessa lei que evidentemente explicita que há necessidade desses alunos que não integralizaram os seus currículos irem para o mercado de trabalho. Ele está dizendo, nas entrelinhas, que há uma carência, porque o protocolo do MEC está fechado para medicina desde 2012. Ele foi fechado em 2012 e até hoje permanece fechado, com uma série de ações “Mais Médicos”, isso e aquilo, mas que, na verdade, até o TCU tem um relatório que prova que esses programas não resolveram o problema e não alcançaram seus objetivos. Temos mais de 7 mil profissionais de saúde atuando no mercado de trabalho que não concluíram as suas graduações, que tiveram um período de

integralização menor do que aquele estabelecido pelas diretrizes curriculares e pelas próprias resoluções do Conselho e do MEC.

Pegar um aluno de medicina que não concluiu o internato, que trabalhou 75%, mas que ainda restava 25% desse internato... Quem é da saúde sabe o impacto disso na hora do exercício profissional. Fica evidentemente declarado pelo governo federal e MEC que há uma carência e eu concordo. Por que esse receio? Vamos abrir um protocolo e definir critérios não rígidos, mas altamente rigorosos para aprovação desses cursos. Projetos inovadores, equipamentos, enfim, conceitos mais altos, e deixar que o setor se regule e apresente propostas nessa situação. Creio que já passamos do momento e não existe no mundo uma história como essa: são quase 10 anos de protocolo fechado, sem nenhuma justificativa.

Ótima reflexão, professora Iara. No âmbito do CNE, eu passo de volta a bola ao professor Romão. Como lidar com toda essa situação? Algo para se editar a respeito disso?

Maurício Romão: Eu endosso completamente as manifestações desses dois grandes baluartes da nossa educação que têm muito conhecimento da educação brasileira e, no caso da Iara, até com a expertise na área de saúde pública, em especial. Vejo também com muita preocupação esse fechamento

do protocolo. Já são quase 10 anos que estamos nessa situação. Temos manifestações de que, na área médica, a densidade de médico por cada mil habitantes é muito baixa no Brasil, diferentemente de países vizinhos. Uruguai, por exemplo, Argentina, isso para não falar em Cuba, que tem uma densidade, se eu não me engano, de quase oito médicos por cada mil habitantes. Aqui estamos na base de dois médicos por cada mil habitantes.

Sobre a questão da divisão regional, essa assimetria precisa ser vista também com preocupação, porque temos uma sociedade díspar, diferenciada social e economicamente, que precisa ter atenções localizadas para não aumentar essas desigualdades, que já são muito intensas.

Nós temos a questão interior *versus* capital, mas, fundamentalmente, temos uma carência de médicos, de escolas de formação de medicina. Então, é preciso que haja uma compreensão mais sistêmica desse problema, inclusive com os conselhos profissionais porque, por exemplo, na minha comissão, no mês de janeiro, eu convidei o Conselho Federal de Medicina para fazer sua apresentação e o conselheiro afirmava que foi feita uma pesquisa interna e 100% dos profissionais da área de saúde se manifestaram contrários a qualquer flexibilização EAD, mesmo durante a pandemia.

Há uma tendência clara, explícita, específica e reativa aos avanços tecnológicos na área. É como se estivesse querendo evitar que a tecnologia adentrasse ao campo médico, como o Celso nos lembrou agora há pouco sobre a telemedicina. É impossível evitar que a tecnologia avance. Por exemplo: qual foi a primeira reação dos motoristas de táxi quando o Uber apareceu? Foi tentar desacreditar os motoristas do Uber, fazer greve etc. e hoje tiveram que se moldar em todos os países. O Uber emergiu graças ao *smartphone* e a maioria dos países ainda está tentando regulamentá-lo, mas quando terminar a regulamentação, o Uber já não terá mais nenhuma importância, porque o carro autogerido é que estará imperando.

As patentes que mandamos para credenciamento, se demorarem mais de três anos já estarão ultrapassadas. Estamos vivendo uma época que está sendo chamada de “época das acelerações”, de grande velocidade na tecnologia e isso traz um desafio, porque a capacidade de adaptabilidade do ser humano a esse crescimento exponencial é muito baixa. Nós temos que estar em um eterno aprendizado, como a lara colocou, para poder minimamente acompanhar o que está acontecendo.

Um novo formato da educação brasileira pelos aspectos avaliativos e regulatórios

ensejaria essa visão moderna. O estudante não pode chegar em uma escola e todo pensamento, toda cultura ser analógica, do século passado, enquanto as coisas aconteceram. Vimos na pandemia a capacidade do setor privado, por exemplo, de se adaptar às mudanças, porque já vinha trabalhando paulatina e progressivamente nesse aspecto. Então, acredito que o grande legado da pandemia foi despertar a cultura digital no Brasil, aliás, no mundo todo.

Eu nunca tinha feito, por exemplo, um *podcast*, uma videoconferência. Hoje, faz quase um ano que não nos reunimos no CNE, no entanto, a nossa produtividade, se não aumentou, no mínimo permaneceu a mesma porque a modernidade ensejou um comportamento diferenciado. Há muito o que se fazer nessa área, muito o que se pensar. Os conselhos, que são criados por lei federal, têm uma compleição jurídica autárquica, tem até poder de polícia, podem caçar e multar. Os conselhos têm um aparato para eles, então procuram, naturalmente, e é mérito, zelar pela profissão, regular, fiscalizar a atuação dos profissionais etc.

O que não pode, e acontece com frequência, é extrapolar dessas competências e invadir o campo regulatório avaliativo do MEC, e o CNE está sempre atento a isso. Acredito nessa *concer-tación* (a Lara não usou o termo, mas propôs essa grande reunião, compreensão). A formulação de um novo aparato educacional para o Brasil envolveria o chamamento a essas entidades profissionais, porque o que está acontecendo é que elas estão muito reativas aos avanços tecnológicos. Na área de saúde é patente, não querem nenhuma coisa que lembre os cursos intermediados por tecnologia, com medo de que isso possa, eventualmente, trazer, no futuro, uma dispensa do profissional e eles sejam direcionados mais especificamente para outra área que não aquela da formação conteudista atual. É preciso um grande repensar, e, naturalmente, não é agora que traçaremos essas diretrizes, mas já deixemos patente que o modelo exige uma nova configuração e é preciso que nos reunamos para “bater em cima” dessa técnica, pois senão daqui a três anos a Carol já estará na 30ª edição do *podcast* e estaremos dizendo a mesma coisa.

Tem toda a razão, professor Romão. Realmente é uma mudança de cultura, é como se estivéssemos nadando contra um tsunami; mas eu já faço um apelo aqui, professor Romão, principalmente em relação ao Conselho de Odontologia porque, quando vamos

ao dentista, aquele barulhinho daquela máquina, pelo amor de Deus, tem que evoluir. Não é possível!

Celso Niskier: Carol, o professor Romão lembrou que medicina também é uma questão de saúde mental, e sabemos que agora na pandemia a população tem sofrido com essas questões.

Lara de Xavier: Queria dizer que concordo com o professor Celso quando falou que os profissionais de saúde estão não só atuando diretamente na Covid (porque a Covid só agregou), mas as outras enfermidades continuam. Os problemas de saúde infantil, do adulto, as cardiopatias, o câncer, o Alzheimer, enfim, nada acabou para dar lugar à Covid, e todos os profissionais de saúde atuam no nível da promoção, prevenção, recuperação e reabilitação. E a Covid, como um grande cenário ainda a ser descoberto. Os profissionais de saúde, todos os que estão na assistência à Covid, mas também os demais profissionais que estão tocando os postos de saúde, as unidades básicas, os hospitais, e outras enfermidades, são heróis e merecem aplausos de todos nós. Faço votos para que eles, de fato, consigam ajudar e responder a essa necessidade de saúde da população.

E em relação à questão da tecnologia, o que eu penso sobre os conselhos é que há um grande preconceito. Não existe nenhum estudo científico pautado em evidências que comprove que o uso da

tecnologia é inapropriado à formação na área da saúde. É tudo discurso, é um preconceito que vai passando: “porque a prática não pode”, “isso não pode”. Eu dei aula durante anos em graduação, mestrado em enfermagem, em doutorado na área da saúde e sei que pode.

O grande receio dessas pessoas é a tecnologia substituir o professor. De nenhum modo! Se o professor se atualiza, instrumentaliza, passa a entender a área do Celso, que é a inteligência artificial, robótica e todas essas coisas, ele usará tudo isso em benefício do processo ensino-aprendizagem. Na verdade, nenhuma tecnologia substitui a mente humana, o ser humano.

É só se recolocar nesse cenário novo e saber conviver com a tecnologia, que é produto do ser humano. A tecnologia é produto do conhecimento, e o conhecimento é uma competência, habilidade do ser humano. É fundamental que isso seja entendido, e a Covid ajudou muito nessa desconstrução.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um livro, série, filme, curso, vídeo ou até mesmo um podcast que trate sobre o tema que debatemos neste episódio.

Indicações:

Livro: [“Cura: uma Jornada pela Ciência do Poder da Mente sobre o Corpo” – Jo Marchant](#)

Livro: [“Obrigado pelo atraso: Um guia otimista para sobreviver em um mundo cada vez mais veloz” – Thomas Friedman](#)

Livro: [Os sete e-books desenvolvidos pela Edux Consultoria](#)

Ficha Técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 4

**A evolução da
Covid-19 e o
planejamento das
instituições de
educação superior**

08/04/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente
da ABMES
e reitor da
UniCarioca



**Maria
Helena
Guimarães
de Castro**

Presidente do
Conselho Nacional
de Educação (CNE)



**Margareth
Dalcolmo**

Pneumologista e
pesquisadora da
Fiocruz



**Sólton
Caldas**

Diretor
executivo
da ABMES

Episódio 4

A evolução da Covid-19 e o planejamento das instituições de educação superior

08/04/2021

PARTICIPANTES:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

Margareth Dalcolmo, pneumologista e pesquisadora da Fiocruz

Sólon Caldas, diretor executivo da ABMES

Diante do avanço dos casos de Covid-19 e a nova onda de restrições para o funcionamento das instituições de educação superior (IES), a ABMES convidou a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Maria Helena Guimarães de Castro, e a pneumologista e pesquisadora da Fiocruz, Margareth Dalcolmo, para um bate-papo virtual, que foi feito no dia 24 de março. O evento *on-line* foi uma excelente oportunidade para sabermos a situação atual da pandemia no país e entendermos melhor as perspectivas para as instituições daqui para frente. O debate foi muito rico e teve a coordenação do diretor-presidente da ABMES, Celso Niskier,

e a participação do diretor executivo da ABMES, Sólon Caldas. Vamos conferir agora os melhores momentos!

Celso Niskier: Estamos chegando a 300 mil mortos pela Covid, mais de 3 mil mortes por dia. Imaginem essa taxa de mortes projetada ao longo de um ano? Mais de 1 milhão de pessoas morrerão se não fizermos nada a respeito. Nós, instituições de educação superior, temos nos adaptado a essa nova realidade desde o ano passado através das aulas remotas, mas sabemos que chegou a hora, em algumas situações, de fecharmos as nossas atividades por um tempo para colaborar com a ciência,

com o país, com a solidariedade que se espera de nós.

Margareth Dalcolmo: A saúde e a educação são irmãs, trabalham juntas o tempo inteiro, a verdade é que uma não pode viver sem a outra.

O que nós sabemos é que não estamos vivendo uma situação de um patógeno completamente novo entre nós. Os coronavírus são nossos velhos conhecidos. Há 17 anos nós tivemos duas coronavírus anteriores ao Sars-CoV-2, que foram a Sars e a Mers, e muitas pessoas nos perguntam por que essas coronavírus não desapareceram. As viroses respiratórias costumam desaparecer entre os seres humanos, mas essa não será a mesma coisa. O Sars-CoV-2 é um vírus que não desaparecerá das nossas vidas, ou seja, permanecerá entre nós. Ficaremos em uma situação endêmica, porque as anteriores não foram tão pandêmicas quanto essa. O Sars-CoV-2 será incorporado ao que nós chamamos de “painel de vírus”, que é o que nós usamos quando temos sintomas e doenças suspeitas de viroses. Os coronavírus são nossos velhos conhecidos, porém, esse teve um comportamento de disseminação totalmente diferente.

A ciência e a história sempre nos ensinam. A revista Science, que já existia em 1919, publicou em uma página após a gripe espanhola que o bom senso deve prevalecer. Já dizia na revista de maior

prestígio médico que era preciso evitar aglomerações e cobrir o rosto ao tossir. O bom senso não é uma descoberta, mas falta tanto nesse momento entre a nossa sociedade, que infelizmente ainda não aprendeu. A outra coisa que é importante que todos saibam, que não é retórica, é que as medidas ditas não farmacológicas fazem toda a diferença no controle de uma epidemia. Não é remédio que resolverá essa epidemia, são as medidas ditas não farmacológicas. Estudos absolutamente bem conduzidos mostraram que essa curva aguda, com esse pico agudo, é o que acontece em uma comunidade em que todo mundo continua festejando, ministrando aula presencial, fazendo eventos, espetáculos, viajando, aglomerando... E a outra são nas comunidades onde as medidas de controle são usadas e, sobretudo, a capacidade do sistema de saúde, que hoje é essa tragédia que vemos no Brasil.

Há filas de pessoas para serem hospitalizadas e já se democratizou a epidemia de uma maneira muito perversa, em um certo sentido, porque hoje nem mesmo quem tem bons seguros de saúde consegue ser internado facilmente. Neste momento, eu tenho dois doentes nas emergências dos hospitais privados no Rio de Janeiro com ótimos seguros de saúde, mas não há leitos disponíveis. Temos visto famílias desesperadas, nos telefonando e nós não temos leitos, porque não podemos tirar um paciente

e colocar outro; é aquela coisa dramática, simbólica, da chamada “escolha de Sofia”.

Infelizmente já existe a prática em escolher quem usará um respirador ou quem não usará. Nunca pensamos que chegaríamos novamente a esse ponto, como os países que nos antecederam viveram, mas chegamos a viver o primeiro pico epidêmico no Brasil no meio do ano passado.

Essa é a origem do Sars-CoV-2, muitas pessoas nos perguntam. Sei que essa foto é muito chocante, mas é uma foto real.

Entendendo a origem do SarsCov2



Esses mercados, conhecidos como “mercados molhados” da China, infelizmente continuam funcionando. Foram fechados durante algum tempo, mas estão todos abertos novamente. Eu conheço muito bem esses mercados, visto que já fui à China muitas vezes, e é realmente muito impressionante para nós, pois eles comem esses animais exóticos. Embaixo dessas prateleiras,

ficam as gaiolinhas com os mamíferos, inclusive o pangolim, que é um mamífero que parece um tatu brasileiro, possui a pele grossa e foi o vetor que atravessou essa barreira do mundo animal ao mundo humano. Trago essa informação, pois alguns ainda nos perguntam se o vírus foi criado em laboratório e isso é completamente uma tolice. Infelizmente ou felizmente, o vírus não foi criado em laboratório. Ele atravessou a barreira do mundo animal. Por exemplo, os morcegos são animais gregários de temperatura alta, são portadores de grandes quantidades de vírus.

O conhecimento nos mostrou uma avalanche de publicações científicas. Temos mais de 100 mil *papers* publicados. Se vocês utilizarem o buscador PubMed® com a palavra ‘Covid-19’, é inacreditável tudo que a ciência humana pôde criar. O Sars-CoV-2 é um vírus da família dos coronavírus, denominado como beta-coronavírus e essa é a árvore taxonômica completamente decifrada da origem do problema. A China já publicou toda a história do início disso e esse é o trabalho mais paradigmático que mostra o primeiro caso detectado no dia 31 de dezembro. Referimo-nos ao mês de dezembro de 2019 com uma saudade, como se estivessemos falando do século passado, tal foi a mudança em nossas vidas com essa epidemia.

O primeiro caso foi detectado em 31 de dezembro e já no dia 3 de janeiro de 2020 os chineses tinham decifrado o genoma e depositado junto à OMS. Portanto, o mundo todo ficou à par de que estávamos diante de uma situação nova.

A Covid-19 é uma enfermidade muito conhecida por nós, médicos, e está definida como uma enfermidade longa e bifásica, caracterizada por um período de duração de, no mínimo, duas semanas, por isso é que sempre dissemos que tem que afastar do trabalho, dos contatos, no mínimo por duas semanas. Após esse período, mesmo que a pessoa ainda tenha um PCR positivo, não é mais contagiante e liberamos para retomar a vida e o trabalho se estiver bem, porque já são frações de RNA que o indivíduo fica portador em suas fossas nasais, mas não são mais replicantes, portanto, não são mais contaminantes. Então, caracteriza-se por essa fase inicial viral que é muito importante, seguida de uma fase inflamatória na segunda semana, que é quando a maior parte das pessoas entram em um quadro complicado. Quando são sintomas graves, a pessoa já apresenta nos primeiros dias um quadro grave, mas são poucos os casos que evoluem assim.

A maioria dos casos piora no final da primeira semana e, portanto, este é um período que pedimos sempre a atenção de todo mundo: a passagem

da primeira para a segunda semana. É preciso deixar evidente que a Covid-19 não é uma pneumonia. Originou da China como se fosse uma pneumonia atípica, no entanto, é uma doença sistêmica e isto foi definido pela revista *Nature*, que é a revista do mundo médico de maior prestígio.

Durante o ano de 2020, a Covid foi decifrada como uma doença capaz de comprometer qualquer órgão do corpo humano, atravessar a barreira do sistema nervoso central e causar doenças. Há pacientes que saem da doença com muito pouco comprometimento pulmonar, mas quadros neurológicos muito graves, com sequelas. A Covid-19 é definida como uma doença “tempestuosa” e possui diferentes padrões. Vocês todos já tiveram alguém da família doente, mostrando que o pulmão tem 10%, 25%, 50% de comprometimento... Os radiologistas definiram uma maneira para mostrar o quão polimorfa ela é.

E o que nós descobrimos e nos decepçionamos nesse um ano de pandemia? Caíram por terra todas as possibilidades terapêuticas, ou seja, a Covid-19 é uma doença para a qual não há tratamento medicamentoso. Cloroquina, Ivermectina, Nitazoxanida, esses “saquinhos de ilusão” que são distribuídos por aí de maneira absolutamente falaciosa, não servem para nada, não curam, não impedem um caso leve de ficar grave

e tudo isso está demonstrado pela melhor ciência, por estudos que nós respeitamos chamados “controlados e randomizados”. Antivirais conhecidos no Brasil usados para a AIDS, como Lopinavir e Ritonavir, também foram testados através do estudo Solidarity (Solidarity), do qual o Brasil inclusive participou, coordenado pela Fiocruz, mas não mostraram resultado algum em termos de prevenir o agravamento. Finalmente, o Remdesivir, que muito nos perguntam e por isso comento: foi recentemente registrado na Anvisa e, provavelmente, terá uma vida muito curta entre nós. É um medicamento muito caro que, ao meu ver, terá problema para aprovação porque a Conitec, que é o órgão que deve reger a aprovação para incorporação no SUS, dificilmente o fará. É um fármaco caríssimo e com uma indicação muito restrita para pacientes em terapia intensiva fora do ventilador. Portanto, isso dará margem a muitos processos de judicialização, o que é mais um problema para o Brasil tratar nesse momento.

Nós aprendemos a anticoagular de maneira adequada os pacientes, com a utilização de corticoides, que é o que realmente impede a mortalidade em muitas situações e o que nós chamamos de “maneiras conservadoras de se ventilar um paciente”. Hoje, intubamos muito menos do que o fazíamos no início da epidemia porque ficamos com uma prática muito maior em utilizar

essas práticas conservadoras, pronar o paciente, ou seja, virar de bruços, e mesmo aqueles casos não tão graves, que estão em casa, nós pedimos para fazer durante meia hora cada vez, somando 3 horas por dia, pois é muito importante, ventilação não invasiva, oxigênio por cateter de alto fluxo.

Atualmente, a nossa grande preocupação são as sequelas. Eu poderia dizer que a reabilitação de pacientes pós-Covid é quase uma especialidade médica nova. Há serviços de grande porte que estão sendo organizados para tratar de pacientes, dado ao número de sequelas, seja respiratória, neurológica, vascular e até psiquiátrica, pois muitas pessoas ficam incapazes de retornar ao trabalho devido às sequelas de alteração de comportamento, depressão, sobretudo, dos sobreviventes de formas graves da doença.

Em relação às vacinas, creio que é muito importante passar essas informações para vocês: o ser humano foi capaz de um feito absolutamente extraordinário. Todos sabem que a vacina é um processo longuíssimo, leva anos para ser feito e demonstrado. Por exemplo, a última vacina da influenza levou quatro anos para ser incorporada (e já foi rápida). Há vacinas que levam décadas. Nesse sentido, existir quase 200 grupos pesquisando vacinas no mundo e hoje haver praticamente nove vacinas aprovadas para uso clínico, sem

dúvida, é um feito extraordinário. No entanto, novamente a questão da desigualdade social se impõe, e 10 países compraram 75% das vacinas disponíveis no mundo, e o Brasil, infelizmente, errou. Não fomos capazes de fazer as negociações no tempo certo. Se, por um lado, fomos capazes de desenvolver ensaios de fase 3 de grande qualidade no Brasil, como fizemos com a CoronaVac, Sinovac, AstraZeneca, Pfizer e Johnson, por outro, não negociamos com esses produtores no momento certo. Perdemos o *timing* precioso e hoje estamos “de joelhos”, digamos assim, buscando adquirir vacinas nesse mercado tão desigual que mencionei.

É evidente que o Brasil acertou em fazer parceria com essas vacinas ora aprovadas, mas elas não são produzidas em números suficientes para que nós consigamos. O que precisaríamos fazer hoje para mitigar e ajudar a controlar a transmissão da Covid-19 no Brasil? Precisaríamos vacinar, no mínimo, 1 milhão de brasileiros por dia, o que é perfeitamente factível, pois o Brasil é um país que sabe vacinar. Vacinamos 80 milhões de pessoas todos os anos para gripe com uma eficiência enorme do sistema de saúde pública, inclusive as vacinas da gripe estão prontas para a campanha deste ano, mas precisamos vacinar contra a Covid-19. Temos que ter todas as negociações possíveis para ter vacinas disponíveis, não só essas que estão sendo produzidas, porque

nós precisaremos vacinar rápido e se não cobrimos 70%, pelo menos, nesse semestre, teremos um ano de 2021 ainda muito difícil no Brasil.

Há negociações para a vacina russa Sputnik 5, que é uma vacina também muito boa, semelhante e da mesma plataforma que a vacina da Oxford AstraZeneca, porque ela é feita com vetor de adenovírus. Inclusive, posteriormente, elas podem ser testadas para utilização. Apenas para que vocês saibam, a vacina ChAdOx1 é a que a Fiocruz já está fabricando aqui. Todos nós que tomamos a primeira dose em janeiro, seremos vacinados em abril com a segunda dose. Já tomaremos a vacina produzida completamente no Brasil pela Fiocruz. Esse é apenas um modelo mostrando que foram feitos os estudos de fase 3 em aproximadamente 60 mil voluntários. São estudos muito bem controlados e a vacina AstraZeneca mostra uma redução de praticamente 100% de casos graves e hospitalizações. Portanto, ambas as vacinas, a CoronaVac e a AstraZeneca, têm capacidade de reduzir morte e hospitalização de caso grave muito grande, que é exatamente o que precisaríamos neste momento no Brasil.

A AstraZeneca teve um processo de transferência de tecnologia muito positivo. Foi negociada a um custo humanitário com quem detém a patente, que é a AstraZeneca. O custo é de \$ 3,16 a

dose, é a mais barata e, seguramente, em termos de saúde pública, é a que terá maior impacto no Brasil.

Corroborando a informação que eu dei anteriormente, infelizmente o mundo é injusto mesmo e não haverá vacina para todo mundo. Se somarmos tudo o que está nesse *slide*, não há mais do que 3 bilhões e pouco de doses, e o mundo tem quase 8 bilhões de pessoas. Por fim, gostaria de alertá-los sobre a situação do Brasil. Estamos vivendo o momento mais grave da epidemia, com a disseminação de novas variantes. O que propiciou isso foi a taxa de transmissão muito alta e as medidas não tomadas de restrição, favorecendo que as variantes ocorressem. Por quê? Porque vírus mutam o tempo inteiro. O SARS-CoV-2 nem é um mutante muito mutante, mas ele já tem mais de 400 mutações determinadas pelos cientistas.

Atualmente, existem três variantes de grande circulação: a do Reino Unido, a da África do Sul e a chamada “brasileira”, que foi detectada no Japão, mas é originária da Amazônia e, provavelmente, já estava disseminada em alguns locais. As variantes brasileiras e sul-africanas são muito semelhantes e nós temos, no Brasil, que incentivar e financiar estudos de sequenciamento viral.

Hoje temos cerca de 400 mil sequenciamentos genômicos (metade feitos

no Reino Unido que tem investido pesadamente). No Brasil, sabemos que as variantes já são predominantes em sete estados com esse avanço, provavelmente, ocorrido do dia 11 de março para cá (dados fornecidos pelo professor Cesar Victora, o nosso maior epidemiologista). A situação é muito grave, quanto mais o vírus circula e se reproduz, mais mutações ocorrem. A maioria dessas mutações não são relevantes, mas elas passam a ser quando mudamos a capacidade de disseminação, ou seja, quanto mais aglomeração (ônibus, BRTs, metrô lotados, sem fiscalização) mais estamos propiciando um “caldinho” de cultura para a mutação viral, e isso pode ameaçar as vacinas, sem dúvida nenhuma. Muitos nos perguntam isso com muita angústia, mas respondo com toda a tranquilidade: até o momento, as vacinas que estamos usando são capazes de cobrir as variantes. E todas as variantes têm em comum a mesma exigência: máscara, distanciamento e tudo isso que nós temos dito.

Por fim, quero mostrar algo que é muito triste, porém, muito bem estudado, que é a questão da mortalidade no Brasil e no mundo. Enquanto o mundo tem uma tendência de redução da mortalidade, no Brasil a nossa tendência é uma curva quase vertical. É muito triste a situação brasileira se comparada com o resto do mundo e, quando avaliamos por região, todas elas, sem exceção, têm tendência de aumento.

Por fim, gostaria de dizer que há fatores de risco nitidamente determinados, e um deles é a idade. Por isso, a postura do Brasil de vacinar primeiramente os idosos foi correta e estou segura de que temos que vacinar também o pessoal da educação, uma vez cobertos os idosos, e os profissionais de saúde. E são todos os profissionais da educação, não só professores, para que possamos começar a reativar. Não podemos ter um outro ano letivo tão comprometido quanto foi 2020. Todavia, não sabemos ainda quantas pessoas foram infectadas, mas estimamos que para cada caso detectado, tenhamos pelo menos quatro outros casos a serem avaliados. Não sabemos porque alguns evoluem para forma grave e outros não (são respostas que ainda precisamos conhecer), Não sabemos todas as sequelas, não conhecemos todos os fatores de risco, não sabemos por quanto tempo as vacinas trarão imunidade, ou seja, quanto tempo depois das doses precisaremos novamente vacinar e, seguramente, não sabemos se teremos outras ondas e como poderemos associar vacinas de plataformas diferentes.

O que nós sabemos é que as medidas de contenção funcionam e que o fechamento das cidades por, pelo menos, duas semanas, como tenho defendido, é absolutamente inevitável e fundamental para conter a transmissão e, sobretudo, não propiciar o

aparecimento de novas variantes. E que a vacina é a arma mais poderosa para essa virose, sendo necessário vacinar muitos e muito rápido.

Essas são considerações que eu gostaria de trazer para nossa reflexão e alertá-los que se essas medidas são duras, antipáticas, elas também são absolutamente necessárias. Foram tardias, deveríamos tê-las feito, assim como deveríamos ter negociado antes as vacinas. Esse é um momento que temos conversado bastante com a iniciativa privada, eu particularmente tenho conversado muito, inclusive virei amiga, com a mulher extraordinária que se chama Luiza Trajano. Estamos mobilizando a iniciativa privada para ajudar na logística da vacinação. Isso será muito importante, então cabe ao governo federal ter vacinas e cabe à iniciativa privada, de maneira potente, generosa, presente, no sentido de atenuar um pouco essa nossa enorme desigualdade, propiciar condições de transporte, de armazenamento. Essas são as informações que eu, com prazer, compartilho com todos vocês e agradeço muito a atenção.

Celso Niskier: Doutora Margareth, é muito bom e importante compartilhar conosco não só o que já sabemos, que é um pouco, mas, principalmente, o que não sabemos sobre a doença. Essa atitude de humildade perante a gravidade do assunto e o pouco conhecimento

científico é a postura adequada de todos os que têm responsabilidades com o país. Precisamos ficar humildes para entender que muito pouco sabemos até o momento. É um avanço enorme já termos tantas vacinas em pouco mais de um ano, mas ainda há muito o que não conhecemos, por isso o cuidado é fundamental. A respeito da iniciativa privada, eu quero dizer com muita alegria que, através do nosso vice-presidente da ABMES, Daniel Castanho, já estamos nos engajando junto à empresária Luiza Trajano no apoio às vacinas e no apoio logístico, porque esse é o nosso papel enquanto entidade representativa do setor. O Daniel, inclusive, está incumbido de nos representar perante esse grupo de empresários que já estão atuando, e fico feliz por saber que estão atuando com a sua importante e competente orientação. Quero lhe parabenizar pela defesa da prioridade para o profissional de educação, porque essa é a postura da ABMES. Formalizamos isso junto ao Ministério da Saúde, temos formalizado ao próprio presidente Jair Bolsonaro. É importante que os profissionais da educação tenham, de fato, a prioridade após os idosos e os profissionais de saúde, estes que estão na linha de frente e merecem todo o nosso apoio e homenagem.

Recentemente, alguns prefeitos e governadores estabeleceram um feriado prolongado nos municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, que até

serviu para uma certa polêmica, já que a discussão passou a ser: as escolas fechadas, mas os bares abertos. De qualquer forma, está compreensível através de sua fala e recomendação, pelo menos duas semanas de *lockdown* para que possamos conter o avanço da pandemia. A pergunta que eu faço é: esses 10 dias serão suficientes ou é uma iniciativa que precisará ser renovada mais para frente? Eu pergunto isso porque nós, como empreendedores educacionais, queremos nos planejar para as próximas semanas e meses.

Margareth Dalcolmo: Professor Celso, não são 10 dias, o que nós estamos propondo é que sejam duas semanas. A sua pergunta é super pertinente, pois não adianta fechar a escola de novo como foi ano passado, em que as escolas foram o primeiro lugar que foram fechados, mas ficaram abertos restaurantes, bares, boates, o que foi um escândalo, algo completamente equivocado, diferente de outros países, que fizeram fechamentos mais homogêneos. Enfim, não teve a nossa concordância com isso, mas, nesse momento, tem que fechar qualquer coisa de lazer, e, sobretudo, os transportes coletivos, que são, sem dúvida, nas grandes cidades, uma catástrofe em termos de produzir contaminação e transmissão, propiciando o aparecimento de novas variantes. Acredito que em termos de tempo, duas semanas, se conseguirmos alcançar uns 70% de distanciamento

social, global, talvez consigamos conter um pouco, tirar a pressão do sistema de saúde, porque os hospitais estão completamente exauridos e lotados. Inclusive, estamos vivendo a falta de medicamentos usados para intubação de pacientes, o que muito grave.

O Rio Grande do Sul, por exemplo, está recebendo medicamentos vindos do Uruguai por terra, tamanha a carência. Nós temos uma situação nunca vivida antes e esperamos que isso não venha a se repetir, e que consigamos controlar e continuar salvando vidas nessa situação, mas esse fechamento de duas semanas é mínimo.

Há pesquisadores que acreditam que tem que ser de três semanas porque cada dia em que você para a circulação de pessoas, para e diminui a transmissão, deixando o vírus mais inativo. Os vírus são seres ativos e eles precisam estar dentro de uma célula humana para se reproduzir, então se ele encontra um hospedeiro, ele se reproduzirá. Assim, sem dúvida, duas semanas é o mínimo que recomendamos de fechamento radical, e isso implica em fechamento de tudo aquilo que é lazer. Sabemos que as pessoas sofrem, há um ano estamos na pandemia, mas essa é a única medida capaz de ajudar a conter a transmissão.

Celso Niskier: Obrigado, doutora Margareth. Sempre temos defendido que

as escolas sejam as últimas a fechar e as primeiras a reabrir, isso por conta do impacto enorme para o futuro das novas gerações. A professora Maria Helena concordará que esses efeitos serão sentidos por gerações porque haverá uma necessidade não só de recuperação da aprendizagem, mas também de reprogramação de todo o calendário.

Margareth Dalcolmo: Não tem jeito, precisamos retomar essas negociações, e o fato é que não tem tanta vacina no mundo hoje. Como eu comentei, é uma matemática desigual: tem 3 bilhões e pouco produzidas e o mundo tem quase 8 bilhões de habitantes; 10 países já compraram 75% delas. O Canadá, por exemplo, tem 37 milhões de habitantes e está com cinco doses para cada habitante. É evidente que o Canadá não desperdiçará os insumos, pois vacinará os seus 37 milhões e doará os seus excedentes para o mecanismo COVAX, que é o que nós estamos querendo nesse momento: negociar de maneira correta com os Estados Unidos para que eles nos cedam o seu excedente. Mas isso não pode esperar, não pode ser para o segundo semestre, precisa ser agora. Precisamos vacinar a população brasileira agora. Precisamos apressar a cobertura de vacinação e cobrir rapidamente setores que são vitais não só para a economia, mas para a vida do país, como é o setor de educação. Por isso tenho defendido com tanta veemência

que todos os funcionários sejam vacinados, não só os professores.

Os alunos de uma escola do ensino fundamental, por exemplo, são perfeitamente educados, ficam de máscara, mas as escolas não têm condições financeiras de testar todos, até porque os testes ainda custam caro e não há disponibilidade. Então, é preciso que essas pessoas estejam vacinadas porque assim poderão reabrir escolas e universidades, pelo menos no segundo semestre deste ano, que é a nossa expectativa.

Sólon Caldas: A senhora tem toda razão quando defende a educação, porque essa também é uma postura da ABMES, de que a escola precisa ser a primeira a abrir e a última a fechar. Só que, para isso ocorrer, precisamos ter a segurança necessária para preservar as vidas, tanto dos alunos quanto do pessoal que atua na educação. O principal objetivo do nosso bate-papo é auxiliar as instituições de ensino em seu planejamento, nas suas ações de enfrentamento da crise sanitária e na preservação do calendário acadêmico. Em sua fala, você disse que “nós precisamos vacinar, pelo menos, 70% da população ainda no primeiro semestre”. Por outro lado, ficou evidente que não temos vacina suficiente para todos; 75% das vacinas já estão comprometidas e o nosso governo precisa mudar a postura. Se o governo não mudar

a postura em relação à gravidade da situação, teremos consequências drásticas, ainda piores do que já vivemos. No ritmo que estamos em relação à vacina, quando essa meta de 70% será atingida? E o que podemos esperar enquanto instituição de ensino ainda para 2021?

Margareth Dalcolmo: Se mantivermos esse ritmo, levaremos mais de um ano para alcançar essa meta, o que, a meu juízo, não é aceitável e razoável. Precisamos dar à vacinação o ritmo, a velocidade e a competência que nós sabemos fazer. O Brasil é um país que sabe vacinar. Vacinamos todo ano 80 milhões de brasileiros com a vacina da gripe e pretendemos vacinar mais este ano, começando no final de abril, como já anunciou o Ministério da Saúde.

Então, o que nós precisamos é ter vacina. É fundamental que a diplomacia brasileira e os mecanismos de negociação internacional façam com que nós consigamos receber parte daquilo que o mecanismo COVAX, do qual o Brasil é signatário, possa nos dar, não dos 40 milhões que foram negociados, mas que consigamos passar dos 10% negociado para 20% da população brasileira vindo do COVAX. Isso são negociações que estão em curso, mas que precisam se acelerar. No ritmo que estão, o prognóstico é muito ruim. Levaremos mais de um ano para vacinar essa proporção de população, então precisamos mudar

esse ritmo com celeridade e eficiência. E do ponto de vista da educação, como eu disse, precisaríamos prever uma abertura e funcionamento das escolas pelo menos no segundo semestre deste ano.

Sólton Caldas: Isso, obedecendo às orientações, como o uso do álcool em gel e, principalmente, mantendo o distanciamento social para que possamos, com esse ritmo de vacina, diminuir um pouco os efeitos da pandemia. Há uma pergunta interessante do nosso internauta que diz o seguinte: “eu gostaria, se possível, que a professora Margareth pudesse falar sobre a preocupação de cientistas de como o processo de impacto ambiental acentuado no Brasil poder levar a um novo caso de vírus pandêmico”. Ele fez uma correlação entre a questão ambiental com o surgimento de novos vírus. Como é que os cientistas estão vendo isso?

Margareth Dalcolmo: A pergunta é boa e pertinente. Sabemos que a Amazônia brasileira, por exemplo, que tem sido tão maltratada, se continuar a ser maltratada e desmatada dessa maneira desordenada, seguramente corremos o risco de ter uma nova epidemia surgida ali, uma vez que ela é, talvez, o maior celeiro de coronavírus na nossa flora e fauna devido ao ecossistema complexo. Não há dúvida de que a questão ambiental é absolutamente fundamental. Da mesma maneira como aglomerar cria a mutação viral e propicia a

transmissão, se nós não cuidarmos do nosso ecossistema, sobretudo desse ecossistema tão precioso que é a Amazônia, seguramente propiciaremos futuras epidemias.

Celso Niskier: Agradecemos a apresentação que a doutora Margareth nos trouxe, com todos esses alertas a respeito do que sabemos, do que não sabemos, dos cuidados necessários e do que funciona, do que a ciência já sabe que funciona como cuidado e daquilo que é só especulação, credence, ou pior, muitas vezes, briga ideológica. É necessário que saíamos desse imenso Fla-Flu que vivemos no Brasil. Muitos não aguentam mais essa batalha permanente por quem está certo ou errado. Deixemos a ciência, que tem uma tradição longa de sucesso na capacidade preditiva, que já produziu dezenas de vacinas em um prazo tão curto, que está à frente de organismos como a Fiocruz e o Instituto Butantan, que serviu de base para a estruturação do SUS no nosso país e que garante, como a doutora Margareth comentou, a nossa capacidade de vacinação, uma vez que haja as vacinas. Deixemos que aquele patrimônio da humanidade acumulado nas últimas centenas de anos possa nos ajudar a sair da crise e tenhamos humildade para entender que muito ainda não sabemos e temos que respeitar o que não conhecemos. Essa ideia de que tudo sabemos...

O Brasil é o país dos técnicos de futebol e agora todos entendem de epidemia. Pessoal, por favor, os especialistas entendem de epidemia e entendem pouco, porque é uma epidemia nova, estão tentando construir conhecimento, alargando a fronteira do conhecimento. Então, usemos a ciência e o bom senso, e nós, como educadores, trabalhemos também para que as escolas possam, como eu disse, ser as últimas a fechar, que elas ganhem essa prioridade, esse *status* de atividade essencial, que possam reabrir assim que for possível e que nós possamos, como entidade de educação superior, continuar trabalhando com as atividades remotas, tentando preservar o caminho futuro, a jornada dos nossos estudantes. Esses são os votos que nós fazemos neste momento.

Margareth Dalcolmo: Essa é a posição que eu tenho defendido, inclusive junto às sociedades médicas. Nós temos trabalho de grande envergadura da Fiocruz, por exemplo, em áreas muito carentes do Rio de Janeiro, como o Complexo da Maré, onde vamos com frequência e temos visto como é triste ver não só as pessoas desassistidas. Assistidas na saúde, mas aquelas várias crianças, jovens, fora da escola é uma coisa muito dramática e eu penso que em um país tão desigual quanto o Brasil, sem dúvida nenhuma, esse é um pleito. Então, me coloco irmanada mais uma vez com a ABMES, com a postura muito

responsável, serena e firme que temos tido, e contem comigo, se houver qualquer pergunta de natureza técnica que eu possa lhes ajudar. Por favor, podem me encaminhar que eu terei prazer em responder, mesmo posteriormente.

Celso Niskier: Doutora e professora Maria Helena, obrigado pela presença. E que desafio para que possamos ainda ter um ano de adaptações e de alterações curriculares, não é? Bem-vinda!

Maria Helena Guimarães de Castro: Celso, eu começo dizendo que os lembretes ao final da exposição da doutora Margareth, o que nós sabemos, o que nós não sabemos e o que precisamos fazer, precisam chegar no chão da escola, precisam chegar na escola pública, na escola de educação básica, na instituição de ensino superior. Precisa chegar a toda comunidade que atua na educação porque ela traz não só um conjunto de estudos, pesquisas, evidências científicas, mas conseguiu traduzir isso de uma forma muito didática e comunicativa para que as nossas escolas e qualquer professor, estudante e família entenda do que se trata. Realmente é um prazer ouvir a doutora Margareth.

O primeiro ponto que eu quero trazer é, novamente, a partir da fala da doutora Margareth, que a educação conseguirá retomar no segundo semestre de 2021. A doutora repetiu algumas vezes que

acredita que as escolas consigam retomar no segundo semestre deste ano, a partir de julho, o que significa uma situação muito complexa a todos nós que atuamos na educação, e eu concordo com ela, pois sem a vacinação de todos os profissionais da educação será muito difícil retomarmos com segurança.

Por quê? A própria doutora indicou que para estancarmos a circulação do vírus, precisamos, no mínimo, de duas ou três semanas com tudo parado. Nós não estamos em *lockdown* e estamos em uma situação-limite do atendimento hospitalar. Então, o primeiro recado para todos que estão na educação é que, infelizmente, precisaremos, de fato, cumprir esse isolamento agora, provavelmente até, pelo menos, o final ou meados do mês de abril. É o mínimo para que tenhamos uma situação um pouco mais calma. Qual é, digamos, o grande problema que vivemos agora na educação? O professor Celso falou de todas as orientações e normas do Conselho Nacional que foram aprovadas no ano passado, até o final de 2020. Qual é o problema principal? É que essas normas sinalizavam para uma situação muito diferente da qual vivemos agora.

O professor Celso acompanhou de perto os debates do Conselho Nacional de Educação e a nossa expectativa era iniciar 2021 em uma situação mais tranquila do ponto de vista da pandemia

da Covid-19, mas já preparando um retorno às atividades presenciais que pudessem atender gradativamente a maioria dos nossos alunos, mas não é isso o que está acontecendo. Vivemos uma situação em que as escolas que reabriram no final de janeiro, início de fevereiro, fecharam. Praticamente as escolas e instituições de ensino superior já definiram que só reabrirão no segundo semestre. Então, estamos lidando com uma agenda de planejamento imprevisível, e essa é a grande dificuldade porque na educação trabalhamos o tempo todo com planejamento pedagógico, do semestre, do que faremos no ano.

Em 2020, trabalhamos com a possibilidade de apontar para um 2020-2021 e agora estamos trabalhando com a possibilidade de termos 2020, 2021 e 2022. Nós não sabemos quando as escolas retornarão efetivamente ao seu funcionamento. Então, doutora Margareth, eu entendo que seus ensinamentos são de enorme utilidade para todos nós que trabalhamos na educação.

Temos que definir, em primeiro lugar, uma estratégia para superar as enormes desigualdades educacionais que já existiam antes da pandemia, mas que foram muito ampliadas ao longo de 2020. Já sabemos que 6 milhões de crianças ficaram sem nenhuma atividade remota no ano passado, crianças essas atendidas por sistemas municipais de

ensino. Sabemos que, mais ou menos, entre 600-700 mil alunos de ensino médio abandonaram as escolas no ano passado e que tem uma grande chance de não retornarem (são alunos de 15 anos ou mais). Sabemos também que nas instituições de ensino superior a evasão está sendo enorme.

Eu ainda não tenho os números detalhados da evasão no ensino superior, mas já era um número grande e com a pandemia aumentou. Mesmo com as instituições de ensino superior tendo condições de atender com acessibilidade à internet, com boa infraestrutura, com uma mediação tecnológica que consegue chegar aos estudantes, sabemos que muitos estudantes abandonaram ou por terem que trabalhar, se virar para complementar a renda familiar, ou por não terem como pagar o curso, ou por diferentes razões, inclusive a de atendimento à família. A situação na educação é dramática e a única notícia boa que temos é que o Congresso Nacional está criando uma comissão emergencial para cuidar da educação.

Eu tive contato com a presidente da Comissão de Educação - deputada Dorinha -, e nós entendemos que é fundamental que o Congresso brasileiro trate a educação como prioridade e que possa, neste momento, apoiar a educação básica, o ensino superior público e particular, porque é disso que se trata. Nós falamos, considerando

desde a educação infantil até o ensino superior, de 57 milhões de estudantes, de uma população que é quase do tamanho da França e muito maior do que a Argentina. Falamos de milhares de pessoas que terão o seu futuro totalmente comprometido se não tratarmos com cuidado e prioridade a educação brasileira. Eu aproveito para manifestar a minha tristeza e frustração de ver que o projeto de lei que garantia acesso gratuito à internet para os alunos mais vulneráveis e para as escolas públicas não foi aprovado. Isso é lamentável.

Nós temos mais um ano sem as escolas funcionando, com muita dificuldade, inclusive com poucos recursos, porque nós temos recursos para implementar as ações normais da educação, mas não temos recursos extras para garantir acessibilidade aos alunos muito vulneráveis. Não adianta um celular por família, pois isso não resolve o problema dos três ou quatro filhos que dependem desse celular para ter acesso às atividades.

O primeiro ponto é: faz sentido manter, neste ano, a regra de que precisamos funcionar os 200 dias letivos? Eu acredito que não. Essa é a primeira grande dúvida do setor educacional como um todo porque no ano passado tivemos uma lei que decretou o estado de calamidade pública, o que assegurou, até o dia 31/12/2020, não termos que cumprir 200 dias letivos, mas termos que

garantir as 800 horas por meio de atividades remotas ou presenciais, ensino a distância, enfim, utilizando diferentes estratégias. Essa é a primeira questão, precisamos urgentemente rever o estado de emergência e de calamidade pública para dar segurança jurídica às escolas de educação básica, instituições de ensino superior, pois, caso contrário, estaremos em uma judicialização insuportável para que as escolas possam atender aos seus alunos.

Outra questão que me parece crucial e que deve ser enfrentada agora, inclusive pela comissão da Covid, é o replanejamento curricular, do qual sou relatora e o conselheiro Luiz Cury é o presidente. Precisamos definir as questões ligadas à avaliação, flexibilização acadêmica curricular e avaliação dos nossos alunos, quer dizer, a primeira pergunta é: como será a avaliação diagnóstica para que as escolas possam retomar com programas de recuperação das defasagens? E quais serão as ações de mitigação para superar as enormes desigualdades educacionais que foram aprofundadas nesse período de pandemia? A última questão que eu coloco, e vou estar aberta às perguntas do professor Celso e de todos aqueles que acompanham, é: é muito importante termos uma coordenação nacional?

Nós não tivemos, até agora, uma coordenação nacional do Ministério da Educação para garantir essa articulação

entre todos aqueles que atuam na educação brasileira. Tivemos uma ação muito importante do Consed, da Undime, do Conselho Nacional, que procurou trabalhar com os conselhos estaduais e municipais, mas não houve uma articulação coordenada pelo Ministério da Educação. Então, faço esse apelo para que o MEC crie um comitê de prioridade de articulação em torno das ações de educação básica e de ensino superior.

O professor Celso tem acompanhado o nosso esforço junto ao MEC, inclusive para tentar encaminhar uma série de questionamentos que estão ocorrendo na área do ensino superior do Brasil, e não tivemos ainda uma resposta que pacifique o sistema, para que este possa dar continuidade ao seu trabalho neste ano de 2021. Concluo dizendo que é muito importante regulamentarmos a educação híbrida. Sabemos que ela veio para ficar. Ela não é fruto da pandemia, apenas ganhou maior visibilidade com a pandemia. Muitos países estão apoiados na educação híbrida para desenvolver uma educação de qualidade a todos, e para desenvolver as altas habilidades e complementar as aulas presenciais. A educação livre só apareceu entre nós na pandemia, mas ela existe na maioria dos países e é muito diferente da EAD que o professor Celso conhece bem. A EAD é muito regulada, precisa ser revista, ou seja, toda a regulamentação da educação híbrida

precisa ser aprofundada e analisada pelo Conselho Nacional de Educação, e incluirá desde o ensino fundamental até o ensino superior e a pós-graduação.

Eu acredito que essa deve ser uma prioridade do ponto de vista regulatório e normativo do ensino superior e da educação básica no Brasil. Termino por aqui trazendo as minhas preocupações e dúvidas, lembrando que as normativas do Conselho Nacional no ano passado estão em vigor, garantem uma segurança para as escolas no ponto de vista acadêmico, mas ainda trazem alguns questionamentos e inseguranças pelo fato de não termos mais o ano de calamidade pública e, portanto, termos que cumprir os 200 dias letivos presenciais.

Celso Niskier: Obrigado, professora Maria Helena. Suas exposições são sempre brilhantes, abordando os pontos certos, aqueles que preocupam a todos nós e que são pautas do Conselho Nacional de Educação. Destaco a posição de órgão de Estado que o Conselho Nacional de Educação tem tido nesse momento, inclusive exercendo uma coordenação informal, recebendo a Undime, o Consed, as entidades representativas da educação superior para audiências públicas, debates e propondo resoluções... É muito importante ter o Conselho Nacional de Educação atuando verdadeiramente como órgão de Estado que ele é, sobre a sua liderança, junto com todos os outros

conselheiros que o compõem. Parabéns por essa atuação, professora Maria Helena. Eu quero começar com uma pergunta que os nossos associados têm nos trazido em relação à prorrogação da implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que foram objetos da Resolução nº 1 de 2020, a qual estendeu o prazo para adoção das novas DCNs em várias áreas: oceanografia, direito, educação física, engenharia, medicina veterinária, as de extensão... Está no radar do Conselho uma nova prorrogação para a adoção das DCNs?

Maria Helena Guimarães de Castro: Prepararemos um novo parecer e uma nova resolução. Deveríamos rever, sim, esse Parecer nº 1/2020, que estendeu o prazo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), pois, isso é absolutamente necessário a todos os órgãos que atuam na área. Vamos também rever algumas normas a respeito, como o *Continuum Curricular* 2020/2021, que foi tão discutido no ano passado, para poder lidar com essa transição tanto para educação básica como para o ensino superior. E agora, diante da situação da pandemia em 2021, inclusive com a possibilidade de as escolas só retomarem no segundo semestre, como bem disse a doutora Margareth, a nossa proposta é ter uma revisão mais ampla até o final de 2022, sem a qual não conseguiremos dar conta das defasagens que aconteceram

entre 2020 e que provavelmente continuarão em 2021. O grande desafio agora é como mitigar essas defasagens, enfrentar essas desigualdades e preparar as nossas instituições de educação de ensino superior e educação básica para enfrentar o que está por vir.

Celso Niskier: Quero aproveitar e lhe trazer um abraço. Recebi uma pergunta pelo meu WhatsApp do professor Arnaldo Niskier, que é seu colega da Academia Brasileira de Educação. Ele manda um abraço, parabeniza tanto a doutora Margareth quanto você pela apresentação e pergunta: afinal, esse semestre está perdido?

Maria Helena Guimarães de Castro: Muito obrigada, querido Arnaldo, meu grande amigo! É um prazer ouvi-lo de longe, sinto muita saudade das nossas reuniões da Academia Brasileira de Educação, visto que nunca mais nos reunimos presencialmente. Espero revê-lo, quem sabe no segundo semestre, depois da vacinação. Doutor Arnaldo, eu acredito que não é um semestre perdido. Ontem eu participei de um debate com várias universidades e institutos federais e está muito claro que as universidades particulares e públicas estão bem preparadas para desenvolver atividades remotas, desenvolver um ensino híbrido, trabalhar através da interação com os alunos, garantindo a mediação tecnológica e pedagógica necessária ao desenvolvimento do

ensino e das aprendizagens. Então, eu acredito que este ano e semestre não estão perdidos para as instituições de ensino superior porque elas estão bem preparadas, só precisam ter a segurança jurídica para continuarem trabalhando e ter a garantia de que os alunos acompanhem.

Porém, no caso da educação básica, vejo um universo mais desigual. As escolas particulares estão preparadas para enfrentar o distanciamento, seja em relação aos protocolos sanitários, seja em relação aos protocolos pedagógicos, conectividade, acesso e tudo o mais. No caso das secretarias estaduais de educação, creio que a maioria se preparou. Nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e mesmo na região Centro-Oeste vemos que elas estão bem preparadas. Na região Norte é onde ainda temos uma situação desigual: alguns estados estão mais bem preparados, outros menos. O maior problema está nas redes municipais de ensino. Ao final de 2020, praticamente 18% das redes municipais tinham terminado o ano sem desenvolver nenhuma atividade remota e sem condições de atender seus alunos. Em geral, nos municípios menores, que são muito vulneráveis e estão em uma situação complicada... Mesmo no caso das escolas estaduais, nós vemos que é um universo muito desigual. Algumas escolas conseguem garantir para o universo dos alunos um atendimento não presencial que

funciona, mas ainda enfrenta muitas dificuldades porque os alunos não têm acesso à internet gratuita. Nos estados de São Paulo e do Paraná, por exemplo, ocorreu a compra de pacotes de internet gratuita para todos os alunos, garantindo que os alunos conseguissem acompanhar as aulas. Muitos estados ofereceram instrumentos para os alunos, como celular, *laptop* etc. Mas isso não é uma regra porque não é uma ação compensatória do Ministério da Educação para garantir maior equidade entre os estados e municípios. Essa é a minha preocupação.

Celso Niskier: Eu tenho aqui a pergunta de um internauta, Marcelo Santiago. Ele questiona: “além da regulamentação do ensino híbrido (que aliás, é uma colaboração que a ABMES também pretende dar ao Conselho Nacional de Educação com sugestões a respeito dessa regulamentação), como fica a capacitação dos professores para essa nova realidade? Qual é a sua visão a respeito disso? Todos concordamos que o professor é o grande agente de transformação em sala de aula, mas como fica a capacitação para esse novo mundo?”.

Maria Helena Guimarães de Castro: Celso, eu entendo que a capacitação para esse novo mundo é, talvez, a política mais prioritária na preparação dos professores que atuam nos diferentes níveis de ensino e áreas, porque nenhum dos nossos professores, com

honrosas exceções, foram preparados para lidar com as tecnologias. Na verdade, eles tiveram uma enorme dificuldade. Isso não foi só no Brasil, mas no mundo inteiro e tivemos a oportunidade de acompanhar a situação. Recebo relatórios quase diários da situação de diferentes países e vemos que esse foi um problema que afetou todo o mundo. Hoje mesmo eu recebi um artigo sobre as *startups* de educação nos Estados Unidos, que estão ganhando uma presença cada vez maior nas instituições de ensino superior e de educação básica para dar apoio aos alunos e professores. Isso porque, na verdade, estamos falando também de um novo modelo de abordagem pedagógica, que precisará de avaliações e plataformas adaptativas, estruturas de apoio ao ensino e aprendizagem que o professor não conseguirá desenvolver sozinho. Ele precisará ter uma série de recursos tecnológicos e, para isso, precisará de uma formação continuada permanente.

A mesma coisa valerá para a avaliação: como é que os professores avaliarão, por exemplo, a aprendizagem dos alunos que estão longe da escola? Como é que eu vou monitorar o aprendizado dos meus alunos que estão seguindo as atividades *on-line*? Isso não é uma tarefa simples porque é preciso utilizar uma série de recursos. Como é que eu vou avaliar o aprendizado de uma criança que está no terceiro/quarto ano do ensino fundamental? É

mais fácil avaliar um aluno que está no ensino médio, mas como é que eu faço com as crianças menores? Como eu vou alfabetizar uma criança pequena a distância? Na minha visão e de acordo com a maioria dos especialistas, essa é uma tarefa quase que impossível, ou seja, é fundamental priorizar a aula presencial para a criança que está nos anos iniciais.

Nós já temos até estudos que apontam que a criança não consegue aprender nada em matéria de alfabetização por meio de atividades não presenciais no primeiro ano do ensino fundamental. Existem estudos muito bem fundamentados sobre isso de outros países.

Sólton Caldas: Apontamento fantástico acerca de todo esse processo educacional que estamos vivendo, momento ruim para todo o país, especialmente para a educação, e algumas coisas que a senhora destacou nos preocupa muito. No início, a senhora comentou sobre a falta de uma coordenação nacional do Ministério da Educação e nós sentimos isso muito, além de nos preocupar bastante desde o início em 2020, quando começou a pandemia. Houve mesmo uma falta de coordenação, e quero destacar o papel brilhante que o CNE desenvolveu neste momento de pandemia, trazendo à tona os problemas e as soluções para que as instituições de ensino tivessem um pouco de segurança jurídica. O MEC demorou um

pouco a editar as portarias e falta um pouco dessa coordenação.

Do outro lado, professora, também nos incomoda e preocupa muito a não homologação do MEC a várias questões colocadas pelo CNE. São vários os pareceres que o CNE tem emitido e não há homologação, ou há uma demora muito grande para se homologar, causando uma insegurança jurídica muito grande durante esse processo que estamos vivendo.

A senhora colocou muito bem que no Brasil não temos regulamentada a educação híbrida. Temos de um lado a EAD e do outro o presencial. É certo que temos um percentual de EAD no presencial, mas isso é outro assunto, até porque a educação a distância tradicional não são as aulas virtuais que estamos vivenciando. É preciso, urgentemente, sabemos que CNE já deu início a esse processo, inclusive o professor Celso já participou de reuniões acerca da regulamentação do ensino híbrido, mas isso é muito urgente porque quando falamos em retomar as atividades presenciais a partir do segundo semestre, essa regulamentação do ensino híbrido se faz de suma necessidade, porque é um processo que não voltará mais, como a senhora também colocou muito bem em sua fala.

Recentemente, fizemos uma pesquisa na ABMES sobre o que os alunos

estavam pensando sobre essa forma de educação que atualmente ofertamos. Constatamos que os alunos estão gostando do modelo por vários motivos, como ter interação com o professor do conforto da sua casa, não perder tempo no trânsito, não gastar dinheiro com combustível, não ter que sair correndo do trabalho para chegar às dependências da instituição de ensino para ter uma aula presencial teórica que ele poderia ter no conforto da sua casa. No momento em que fizemos a pesquisa, mais de 67% dos alunos disseram estar gostando do modelo e afirmaram querer ir à faculdade, mas para fazer as aulas práticas e manter o relacionamento com a instituição. Para isso, não é preciso ir à instituição de ensino todos os dias, como era no passado (eu vou dizer “no passado”, porque isso realmente ficará para trás).

O assunto é muito urgente e não existe regulamentação para isso. Sabemos que o CNE já se antecipou, trabalha nisso, mas qual é o entendimento entre o CNE e o Ministério da Educação sobre esse assunto? E como acomodaremos a regulação híbrida dentro do processo educacional que nós temos?

Maria Helena Guimarães de Castro: Sólon, a sua pergunta é muito importante e agradeço por fazê-la. Depois comentarei sobre o ensino híbrido, mas, primeiramente, gostaria de falar acerca da não homologação ou dos “deixo de

homologar”, que é uma tendência que tem acontecido no Conselho Nacional.

O Conselho Nacional, com o seu papel de órgão de Estado e fazendo a interação com a sociedade e com o Ministério da Educação, procura um canal de diálogo para decidir sobre essa questão do “não homologo”, que é um problema que está afetando fortemente o ensino superior brasileiro e também os trabalhos do Conselho como um todo. A educação bilíngue, por exemplo, foi aprovada em julho do ano passado, mas até hoje não foi homologada, então dificulta o andamento das ações. Dessa forma, existe um trabalho que o Conselho está fazendo junto ao MEC no sentido de agilizar esse processo, que tem sido bastante difícil.

Sobre a coordenação nacional do MEC, eu também já disse e repito: é importante isso estar previsto na Constituição Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Qual é o papel do MEC? É coordenar as políticas nacionais, embora eu já tenha escutado muitas vezes alguém dizer “não, mas o ensino fundamental e ensino médio não é responsabilidade do MEC”. Não é responsabilidade direta, mas o papel do MEC na coordenação das políticas nacionais também está definido na Constituição e na LDB.

Agora, sobre o ensino híbrido, a questão é a seguinte: primeiramente, eu preciso

do apoio, da ajuda de todos os segmentos e aproveito aqui para pedir a colaboração de vocês com uma análise jurídica sobre a questão da educação híbrida, porque nós precisaremos desse apoio para desenvolver o parecer e a resolução do Conselho Nacional de Educação. Eu peço isso a todos setores atuantes, pois, a educação híbrida requer uma mudança na LDB, então vamos a uma análise jurídica: precisará mudar a LDB? Existem segmentos que dizem que precisaremos mudá-la. Eu não tenho certeza, mas é preciso uma análise jurídica para verificar isso.

Um segundo ponto é que teremos que rever todo o parecer e a resolução da regulamentação da EAD, ou seja, ela terá que ser completamente alterada. Na verdade, no caso da LDB, quando estão estabelecidos nela e na Constituição os 200 dias de aulas presenciais, isso é um ponto a ser enfrentado, pois, na hora que estou trabalhando com educação híbrida, vou ter que dizer: “olha, a aula presencial é presencial dentro da escola ou ela pode também ser complementada por atividades não presenciais?”. Isso está na LDB, está na legislação, então tem vários aspectos na educação híbrida que vão além das atribuições do Conselho Nacional, porque o Conselho atua no limite da lei. Quer dizer, qual é o nosso limite de atuação? É a LDB? É a legislação em vigor? Por isso precisamos da colaboração de vocês, Celso, Sólon e todos que

atuam na ABMES, para nos ajudarem a desenvolver esse parecer tanto para a educação básica como para o ensino superior. Nós precisamos rastrear esse universo de pareceres e de resoluções para ver o que precisará ser alterado para regulamentarmos a educação híbrida. Junto com isso, há também uma dúvida: será que precisará de alguma lei para isso? Alguma mudança legal? Enfim, eu acredito que precisamos criar urgentemente um grupo para tratar da educação híbrida, envolvendo as entidades de todos os setores que atuam para que possamos, o mais rápido possível, regulamentar a educação híbrida. E precisamos envolver o MEC.

Tenho procurado conversar com o MEC sobre isso, mas esse não é um assunto que está na pauta prioritária deles. Creio que a pauta prioritária seja a avaliação do ensino superior, da alfabetização, enfim, não sabemos qual é a agenda prioritária do Ministério no contexto da pandemia. Queremos aprofundar o diálogo com o MEC e buscamos um canal de diálogo.

Celso Niskier: Obrigado, professora! Eu aceito o desafio de colaborarmos com o grupo de trabalho para discutir o ensino híbrido, pois considero fundamentais as suas reflexões com relação ao impacto, se isso é caso da LDB, de decretos, portaria... Eu quero só lançar uma provocação: acredito que já tenhamos um ensino híbrido. Imagina

que hoje uma instituição pode oferecer, desde que credenciada em EAD, 100% das aulas *on-line*, ou no presencial, 100% das aulas presenciais. Já existem instituições que no presencial oferecem 40% de disciplinas *on-line* e já existem instituições credenciadas na EAD que oferecem até 30% de aulas presenciais. Então, o modelo atual já permite uma combinação de aulas presenciais e não presenciais. Qual é o ponto que eu considero que mereça reflexão desse futuro grupo de trabalho? É a necessidade dos credenciamentos, a ideia de querer classificar o aluno como presencial ou EAD, e são dois credenciamentos, são duas autorizações, porque os cursos são considerados cursos de modalidades diferentes. Talvez, o que precisamos é trazer novamente a questão do credenciamento único.

A instituição credenciada está autorizada a oferecer o presencial, o presencial com 40%, o EAD, o EAD semi-presencial... Ela define conforme a característica do curso, da sua região e da sua vocação. Então, me parece que o problema se resolve quando nós pensamos em um credenciamento único e que no seu PPC a instituição estabeleça a forma como aquele curso vai ser ofertado. Portanto, já é possível fazer ensino híbrido, não precisa ter duas “entradas”. Penso que isso talvez possa servir de debate para o nosso grupo de trabalho.

Sólton Caldas: Professora, eu apenas complementarei um pouco a fala do Celso. Será que não estamos no momento de acabar com as modalidades, que é o que o Celso está propondo? Hoje tem EAD, presencial, híbrido, virtual, enfim... Se as instituições de ensino oferecem um ensino superior de acordo com o seu PPC, de acordo com a sua vocação, região e especificidades, o aluno pode escolher a forma que ele quer aprender. Inclusive, temos que trabalhar fortemente essa questão com os conselhos profissionais, porque o conselho profissional quer definir a maneira que o aluno escolhe para aprender e se formar. Muitos conselhos não querem registrar o aluno que fez a graduação na EAD ou teve parte da graduação em EAD. Se caminharmos para uma normatização, onde nós acabamos com essa questão da modalidade, então a oferta é de ensino superior, e nisto o aluno escolhe a forma que ele quer aprender, e a instituição, de acordo com as suas especificidades, oferta aquele determinado curso.

Maria Helena Guimarães de Castro: Eu acredito que essa é uma alternativa que merece ser analisada, pesquisada e aprofundada, que é o credenciamento único. Concordo inteiramente que o credenciamento para EAD é uma coisa, para o presencial é outra; concordo que isso cria uma enorme confusão. Porém, na hora que falarmos de educação híbrida, precisamos de uma resolução

que também atenda à educação básica. No caso do ensino superior, a situação é menos complicada, mas, no caso da educação básica, ela tem outros fatores que precisam ser analisados e discutidos. Nós vamos ter um diálogo com as instituições para ver como isso pode avançar. Eu entendo que é importante um parecer e uma resolução sobre a educação híbrida, exatamente para evitar o que aconteceu com a EAD, que foi criando "caixinhas", "caixinhas" e "caixinhas". É importante para atender desde a educação básica até o ensino superior, dentro das suas especificidades. Concordo que no caso do ensino superior já está ocorrendo... na verdade a legislação tem brechas que permitem isso.

No caso da educação básica, o problema é que tudo o que está acontecendo está contextualizado na pandemia, e isso não se trata do contexto de pandemia, é sobre pensar em como lidar com a educação híbrida na educação básica depois que tivermos, ou como disse a doutora Margareth, "tomando vacina todo ano porque outras pandemias vão acontecer", enfim, quando estivermos em uma situação, digamos, de maior a normalidade. Não aquela normalidade anterior, mas uma situação em que as escolas tenham simultaneamente aulas presenciais e atividades não presenciais.

Creio que esse é o nosso desafio, e concordo muito com os temas que

ocorre com o respeito do duplo credenciamento, da dificuldade da EAD. O Sólton também quando traz o ponto não só do credenciamento único, mas trabalhar também com os conselhos profissionais. Enfim, tem uma série de questões, algumas até de ordem cultural, ideológica, de que tudo que é a distância, ou híbrido, não funciona, não é bom.

Ontem, curiosamente, eu participei de uma *live* com o Instituto Federal do Sul de Minas e tinha vários institutos federais do Brasil inteiro participando. O reitor comentou que eles estavam trabalhando todos os cursos 100% *on-line*, que foi um sucesso e, agora, neste ano, a maioria dos alunos não queria o retorno do presencial, pois tinham gostado muito do *on-line*. Eu considerei muito interessante porque é um instituto federal importante, de Pouso Alegre, com 46 cursos entre técnicos, tecnológicos e de bacharelado e licenciatura. Ele disse que foi realmente impressionante a aceitação e o avanço dos cursos. Eu considerei isso muito bom, porque nós sempre ouvimos que as instituições federais de ensino superior e de ensino técnico e tecnológico são contra o ensino híbrido e as atividades de EAD, e ontem eu ouvi esse reitor e outras pessoas... Foi um longo debate, com muitas perguntas e fiquei muito impressionada de ver que está funcionando nas instituições federais e com uma ampla adesão dos professores e dos alunos. Isso é bom porque

sinaliza que temos um ambiente social e intelectual acadêmico favorável a esse tipo de debate e de tomada de decisão. Vamos ver se o MEC compreende isso para avançarmos, não é, Celso?

Celso Niskier: É verdade. E, junto com o MEC, veremos se a nossa cabeça também, nós como mantenedores, nos preparamos para esse desafio, porque pensemos: queremos voltar o quanto antes, mas e o aluno? Ele também quer voltar? Ele quer voltar para a mesma instituição que ele tinha ou para um ambiente diferente, uma sala de aula diferente, uma estrutura de laboratórios diferente, uma metodologia adequada para esse novo momento? É hora de pensar também no que faremos como mantenedores para garantir que o aluno queira voltar com o mesmo engajamento com que está tendo na atividade remota.

É por isso que eu deixo essa reflexão aqui: temos, sim, que batalhar para que haja uma coordenação central, para que o Conselho tenha cada vez mais protagonismo na discussão das políticas públicas, como é o seu papel enquanto órgão do Estado, principalmente sobre a sua liderança, professora Maria Helena. Mas nós temos que fazer a nossa reflexão profunda: vamos passar só um espanador e receber os alunos com a mesma sala de aula, laboratório, equipamento ou vamos pensar com a cabeça do estudante? Com a cabeça de quem passou um ano e meio tendo aulas remotas e não vai querer se

deslocar de casa para a instituição para ter a mesma aula que ele veio tendo em casa. Temos que usar a nossa criatividade e empreendedorismo inovador. Acredito que esse debate foi muito rico.

Estamos chegando no nosso tempo limite e eu quero agradecer, Maria Helena, pela sua presença, sempre brilhante e impactante, e quero lhe dizer que nós, da ABMES, estamos à disposição para colaborar. Inclusive, peço a todos que estão nos assistindo que nos enviem as ideias e sugestões para esse grupo de trabalho, para discutir o ensino híbrido, tanto na educação básica como na educação superior. Essa postura do Conselho, aberta, colaborativa, tem sido um destaque da sua atuação como presidente e eu agradeço muito por termos tido esse debate. Em um contexto tão trágico para o país, é importante darmos um encerramento com esse tom de otimismo. Nós sairemos dessa crise. O país sairá mais forte e consciente, e a nossa educação estará mais bem adaptada para esse novo mundo que surge no pós-pandemia. É para isso que atuamos, é para isso que hoje estivemos juntos. Agradeço a todos que participaram desse debate extremamente rico e que, certamente, deixará um legado.

Ficha Técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 5

Empreendedorismo nos currículos universitários

22/05/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



Janguê Diniz

Presidente do Conselho
de Administração da
ABMES e fundador
do Instituto Êxito de
Empreendedorismo e do
grupo Ser Educacional



**Lucas
Moraes**

CEO e
CoFounder da
Edulabzz

Episódio 5

Empreendedorismo nos currículos universitários

22/05/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Janguê Diniz, presidente do Conselho de Administração da ABMES e fundador do Instituto Êxito de Empreendedorismo e do grupo Ser Educacional

Lucas Moraes, CEO e CoFounder da Edulabzz

Hoje falaremos de um dos temas mais importantes nos dias atuais: o empreendedorismo, ou seja, da disposição ou a capacidade de idealizar, coordenar e realizar algum projeto ou apostar em um negócio. Nesse quesito, convenhamos que nós brasileiros "nadamos de braçada", não é mesmo? A nossa vocação empreendedora nunca esteve tão em alta, e com a pandemia e a crise as pessoas precisaram correr atrás, "se virar nos 30" e, de fato, empreender. Já existem números que comprovam: uma análise da série histórica da pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) aponta o aumento do empreendedorismo, principalmente em períodos de

recessão; em 2020, a projeção era que o Brasil atingisse o maior patamar de empreendedores iniciais dos últimos 20 anos, com aproximadamente 25% da população adulta envolvida na abertura de um novo negócio ou com um negócio com até três anos e meio de atividade. E a pergunta que nós faremos é a seguinte: o que será que as instituições de educação superior têm a ver com isso? Eu digo para você: tudo! Elas estão se readaptando ao mercado e precisam formar cada vez mais profissionais empreendedores, que é a tendência mundial.

Qual a importância de inserir o empreendedorismo nos currículos e no cotidiano das instituições de educação brasileira? Vocês pensam que o empreendedorismo deve ser inserido como uma habilidade ou como uma disciplina?

Celso Niskier: Olha, Carol, eu tenho o pensamento inclinado como os sócios do Instituto Êxito de Empreendedorismo, que eu tenho a honra de participar como um dos vice-presidentes. Nós tendemos a pensar no empreendedorismo como algo que vai muito além de conhecimentos ou habilidades; é a atitude que faz o empreendedor. Por isso, acredito que aprisionar o empreendedorismo em uma única disciplina de graduação é resolver erroneamente uma necessidade, que é a de preparar os jovens para o empreendedorismo. Creio que isso não se resolve aprisionando com uma disciplina. Trata-se de uma atitude que deve permear todo o curso, sob a forma de projetos e parcerias com a comunidade na solução de problemas. O empreendedorismo está evoluído e não é só mais um conhecimento adicional, mas é, de fato, um conjunto de técnicas, atitudes e habilidades que precisam ser postas em prática, por isso eu tendo a preferir os projetos pedagógicos que incluem o empreendedorismo ao longo de todo o curso.

Diria até que é multidisciplinar, não é, Celso?

Celso Niskier: Exatamente! Multidisciplinar e interdisciplinar.

Janguê Diniz: Pois é, conforme o comentário do Celso, o empreendedorismo é atitude, ação e proatividade, é estilo de vida. Eu defendo os empreendedores no meu livro “A arte de empreender”, afirmando que empreendedorismo é transformar pensamentos em ação e sonhos em realidade.

Empreendedorismo é muito mais do que criar um CNPJ, uma empresa. É transformar pensamentos em ação e sonhos em realidade. A pessoa pode empreender não só empresarialmente, mas pode empreender como intraempreendedor, trabalhando como colaborador em qualquer empresa, pode empreender em projetos sociais, pode ser até um empreendedor público, mas, antes de empreender nos negócios e empresarialmente criando empresas, a pessoa tem que ser empreendedora da própria vida.

O que é empreender na vida? É acreditar em si mesmo, e saber que é possível sonhar e transformar sonhos em realidade, com criatividade e inovação. Como foi muito bem dito pelo Celso, empreendedorismo não deve ficar preso apenas em uma disciplina, é de extrema importância que seja inserido nos currículos das universidades, e já estão. Acredito que todos os currículos estejam oferecendo disciplinas de empreendedorismo, não em apenas uma disciplina, mas ao longo de todo o curso. Então, é muito mais do que ser ensinado em uma única disciplina. Os cursos devem ter debates sobre empreendedorismo, disciplinas sobre empreendedorismo porque, conforme foi dito com muita propriedade, tem que ser, além de interdisciplinar, multidisciplinar.

Nós estamos falando de habilidade, disciplina, mas e a necessidade? Até que ponto isso também influencia para que as universidades implementem cada vez mais o empreendedorismo dentro dos seus currículos?

Lucas Moraes: Empreendedorismo é uma ferramenta para aplicarmos os conhecimentos que aprendemos tanto na faculdade como na escola, queira você empreender na vida, ter uma carreira acadêmica, focar nos estudos e pesquisa ou aplicar os conhecimentos técnicos, seja de qualquer área, e transformar aquilo em um negócio ou em um projeto de vida. Acredito no empreendedorismo como um elo para todas

as graduações e que deveria estar inserido em todos os processos e modelos de ensino, seja educação básica, superior, técnica ou continuada. Eu sou um pouco suspeito para falar, pois tenho 25 anos e empreendo desde os 17. Saí da escola já querendo empreender, e naquela época não falava muito disso nem em escola privada nem pública, e as universidades estavam começando a aderir ao empreendedorismo não como disciplina e conteúdo, mas como um projeto.

Hoje, vejo algumas universidades que são referências nesse assunto, transformando o trabalho de conclusão de curso (TCC) em um projeto de *startup*, ou seja, nos últimos seis meses, o aluno tem que criar a sua *startup* e atingir algumas metas de faturamento, e, às vezes, até capital de investimento. Por conseguinte, acredito que isso traz, no mercado como um todo, e para todos os alunos, uma visão diferente do que é o empreendedorismo. Isso pode trazer novos ingressantes para esse movimento.

Lucas, é interessante isso que você comentou porque não se prende unicamente também ao curso, como administração, por exemplo. Isso vale para o curso de odontologia, por exemplo. São pessoas que abrirão uma clínica e precisarão de engajamento para empreender ali.

Lucas Moraes: Com certeza! Eu penso que todo médico precisa das noções

básicas de gestão. Se ele montar um escritório, precisará das noções básicas de investimento e lucro. Em qualquer área precisamos transformar conhecimento e sonhos em realidade, como o Janguiê falou. Creio que

o empreendedorismo é a conexão que transforma e ressignifica o conteúdo que aprendemos na faculdade.

Eu lembro até hoje que eu perguntava: “mas por que estou aprendendo isso?”, e recentemente eu usei a fórmula de Bhaskara para fazer uma conta de precificação do meu produto. Eu disse: “cara, se o professor tivesse dito que um dia, se eu tivesse uma empresa, eu teria que usar Bhaskara para fazer o cálculo proporcional do meu preço, talvez eu teria me interessado mais”. Acredito que o empreendedorismo atrairá os alunos a olharem para o conteúdo de outra forma.

Maravilha, Lucas! Professor Janguiê, nós passamos 2020 com essa pandemia, ou seja, foi um ano totalmente atípico. Muitas pessoas e muitas profissões tiveram que ser reinventadas completamente. Isso mudou a forma como alguns empreendedores tocavam seus negócios, principalmente os que eram físicos. Será que podemos afirmar que a pandemia se

mostrou importante para todos, independentemente do nicho, para estarem no mercado digital?

Janguiê Diniz: A pandemia veio para mostrar ao ser humano que todos são iguais e seres insignificantes nessa infinita Via Láctea, porque um simples vírus que surgiu lá nos confins da China atingiu toda a humanidade. Depois do surgimento dessa pandemia, que foi muito ruim para a humanidade, para as economias e para os países, as pessoas tiveram que se reinventar em sua natureza, principalmente os empreendedores e os empreendimentos empresariais, que tiveram que deixar os seus locais de trabalho para exercer *home office* e implementaram as vendas dos seus produtos e seus serviços através das atividades digitais. Houve uma ampliação da digitalização, e aquelas pessoas que não conseguiram se reinventar estão sofrendo mais do que as que conseguiram, de forma que eu creio que a pandemia veio para que as pessoas mudassem o conceito de vida, de ensino... Ela mudou radicalmente as nossas vidas, tanto que é importante dizer que temos o antes da pandemia, em 2019, e o depois da pandemia, assim como temos o antes de Cristo e o depois de Cristo.

A digitalização veio para ficar, o *e-commerce*, e o Lucas é *expert* nisso. Então, eu acredito que o negócio dele deve surfar bastante com essa pandemia.

É, viu como uma oportunidade e agora está surfando na onda e “tirando onda”, literalmente, não é, Lucas? Pegando o gancho da pergunta anterior, o setor educacional também precisou se adaptar 100% para o mundo *on-line*. Vínhamos observando um crescimento na educação a distância (EAD), mas agora estamos vendo que as transformações digitais estão impactando, de fato, na educação. Lucas, em sua opinião, o modelo 100% digital é possível? Você acredita que funciona ou que ocorrerá uma tendência para o modelo mais híbrido de aulas *on-line* e presenciais?

Lucas Moraes: A pergunta é bem polêmica, Carol, porque eu acredito no modelo 100% *on-line*. No mercado brasileiro, algumas faculdades inovadoras lançaram modelos 100% *on-line*, e, inclusive, algumas já estão regularizadas no MEC, mas eu penso que é uma transição. Nós temos nichos no mercado, pois apesar de ser tudo da educação, temos educação superior, básica, corporativa, e cada um desses nichos tem um nível de maturidade digital diferente, e estavam em níveis de maturidade digital diferentes antes da pandemia. As universidades, por exemplo, estavam muito mais preparadas, pois já tinham a educação a distância (EAD) como um modelo de negócio, não era mais uma questão de entrega de conteúdo, então foi mais fácil se adaptar e treinar os professores. Entretanto, as escolas não. Estas lutavam contra a

EAD, inclusive tinham restrições regulatórias que não deixavam elas pensarem nisso ou ter um projeto de educação a distância. Tínhamos algumas escolas de alto padrão que dispunham de próprias plataformas (sala de aula divertida, por exemplo) como complemento do processo pedagógico, mas o que vimos nessa pandemia foi realmente as escolas tendo que, do dia para a noite, adotar a EAD de forma muito brusca e isso não foi tão saudável.

O que mais estamos vendo nessa pandemia em relação ao setor de educacional é um crescimento muito grande de novos empreendedores na área de educação, infoprodutores, professores que estão querendo empreender ao criarem a sua própria plataforma, canal no YouTube... Pequenas empresas de educação que antes só faziam treinamentos presenciais, agora estão criando os seus cursos *on-line*. Então, salvo esse processo todo de as escolas e as universidades se adaptarem, eu estou vendo uma reciclagem dos negócios, novos modelos nascendo e outros, que não estão se adaptando facilmente a esse processo, que, infelizmente, deixarão de existir. Creio que esse seja um ciclo natural de todas as empresas, em todas as crises que passamos.

Eu queria ouvir a opinião do professor Celso também em relação a essa nova modalidade digital, presencial, híbrida... Qual você acredita que valerá?

Celso Niskier: Eu acredito que o modelo híbrido já está valendo. Atualmente, as graduações presenciais podem ofertar até 40% da sua carga horária a distância e instituições credenciadas para oferta de ensino a distância (EAD) têm um limite de 30% na oferta de atividades presenciais, muitas vezes é a parte prática que é recomendável ser realizada de modo presencial, principalmente para os cursos da área médica. Atualmente, a legislação já permite um modelo híbrido, visto que essa divisão entre presencial e EAD está enquadrada, na prática, como obsoleta. A incorporação do modelo híbrido acelerou mais ainda com a pandemia e esse será o futuro.

O que é muito importante? Dependerá da carreira. Haverá cursos na área de saúde que terão sempre uma etapa presencial importante. Os cursos da área de saúde também não devem ser impedidos de usarem a modalidade EAD, mas sabemos que a parte prática será realizada presencialmente. Outros cursos poderão migrar totalmente para o digital, como aqueles que não possuem a necessidade da presença física. Cada curso e instituição encontrará o seu melhor projeto pedagógico para fazer a sua reinvenção, como o Janguê comentou.

A palavra reinvenção é muito importante e nunca deve

cair no lugar comum, porque todos falam em se reinventar, mas, na prática, é uma enorme oportunidade que se cria com essa crise lamentável e terrível, mas temos que olhar pelo lado da oportunidade: por que não começar coisas novas, se arriscar, investir em novos modelos, até por uma questão de sobrevivência? Eu acredito que essa questão já está resolvida, a dúvida é como a instituição fará para se adaptar a esse modelo híbrido, que será o preponderante no futuro.

Janguê Diniz: Concordo com o Celso. O ensino híbrido, também chamado de *blended learning*, não é mais o futuro, e sim o presente. Imaginava-se que seria futuro, mas com a pandemia, todas as instituições tiveram que, inicialmente, entrar no ensino a distância e agora, à medida em que as vacinas vão chegando e a população fica imunizada, as instituições, professores, alunos, viram que é possível ministrar ensino a distância com a mesma qualidade do ensino presencial, e por força até normativa, as instituições implementarão, de hoje em diante, o ensino híbrido. Até 2024-2025 teríamos cerca de 50% dos

alunos das universidades no ensino à distância ou híbrido, mas a pandemia chegou e agilizou isso. Imagina-se que no ano que vem, ou em 2023, no máximo, já tenhamos mais de 50%. E eu preconizo que em um futuro próximo, daqui um ou dois anos, o percentual será 60% de ensino digital e híbrido, e apenas 40% presencial.

Celso Niskier. Eu concordo e quero mostrar o que o Janguê está dizendo, a grande oportunidade dos empreendedores educacionais, porque hoje começamos a conversa sobre como ensinar empreendedorismo, mas agora a pergunta é: como as instituições podem fazer empreendedorismo? Como elas podem ser empreendedoras? Nisto, o mantenedor de uma pequena instituição exercerá o seu empreendedorismo ao defender o seu modelo inovador. O professor de uma instituição terá que ser um professor-empendedor. Ele será curador do conhecimento, criará o seu infoproduto, engajará os alunos na sua prática. Quem sabe, no futuro, a própria remuneração do professor não se dará em função do engajamento que ele cria nos estudantes? Por que dois professores vão ganhar um salário fixo, sendo que um engaja o aluno e o outro afasta os alunos? Por que eles têm que, salarialmente, se equivaler? Quem sabe, no futuro, o modelo não mudará também para ter uma remuneração variável em função do talento empreendedor do professor de criar conteúdo e de engajar

os seus alunos? Então, acredito que essa oportunidade é para as instituições também serem empreendedoras, não só as que ensinam, mas as que as aplicam em si mesmas. Esse será um dos grandes desafios.

Janguê Diniz: Celso, o conceito do empreendedorismo é tão importante, e nós, do grupo Ser Educacional, por exemplo, não ensinamos mais o aluno a adquirir a empregabilidade. Foi-se o tempo de preparar, qualificar o aluno para adquirir a empregabilidade, até porque grande parte dos empregos que existem hoje, acabarão. Você é muito conhecedor, especialista em inteligência artificial e automação, e sabe que esses empregos serão substituídos exatamente por inteligência artificial e automação, daí a importância de as instituições de ensino prepararem os estudantes e jovens para a trabalhabilidade.

A trabalhabilidade está intimamente ligada ao empreendedorismo. Nela, os profissionais adquirem habilidades e competências para gerar riqueza, renda e até empregabilidade, para que eles sejam os seus próprios empreendedores. Nós, do grupo Ser Educacional, inicialmente preparamos os estudantes para serem empreendedores deles, depois para serem empreendedores dos negócios e gerar empregabilidade. Não para adquirir empregabilidade, não apenas conseguir um emprego e/ou passar em um concurso

público (não que isso seja demérito), mas muito mais do que isso: preparar os jovens para a trabalhabilidade, que é um conceito indissolivelmente vinculado ao empreendedorismo.

Os jovens serão autoempreendedores, gerarão empregabilidade e irão, conseqüentemente, adquirir habilidades socioemocionais, técnicas e até cognitivas para os empregos que estão surgindo – os que estão sendo substituídos pela inteligência artificial e automação.

Celso Niskier: Então, eu queria falar exatamente sobre esse papel que as instituições têm para preparar o novo profissional empreendedor no mundo que está a caminho da automação. O que resta ao ser humano que ainda não foi substituído pela máquina? As chamadas *soft skills*, que são as habilidades humanas essenciais como a criatividade, liderança, raciocínio crítico e, principalmente, o autoconhecimento, já que sabemos que a gestão emocional hoje é fundamental para a sobrevivência no mundo do trabalho. Um empreendedor que não gere as suas emoções não irá longe, porque se ele vai bem no seu projeto, amanhã ele tem que liderar pessoas e as pessoas

precisam conviver, então o autoconhecimento e a gestão emocional também são habilidades importantes. Eu afirmo isso porque essas habilidades ainda não são substituíveis pela máquina, visto que são habilidades essencialmente humanas, compõem a característica da inteligência humana natural e não artificial, e eu considero que as instituições terão o papel de preparar, como o Janguê mencionou, para o futuro, a trabalhabilidade. Eu também quero lembrar a todos outro papel importante: até o final deste ano, todas as instituições terão que se adaptar à resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece 10% da carga horária em projetos de extensão. Será uma oportunidade para as instituições usarem essa necessidade, agora prevista em lei, para desenvolver projetos sociais. A instituição usará a carga horária na solução de problemas da sua comunidade, da sua região, preparando o empreendedor para a vida, porque nós podemos conversar bastante, apresentar vídeos, mas o que constrói um empreendedor é ele tropeçar, cair, levantar, tropeçar de novo, cair e eu penso que isso se adquire na prática.

A prática, através de projetos da comunidade, será uma enorme oportunidade para a formação de profissionais com esse espírito empreendedor, que o Janguê Diniz tão bem relata, inclusive nos livros que ele escreve a respeito. Então,

considero que o empreendedorismo combina muito com esse novo modelo híbrido, com esse novo papel das instituições na questão das habilidades socioemocionais e acredito que aqueles que pensam em sobreviver e prosperar terão que mergulhar no espírito empreendedor e sair com novas soluções que atendam ao público em geral.

Eu vejo grandes grupos, como o Ser Educacional, criando a plataforma Ubíqua, que é uma plataforma de educação onipresente. Esse grupo é um grande time educacional e eu não abordo isso porque o Janguê está presente, até porque outros grandes grupos também estão fazendo iniciativas semelhantes, mas só para pegar uma iniciativa recentemente lançada, que teve a ideia de levar uma plataforma para o conhecimento a qualquer lugar e momento, partindo de um enorme grupo. O desafio existe para que a pequena instituição possa também se adaptar, então acredito que esses exemplos estão aí, não há mais tempo para esperar, todos precisam se reinventar.

Janguê Diniz: Carol, já que estamos falando em ensino a distância, para a instituição oferecer ensino a distância, até o ensino híbrido, que é parte a distância, parte presencial, é de extrema importância que ela seja detentora de plataformas de qualidade para o ensino, e o Lucas é o CEO de uma empresa chamada Edulabzz, que tem,

na minha opinião, uma das melhores plataformas de ensino a distância do Brasil e do mundo.

Lucas, eu queria que você falasse qual é o diferencial da plataforma Toolzz, que você tem na Edulabzz, que nós utilizamos no Instituto Êxito e é um projeto social nosso, meu, do Celso e de empreendedores, que você contribui com a doação da plataforma para o instituto e também no grupo Ser Educacional. Qual o diferencial dela para que as instituições possam saber o porquê ela é tão boa em relação às outras que estão no mercado?

Lucas Moraes: Penso que antes de trazer, de forma bem objetiva, as funcionalidades que esse diferencial oferece, é legal transmitir um pouco do contexto. Até meados de 2016-2017, todas as plataformas de EAD e de GLMS que tínhamos no mercado haviam sido criadas no século passado, por volta de 1994 a 1996. Nós tínhamos plataformas robustas no mercado, tanto brasileiro como internacional, mas são ferramentas que foram criadas para a EAD de 20 anos atrás. Elas foram melhorando, evoluindo, mas nenhuma foi criada a partir de um conceito do século 21. Então, quando criamos o Toolzz, nossa plataforma, fomos olhar as maiores plataformas que são utilizadas hoje. Trago uma referência bem legal: o YouTube. Ele é o maior movimento de empreendedores educacionais do planeta, porque

você tem todos os dias pessoas criando conteúdo diretamente das suas casas, e essas pessoas monetizam esse conteúdo, têm um modelo de negócio inovador, inclusive temos *cases* como o da Faculdade Descomplica, em que um professor de Física começou a dar aulas pelo YouTube e hoje é uma das maiores plataformas sobre educação no país. Portanto, acredito que o YouTube é a maior referência de movimento de produção de conteúdo, de formação de empreendedores da educação e, por outro lado, creio que o YouTube é a maior plataforma do mundo de educação, porque todo mundo aprende alguma coisa no YouTube. E quando olhamos essas plataformas, vemos que a relação professor-aluno é muito próxima, todos são professores e alunos, porque todos estão ensinando e aprendendo ao mesmo tempo.

Há outra plataforma, chamada Twitch, apenas para vídeos ao vivo e que está muito em alta para jogos etc. Essa plataforma monetiza os professores através de doação. Eles têm um sistema de membros, clube de assinatura, então cada professor recebe doações ao vivo em relação ao seu conteúdo: se o conteúdo está bom, as pessoas começam a doar um, dois, três reais. Hoje em dia esses professores têm um modelo de negócio totalmente independente.

Quando olhamos tanto para a experiência do usuário quanto para como

essas plataformas de mídia estavam fazendo a conexão entre o criador de conteúdo e quem quer consumir, nós não poderíamos criar um EAD a partir do que já conhecíamos. Então, criamos uma plataforma, Janguê, pensando na Netflix, *YouTube*, *Spotify*, *Facebook* e, a partir dessa experiência, trouxemos os elementos do EAD. Assim, o mural da turma virou uma rede social, o catálogo de cursos virou uma Netflix, os *podcasts* se transformaram em um aplicativo parecido com o *Spotify*. Com isso, a universidade consegue entrar na Educação 4.0 porque entregamos as ferramentas que são adequadas para essa nova geração. Logo, basicamente, estamos criando a nova era dos conteúdos EAD. Nós queremos entregar uma nova experiência para quem está criando conteúdo e para quem está recebendo, e as universidades só têm a ganhar com isso. Quando eu falo de você pode criar seu próprio *Spotify*, imagina que cada professor da sua universidade pode virar um produtor de conteúdo, de *podcast*, e pode monetizar esse conteúdo dentro da sua plataforma. As universidades têm agora o objetivo e o desafio de transformar a sua marca, o seu ecossistema, numa plataforma de negócios. Professores irão procurar o grupo Ser para criar conteúdo e publicar na plataforma do próprio grupo, porque será nesta plataforma que os alunos procurarão e que o professor conseguirá monetizar esse conteúdo. Por isso, eu acredito muito nesse modelo, e todo o

DNA da nossa plataforma está voltado não somente para uma transformação de experiência do aluno etc., mas para a transformação do negócio como um todo.

Celso Niskier: Legal, Lucas! Lembro a todos que a ABMES é parceira da Edu-labzz e tem trabalhado bastante para facilitar a vida das instituições que querem fazer a transformação digital usando a plataforma Toolzz, tão bem descrita aqui pelo Lucas. Meus parabéns pela iniciativa!

Lucas Moraes: Estamos oferecendo um benefício para teste de um mês gratuito de todas as nossas aplicações para todos os associados da ABMES, tanto na área social quanto nessa questão de soluções tecnológicas, o que é uma grande oportunidade. Então, quem tiver interesse pode procurar a ABMES.

Que ótima oportunidade! Excelentes colocações. Realmente esse podcast é riquíssimo e é até uma premonição. Abordamos brevemente sobre o futuro e o assunto empreendedorismo é muito vasto. Celso, acredito que teremos que fazer outros podcasts, tanto na área social quanto nessa questão de soluções tecnológicas, que é uma grande oportunidade, como as startups que o Lucas trouxe como exemplo.

Vocês têm conselhos para quem quer começar esse mundo de empreendedorismo?

Celso Niskier: Uma mensagem rápida para o empreendedor, esse que deseja empreender ou que já está empreendendo: primeiro, ele precisa ser inquieto. Cito como exemplo o Janguiê, porque ele é um modelo de empreendedor que nós usamos lá no Êxito, que ele fundou. Tem que ser inquieto, depois tem que transformar a curiosidade em paixão e a paixão em propósito. Creio que a pessoa que pega aquilo que ela é curiosa, que é uma atitude permanente, e transforma em uma paixão, aquilo vira um propósito de vida e ela conseguirá empreender com mais facilidade.

Janguiê Diniz: Eu acredito que todas as pessoas podem empreender, mas antes de empreender nos negócios, tem que empreender na vida. Eu digo que todo mundo nasce com o dom de empreender, uns com menos e outros com mais. Famílias empreendedoras têm mais oportunidade, mas eu não era de família empreendedora, então tive que me superar e empreender. Graças a Deus me transformei em um empreendedor, modéstia à parte, de relativo sucesso. Mas, para empreender, o primeiro passo é sonhar. Então, sonhe grande, alto, longe, mas não basta sonhar longe, porque o sonho é apenas o primeiro passo, é apenas um mapa. Você tem que transformar seu sonho, como o Celso disse, em um propósito e projeto de vida, e começar a correr, trabalhar, lutar com muita disciplina, determinação, persistência,

muito compromisso, foco e não desistir jamais.

Nunca desista dos seus sonhos de empreender na vida e nos negócios! Se tiver que desistir, desista de desistir, porque nisso você terá muita iluminação divina. Além de sonhar, procure angariar conhecimentos, porque vivemos na sociedade do conhecimento e este é muito mais importante do que os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, considerado instrumento de poder. Hoje, na sociedade em que vivemos, os analfabetos não são aqueles que não sabem mais ler e escrever, são aqueles que não sabem desaprender para reaprender o que interessa, pois, muitas coisas que aprendemos não servem mais para nada, e para empreender, além de sonhar e adquirir conhecimento, busque ser criativo.

A criatividade é pré-requisito em tudo na vida, principalmente no empreendedorismo empresarial. E sobre ser criativo, procure inovar. A inovação é uma característica fundamental para o empreendedor de sucesso.

Lucas Moraes: Hoje vivemos em um mundo que está resumido a uma frase

do Mark Zuckerberg: “o grande risco é não assumir nenhum risco”. Antes, o empreendedorismo era visto como uma aventura, algo muito difícil, era como jogar bola: seu pai falava que era um em um milhão. Hoje, enxergo o empreendedorismo como uma saída mais estável do que algumas outras carreiras, quando olhamos o cenário de transformação digital, no qual alguns empregos deixarão existir. Então, acredito que o empreendedorismo é uma habilidade essencial para o jovem do século 21 poder se requalificar, aprender e desaprender, como o Janguiê comentou, a qualquer momento.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um livro, artigo, documentário, curso ou até mesmo um podcast que trate sobre o assunto que debatemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: **A startup enxuta** – Eric Ries

Livro: **A arte de empreender** – Janguiê Diniz

Livro: **Inovação em uma sociedade disruptiva** – Janguiê Diniz

Livro: **Nação empreendedora** – Dan Senor e Saul Singer

Ficha técnica

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 6

Financiamento estudantil

06/05/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Sólon
Caldas**

Diretor-executivo
da ABMES



**Ricardo
Martins**

Consultor
Legislativo na
Câmara dos
Deputados
na área de
Educação

Episódio 6

Financiamento estudantil

06/05/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Sólón Caldas, diretor-executivo da ABMES

Ricardo Martins, consultor Legislativo na Câmara dos Deputados na área de Educação

Ingressar em uma faculdade e cursar o ensino superior é o sonho de muitos, principalmente dos pais, não é mesmo? Afinal de contas, as oportunidades de um futuro melhor com certeza aumentam. Porém, muitos encontram dificuldades para alcançar esse objetivo, mas o financiamento estudantil é uma das principais portas de entrada e democratização do ensino superior no Brasil.

Por meio de programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni) é que milhares de estudantes, especialmente os de baixa renda, conseguem ter acesso à formação superior.

Ao longo da história brasileira, políticas públicas de incentivo fiscal e patrocínio dos estudos acadêmicos tiveram resultados significativos para o crescimento da escolarização e no desenvolvimento do nosso país. Essas ações governamentais possibilitaram a definição das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, prevendo elevar a taxa bruta de matrículas no ensino superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos. Conheceremos agora parte desse histórico e das políticas para saber como o financiamento estudantil do ensino superior pode ajudar na construção de um Brasil melhor.

Ricardo, você fez um estudo muito interessante sobre a trajetória do investimento público na educação superior brasileira. Gostaríamos que você explicasse brevemente o porquê desse financiamento público estudantil ter se tornado tão importante na história do acesso ao ensino superior no Brasil até os dias de hoje.

Ricardo Martins: Realmente, eu tive a satisfação de desenvolver um estudo histórico, a convite da própria ABMES, sobre o financiamento da educação superior no Brasil com vistas à análise do panorama atual de perspectivas de propostas para o aperfeiçoamento desses mecanismos. Foi um privilégio poder trabalhar com dados orçamentários e despesas desde o início da República, alcançando as despesas públicas concentradas da União, chegando aos dias atuais, e contrastando, mais recentemente, entre o volume de recursos públicos que são destinados para o financiamento da educação superior pública, particularmente a federal, e o volume de recursos públicos que são destinados aos estudantes que se matriculam dentro da rede de educação superior particular.

De fato, o princípio básico que esperávamos nesse estudo era o financiamento público para a educação superior com um foco não apenas institucional, mas na necessidade do estudante, considerado o seu legítimo interesse e aspiração de evoluir nos seus estudos, como

também a necessidade de formação de profissionais de nível superior para o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira. Para vocês terem ideia, os dados atuais mostram que apenas 18% da nossa população de 25 a 64 anos possui nível superior, e dentro da população de 25 a 34 anos são 21%. Esse é um dos índices mais baixos do cenário internacional e mostram que o Brasil não tem acelerado da maneira necessária a formação em nível superior. Isso, obviamente, implica em uma série de providências, e uma das mais importantes é a questão do financiamento da educação superior. Dentro deste, a equidade do financiamento e a abertura de oportunidades para aqueles que têm menos meios econômicos para ascender a esse nível educacional.

Esses números são interessantes para realmente darmos luz a essa questão do financiamento. E qual é o retrato disso em termos de ganhos para o país? Você comentou que estamos muito atrasados em relação a outras nações, mas creio que sejam países mais desenvolvidos. Porém, a partir do momento em que o país adota políticas voltadas para esse financiamento, o que nos traz de retorno?

Ricardo Martins:

Não tenho a menor dúvida de que a existência de um volume cada vez maior de

peças com nível de qualificação superior contribui e acelera o desenvolvimento econômico e social, até porque a análise do cenário internacional demonstra que os países que lograram maior desenvolvimento, e até desenvolvimento mais acelerado, têm taxas muito superiores de profissionais, de pessoas formadas com nível superior, no contingente da sua população.

Vou citar apenas um exemplo, embora, obviamente, a escala populacional seja bem menor do que a nossa. A Coreia do Sul tem um desenvolvimento econômico extraordinário; 50% da população de 25 a 64 anos possui nível superior e 70% da população de 25 a 34 anos também possui nível superior. Isso é um volume extraordinário de pessoas e foi realizado em um período de tempo extremamente curto em função de políticas nítidas, definidas para o acesso à educação superior e para o financiamento dos estudantes da educação superior, ressaltando-se que lá a educação não é integralmente pública.

Quem sabe daqui a alguns milênios nós não chegamos ao nível da Coreia do Sul? É um sonho. E Sólon, gostarí-

amos de saber como estão as políticas públicas de financiamento e promoção de ingresso ao ensino superior, especialmente aquelas voltadas para a população mais carente.

Sólon Caldas: Temos duas políticas públicas de acesso à educação superior no país: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (ProUni). Ambas já estiveram melhores do que hoje. Essas duas políticas são as principais portas de entrada para o acesso à educação superior no país. Recentemente, sobretudo o Fies sofreu muitas mudanças e teve o seu acesso prejudicado. Por exemplo, em 2014, tivemos 732 mil contratos firmados pelo Fies e no ano passado (2020) foram 47 mil. Veja que houve uma redução drástica no número de financiamentos e isso prejudica muito, sobretudo os alunos mais carentes, que são menos favorecidos economicamente e precisam de incentivo e de oportunidade para terem acesso à educação superior.

Mas todas as mudanças trabalharam na contramão dessa situação. No passado, o financiamento estudantil foi pensado como uma política pública de inclusão social e atualmente isso foi transformado. Uma política pública que era para ser social, tornou-se puramente financeira, e todas essas modificações prejudicaram as condições de acesso, sobretudo, desses alunos mais carentes.

De um lado, ficam vários alunos que precisam de financiamento estudantil para ter acesso, e do outro lado ficam, muitas vezes, vagas excedentes no sistema, essa conta não fecha justamente pelos entraves na forma do acesso. A sociedade, em geral, está bastante prejudicada, pois isso tem um reflexo diretamente no desenvolvimento do nosso país em relação à não formação de mão de obra qualificada. Até 2014 estávamos em uma situação melhor em se tratando de financiamento estudantil, mas de 2014 para cá vimos a política se dissolver até chegar nos dias atuais, em que está praticamente extinta. Nós temos um financiamento estudantil, mas muito tímido, com uma oferta de vagas muito pequena, e mesmo essas pequenas ofertas não são preenchidas em sua totalidade.

São dados super alarmantes e é uma tristeza constatar isto. Estamos em um retrocesso desse processo que vínhamos acompanhando ao longo de uma década e, de repente, vemos o valor do financiamento e o número de vagas diminuírem, prejudicando, inclusive, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), não é mesmo?

Sólton Caldas: Diretamente ligado, Carol. Em 2014, nós tivemos o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado e, entre as suas metas, a expansão da educação superior. Até 2024, precisaremos chegar com 50% de taxa bruta de matrícula e 33% de taxa líquida de matrícula.

Hoje, temos 33% de taxa bruta e 18 ou 19% de taxa líquida. Mas, na contramão do PNE, o governo mexeu na principal política de expansão, que era o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que foi totalmente prejudicado e causou um impacto muito grande no alcance das metas do Plano Nacional de Educação.

Nós fizemos um estudo aqui na ABMES e a taxa líquida de matrículas só seria alcançada em 2024 se tudo ocorresse como estava acontecendo até 2019. Vejam que em 2020 nós tivemos a pandemia e estamos sofrendo as consequências. Então, certamente teremos um retrocesso na educação entre 2020-2021, e essa data de 2041 será postergada. O que nós tínhamos que atingir em 2024 está muito aquém e precisaremos de mais dois ou três PNEs para alcançarmos essa meta de expansão.

Professor Celso, o que a ABMES pode fazer e o que ela tem feito junto ao governo federal para tentar manter esses programas de financiamento estudantil?

Celso Niskier: Primeiro, quero dizer que esses números que o Sólton está trazendo aqui são assustadores, pois desenham o cenário de um verdadeiro apagão de mão de obra no futuro, e uma coisa preocupante é a elitização do ensino superior. Por exemplo, camadas menos favorecidas tinham acesso à faculdade de medicina, que possui mensalidade caríssima, através do Fies.

Hoje, sem a presença mais forte de um financiamento estudantil, só estudará medicina quem pode pagar, até porque não existem muitas vagas para o curso nas universidades públicas. Então, acabamos trazendo não somente o risco da falta de mão de obra para o futuro, por queda da própria base de alunos que atualmente ingressam no ensino, mas também uma certa elitização, o que não é bom para a diversidade e para o futuro socioeconômico do país.

A ABMES está na trincheira da ação e darei um exemplo concreto de ação através do Fórum das Entidades Representativas da Educação Superior Particular. Nós intercedemos, junto a outras entidades, e conseguimos uma emenda, na PEC emergencial, preservando o ProUni, porque havia o risco de redução das verbas para programas tão importantes quanto ele. Através dos senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, intercedemos e conseguimos manter o ProUni intacto. Então, a ABMES está sempre atenta às possibilidades, não só para preservar o que nós temos, mas também para melhorar e ampliar,

através de estudos e propostas que estamos sempre elaborando e produzindo, levando às autoridades e aos formuladores das políticas públicas uma visão mais evoluída e aprimorada das políticas públicas do Fies e do ProUni.

É preciso mesmo essa articulação política para alertar os congressistas sobre o que estão votando ali e, de fato, o impacto que isso tem para a sociedade, pois muitos falam em PEC emergencial, comentam que é um auxílio de R\$ 250, mas não percebem que isso traz uma série de consequências, inclusive para a saúde e a educação. No caso da educação, realmente é importante esse trabalho que vocês desenvolvem.

Celso Niskier: E veja que interessante: obviamente, precisamos ajudar aqueles que estão em uma situação de emergência, mas não podemos fazer isso às custas do futuro do país. Aprovar o auxílio emergencial e cortar o ProUni é um contrassenso, porque estamos salvando o presente, mas matando o futuro. É evidente que precisamos salvar o presente, mas é importante também imaginar um Brasil pós-pandemia que precisará de jovens de todos os estratos sociais, que façam cursos superiores de qualidade e que possam contribuir para o crescimento do país. Não há dúvida: o Brasil sairá dessa situação e é apenas uma questão de tempo; entretanto, para que possamos minimizar o esforço para a recuperação econômica, precisamos investir na

melhor produtividade e qualificação da nossa mão de obra.

Ainda não inventaram nada melhor do que a educação para melhorar a qualidade da mão de obra e produtividade do país, e, conseqüentemente, promover um desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

Sólon Caldas: Complementando o que foi dito pelo professor Celso sobre o financiamento estudantil, eu estava representando a ABMES em uma reunião que houve no Ministério da Educação com o então ministro Fernando Haddad, em 2010, quando houve uma reformulação do Fies. Naquela ocasião, houve redução da taxa de juros, aumento dos prazos de carência e de amortização, e esse novo formato de financiamento estudantil atingiu com êxito as classes C e D, permitindo que tivessem acesso à educação superior. Por que eu comento isso? Porque, realmente, precisamos rever a política de acesso à educação superior no nosso país.

O que está errado no financiamento estudantil do Brasil é o formato da política pública

como um todo, que precisa ser totalmente reformulada, de forma que atenda a necessidade dos nossos jovens, e não para atender a requisitos fiscais e outros pontos financeiros que são interessantes apenas ao governo.

No Brasil, para vocês terem uma ideia, nós temos quatro pesos e quatro medidas de acesso à educação superior. Atualmente, temos: as classes A e B que estudam de graça nas universidades públicas; as bolsas do ProUni, que correspondem a 50% ou 100% da mensalidade e são totalmente gratuitas ao aluno que consegue ter o acesso; o financiamento estudantil; e ainda aquele aluno que possui um recurso próprio e banca esse investimento na sua educação. Então, vejam que em um país no qual a educação é direito de todos e dever do Estado, nós não podemos ter essa vulnerabilidade, esse “monte” de formas de acesso, esses quatro pesos e quatro medidas que eu acabei de citar.

Sólon, obrigada pela complementação das informações. Ricardo, diante desse cenário de pandemia, em que vivemos uma grande crise econômica e sabemos que é difícil sair desse “buraco”, você considera possível fazermos alguma coisa para reverter o quadro dessa

redução das políticas públicas? É possível confiar no governo para fazer algo nesse sentido?

Ricardo Martins: É um momento crítico, então talvez seja o momento para a oportunidade de se pensar, talvez não para imediatamente, mas para um tempo um pouco mais adiante, a formulação e implementação de uma política de financiamento da educação superior que venha a ter uma dimensão muito evidente de equidade. Nessa direção, eu considero que é o tempo de se fazer a formulação dessa política, através de discussões com a sociedade, com os atores interessados. Provavelmente, nem todos pensarão como eu, mas o meu pensamento é no sentido de que essa política tem que ter como foco o financiamento do estudante e o foco da equidade no financiamento do estudante, de acordo com a sua necessidade.

Hoje, temos um sistema dual de financiamento da educação superior: a gratuidade para alguns, que está espelhada na rede pública em geral (federal, estadual e algumas municipais); a gratuidade integral, ou parcial, através do ProUni, com as bolsas; e o financiamento subsidiado por meio do Fies, que está em regime de redução progressiva dos contratos assinados.

Precisamos pensar em uma política que contemple as duas questões, independentemente, e sem mexer com a

gratuidade constitucional do ensino público, porque esse é um outro debate e historicamente polêmico. Enfim, que exista para estudantes com o mesmo perfil, que estão nas públicas e nas particulares, o acesso à gratuidade integral ou parcial, conforme as suas necessidades, e para estudantes que têm condições de participar do seu financiamento, uma nova modalidade de financiamento estudantil, que seja mais atrativa, com corresponsabilidade do governo, que subsidia, das instituições de educação superior, que são interessadas em ter esses estudantes, e do próprio aluno, talvez desde o início do financiamento, para que marque o seu compromisso acadêmico e financeiro com o subsídio que ele estiver recebendo.

Então são duas linhas importantes e complementares. Você me perguntará: isso é um custo muito grande? Bom, com relação às gratuidades, bolsas etc., uma primeira estimativa que precisa ser revista seria de um pouco mais 3 bilhões de reais por ano, que à primeira vista é um número bom, grande, mas, sob o ponto de vista do volume de recursos alocados para a educação superior como um todo, é um número relativamente modesto.

É evidente que agora é difícil falar a respeito desses números, mas quem sabe, à medida que esse momento crítico passe, isso venha a ser cada vez mais

palatável? E com relação à questão do Fies, temos uma mudança que pode ser sinalizada no sentido dessa tripartição de responsabilidade, que torne o Fies mais atrativo, porque alguma razão está havendo, obviamente, como já foi colocado, para que o número de contratos assinados e o interesse dos estudantes seja cada vez mais declinante. É evidente que isso tem a ver também com a crise econômica, mas, possivelmente, tem alguma relação também com o desenho em si do próprio programa.

Celso, nós sabemos hoje que muitas instituições privadas, de norte a sul do país, contam bastante com esse financiamento estudantil. O que essas instituições estão fazendo para ajudar esses alunos, principalmente aqueles que estão passando por alguma necessidade familiar, financeira, que estão com menos recursos, não só para entrar, mas também para se manterem estudando?

Celso Niskier: As instituições estão se desdobrando para dar condições de permanência e de acesso aos estudantes. Na ausência do financiamento estudantil como nós conhecíamos, o que veio acontecendo de lá para cá é um aumento expressivo do financiamento próprio, oferecido pelas instituições de educação superior e muitas, inclusive, não chegam a oferecer financiamento, mas oferecem logo o desconto de 20, 30, 40, 50%, até muitas vezes um valor maior. Isso pode trazer um pouco mais

de alunos ou garantir a permanência daqueles que estão estudando, porém, a médio/longo prazo, por conta da redução do *ticket* médio da instituição, isso acaba afetando a saúde financeira dela, principalmente aquelas que não dispõem de caixa confortável, que no Brasil são as pequenas e médias instituições. Essa iniciativa louvável tem perna curta porque se a instituição continuar mantendo esse esforço com recursos próprios, pode não sobreviver, e nisto teremos uma perda da diversidade institucional brasileira.

Nós somos ricos por possuímos um verdadeiro ecossistema de instituições pequenas, médias, grandes, além das instituições filantrópicas, empresariais, confessionais, comunitárias, e essa riqueza é uma força do sistema de educação superior brasileiro, excetuando, obviamente, as públicas e o papel fundamental que estas têm também na parte da pesquisa. Então, se concentrarmos isso, se aquelas instituições não tiverem condições de se manter, quem perde é o Brasil. Considero, portanto, que o financiamento estudantil com essa preocupação da equidade, que o Dr. Ricardo pontua tão bem, serve também para a manutenção dessa riqueza cultural e organizacional do sistema de educação superior brasileiro, que é o único no mundo em diversidade e abrangência, e agora no crescimento da educação a distância.

Meu louvor às instituições que se sacrificam e oferecem essas condições aos seus estudantes, mas a minha preocupação é pelo futuro das mesmas instituições. Por isso, nós da ABMES temos trabalhado, inclusive, em pedidos de linhas especiais de financiamento, linhas de crédito junto aos fomentadores de inovação, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por exemplo. Que as instituições possam se preparar para a transformação digital que já está acontecendo nesse momento de pandemia, já preparando à vida normal. Logo, por tudo isso, é que estamos atentos para que ajudemos as instituições nesse momento crítico que elas passam.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um artigo, livro ou até mesmo um *podcast* que trate sobre o assunto que debatemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: [Notas sobre a pandemia](#) – Yuval Noah Harari

Artigo: [O desastre da conversão de uma política social em econômica](#)

Publicação: [Revista Estudos Nº 44 - Capítulo 4, “O cenário da educação superior no Brasil em uma abordagem quantitativa”](#)

Ficha técnica

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 7
Relação da
educação
superior com a
revolução 4.0

19/05/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**José Antônio
Fares**

Diretor regional do
Serviço Nacional de
Aprendizagem
Industrial (Senai/PR)



**Márcia
Mocelin
Manfrin**

Presidente da
Apetit Serviços
de Alimentação

Episódio 7

Relação da educação superior com a revolução 4.0

19/05/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor presidente da ABMES e reitor da UniCarioca
José Antônio Fares, diretor regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Márcia Mocelin Manfrin, presidente da Apetit Serviços de Alimentação

Em episódios anteriores debatemos as profundas mudanças que vêm acontecendo no mercado de trabalho e percebemos que uma dessas causas é a revolução tecnológica, a qual possui uma dimensão social extremamente relevante e, logicamente, isso gera um impacto direto não só na formação profissional e nos projetos pedagógicos, mas também na estrutura curricular das instituições de ensino superior. Nesse sentido, o tema “inovação” não tem saído da pauta de discussão do setor industrial brasileiro por estar diretamente relacionado ao avanço tecnológico necessário para a imersão total das empresas ao conceito da indústria

4.0. As instituições de ensino exercem um papel fundamental nesse cenário, visto que elas têm como demanda principal a formação de profissionais qualificados, além de serem verdadeiros celeiros de conhecimento, desenvolvimento científico e de pesquisas que resultam em importantes contribuições para a evolução industrial.

A educação é o agente principal em toda a era do desenvolvimento e, independentemente das situações, escola e indústria precisam estar unidas para o futuro do país. Pergunto ao professor Celso, nessa questão do ganha-ganha educação e indústria, o que as institui-

ções de ensino têm a ganhar ao estabelecer uma relação mais próxima com a indústria?

Celso Niskier: As instituições têm a ganhar em múltiplas dimensões. Na verdade, essa separação da instituição e das empresas é cada vez mais artificial e tem desaparecido, porque as instituições estão parecendo empresas, inclusive, muitas delas criam fundos de investimento em novas empresas e *startups*.

Por outro lado, as empresas estão se parecendo cada vez mais com as instituições de ensino, porque elas também criam as suas universidades corporativas e os seus programas de treinamento. Por exemplo, as universidades podem, conhecendo melhor a evolução da indústria, aprimorar os seus currículos, trazer problemas reais e concretos que são enfrentados pelas empresas e indústrias, recursos tecnológicos e financeiros para montagem de laboratórios e a parte prática. Isto é como acontece em muitos países: as instituições são a jornada no mundo do trabalho e não mais aquele ciclo em que a pessoa se forma para depois construir uma carreira no mundo do trabalho. Muitas vezes o estudante já se torna um empreendedor na própria instituição de ensino e sai dela trabalhando em algum projeto de alguma empresa que o contratou. Portanto, essas fronteiras estão cada vez mais tênues, e essa integração é fundamental para garantir

que a instituição também inove e acompanhe as inovações tecnológicas do mundo da indústria e do trabalho.

Fares, conforme mencionado pelo professor Celso, você também percebe essa relação de ganhar através da indústria?

José Antônio Fares: A relação indústria-universidade sempre foi algo a ser complementado, sempre ocorreram algumas restrições por várias razões. No que se refere à tecnologia, acredito que a indústria agora vem de uma evolução sem nenhum controle, e não seria lugar comum dizer que a única maneira de que a pessoa que vá trabalhar em uma indústria tenha de sobreviver é através de uma base sólida, de uma integração inteligente entre aquilo que ela aprende e aplica, e o nosso esforço pela Faculdade Senai, por exemplo, é tentar fazer com que esse distanciamento seja cada dia menor. É como se o estudante estivesse em uma indústria ou instituição de ensino e não sentisse diferença entre as duas, no sentido de que uma complementa a outra. Então, acredito que é isso que nós temos que tentar passar a esse estudante: a complementariedade entre o que se coloca no trabalho e aquilo que se aprende no ambiente acadêmico passa a ser algo consideravelmente mais dinâmico do que antigamente.

Nós saímos da máquina a vapor da Revolução Industrial, passamos pela

eletricidade, por automatização e agora chegamos a um movimento de manufatura e tecnologia de alta complexidade. Atingimos um estágio de customização onde as máquinas conversam entre si e tudo é possível ser flexibilizado. Quem estava em uma máquina a vapor e chegou a esse movimento percebe que é uma outra dimensão, e a instituição, mais do que nunca, precisa estar presente e compartilhar de tudo isso.

Interessante essa reflexão da Revolução Industrial porque percebemos também que o profissional que está na indústria e cursa educação superior não está apenas esperando aquela linha de trabalho onde só espera o chefe dizer o que fazer. O ensino superior também contribui significativamente na questão das *soft skills*, da liderança, da pessoa ter proatividade e outras habilidades. Então, realmente é um trabalho mútuo entre indústria e instituição de ensino superior. Você concorda, professor Celso?

Celso Nikier: Concordo. Nós sempre comentamos que as *soft skills*, as habilidades socioemocionais, estão sendo cada vez mais demandadas pelo mundo do trabalho. Acontece que no ambiente acadêmico, fechado em si mesmo, sem situações reais, não há como testar essa capacidade. Por exemplo, vamos falar de uma dessas habilidades que é bastante comentada: o empreendedorismo.

Temos aqui uma empreendedora nata, que é a Márcia, e ela pode comentar sobre o que eu vou dizer: nós podemos ensinar o empreendedorismo teoricamente no espaço acadêmico, mas como mostrar a atitude empreendedora? Como nós incentivamos essa atitude se não forem problemas reais do mundo real? Então, quando você traz uma aproximação maior com a indústria e com os problemas do mundo do trabalho para dentro da educação superior, fica mais fácil até ensinar as *soft skills*, porque você ensina a partir de problemas concretos que são enfrentados pelas pessoas no mundo real. À vista disso, até mesmo para que possamos valorizar mais as habilidades interpessoais, é importante que essa integração ocorra de forma que não haja uma barreira do tipo: “agora você está formado, então agora você vai trabalhar”. Na prática não é assim, pois das pessoas que estudam hoje, muitas já estão inseridas no mundo do trabalho. Aliás, elas só conseguem estudar porque estão trabalhando para poder pagar as suas mensalidades. Trabalhar e estudar são duas coisas que as pessoas precisarão fazer a vida inteira e simultaneamente. Isso explica o motivo de que trazer ao ensino superior esse ambiente só enriquece e reconhece a existência desse mundo que as pessoas praticam entre si, mas também praticam com um olhar mais atento ao que de fato o Brasil precisa.

Muitas soluções inovadoras que são adotadas nas indústrias surgem a partir de grupos de pesquisa, novas empresas e *startups* que estão surgindo nas instituições. É uma sinergia fantástica que existe e que precisa ser mais bem desenvolvida.

Márcia, conte-nos um pouquinho da experiência com a sua empresa. Como foi o impacto com a capacitação superior dos seus profissionais?

Márcia Mocelin Manfrin: Na empresa nós acreditamos que a escola é um braço, uma extensão de todo o processo de capacitação e desenvolvimento do indivíduo, e temos discutido com as instituições de ensino no sentido de se criar um programa, principalmente nessa era da Quarta Revolução Industrial, em que haja uma interação aluno, professor, escola e sociedade, e que a curiosidade, o desenvolvimento e o senso de pesquisa sejam efetivamente estimulados, porque o conhecimento está à disposição, e o empreendedorismo não pode ser visto somente para as pessoas que têm o talento nato para empreender, ele deve ser estimulado. Por esse motivo, o senso de participação e protagonismo das instituições de ensino frente ao empreendedorismo e às questões práticas empresa-escola têm que ser mais efetivas.

Nós ainda vivemos um mundo distante das instituições de ensino, e a empresa, quando recebe esse profissional, acaba verificando um *déficit* entre aquilo que ela necessita de imediato para cumprir com as suas metas e objetivos e o tempo de aprimoramento dessas pessoas.

Atualmente, grande parte das pessoas já trabalham e participam dos ambientes corporativos, mas nós ainda temos um grande desafio no sentido da modernização das instituições de educação. Isso é um desafio na atividade empresarial brasileira, no sentido da nossa busca por essa conectividade entre escola e empresa. Temos uma universidade corporativa na nossa empresa, onde trabalhamos a capacitação por ensino a distância, pois estamos presentes em 11 estados brasileiros. Essa capacitação exige mais tecnologia e nós sabemos o quanto o ensino ainda requer um pouco mais de incorporação na prática. É assim que eu me sinto quando recebo esses profissionais na organização.

Aproveito a sua reflexão e pergunto ao professor Celso se isso tem muito a ver também com a necessidade de inovação na estrutura curricular das instituições de ensino superior.

Celso Niskier: Com certeza. Eu vou dar um exemplo concreto, mas existem outros que podem ser citados. Nós queremos trazer mais as empresas

para dentro da instituição superior, mas qual é a melhor maneira de fazer isso? Trazendo uma pessoa com grande competência que possa lecionar aos estudantes, mas se essa pessoa não for hoje uma doutora, não conta como ponto nas avaliações do MEC, então precisa ser doutora, ou, no mínimo, uma mestra. Nada contra. Eu sou doutor e lutei muito pelo meu doutorado, mas a verdade é que hoje eu não posso contratar como instituição de educação superior um graduado que saiba muito sobre um assunto. Por exemplo, o *marketing* digital: está cheio de “feras”, pessoas que inclusive não concluíram o ensino superior, mas que possuem uma vasta experiência em *marketing* e ferramentas. Atualmente, essa pessoa não pode ser professora de uma instituição de ensino superior porque teria que ter, no mínimo, um mestrado. Contudo, ela não quer fazer mestrado, até porque é empreendedora. Então, acredito que nós, pelo exagero da forma regulatória, perdemos muito dessa possível integração.

Poderia citar também os currículos, porque nós acabamos tendo que cumprir as competências que são avaliadas no Enade, mas muitas dessas competências talvez não sejam aquelas que as empresas estão precisando. Como a Márcia apresentou: às vezes, você tem que contratar um recém-formado e dar a ele todo um treinamento específico, não somente sobre a cultura da

empresa, o que é lógico, mas também sobre maneiras de agir e de fazer, coisas que ele poderia trazer desde o ensino superior.

As empresas acabam assumindo o ônus de capacitar, qualificar e até de requalificar aquela pessoa que sai de uma instituição de ensino, e não era para ser assim. Ao invés de ter um modelo regulatório muito rígido, que impede a flexibilização curricular, impede que pessoas com larga experiência ministrem aulas, mesmo a experimentação pedagógica, por que não criar um programa simultaneamente da instituição e da indústria, como existe na Alemanha, em muitos casos?

Muitas vezes as empresas, como exemplo a Bayer, têm currículos próprios que oferecem em conjunto com instituições de educação profissional tecnológica. Acredito que podemos aprender muito com países mais avançados. Eu cito a Alemanha como um dos exemplos, porque lá já se quebrou esse preconceito e essa barreira entre o mundo acadêmico e o mundo

profissional. Acredito que essas coisas estão interligadas intimamente.

Hoje em dia os jovens só querem saber de serem influenciadores. Estão muito conectados nas redes sociais, então, realmente, pensar em aprofundar o conhecimento, estudar, fazer um mestrado e um doutorado parece algo cada vez mais distante.

Celso Niskier: Nada contra quem quer seguir carreira acadêmica, de pesquisa, fazer o mestrado e doutorado; para quem tem perfil, isso é fundamental. Eu fiz, tive uma vida como pesquisador, minha área é a da inteligência artificial, mas quem quer simplesmente ensinar coisas na prática não precisa ter uma qualificação que demande uma formação tão longa que a pessoa se isola da realidade do mundo para poder fazer um doutorado e depois poder ensinar para pessoas que trabalharão na prática profissional. Creio que precisamos ter maneiras mais flexíveis de entender a carreira docente nas nossas instituições de ensino.

Fares, você poderia dar exemplos de outros países que estão fazendo essa integração com foco na competitividade alta do mercado?

José Antônio Fares: Bom, eu mencionaria a Alemanha, até pela minha história na Bosch e no Senai. Ainda insistindo um pouco com a Alemanha, o país tem um sistema, um modelo dual, que foi criado no pós-guerra, que é uma

maravilha e é nosso objeto de desejo. O estudante faz uma parte teórica na academia e depois realiza a outra parte do curso na empresa onde ele trabalha ou, se ele não trabalha, faz em uma empresa parceira da instituição de ensino. Em regra geral, é possível que o desenvolvimento teórico, em alguns casos, seja feito com base nos processos industriais das empresas parceiras. O Senai usa o modelo dual no seu processo de aprendizagem quando ele contrata junto com as indústrias os jovens de 14 a 18 anos, pois eles ficam em um momento no Senai e em outro nas indústrias exercendo o que aprenderam. Já no ensino superior, a colocação em prática é em outro nível, mas o modelo é similar. Esse é um modelo de sucesso que deveria ser desdobrado e recolocado em vários países.

Também considero interessante como os Estados Unidos lidam com o tecnólogo. Aqui no Brasil, o tecnólogo virou um curso superior, mas eu não sei se era esse o propósito, porque nos Estados Unidos o tecnólogo é justamente um período de descoberta e amadurecimento, um período vocacional, em que o aluno, ao concluir o ensino médio, tem mais um tempo de estudo, através de um curso de tecnólogo, para, a partir deste, optar por um curso superior.

A Coreia do Sul também possui modelos muito inteligentes de cooperação: as empresas ficam praticamente dentro

das instituições de ensino. Eu tive a oportunidade de conhecer um trabalho na Finlândia, onde o espaço acadêmico é como se fosse sócio das empresas, e as empresas fazem uma cogestão com esses espaços, ou seja: trabalham com as ementas e as propostas curriculares são complementadas tanto pelo cliente-indústria como pelo cliente-serviço. Eles têm vários tipos de ramificações no mercado e trabalham juntos. Nesse ponto, entramos em um outro contexto, que é o negócio da cultura das instituições, de que nós temos um compromisso, a nossa missão é a formação, forte embasamento teórico e eu não discuto isso de forma alguma. É necessário, às vezes, um pouco mais de flexibilidade, o que na verdade, já está acontecendo.

Com certeza. Voltando ao Brasil, passo a palavra à Márcia. Sobre essa questão do estímulo, você considera que é preciso haver políticas públicas?

Márcia Mocelin Manfrin: É preciso políticas públicas para que haja uma integração maior entre empresa e escola. Eu vejo o Paraná bastante engajado nesse sentido e na busca de ampliação desse cenário.

Nós sabemos das dificuldades regulatórias e regulamentares na inserção do aluno na atividade da indústria. Existem muitas regras,

exigências e processos que acabam inibindo a permanência, para que não ocorram tantos riscos e que não sejamos punidos porque o aluno vira parte integrante do processo. Acredito que os setores público e privado, bem como as instituições de ensino, precisam dialogar mais para que haja aproximação e que seja possível expandir o tempo do educando na prática da indústria.

Você comentou algo muito importante, Carol, que é o conhecimento raso. Estamos vivendo em uma era de *influencers*, na qual todo mundo sabe de tudo um pouco, e o conhecimento profundo, aquele que traz o avanço, a tecnologia, a pesquisa de desenvolvimento, o aprofundamento do conhecimento prático e teórico tem sido deixado de lado. Então, volto a insistir em programas que despertem no aluno o senso da curiosidade, do desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento para que possamos evoluir nessa dimensão de pessoas mais capazes e engajadas dentro desse processo.

Celso, eu gostaria de ouvir a sua opinião também em relação a isso.

Celso Niskier: Em concordância com o Fares, nós temos uma redundância significativamente expressiva do técnico e do tecnólogo, e acabamos por criar dois níveis de formação técnica: uma de formação técnica de nível médio, que é o curso técnico, e outra de formação em nível superior, que é o tecnólogo. Mas há muita redundância e também uma dúvida do aproveitamento de quem faz um curso técnico dentro do curso de tecnólogo por uma questão legal e burocrática. Então, me parece que há um nó em que se foge um pouquinho dessa separação porque, ao analisar países mais avançados, como foi citada a Alemanha com muita propriedade pelo Fares, percebe-se uma separação de vocação, ou seja, a vocação para quem completa um curso técnico ou tecnológico é uma, e quem vai seguir a carreira universitária é outra. Contudo, aqui se juntou e a pessoa quer ser tecnólogo para ter o diploma universitário, mas, creio eu, na Alemanha é muito evidente: a carreira de nível técnico é válida e importante, é remunerada, tem posição favorável na sociedade e reconhecimento.

A carreira de nível superior é voltada àquelas funções de profissionais liberais, para pesquisa acadêmica ou para despertar mais a curiosidade do aluno, como a Márcia comentou, em um tempo maior de estudo. O Brasil considera técnico como alguém de segundo nível desde a época do Liceu de Artes

e Ofícios, quer dizer, era o emprego para o filho do empregado, não é? O filho do patrão frequentava a universidade e o filho do empregado cursava no Liceu de Artes e Ofícios. Nós precisamos resgatar a importância do nível técnico como uma carreira em si, valorizada e importante. Acredito que essa é uma grande discussão, até de uma futura revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para que possamos, de fato, despertar a vocação das pessoas para uma carreira de aplicação tecnológica: ou você desenvolverá novas tecnologias ou aplicará as tecnologias. E grande parte das pessoas pararão nesse nível, não porque não tenham capacidade intelectual, mas porque já há remuneração, um retorno para o investimento e elas preferem aplicar a tecnologia. Quanto ao espírito da criatividade e da curiosidade, concordo inteiramente com a Márcia: as nossas universidades precisam estimular mais isso dentro da sala de aula. Aliás, após a pandemia a sala de aula precisará ser bem diferente do que é hoje, remota, pois na pandemia temos no conforto da nossa casa aquilo que nos chega através do *Teams, Zoom, Meet* etc.

Será que teremos que pegar duas conduções para chegar a uma sala de aula e assistir a mesma aula que o professor poderia transmitir através da internet? Acredito que não. Creio que a sala de aula do futuro será aquela que

a Márcia sonha, onde será possível estimular a curiosidade e a criatividade do aluno, além de trabalhar em aplicações práticas de soluções concretas. Acredito que o aluno adquire conhecimento digitalmente, até porque está disponível em múltiplas fontes, mas frequenta a sala de aula para aplicar aquele conhecimento, de preferência em problemas do mundo real, de modo que ele veja sentido. Por isso, novamente a importância de a indústria produzir, junto com a academia, uma nova sala de aula que seria quase um laboratório de problemas do mundo concreto. Acredito que precisamos criar esse ambiente, sem o qual será difícil trazer os alunos de volta. Muitos preferirão ficar remotos, e remotos ficarão para o resto da vida, inclusive, muitos que abandonaram as escolas e as instituições de ensino. Esse é um grande drama, que é a evasão, mas não é a evasão só pelo motivo financeiro ou pela barreira tecnológica que foi criada, é a evasão pela falta de interesse nos currículos universitários.

O Fares, que também é responsável por uma instituição de ensino superior, a faculdade ligada ao grupo do Senai no Paraná, creio que sabe que o nosso grande drama atual é: os jovens não veem relevância em um curso superior e possuímos a grande responsabilidade de mostrar que a sala de aula é o vestibulo, é o passo inicial ao mundo do trabalho. Na verdade, aquilo pode

ser feito de forma que ali já esteja presente o mundo do trabalho na prática, com criatividade e busca de soluções. Enfim, é um sonho, mas acredito que é um sonho que virou realidade com a aceleração das inovações que a pandemia nos trouxe.

Fares, já que o Celso citou o seu nome a exemplo do que acontece no Senai, você gostaria de complementar?

José Antônio Fares: O Celso fez uma argumentação muito bem embasada. Nós temos um novo mundo, uma nova realidade pela frente. Eu, como gestor de instituição de ensino, se fosse aluno, não teria interesse nenhum em voltar a viver as mesmas experiências que vivi até então, e nós temos que ter a capacidade de mostrar ao aluno as vantagens que ele teria, por exemplo, ao realizar um curso superior e para onde isso o impulsiona.

Dou um outro exemplo que ocorre na França, que é um processo totalmente engajado: os alunos dos cursos de engenharia saem empregados. Durante o curso, eles já vão para o estágio e as empresas, todas parceiras, acompanham, escolhem alguns e os monitoram, além de serem mentoras. Quando os alunos concluem o curso, às vezes até antes, eles já estão contratados. Tem que acontecer algo mais ou menos parecido com isso aqui no Brasil, o que não é difícil de fazer. Se nós tivermos

um pouco mais de flexibilidade na legislação trabalhista e a compreensão de que a educação aplicada ao mundo do trabalho é algo que pode trazer desenvolvimento sustentável, que pode trazer solução para famílias de baixa renda, e não apenas uma lei, uma pseudo desconfiança de que as instituições de ensino querem ganhar cada vez mais. O poder público aqui não tem um pensamento muito nobre no sentido de entender as instituições de ensino como geradoras de desenvolvimento sustentável, fatores-chave para que o país evolua, cresça e se desenvolva, e para isso precisa de parcerias com o mundo do trabalho.

Márcia Mocelin Manfrin: Só para complementar essa questão, como empregadora, nós vivemos isso com bastante dificuldade porque, no nosso caso, temos, por exemplo, a formação do técnico em nutrição, que é um curso muito bem estruturado, mas não podemos empregar porque ele não tem reconhecimento, ou seja, você não consegue entender como é que alguém que fez o curso técnico e está habilitado, mas não pode responder tecnicamente. Existe um conflito sobre onde é possível atuar a partir do nível técnico, pois as empresas também não conseguem entender. Você tem necessidade de mais profissionais, oferece postos de trabalho e não pode empregar o tecnólogo porque ele não responde tecnicamente pelo cargo.

Existe uma confusão instalada no ensino técnico no Brasil que precisamos desvendar e trabalhar mais fortemente, pelo menos para que ele possa ocupar posições dentro das habilidades que ele foi preparado para exercer. Acredito que esse assunto oferece um bom debate para despertarmos um novo formato de inserção desse profissional no mercado de trabalho com o valor que ele tem.

Celso Niskier: Perfeito! Só para acrescentar: você trouxe uma questão que envolve os conselhos profissionais e também um corporativismo expressivo com relação a isso, pois cria-se um currículo, uma carreira, um conselho e um silo disfuncional em que o interesse da corporação passa a valer mais do que o interesse do desenvolvimento do país.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um artigo, livro ou até mesmo um *podcast* que trate sobre o assunto que debatemos nesse episódio.

Indicações:

Livro: O lado difícil das situações difíceis: como construir um negócio quando não existem respostas prontas

– Ben Horowitz

Livro: 21 lições para o século 21 – Yuval Noah Harari

Livro: Organizações exponenciais – por que elas são 10 vezes melhores, mais rápidas e mais baratas que a sua –

Michael S. Malone e Salim Ismail

Ficha Técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc e Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 8

Uso de plataformas tecnológicas para potencializar a educação

03/06/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Vera
Cabral**

Diretora de
Educação da
Microsoft Brasil



**José
Alberto**

Diretor de TI
do Grupo Ser
Educcional

Episódio 8

Uso de plataformas tecnológicas para potencializar a educação

03/06/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-Presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Vera Cabral, diretora de Educação da Microsoft Brasil

José Alberto, diretor de TI do Grupo Ser Educacional

A chegada da era digital possui impacto direto no ritmo das transformações sociais, influencia o comportamento e até mesmo as expectativas por parte dos estudantes em relação à formação acadêmica. Lembro que na minha época de faculdade tínhamos que nos sentar em frente ao professor, com vários livros sobre a mesa, enquanto ele nos explicava o assunto com o auxílio do quadro. Hoje, esse cenário é completamente diferente e está em constante mudança, que exige, em primeiro lugar, que as instituições de ensino criem capacidades, não só na sua equipe para que se adaptem às novas formas mais rápidas e flexíveis na hora de colocar em prática suas

ações, como também na questão das plataformas, no sentido de como e onde investir. As instituições precisam investir na resolução desses desafios com muita criatividade e inovação, e é neste ponto que a tecnologia pode ser uma grande aliada. Antes mesmo da pandemia, o debate sobre o uso de meios tecnológicos em sala de aula já tinha se intensificado, e diversas ferramentas e plataformas educacionais têm sido desenvolvidas para favorecer a interação de professores e alunos. Vamos conhecer um pouco mais sobre como o uso da tecnologia pode potencializar o aprendizado e a educação?

Professor Celso, você que possui conhecimento na área de tecnologia, que é uma grande aliada da educação, responda-nos: por que você acredita que é o momento de as instituições de ensino “baixarem a guarda” e, de fato, não só por conta da pandemia, investirem intensamente em ferramentas tecnológicas?

Celso Niskier: Essa é uma ótima pergunta e eu quero dizer que esses investimentos já vêm acontecendo há muitos anos, e exatamente por conta desse preparo o setor pôde enfrentar a pandemia através da rápida migração das atividades presenciais para remotas. Imagina se não houvesse uma base tecnológica que desse suporte a isso, além das parcerias que o setor tem com empresas como a própria Microsoft através do *Teams*? A minha instituição, que é a UniCarioca, migrou integralmente para a plataforma *Teams* nas suas atividades remotas com muito sucesso. Então, esse investimento já vinha acontecendo.

O que surge agora é uma aceleração desses investimentos, uma vez que o potencial das aulas remotas acabou por convencer a sociedade, professores e estudantes sobre a viabilidade de se ter um ambiente de educação mediada por tecnologia. Isso se dará primeiro por uma questão de sobrevivência porque, além de tudo, a tecnologia, quando bem empregada, pode reduzir custos da organização, mas também,

e principalmente, por uma questão de diferenciação.

A instituição de educação superior que usar a tecnologia como forma de diferenciar as suas ofertas através da personalização da experiência do aluno, ambientes virtuais, certificações ao longo do curso, enfim, a instituição que souber aproveitar o que a tecnologia oferece para se diferenciar, terá um lugar no futuro que está se escrevendo a partir do mundo pós-pandemia.

Como foi a adaptação dos seus alunos na UniCarioca em relação ao ambiente virtual? Essa interação foi fácil ou difícil? Pergunto isso devido à quantidade de coisas possíveis de se distrair neste ambiente.

Celso Niskier: Foi muito interessante e um enorme desafio, começando pelos professores, e não só os professores da UniCarioca, mas de todo o Brasil, que souberam rapidamente se adaptar, convidaram os alunos para literalmente ministrarem aulas, cada um em suas casas, através dos recursos da tecnologia. Creio que no momento que os professores aderiram ao ambiente

virtual, dedicaram-se com afinco e foram heróis, além de convencerem os alunos.

Temos que deixar estabelecido que muitos alunos tiveram as dificuldades naturais de acesso à tecnologia, pois muitos não possuem um ambiente adequado em casa para a dedicação aos estudos. Esses alunos precisaram se adaptar também a essa nova realidade; sabemos que não é o ideal e não podemos ter essa ilusão. Mas, sabemos também que podemos dar sequência à nossa missão de educar as futuras gerações e agora, com esse conhecimento, resiliência, capacidade de adaptação e de novas soluções que estão surgindo, acredito que daremos vários passos adiante. Se por um lado foi um passo para trás em termos de aprendizagem, certamente, com o uso mais intenso da tecnologia, a partir de agora avançaremos e poderemos trabalhar no *gap*, nessa diferença que aconteceu durante esse tempo da pandemia. Acredito que a tecnologia nos salvou nesses três semestres e nos ajudará a acelerar a aprendizagem para que possamos correr atrás do tempo perdido.

Exatamente, professor Celso. José Alberto, o Ser Educacional já está há bastante tempo trabalhando e usando a tecnologia a seu favor. O que está mudando em termos de planejamento e investimento da instituição em relação ao durante e ao pós-pandemia?

José Alberto: Na migração de alunos e colaboradores ao ambiente híbrido tivemos uma surpresa no Grupo Ser Educacional: conseguimos em mais ou menos uma semana realizar toda a migração dos alunos ao ambiente híbrido através da plataforma *Teams* e pudemos migrar os colaboradores com o uso massivo do *home office*, mas isso só foi possível graças a todo um planejamento.

Desde 2018 temos encaminhado o projeto de transformação digital do grupo com quatro pilares estabelecidos, e o principal deles é o da experiência, no sentido de modificar a experiência do nosso aluno e, principalmente, alavancar a experiência digital.

No início de 2018 começamos a nos questionar sobre tudo o que o grupo vinha fazendo e como amplificar o uso da tecnologia em prol do ensino, de modo que fosse possível ter um crescimento sustentável. Então, estabelecemos um projeto envolvendo toda a companhia, com quatro pilares. Além experiência, trabalhamos muito também a questão da cultura, através do pilar da cultura digital, porque ficou muito evidente que, apesar de falarmos de transformação digital, um ponto crucial é a mudança do *mindset* das pessoas, principalmente dos professores, sem a qual não haverá mudança tecnológica, adesão e engajamento. Nesse mesmo tempo, criamos o nosso

Centro de Inovação aqui em Recife, denominado Overdrives, e atualmente temos mais de 16 *startups* investidas e apoiadas pelo grupo. E como base disso tudo, o pilar da tecnologia, apoiando e suportando todas essas iniciativas. Eu me lembro que ao final do processo de *assessment*, em 2018, tínhamos aproximadamente 51 iniciativas das mais variadas, sempre com foco na mudança da experiência do aluno.

A primeira que implementamos foi a mudança no portal acadêmico. Foram feitas diversas entrevistas com alunos, professores, colaboradores e coordenadores para verificar as principais oportunidades e as principais dores, e isso foi convertido no desenvolvimento de um novo portal. Acredito que foi exatamente a “mola propulsora” de tudo o que ocorreu em março de 2020 pelo seguinte: nós fizemos uma mudança em relação à adoção do Office 365. Nós já utilizávamos o Office 365 totalmente integrado com o nosso RP e a adesão era relativamente baixa. Com a mudança do portal, passamos a utilizar o conceito de micro serviços e entregar recursos do Office 365 integrado ao nosso portal. Então, o professor e o aluno utilizavam esses recursos de forma bem transparente, reduzindo ao máximo o atrito no uso da tecnologia. Com isso, foi possível desenvolver a adoção e o engajamento das ferramentas do Office 365.

Quando a pandemia começou, em março de 2020, foi muito simples fazer pequenos ajustes de orientação a professores e alunos, pois até então o *Teams* era mais uma das ferramentas, e de março para cá passou a ser a principal ferramenta de colaboração.

Fizemos pequenos ajustes e adaptamos processos para tentar manter uma experiência próxima daquela que ele teria em sala de aula, mantendo o mesmo horário, tudo forma semelhante. Como eu comentei inicialmente, em uma semana os alunos já estavam utilizando todo o ambiente do Office, totalmente integrado, já que no grupo nenhum projeto surge sem que ocorra uma integração com o RP – isso nos dá muita flexibilidade. Essa integração contribuiu bastante no processo e algo bem interessante que percebemos foi o engajamento de todos. Isso também se dá em virtude do tempo que vivemos, mas chegou a um ponto que fazíamos alguns treinamentos, dávamos o início na integração e, quando víamos, os professores já multiplicavam aquilo, cada um trocando experiência entre si, foi bem legal.

Hoje estamos no terceiro semestre utilizando o modelo híbrido, mas a cada semestre fazemos adaptações de melhoria. Os alunos e professores têm reportado isso e a cada semestre temos feito mudanças, algumas delas imperceptíveis ao aluno em termos

visuais, de plataforma, mas do ponto de vista estrutural, a cada semestre modificamos a fim de reduzir o atrito e ampliar a adoção do Office 365.

E o que é o Office 365?

Vera Cabral: Ele é uma das plataformas da Microsoft mais populares, é o que conhecemos apenas como Office, onde constam os aplicativos de produtividade que normalmente usamos. Existem mais de vinte aplicativos neste Office, alguns que usamos bastante, como o *Word, Excel, Power Point* e *Outlook*. Além desses, ele conta também com o *Teams* que, na verdade, é um *hub* que conecta todas essas outras aplicações e permite que os professores e as instituições de ensino trabalhem de forma organizada e consolidem todas as atividades dos alunos por meio da mescla de todas as aulas que são presenciais, digamos, aulas síncronas com as aulas remotas, com as atividades, lições e avaliações. Tudo isso é oferecido através do *Teams*, que é uma das ferramentas do Office.

Temos percebido que a tecnologia ajuda muito na questão do cruzamento de informações, do que aluno e professor têm feito, e na fase que cada um está na integração com as outras áreas e setores dentro de uma instituição de ensino, e a Microsoft está nesse processo não é de hoje. Vera, como é que estão essas adaptações? O que se espera de inovação, visto que isso está em constante mudança?

Vera Cabral: Com certeza. Aliás, para mim é maravilhoso conversar com o Alberto, com o Celso e com você, Carol, porque nós temos uma história para contar juntos. Eu não venho falar da tecnologia de uma forma isolada do que ocorre. Na verdade, costumo dizer que isso já era para acontecer e ainda bem que estamos em um momento de maturidade da tecnologia, de plataformas e até de uso que permitiu que instituições como a UniCarioca e o grupo Ser Educacional conseguissem migrar e fazer o melhor que fosse possível.

Existem muitas situações como essa, onde já existia uma cultura digital trabalhada, apesar de não perpassar todas as áreas da instituição e de as aulas serem predominantemente presenciais ou *on-line*. Eram dois modelos polares dentro dessa gama de possibilidades, mas já tínhamos plataformas e ferramentas que possibilitaram que fizéssemos uma transição rápida, da forma como é possível. Desse modo, o que eu digo é que hoje estamos menos preocupados com o desenvolvimento tecnológico que ocorre de modo acelerado e muito mais preocupados com a adoção dessas ferramentas de uma forma produtiva e que permita que consigamos cobrir esse *gap* de aprendizagem que estamos descobrindo agora.

Eu tenho certeza de que esse *gap* a que nos referimos é muito diferenciado entre áreas e instituições, pois existem

instituições que conseguiram fazer essa mudança e, sem dúvida, esse *gap* é muito menor. Conheço filhos de amigos que estão com melhor rendimento na escola, pois estudam bem mais e o interesse tem sido maior nesse novo modelo do que naquele 100% presencial. O que está acontecendo? Nós costumávamos colocar isso dentro de um modelo que é: em um primeiro momento, tivemos uma situação que respondemos, que foi muito rápido, mas agora como é que entramos nesse novo contexto? Exceto algumas instituições que já estavam naquele caminho (como exemplo das duas já mencionadas), outras tiveram que se organizar rapidamente e se perguntaram: “como é que eu respondo rápido a esse momento de crise?”. A resposta foi: “vamos lá fazer qualquer coisa!”. O mais fácil foi utilizar uma ferramenta tecnológica e reproduzir o que faziam no presencial nessa ferramenta.

Nós chegamos em um momento que percebemos fatos muito positivos no uso de tecnologia em educação, mas começamos também a perceber que não dá mais para voltar ao que era puro e simples. É preciso aprender a usar melhor esses recursos, os quais passam por diversas atualizações. Por exemplo, o *Teams*: ele possuía um mapa de desenvolvimento que previa atualizações para três anos, e agora não passa um mês sem novos desenvolvimentos. Especialmente na educação, a aproximação da tecnologia gerou uma convergência muito grande.

Nós trabalhamos fortemente na adoção e propagação de melhores práticas, e na nossa aprendizagem como empresa de tecnologia, com os professores e com as instituições para buscar aquele mapa de desenvolvimento, acelerar o que é mais urgente e fazer com que a tecnologia fique mais acessível para conseguir vencer os desafios da educação. Do ponto de vista geral, vivemos em um momento de pensar em como reorganizar todos esses processos educacionais, o nosso dia a dia na escola, a modalidade das aulas e a otimização dos recursos da tecnologia para o ensino em função dos cursos. Há muito elemento pedagógico e tecnológico interligado e estamos em um período de descobertas. O nosso trabalho tem sido superintenso, mas imensamente gratificante com a possibilidade de realmente transformarmos a educação. Eu estou aqui otimista com o Celso e acredito que, conforme avançamos nesse processo de entendimento de como podemos trabalhar melhor a educação com o uso de recursos de tecnologia, potencializaremos bastante a aprendizagem.

Muito bom ouvir isso, Vera. Nós ficamos muito felizes e é interessante fazer essa comparação do cenário no início da pandemia, do que vivemos agora e do que está planejado para o futuro. Nós sabemos que a ABMES e a Microsoft já estão com uma parceria consolidada, então eu pergunto como

tem sido esse trabalho, caso outras instituições tenham interesse também em adotar a plataforma.

Celso Niskier: Antes de comentar sobre essa parceria de sucesso, eu quero destacar que concordo inteiramente com a Vera na questão da combinação de tecnologia e pedagogia que acompanhamos hoje. O mundo, e em particular o Brasil, virou um grande experimento pedagógico, porque é uma situação oriunda da pandemia a multiplicidade de possibilidades de uso pedagógico da tecnologia.

Hoje, existem instituições que estão oferecendo a educação a distância com *lives* (transmissões de vídeo ao vivo), outras oferecem só em modo *on-line* (disponibilização de vídeos nas plataformas) e outras aderem ao híbrido. Até mesmo as *lives* estão sendo usadas em complemento a programas de graduação. Dou um exemplo específico que ocorre na UniCarioca: existia um programa gratuito de reforço acadêmico aos sábados, nas áreas de português e matemática. Esse programa era muito útil para os alunos, tanto que compareciam em grande número, apesar das dificuldades. Nós levamos todo esse programa de reforço acadêmico ao mundo virtual e o número de participantes foi multiplicado por cinco, pois, inclusive, muitos que não são alunos da UniCarioca também querem participar, como alunos da rede pública. Ampliamos o programa a estes alunos,

inclusive alguns têm filhos pequenos que estão presentes durante as aulas. Virou um programa social, um programa de recuperação de aprendizagem que a tecnologia permitiu, pois antes fazíamos presencialmente de forma limitada, porque muitas vezes a pessoa não queria se deslocar aos sábados.

Hoje, a criatividade do empreendedor educacional está solta e essa visão da tecnologia como um potencializador da criatividade do gestor é aquela que eu gostaria de passar a todos. É evidente que, para isso, ele também precisa ter apoio e ajuda. Sendo assim, temos trabalhado com a Microsoft. Além de termos instalado um laboratório de inovação e criatividade, que fisicamente está em Brasília/DF, mas virtualmente tem trabalhado em várias iniciativas, como realização de seminários, debates e participação em eventos, inclusive junto aos eventos da Microsoft.

Este ano a Microsoft nos desafiou com uma parceria muito voltada à certificação – e a Vera nos falará sobre isso em detalhes –, mas nós trabalharemos com as chamadas micro certificações, ou seja, certificações associadas às grades curriculares. Como todos sabem, no mercado de trabalho é muito comentado sobre o *upskilling*, que é a ideia de melhorar a qualificação dos profissionais. Então, a Microsoft trouxe aos associados da ABMES a possibilidade de oferta de várias certificações na área

tecnológica que não só agregam valor ao currículo, mas podem servir como fonte adicional de receita para as próprias instituições. Dessa forma, algo que é interessante nessa parceria com a Microsoft é que ela também progride conforme a evolução da tecnologia e do mundo, mas o que é importante é que hoje a Microsoft é parceira da ABMES para ajudar a potencializar a criatividade dos gestores, professores e, consequentemente, dos alunos das instituições.

São soluções tecnológicas a nosso favor, é isso que temos que pensar. José Alberto, quando falamos de *gaps*, isso aconteceu no Ser Educacional?

José Alberto: Esse ponto de atualização tecnológica levantado pela Vera é algo que percebemos com muita frequência. Um recurso está disponível hoje, mas daqui a pouco tempo já existirá um novo e recorreremos ao ajuste nesse aspecto.

O nosso objetivo é sempre ter uma entrega que o professor não precise se preocupar com o recurso que ele utilizará, exatamente para reduzir esse *gap* de aprendizagem tecnológica. Nós entregamos de uma forma simplificada para reduzir o atrito na adoção tecnológica. Então, nesse período, foram estabelecidos e disponibilizados ao professor diversos recursos e treinamentos exatamente para reduzir esse *gap* de entendimento da adoção tecnológica.

Hoje, em termos de adoção massiva, temos aproximadamente 97% dos alunos e professores que acessam o nosso ambiente semanalmente. Isto é um fato fantástico, visto que até então a adoção era entre 20 e 30%. Hoje em dia ocorre uma adoção massiva dessa tecnologia e temos trabalhado fortemente para cada dia entregar mais recursos e orientar professores e colaboradores na adoção dessas tecnologias.

Você comentou algo também interessante, assim como o professor Celso, que é a respeito das métricas. Agora é possível ter noção do quanto os recursos tecnológicos potencializaram. Contudo, vamos voltar a conversar com a Vera sobre as certificações apresentadas pelo Celso.

Vera Cabral: Já é o nosso segundo ano de uma parceria muito importante com a ABMES, a qual valorizamos bastante, porque aqui temos uma oportunidade de diálogo constante, e como eu disse a vocês, nós, Microsoft, somos uma instituição que precisa aprender, então temos essa necessidade de estar perto das instituições para entender quais são as necessidades e responder rapidamente. Isso possibilita que identifiquemos um problema e rapidamente tenhamos a solução. Tal problema poderia nem estar no mapa de soluções, mas com isso ele passa a entrar, ou ele estava lá no mapa de soluções em um futuro mais distante, foi identificado como importante e resolvido

com prioridade. Primeiramente, essa integração é essencial ao nosso trabalho; segundo, é uma forma também de divulgarmos o nosso trabalho (os nossos resultados e boas práticas); terceiro, mas não menos importante, é a questão das certificações. Nós temos absoluta certeza da necessidade, particularmente nesse mundo que vivenciamos hoje, de aproximação daquilo que o aluno aprende no curso de ensino superior, curso técnico ou na escola e o que ele aplica no mercado. Sendo assim, o primeiro ponto de aproximação é através desses cursos e possibilidades de certificação por meio de um material gratuito que a Microsoft oferece às instituições.

Hoje em dia, particularmente nas áreas de tecnologia, as empresas não demandam mais uma formação em nível superior para a contratação de pessoas. Elas levam em consideração as certificações e isso traz uma mudança muito grande ao próprio mundo do ensino superior. Essa e outras tendências que ocorrem, colocam desafios que já estão postos para a educação no nível superior, e não só no Brasil como no mundo inteiro. Essa questão das micro certificações e várias tendências em relação ao modelo tradicional de ensino superior que existia estão vigentes, acontecendo em paralelo a tudo isso que temos acompanhado na pandemia. Então, a necessidade de que todas as instituições de ensino superior

e cursos passem a levar em conta que a tecnologia é um recurso para trabalhar, que não é possível trabalhar sem tecnologia, já mostra que a adoção de tecnologia no próprio curso de ensino superior é necessária.

Trabalhar não só com tecnologia, mas com todas as habilidades tecnológicas. Essas são mudanças que estão em curso, que acontecerão de qualquer forma e que a Microsoft oferece um leque bem amplo de cursos para que os estudantes possam, ao longo do seu curso superior, ter alguma certificação que permita a eles o ingresso no mercado de trabalho de modo mais rápido e, assim, consigam se manter no curso, que é uma coisa extremamente importante em nosso país, pois boa parte das evasões devem-se ao fato de que o estudante não consegue pagar a mensalidade. Então, isso é uma garantia de que ele possa continuar os estudos. Ao mesmo tempo, esses conteúdos podem complementar a grade curricular e fazer com que o estudante já consiga ter alguma prática e uma relação com o mundo do trabalho enquanto está na graduação. O professor pode proporcionar toda uma reflexão em cima desse conteúdo, quando inserido dentro da grade curricular, e, mais do que isso, criar possibilidades de inserção do jovem no mundo do trabalho, mas também possibilidades de negócio, como citado pelo Celso, para as próprias instituições de ensino superior, pois o conteúdo para

as certificações é gratuito, mas a certificação em si tem um custo, que é o custo do exame internacional. Então, a instituição pode trabalhar de várias maneiras, como cursos complementares, por exemplo. Ela permite modelos de negócio diferenciados, possibilita que os alunos tenham uma formação mais adequada e mais voltada para a inserção no mercado de trabalho, além de propiciar uma inserção nesse mercado a curto prazo. Acredito que são coisas que se complementam e, do ponto de vista da Microsoft, se juntam à missão que a empresa tem de fazer com que as pessoas consigam atingir os seus potenciais, que cada pessoa possa alcançar o máximo que queira.

Podemos afirmar categoricamente que estamos no século 21 com essa modernização tecnológica. Professor Celso, eu fico imaginando: se voltássemos ao tempo das cavernas, como seria? Se você pudesse utilizar uma máquina do tempo para verificar como era e comparar com o que é hoje, o que você diria?

Celso Niskier: Eu diria que o ser humano continua igual em sua essência, graças a Deus, pelo que temos de bom e complexo na nossa natureza, mas a máquina e a tecnologia não substituirão as características humanas, que são universais, antigas e impostas pela nossa evolução. Por exemplo, a importância da empatia, a importância do que hoje se chama de *soft skills*, que

são características humanas, pessoais, capacidade de exercer liderança, de comunicar, de entender o outro, que é a base da empatia e da compaixão. Essas características estão presentes no ser humano, a tecnologia pode, no máximo, potencializar. Por isso, eu creio que essa discussão de que a tecnologia veio para substituir o ser humano não é correta. Talvez em partes, como no serviço braçal ou na memorização, mas não a parte de raciocínio crítico, a compreensão, a parte humana em si.

Acredito que continuamos fundamentalmente seres das cavernas no que diz respeito à nossa base biológica, à base do cérebro humano, mas hoje somos muito mais felizes por conta do que a tecnologia nos traz.

Os desafios da tecnologia muitas vezes é o mau uso, o que é uma característica humana e não inerente à própria tecnologia, por isso sou um defensor do uso inteligente da tecnologia, integrado com a parte pedagógica. Melhorando as organizações, não atacando, minimizando ou perdendo a humanidade, mas tornando as organizações mais humanas e eficientes, produzindo mais com menos, e isso sim é da natureza humana: otimizar todas as nossas

tarefas. Então, eu acordaria como um homem das cavernas assustado, mas logo depois que eu fizesse a certificação da Microsoft eu seria um ser das cavernas muito mais letrado e feliz.

Vera Cabral: Meu pai faleceu há três anos, com noventa anos, e a cada vez que ele via algo tecnológico ele dizia que era mágico. Acredito que se acor-dássemos há alguns anos, nem preci-saria ser na época das cavernas, dirí-amos também que todo o mundo virou mágico. É muito legal viver essa época que vivemos.

José Alberto: Acredito que nós não devemos colocar em lados distintos tecnologia e empregabilidade, os dois precisam conviver. Ficou bem evidente o quanto nós necessitamos da tecnolo-gia para tudo. Algo que chamou muito a atenção de todo mundo nesse ano foi exatamente a velocidade da adoção dos recursos. Como a Vera comentou, está acontecendo o adiantamento do desenvolvimento de *softwares*. A mesma coisa é a pré-disposição das organizações em adotar novas tecnolo-gias, novos processos.

No Ser Educacional investimos bas-tante em termos de automatização, robotização de processos, uso de inteli-gência artificial, e entendemos que isso é contínuo. Em 2018, falávamos em um projeto de transformação digital, e todos sabem que um projeto tem início,

meio e fim. Hoje não chamamos mais de projeto e sim de jornada, é algo con-tínuo. Nós estamos em três semestres de adoção massiva dos recursos para o ensino híbrido, só que a cada semestre é um cenário diferente de adaptação, ampliação da maturidade e de ajuste. É essa continuidade que temos que tomar como lição e aprendizado de todo esse sofrimento que estamos vivendo.

Alberto, vou destacar algo em tudo o que você tem comentado: quando falamos em transformação digital, falamos de tecnologia, mas estamos falando essencialmente de cultura. Se não mudarmos a cultura, não fazemos transformação digital. A tecnologia por si não transforma nada, ela precisa ser adotada com uma predisposição e com um plano e projeto de mudar a forma de fazer as coisas. É uma jornada que tem intencionalidade, nós aprendemos no meio do caminho e transformamos aquele plano inicial. É uma mudança de cultura e sem isso nós não transformamos, não mudamos a organização e nem a forma de fazer, e vivenciamos isso.

Para finalizar, pedimos que cada um dos convidados indique um artigo, livro ou até mesmo um *podcast* que trate sobre o assunto que debatemos nesse episódio

Indicações:

Livro: Gestão do Amanhã: tudo o que você precisa saber sobre gestão, inovação e liderança para vencer na 4ª Revolução Industrial – José Salibi Neto

Livro: The hard thing about hard things – Ben Horowitz

Entrevista: Novos caminhos e possibilidades de formação para carreiras em tecnologia – Ronaldo Mota, diretor científico na Digital Pages, e Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES

Ficha Técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 9

O futuro da
educação e o
desenvolvimento
das competências
do século 21

17/06/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Gustavo
Hoffmann**

Diretor da
Plataforma A (Grupo
A Educação)



**Jânnyo
Diniz**

Presidente
do Grupo Ser
Educcional

Episódio 9

O futuro da educação e o desenvolvimento das competências do século 21

17/06/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Gustavo Hoffmann, diretor da Plataforma A (Grupo A Educação)

Jânio Diniz, presidente do Grupo Ser Educacional

As mudanças do mercado de trabalho impulsionam transformações nos currículos do ensino superior. Diversos são os motivos para o *reset* do modelo de educação superior atual. Segundo o Fórum Econômico Mundial, as competências do século 21 são menos técnicas e mais socioemocionais. Mais de 50% das atribuições das profissões atuais serão substituídas por inteligência artificial nos próximos anos. Outro dado interessante: 80% das profissões que existirão daqui a 10 anos nem sequer surgiram ainda. Confira a seguir os melhores momentos do debate promovido pela ABMES, em 27 de abril de 2021, durante [seminário virtual](#) realizado no YouTube da Associação.

Celso Niskier: Hoje debateremos o futuro da educação e o desenvolvimento das competências do século 21. Traremos aqui uma pesquisa inédita sobre a percepção dos alunos egressos, dos gestores acadêmicos e dos empregadores com relação às competências que o ensino superior desenvolve, e se elas estão ou não adequadas às demandas do setor produtivo. Passo a palavra ao Gustavo Hoffmann para fazer a apresentação da pesquisa que constatou que muitas das instituições, infelizmente, ainda não estão devidamente capacitadas para oferecer as competências que o mercado de trabalho precisa.

Gustavo Hoffmann: Falaremos um pouco sobre o futuro da educação. Eu comentava com o Celso um pouco antes de iniciarmos que não sabemos exatamente o que acontecerá daqui a duas semanas no nosso setor, muito menos o futuro a médio e longo prazos. Ninguém aqui tem uma bola de cristal, mas existem alguns elementos que dão um certo norteamento em relação ao que acontecerá e [essa pesquisa](#), feita pela Educa Insights, que eu vou apresentar aqui em primeira mão, mostra alguns caminhos do que precisa ser realizado no ensino superior para que formemos alunos com competências mais aderentes às demandas do século 21.

Antes de falar de apresentar os dados, falarei um pouco sobre o futuro do trabalho, são algumas informações relevantes para esse nosso debate. Segundo o Laboratório de Aprendizagem de Máquina em Finanças e Organizações (LAMFO), da Universidade de Brasília (UnB), cerca de 30 milhões de empregos formais no Brasil, ou seja, 54% dos empregos formais existentes, provavelmente serão substituídos por máquinas até 2026. Não nos referimos ao ano de 2050 ou 2100, falamos daqui a cinco anos. Nos referimos aos alunos que ingressam agora no ensino superior e que formarão a partir de 2024.

Segundo a Mackenzie Educacional, 60% das atividades atuais de trabalho

são tecnicamente automatizáveis, ou seja, não precisaria de uma pessoa operando, principalmente aquelas atividades altamente preditivas. Recentemente, o *Institute for the Future*, com sede na Califórnia (EUA), junto com a Dell Technologies, fez uma pesquisa que aponta que 85% dos trabalhos que existirão em 2030 ainda nem foram inventados, ou seja, nós formaremos alunos para fazerem algo que não sabemos exatamente o que é.

Em 2019, eu tive uma experiência em Singapura. Ao conversar com os gestores da *National University of Singapore* (NUS), que é a melhor instituição de ensino de toda a Ásia e tem um belíssimo programa de *lifelong learning*, eles estimaram que, em média, cada egresso da NUS exercerá seis carreiras diferentes ao longo da vida. Nós não falamos de seis empregos diferentes, mas de seis carreiras, ou seja, mudarão de profissão, em média, seis vezes ao longo da vida.

Quando olhamos para as competências do século 21, o Fórum Econômico Mundial, o Banco Mundial, as próprias universidades, como *Harvard University* e *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), fazem anualmente um evento que tenta entender quais competências são as mais importantes para o século 21.

Os relatórios do Fórum Econômico Mundial mostram que cada vez mais as competências socioemocionais se tornam mais importantes, e competências técnicas, que são as famosas *hard skills*, vão se tornando menos importantes. Isso se dá porque boa parte das profissões atuais serão substituídas por *machine learning*, por inteligência artificial.

Por isso, dentro das nossas formações, cada vez mais deveríamos inserir, seja através de novas metodologias ou de novos currículos, competências mais aderentes a essa realidade do século 21 que dificilmente serão substituídas por máquinas e inteligência artificial nos próximos anos. Dessa forma, a capacidade de resolução de problemas complexos, pensamento crítico, criatividade, que é tão obstruída hoje em nosso modelo educacional tradicional, liderança, capacidade de negociação, colaboração ao invés de competição, conseguir usar informações por uma boa tomada de decisão, a comunicação, e dentro de comunicação, a capacidade de expor com clareza as suas ideias, de defender um determinado ponto de vista, capacidade de argumentação etc., essas são competências que

valem seja para um professor, administrador, engenheiro, médico, arquiteto, fisioterapeuta...

Todas as profissões precisam dessas competências, que dificilmente serão substituídas por inteligência artificial nos próximos anos. Na pesquisa do LAMFO, eles pegaram o Código Brasileiro de Ocupações (CBO) e destacaram as atribuições de cada um dos profissionais, sejam eles de nível superior, nível técnico ou de educação básica, além de estimar a probabilidade de automação dessas atribuições até 2026.

Então, por exemplo, 76% do que hoje faz um advogado muito provavelmente será substituído por inteligência artificial nos próximos anos, ou 88% do que faz um professor de matemática, 96% do que faz o engenheiro químico, 55% do que faz um engenheiro. Contudo, isso não quer dizer que as profissões morrerão. Mas, se não mudarmos imediatamente em termos de currículo, metodologias e competências que desenvolvemos no ensino superior, é muito provável que formemos um monte de desempregados nos próximos anos. Eu não falo só do setor produtivo e do emprego formal, mas de pessoas que não terão trabalhabilidade. Por quê? Porque boa parte dessas competências, como mostrado não somente nessa pesquisa, mas em outras que eu já apresentei, provavelmente serão substituídas em um futuro muito próximo.

A Gallup fez uma pesquisa recente que foi publicada em um dos portais mais importantes de ensino superior do mundo, na minha opinião, que é o *Inside Higher Ed*. Eles têm muitos estudos interessantes e, em um deles, ouviram gestores educacionais, a academia, os alunos egressos do ensino superior, do setor produtivo, CEOs e gestores das empresas, ou seja, os principais empregadores. Tal pesquisa apontou que somente 11% dos líderes e gestores empresariais consideram a formação universitária adequada, enquanto 96% dos gestores acadêmicos, ou seja, quem está dentro da academia, acreditam que não precisa fazer nada, que o currículo está 100% aderente ao que o mercado, de fato, precisa. Esse é o primeiro indicativo de um abismo entre academia e mercado. Contudo, a pesquisa foi feita nos Estados Unidos, uma realidade um pouco diferente da nossa. Em 2012, foi realizada uma pesquisa pela Mackenzie em toda América Latina e nos Estados Unidos, por meio da qual tentou ver quais eram os *gaps* de competências entre mercado e academia. Eles levantaram que 45% dos egressos do ensino superior acreditavam que não estavam bem preparados pelas suas instituições de ensino. Os alunos são egressos, estão um pouco inseguros ali, recém-formados, então é natural e aceitável esse número. Entretanto, entre os líderes e gestores empresariais, somente 31% acreditavam que a formação era adequada. Dentro da academia, 67% dos

gestores acadêmicos acreditavam que não era preciso fazer nada e que a formação estava totalmente aderente ao que o mercado precisava.

Essa pesquisa da Mackenzie foi feita em locais com culturas muito parecidas com a nossa, com os Estados Unidos um pouco mais distante. Não tínhamos uma pesquisa aqui no Brasil que medisse e apontasse como estávamos, como a academia percebe a formação dos nossos egressos e como o mercado, o setor produtivo percebe. Então, no ano passado, a Educa Insights resolveu realizar essa pesquisa inédita aqui no Brasil. Nós modelamos a pesquisa em conjunto e ela foi executada com três perfis diferentes. Os dados são altamente relevantes para que revisitemos os nossos currículos, o nosso modelo educacional e pensemos em um futuro, em uma formação, principalmente agora em tempos de pandemia, onde a inovação e a tecnologia estão em alta e estamos com uma pré-disposição positiva para algumas mudanças que, até pouco tempo atrás, havia uma resistência muito grande. Acredito que a pesquisa mostra a necessidade urgente de revisitarmos e restaurarmos, como bem colocou o Celso, o nosso modelo de ensino superior.

A Educa entrevistou três perfis de públicos diferentes. O primeiro foram os recém-formados, com até um ano pós-formatura, em várias áreas de ensino,

sendo 25% dos egressos da área de negócios, 24% da área da saúde, 16% da tecnologia e engenharia, 15% da área da educação, 6% de direito, 6% de arquitetura, 4% de comunicação e outras. Foram contemplados egressos de cursos a distância, híbridos e presenciais, sendo boa parte deles de cursos presenciais, e envolveu 65% de instituições privadas e 35% de instituições públicas, o que reflete uma proporção muito parecida com o que de fato acontece no ensino superior brasileiro. Em termos de regionalidade, ocorreu uma prevalência maior da região Sudeste, mas todas as regiões do país foram devidamente contempladas no estudo.

O segundo perfil foi o de gestores acadêmicos, sendo 31% gerentes acadêmicos, além de coordenadores de curso, coordenadores acadêmicos, diretores acadêmicos, reitores e outros. 43% dos respondentes se dedicavam exclusivamente a cargos acadêmicos e 57% tinham outras ocupações, como professor ou gestor de outras áreas. Em termos de tamanho, 47% dos respondentes eram de instituições de três a sete mil alunos, 37% de instituições pequenas (até três mil alunos) e 16% em instituições com mais de sete mil alunos.

O terceiro perfil foram os empregadores, que é quem contrata os egressos do ensino superior de vários setores, como tecnologia, serviços, educação, varejo, construção, farmacêutica, automotivo,

logística, entre outros, e com diversos cargos. São pessoas que estão diretamente relacionadas com a contratação ou a supervisão do egresso. Das empresas entrevistadas, 47% eram pequenas, 28% grandes e 25% médias. Entre indústria e serviços, 22% indústria e 78% serviço. Os questionários foram aplicados entre outubro e dezembro de 2020 e o dado que considero ser o mais relevante é o nível de preparo de um recém-formado para exercer a profissão.

O primeiro dado que chama a atenção é o nível de preparo. Vamos considerar como um preparo alto as notas de oito a dez em uma escala de um a dez. 62% dos recém-formados acreditam que têm alto nível de preparo, o que é bom, pois quando somados os preparos médio e alto observamos que praticamente 90% dizem ter um preparo de médio para alto. Quando perguntamos aos gestores acadêmicos, 69% deles acreditam que não é necessário fazer algo e que os alunos já saem bem preparados, com competências adequadas àquelas que o mercado, de fato, precisa. No entanto, quando analisamos os empregadores, CEOs, diretores, gerentes, pessoas que contratam e lidam com esses egressos, apenas 39% dizem que os alunos chegam no mercado de trabalho com competências adequadas ao que o setor produtivo precisa, ou seja, se comparados os públicos dois e três, existe um *gap* muito relevante entre o

nível de preparo que entendemos na academia, que são as competências desenvolvidas nos alunos, e as competências realmente demandadas pelo setor produtivo.

Nós deveríamos ouvir mais o setor produtivo e eu, particularmente, considero a curricularização da extensão uma questão legal. Temos até o ano que vem para colocar pelo menos 10% do currículo no formato de extensão, o que é uma excelente oportunidade de fazer currículos por competências, convidar o setor produtivo, envolver a comunidade, trazer problemas reais para dentro da academia para que possamos reduzir boa parte desse *gap*. Quando olhamos os recém formados, dentro dessa base de 308 alunos, existem comentários positivos e negativos. Entre os negativos, percebemos que existem poucas aulas práticas na faculdade e que o mercado exige competências não mencionadas na faculdade, na percepção dos alunos. Por outro lado, 56% dos alunos consideram que eles estudaram muito. Quando olhamos os gestores acadêmicos, 78% consideram que a grade é muito atualizada, ou seja, não é preciso fazer nada, não é preciso mudar os currículos e que ocorrem muitas aulas práticas. Então, percebemos a diferença de percepção entre os alunos e os gestores acadêmicos.

Entre os pontos negativos apontados pelos gestores acadêmicos, 60% das

faculdades têm poucas parcerias com empresas, então é preciso aproximar um pouco mais do setor produtivo. Além disso, 40% do mercado exige competências não lecionadas na faculdade. Por ser uma base pequena, com cinco respondentes, os dados não podem ser considerados tão relevantes por ora, mas são alguns pontos de atenção, é uma autocrítica feita pelos gestores acadêmicos dizendo que é preciso mudar algo.

Quando olhamos para os empregadores, 67% acreditam que as faculdades se atualizam cada vez mais, o que é muito bom. No entanto, 77% acreditam que a faculdade possui disciplinas distantes do mercado, que é o abismo que existe hoje entre a academia e o setor produtivo. 38% acreditam que o desempenho dos recém-formados não é satisfatório, ou seja, nós temos nitidamente um *gap* entre o que desenvolvemos em termos de competências no ensino superior e o que o mercado demanda. Quando analisamos as *hard skills* e as *soft skills*, especificamente que tipo de competência cada público considera mais importante, 61% dos alunos e egressos recém-formados acreditam que a faculdade ajuda a desenvolver mais as *hard skills* (competências técnicas) do que as socioemocionais, algo parecido com o que os gestores acadêmicos entendem, um dado que foi acima do que esperávamos – o que é bom, pois são competências que têm maior aderência ao

setor produtivo. Isso também é algo parecido com a percepção dos empregadores, que entendem que as instituições trabalham 40% do que é abordado nos currículos e visam desenvolver competências que não sejam puramente técnicas. Quando perguntamos o que cada um dos públicos entende o que o mercado considera mais importante, 59% dos alunos recém-formados afirmaram que acreditam que o mercado considera mais importante as *hard skills* do que a *soft skills*, mas o aluno, de fato, considera mais importante as *soft skills*, ou seja, os alunos estão com uma percepção boa de que as *soft skills* é algo muito importante para ser desenvolvido ao longo do curso, ao contrário do que muitos gestores educacionais acreditavam até há pouco tempo. Quando analisamos o que os gestores acadêmicos acreditam que o mercado avalia como mais importante, 67% dizem que as *soft skills* é algo super relevante para ser trabalhado e 71% acreditam que é mais importante trabalhar competências socioemocionais do que competências puramente técnicas.

O mercado, de uma forma até diferente do que acreditávamos, considera em um percentual de 60% que é mais importante trabalhar competências técnicas do que socioemocionais, enquanto a percepção dos empregadores em relação ao mercado, de forma geral, é a de que o mercado ainda não está atento para isso, ao contrário deles, que

acreditam que as *soft skills* são mais importantes do que as competências técnicas, o que é muito bom.

Quando comparamos *hard skills* e *soft skills*, conseguimos perceber que mercado e academia falam a mesma língua, e quando falamos em academia, tanto alunos quanto gestores acadêmicos entendem a importância de cada vez mais inserirmos as *soft skills* nos currículos, desenvolvendo essas competências nos nossos alunos.

Quando fomos olhar a grade curricular e a visão dos professores sobre a formação, foi feita a seguinte pergunta aos recém-formados: “você faria alguma alteração na grade atual da sua faculdade com o intuito de melhorar ou adequá-la ao mercado de trabalho?”. 62% dos alunos acreditam que deve ser alterada e 38% acreditam que não é preciso fazer nada. Quando a mesma pergunta foi feita aos gestores acadêmicos, 75% deles disseram que fariam algum tipo de alteração, ou seja, eles entendem que é extremamente necessário fazer essa mudança, contudo não a fazem. A intenção de fazer existe, no entanto, na prática, ainda somos muito tradicionais nos nossos currículos.

Se fosse para tirar uma conclusão daqui, creio que o setor deveria provocar junto aos seus gestores acadêmicos a urgência dessa necessidade. Em relação aos professores, aos recém-formados foi feita a seguinte pergunta: “quanto você acredita que os professores estão preparados para dar aulas voltadas ao mercado de trabalho?”. 72% acreditam que os professores estão muito preparados, ou seja, o problema não é o nosso corpo docente. Os professores estão preparados na percepção dos alunos, então, talvez, o maior problema esteja de fato nos currículos e nos projetos pedagógicos institucionais. Já os gestores acadêmicos acreditam que 76% dos professores também estão bem preparados, ou seja, nesse *reset* que precisamos fazer em nosso setor, existe uma pré-disposição positiva, porém, sempre é necessária a formação contínua dos professores para uma realidade mais tecnológica, mais voltada para desenvolvimento de competências não puramente técnicas, mas esse talvez não seja o maior problema do ensino superior brasileiro. No mundo em que vivemos, vulnerável, incerto, complexo e ambíguo, parece fazer muito mais sentido o modelo de ensino *just in time* do que o tradicional *just in case*.

No modelo *just in case* é colocada uma grande quantidade de conteúdo nos currículos, disciplina por disciplina. Cada disciplina com o seu conteúdo

programático, com uma carga horária, e aquilo é oferecido aos alunos para que, se um dia precisarem, possam usar. O grande problema desse modelo é que não somos um repositório de conteúdo, não somos uma gestão de estoque em que quanto mais, melhor. Quando acessamos algum conhecimento para aplicar somente quando precisar, esquecemos 80% do mesmo em duas semanas após o estudo, ou seja, muito provavelmente quando formos usar esse conteúdo já o tenhamos esquecido, e mesmo que não tenha esquecido, é possível que ele esteja obsoleto. Então faz muito mais sentido um modelo *just in time*, o qual não partimos de conteúdo atrás de conteúdo, e sim de problematização: são buscados problemas no mundo real e trazidos para dentro da academia. Traçamos o setor produtivo para avaliar, inclusive, o nosso processo educacional, para dar *feedback*, retroalimentar os nossos currículos, enfim, é preciso reiniciar o nosso modelo educacional, não há dúvida em relação a isso.

E para concluir, alguns caminhos: eu acredito muito em cinco alavancas que visam direcionar esse *reset*: 1) todo mundo fala hoje em ensino híbrido, sala de aula invertida, ou seja, portar mais tecnologia no modelo educacional, a qual nós vamos precisar cada vez mais. Para modelos presenciais, mais aporte tecnológico, e para modelos a distância, mais interação, mais presencialidade; a sala de aula invertida parece ser um

bom modelo, tanto para EAD quanto para cursos presenciais; 2) menos ensino, mais aprendizagem. Muitas pessoas correlacionam a qualidade às horas do aluno sentado na carteira ouvindo o professor; eu fiquei um ano e meio em Harvard estudando ensino híbrido, metodologias ativas e sala de aula invertida, e alunos submetidos a metodologias ativas com metade do tempo de sala de aula junto com o professor aprenderam em média 16% a mais do que alunos submetidos a um modelo totalmente presencial, expositivo, totalmente instrucional. Então, menos ensino, mais aprendizagem, mais mão na massa, mais aplicação; 3) é preciso trazer currículos por projetos e competências, e a curricularização da extensão é uma excelente oportunidade que temos para, de fato, reestruturar os nossos currículos e trazer um pouco mais o setor produtivo para dentro da academia; 4) tecnologia é super importante, mas como um meio catalisador. É preciso pensar primeiro em currículos, em metodologias, para depois ver que tipo de tecnologia pode catalisar esse processo. A tecnologia é um meio super relevante, da qual sou fã e creio que facilita muito, mas como meio e não como fim; 5) por fim, temos que reavaliar nosso processo de avaliação. Não dá para atribuir nota dez ao aluno que acertou a prova e nota zero ao aluno que errou, punindo o erro e incentivando sempre o acerto, pois o erro faz parte do processo. Nós deveríamos

trazer ferramentas do setor produtivo para a avaliação. O setor deveria, através de projetos integradores, por exemplo, demandar o problema e fazer parte da avaliação.

Os alunos, desde o primeiro período, deveriam apresentar uma solução para um possível problema no final do semestre para quem o demandou, seja uma prefeitura, ONG, empresa ou indústria, para avaliar se, de fato, aquela solução é apropriada. Eu encerro afirmando que nós temos tecnologia, metodologia e comprovações de currículos que funcionam muito melhor, o que falta é, sem dúvida, iniciativa. Espero que com esse cenário caótico que vivemos na pandemia, com as informações que estão evidentes através dessas pesquisas e com a competência dos nossos professores que querem fazer algo diferente, as coisas possam mudar.

Celso Niskier: O Gustavo foi brilhante em sua apresentação, principalmente ao mostrar que nós precisamos ouvir mais o setor produtivo. A curricularização da extensão até o final do ano que vem traz uma oportunidade real de colocar a mão na massa e fazer a mudança que, como a pesquisa mostrou, muitos querem, mas poucos fazem. Eu tenho um sentimento de que não é só falta de coragem, tenho a sensação de que começamos a fazer os nossos currículos para o Enade e não

para o mundo do trabalho, tornando todo mundo igual, porque você começa a restringir as competências àquelas que vão ser cobradas no exame e perde a oportunidade de inovar. Talvez, precisemos flexibilizar a regulação na avaliação para que possamos liberar esse estímulo empreendedor e inovador dos nossos gestores. Mas esse é só um palpite, e é com muita alegria que eu passo para a apresentação e contextualização do Jânio Diniz. Ele que, à frente do grupo Ser Educacional, tem sido um grande inovador de vários assuntos que abordamos aqui.

Jânio Diniz: O Gustavo fez uma brilhante apresentação. A pesquisa dele trouxe, como ele mencionou inicialmente, nada mais nada menos do que constatações óbvias do que acontece no cotidiano das instituições de ensino, no dia a dia dos nossos alunos, dos profissionais formados e do mercado de trabalho.

As conversas, sem nenhuma pesquisa, mostram que há uma distância relativamente grande entre o que as instituições de ensino ainda pensam, entre o que os alunos desejam e o que o mercado quer. São coisas que precisam ser trabalhadas, mudadas e evoluídas.

Quando olhamos um pouquinho para o histórico do ensino superior, a primeira universidade (Universidade de Bolonha) nasceu no final do século 12,

e quando vamos para a sala de aula, a maioria das instituições de ensino adota um modelo semelhante a ela. O professor fica lá na frente ministrando a aula para uma turma de 40 a 60 alunos, nivelando pela média todos os alunos, com uma matriz curricular preparada e pensada para atender necessidades regulatórias ou necessidades da instituição de ensino, por algumas razões básicas, específicas e que precisavam ser feitas. Todas elas pensadas e amadurecidas para atender às capacidades técnicas necessárias para colocar um profissional no mercado de trabalho, para que ele arrumasse um bom emprego. Apesar disso, é possível notar diferenças quando olhamos modelos americanos e europeus. O modelo americano foi focado nas grandes instituições, normalmente afastadas da cidade, focadas em atender necessidades específicas para as quais elas foram formadas, algumas com ênfase em pesquisa, outras com ênfase em preparação profissional, mas, quando olhamos para as grandes universidades americanas ou para as universidades mais reconhecidas do mundo, existem muito mais alunos de pós-graduação do que de graduação. As instituições vivem basicamente de doação, pois somente as mensalidades não as sustentam, e todas as outras acabam focadas em formar profissionais para o mercado de trabalho com um custo bastante diferenciado.

Nesses 12 séculos de existência de ensino superior, apesar de a tecnologia ter avançado e os estudos sobre o modelo cognitivo de aprendizado humano terem evoluído desde a década de 1960, não havia uma evolução significativa no modelo educacional. Não se usava sala de aula invertida, metodologia baseada em problemas e uma série de outras coisas que eram necessárias, mas, acima de tudo, o foco continuava no modelo acadêmico que atende basicamente, no caso do Brasil, a necessidade regulatória e muito pouco a necessidade dos alunos.

Todos os alunos vão a uma instituição de ensino e atendem a uma mesma matriz curricular, independentemente do que queiram fazer e da vertente que queiram dar à sua formação. Por exemplo, se ele quer ser engenheiro mecânico, 95% das instituições de ensino formarão um engenheiro mecânico com o mesmo perfil profissional e, dentro da mesma instituição de ensino, 100% dos engenheiros terão absolutamente a mesma formação. Isso acontecia por uma razão básica: as instituições precisavam sobreviver e reduzir ou manter aquela turma dentro de um limite de custo, então ela não poderia fazer um conteúdo individual específico para atender o que um aluno queria, uma área que ele queria estudar, era preciso atender aos alunos de uma forma geral.

Eu gosto muito de citar alguns exemplos que envolvem os nossos alunos. Eu encontrei o filho de um professor nosso que estuda na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que faz engenharia e está no quarto período. Perguntei qual curso ele fazia e ele disse que não sabia, que escolheria no próximo semestre, porque os quatro primeiros períodos são iguais e a engenharia específica só é escolhida a partir do quinto período. Nós olhamos para um aluno que está praticamente na metade do curso e ainda não decidiu o que fará, contrariando tudo o que acontece com essa juventude, focada e preparada para ter tudo em tempo real, para atender suas necessidades em tempo real. Eles querem fazer as coisas, estudar, aprender, buscar um emprego, querem empreender baseados no que sentem naquele momento, e o assunto visto em uma aula expositiva em alguns dias não é mais lembrado. A tecnologia, conteúdo e conhecimento evoluem em uma velocidade absurda, então como é que você passa dois anos dentro de uma instituição de ensino para decidir o que fará, mais três anos para terminar o curso e, quando concluir, tudo o que aprendeu pode estar obsoleto, assim como a sua profissão? Os jovens de hoje não são preparados para atender o que o mercado de trabalho demanda e nós vemos isso com as profissões que surgem em função da tecnologia da informação.

Quando voltamos um pouco ao passado, verificamos que os profissionais de turismo e de educação física, por exemplo, levaram décadas para terem o reconhecimento da profissão e um conselho de classe. Quando voltamos o olhar para o mercado atual, ninguém está nem um pouco preocupado com isso. Vemos profissões de *youtuber*, *instagrammer*, *filmmaker*, *gamer designer*, *service design*, *service security* e uma série de outras para as quais têm sido utilizados termos americanos, e nada disso é profissão definida e reconhecida. Os cursos oferecidos nos catálogos dos tecnólogos e dos cursos de ensino superior nessa área são basicamente ciência da computação, engenharia da computação, análise e desenvolvimento de sistemas, desenvolvimento de *web* e acabou.

De modo geral, o aluno ingressa em uma instituição de ensino, cursa um ou dois anos e não faz uma disciplina voltada especificamente à necessidade dele. O aluno quer fazer um curso de *web developer*, com duração entre 18 e 24 meses, e passa 12 meses sem ver a primeira disciplina de formação específica para o mercado de trabalho, mas esse mesmo aluno procura qualquer curso na internet e consegue fazer isso em alguns dias.

Então, a nossa discussão sobre o futuro da educação e desenvolvimento das competências para o século 21 passa

pela sobrevivência das instituições de ensino superior, adaptação das instituições para as necessidades específicas do mercado de trabalho e para as necessidades específicas dos nossos alunos e futuros alunos. E mais ainda, percorre a mudança de foco, algo que o Gustavo comentou e que tentamos fazer no nosso grupo, mudar o foco do ensino centrado no professor, que é o que existe até hoje nas instituições puramente presenciais, para um foco de tudo voltado ao aprendizado do nosso aluno, pois o aluno tem que ser a centralidade de tudo. O conteúdo está disponível em tempo real, e crianças, adultos e idosos o acessam. Quando eu digo criança, é porque eu tenho um outro exemplo bem interessante que fez com que eu começasse a acreditar que tudo o que eu fazia estava errado. Eu tenho uma filha de oito anos que se chama Melissa, e quando ela tinha quatro anos, pediu que eu levasse alguns insumos para casa, que eram água boricada, bicarbonato de sódio, cola de gesso e uma série de outras coisas. Pegou o celular da irmã dela, abriu um vídeo do YouTube com uma garota de seis anos ensinando a fazer uma massinha *slime* (similar à “geleca”, uma massa viscosa). Ela fez uma experiência química complexa na mesa da sala de casa tendo como professora uma garota de seis anos e uma aula de cinco minutos. Após o sucesso, na semana seguinte ela estava repetindo o experimento e levando para as amigas

dela brincarem na escola. Imagina o que acontecerá com essa criança? Recentemente ela passou por um período que para todo mundo foi traumático, de isolamento, assistindo aulas em casa no modelo remoto, diferente do que todo mundo estava acostumado. O que acontecerá quando ela chegar na faculdade? Será que ela conseguirá passar três, quatro horas sentada em uma sala, assistindo a um professor ministrando uma aula expositiva, sendo que ela tem todos os instrumentos tecnológicos à disposição? Então nós começamos a olhar um pouco do que nós queremos, que tipo de profissional nós queremos formar e o que nós queremos fazer com nossas instituições. A pesquisa do Gustavo mostra isso. Eu notei que, apesar de uma parcela significativa dos alunos se sentirem preparados e os coordenadores pensarem que estão preparando, o mercado não pensa assim.

Outro exemplo aconteceu com uma outra filha minha, que tem 12 anos. Ela se aproximou e me perguntou: “papai, por que a escola não me ensina o que eu preciso aprender?”. Eu não entendi, então ela me explicou: “a escola estava querendo ensinar quais são os esportes olímpicos e eu não quero saber disso, pois aprendo lá no Google ou pergunto para a Alexa. A escola está me ensinando o que aconteceu na África há duzentos anos, mas eu pergunto à Alexa e ela também me responde. Eu quero aprender como é que eu vou

sobreviver, como abrir uma conta em um banco, aprender a cozinhar, porque se não tiver alguém para me ensinar, eu consigo sobreviver. Eu quero aprender a empreender, o que é importante para minha vida profissional, muita matemática, muito português para poder interpretar o que eu estou tentando fazer de matemática e com isso eu consigo fazer o restante”.

Nós continuamos focados em tentar tirar uma nota boa no Enade enquanto deveríamos estar focados em preparar o aluno para atender o que o mercado de trabalho atualmente exige.

Não adianta pensarmos somente nas *hard skills*, já que todo mundo gosta de usar termos americanos, ou na capacidade técnica. Temos que pensar em como preparar os nossos alunos com as habilidades sociocomportamentais necessárias para o mercado de trabalho e em como será a matriz curricular para atender às necessidades de um mundo em que o profissional está cada vez mais focado em aprender o que ele precisa no menor tempo possível, e que ele possa mudar de profissão se assim desejar. O aluno está determinado a melhorar e aprimorar suas atividades, suas habilidades pessoais ou mudar de

profissão, se for o caso, em um espaço de tempo relativamente curto.

As instituições de ensino superior não estão se preparando para isto, então o Ministério da Educação (MEC) deu uma sinalização através dos cursos tecnológicos, o que possibilitou a realização de alguns cursos com foco específico nas necessidades profissionais em um espaço de tempo curto, mas nós precisamos fazer com que isso aconteça. Hoje, a tecnologia permite que possamos fazer muito mais, não somente um curso para o que o mercado quer, mas focar na necessidade do aluno através de um curso customizado. O desenvolvimento do conteúdo que está disponível nas redes para todo mundo, que as instituições de ensino já fizeram, permite que a matriz curricular seja muito mais aberta e que os cursos sejam muito mais focados na necessidade do aluno. O aluno não tem mais necessidade de fazer uma disciplina porque a turma toda tem que fazer; se ele não quer mais fazer aquilo, ele tem que atender à necessidade básica, que garantirá o conteúdo essencial para o seu aprimoramento profissional. Por exemplo, se ele quiser cursar jornalismo, cuja profissão não exige mais sequer este curso, ele pode focar em aprender jornalismo de cinema, jornalismo esportivo, econômico, fazendo a sua matriz curricular individualizada para as suas necessidades, porque o conteúdo atualmente está acessível.

Antigamente o curso tinha uma única matriz curricular para atender a necessidade da instituição, pois ficava muito caro contratar um professor para dois alunos que queriam fazer jornalismo esportivo em uma determinada disciplina. Hoje, com a EAD, com os cursos digitais, com o desenvolvimento e o uso de inteligência artificial para criar trilhas de aprendizado individualizadas para os alunos, cada um pode escolher a disciplina que quiser a um custo muito baixo. Nós chegamos em um momento que teremos uma massificação customizada da educação com um custo muito baixo, e precisamos correr atrás disso porque o ensino não regulado está fazendo isso a todo tempo. As *edtechs* estão desenvolvendo e captando milhões de reais para fazer os seus produtos sem necessidade de regulação do MEC.

É evidente que elas não farão os cursos mais pesados, como os da área de saúde, também alguns de engenharia que demandam regulação específica, mas cursos como administração e jornalismo estão fadados a acabar se não houver uma mudança significativa para atender à necessidade do mercado.

Hoje em dia o aluno pode cursar algo voltado à necessidade da empresa que ele trabalha, com as disciplinas e as habilidades que a empresa quer e da forma que ele quer. Já existem conteúdos disponíveis no mercado

para fazer isso e nós continuamos presos a um modelo educacional que não permite que o nosso aluno queira fazer o que ele quer ou o que o mercado demanda e necessita, e isso precisa mudar muito rapidamente. Tudo isso pode ser feito incluindo algumas coisas. Primeiramente, o uso de tecnologia. O Gustavo fez algumas colocações muito interessantes do que pode ser feito, de como se pode criar um modelo muito mais atrativo aos alunos. Esse período de pandemia mostrou algo muito importante para nós: as pessoas podem trabalhar e estudar em casa, e esse momento forçou uma mudança cultural significativa. A primeira mudança é do pai que não via o filho estudar, ou o via durante quatro horas na frente do computador, chamava-o de vagabundo ou dizia que ele estava jogando, e agora está o pai trabalhando e o filho de 8, 10, 12, 15, 17, 23 anos estudando ao seu lado. Então, a resistência que havia contra o ensino digital acabou e este ensino se desenvolverá ainda mais, além de antecipar toda a expectativa que existia sobre o seu crescimento, e isso acontecerá em dois ou três anos, no máximo. Nós teremos uma parcela muito maior de alunos no ensino a distância do que no presencial. Além disso, o aluno usará as tecnologias, poderá escolher os modelos que ele quer estudar, quando e como irá estudar.

O ensino presencial, como ele existia antes do coronavírus, não existirá mais. O modelo híbrido estará em 100% das instituições, em maior ou menor escala, usando muito ou menos disciplinas digitais, muito ou menos conteúdos digitais, muito ou menos participação de professor.

Uma coisa que muda é que no passado você escolhia determinada disciplina para fazer totalmente *on-line* ou a distância, e isso não é mais necessário, pois os conteúdos estão disponíveis. Os alunos estarão em contato com os professores ou com os colegas em tempo real, participando de todas as suas aulas, ou com disciplinas que têm uma parte presencial e outra a distância. O modelo híbrido é irreversível, ademais, as instituições de ensino, provavelmente a partir de agora, transmitirão ao vivo todas as suas aulas e o aluno irá pessoalmente à instituição de ensino se ele quiser. A necessidade de prédios gigantescos, como existiam polos para 40, 50 mil alunos, tem uma tendência de redução significativa. Os polos serão menores, mais perto da casa dos alunos, basicamente para atender suas necessidades de aulas práticas dos cursos de saúde e engenharia, por exemplo, e mesmo assim

serão usados muitos laboratórios virtuais para atender parte dessas necessidades. A educação caminha e deve atender nesse sentido. As instituições que pensarem em ter o melhor curso puramente presencial atrairão alunos sem dúvida, isso não muda, até porque o ser humano é social por natureza e a socialização continua, mas ele irá para a sala de aula quando ele julgar adequado. Ele poderá assistir a aula transmitida ao vivo dentro da própria casa, interagir com os outros colegas e o professor que estarão na mesma sala de aula, e isso tudo no intervalo de uma reunião de trabalho, por exemplo. Isso muda completamente tudo o que nós vimos e vivemos até hoje, e essas mudanças já estão acontecendo em diversas instituições.

Aqui no grupo Ser Educacional nós criamos um projeto que chamamos de Ubíqua, que é a educação onipresente. Nós acreditamos que a educação precisa estar disponível para o aluno a todo momento, em todo lugar e a qualquer hora, exatamente onde ele quiser. Nós temos que mudar alguns conceitos, principalmente em relação à quantidade de anos que determinado curso deve durar. O mundo mudou e hoje o nosso aluno, como eu disse, é um jovem que quer mudar de emprego para aquele que ele julga mais agradável, de maior prestígio, maior salário ou de menor volume de trabalho, aquele que atenda às suas necessidades, e ele vai querer fazer isso

em um curto espaço de tempo. Ele não quer voltar para uma faculdade e passar quatro anos se preparando para fazer engenharia se ele pode cursar *design* de interiores de 12 a 18 meses. Ele começará a se preparar para mudar da área de Recursos Humanos para uma área financeira, cursando algo que dure entre 12 e 18 meses, regulado por uma instituição de ensino superior, ou ele fará em uma dessas *edtechs* que estão surgindo para um curso livre e que não é regido por uma extensa regulação a qual estamos enquadrados.

Os alunos começam a mudar o seu modelo, e para atender às suas necessidades nós precisamos mudar o modelo dos cursos e adaptá-los às necessidades do mercado. O Gustavo abriu a apresentação dele comentando que 60% das funções podem ser automatizadas, só que dezenas de outras profissões estão nascendo e nós estamos preparando os nossos profissionais para a profissão do passado. Quantos dos que aqui estão presentes têm o curso de *youtuber*, por exemplo? Se olharmos para o mercado, quantas milhões de pessoas estão ficando milionárias como *youtubers*? Nenhum de nós faz isso. Agora, o mercado afora já percebeu e existem dezenas de profissionais preparando essas pessoas, dezenas de professores que não têm curso superior preparando uma série de pessoas para as novas profissões, e nós estamos presos nos currículos do MEC.

É hora de começarmos a usar a possibilidade dos cursos experimentais para atender às necessidades do mercado, que está carente e enfatizando que quer fazer isso. Então, na verdade, essas mudanças que parecem ser básicas para quem está olhando do lado de fora, são extremamente difíceis de serem feitas por quem está aqui dentro. A maior resistência que nós encontramos é dos nossos próprios professores quando falamos em mudar o modelo educacional, em colocar mais componentes EAD dentro dos projetos pedagógicos, em fazer curso híbrido, em gravar uma aula para que o aluno possa assistir depois. Contudo, isso é irreversível, pois a mudança acontecerá em alguns locais, e em outros já aconteceu.

O período de isolamento, por conta do coronavírus, antecipou, no mínimo, em cinco anos as tendências em relação ao avanço tecnológico da educação. Nós precisamos inserir em nossas salas de aula a inteligência artificial, gamificação, sala de aula invertida, um modelo colaborativo em que o aluno participará da construção da aula com o professor. Os professores começam a colocar suas aulas para os alunos antes que eles cheguem na sala de aula, o aluno começa a sugerir um caso novo que ele aprendeu no trabalho, uma discussão que ele quer ter com os outros colegas, e tudo isso começa a ocorrer, e já ocorre, em tempo real, quer queiramos ou não. Os alunos mantêm os

seus grupos de WhatsApp independentemente da presença dos professores, vivem o grupo de WhatsApp em conjunto com professor e também o grupo de WhatsApp da escola, e tudo é discutido a todo momento e em tempo real.

A pesquisa que o Gustavo trouxe nos mostra que precisamos avançar na direção de atender às necessidades do mercado e dos nossos alunos, que são uma só, e não continuar com o nosso modelo centrado no professor na frente da sala de aula, exatamente como aconteceu na primeira aula na Universidade de Bolonha há mil anos. O modelo cognitivo de aprendizado vem sendo estudado desde a década de 1960, época em que não existia tecnologia, *hardware* e *software* para que isso fosse usado nos modelos de ensino a distância. Hoje, esse modelo de aula centrada em que o professor dá a aula pela média dos alunos, penalizando aqueles que têm uma velocidade de aprendizado muito maior e aqueles que têm maior dificuldade de aprendizado, precisa acabar. O uso da inteligência artificial permite que sejam criadas trilhas de aprendizagem individualizadas para cada aluno, e quando é aplicado o modelo híbrido em que o aluno tem 100% da disciplina *on-line*, ou parte *on-line* e parte com o professor, essas diferenças são sanadas e o aluno começa a avançar em uma velocidade muito maior a que antes ele conseguia, e o aluno que tem dificuldade porque

está tentando buscar um conteúdo que está sendo ensinado para uma turma que está acima do nível dele conseguirá progredir muito mais rápido, porque terá uma orientação individualizada. Essa tendência de educação está acontecendo, esse modelo de atendermos à necessidade do aluno, ou seja, colocá-lo como centro do modelo do aprendizado e não mais o professor. Está acontecendo a mudança da matriz curricular para atender necessidades específicas e customizadas do aluno.

Olhando para o passado e para o futuro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas (ONU) já abordavam, na década de 1970, o *lifelong learning*, e agora que nós estamos começando a falar em educação continuada. Esta educação consiste em cursos com o tamanho reduzido e o aluno segue em constante aprendizado. O modelo de nanocertificação equivale às matrizes curriculares que deveriam ser preparadas para dar uma habilidade específica ao aluno a cada disciplina que ele cursa ou a cada semestre que ele termina para que possa usar no mercado de trabalho. Este modelo tem que ser realizado, contudo, continuamos programando um curso de engenharia no qual o aluno passará dois anos sem saber nem que curso ele fará, quando ele deveria, nesses dois anos, já estar com habilidades específicas e poder desempenhar alguma atividade

profissional. Essas mudanças ditarão o futuro do ensino e da educação regulada ou a educação regulada será basicamente suprimida pela educação livre, pelos modelos de ensino livre, pelas *edtechs* que chegam como tendências de ensino.

Celso Niskier. Excelente reflexão! Você passou pela história das universidades e chegou ao ponto central, que é o aluno como o centro do processo. Além disso, você trouxe esse conceito que tem falado na imprensa, a chamada “massificação customizada”. Eu gosto de um nome parecido, denominado “personalização em massa”, que é a ideia que você colocou tão bem, de que o aluno buscará a sua própria trilha de conhecimento. O protagonismo passa a ser do aluno e a instituição oferece um conjunto de caminhos possíveis em que ele percorrerá. Como você deu o exemplo, antigamente afirmávamos que estudaríamos jornalismo, e hoje a pessoa pode fazer jornalismo, mas com ênfase no jornalismo esportivo, investigativo, ou pode ter ainda uma outra ênfase para as mídias sociais etc. Então, creio que esse espaço em que o aluno poderá escolher o seu caminho será uma tendência que a tecnologia proporcionará, e as empresas com bom conteúdo e parceiras, como é o caso do grupo A, poderão ajudar as instituições também. Para quem nos acompanha, que são instituições pequenas, médias, grandes, até insti-

tuições públicas, qual seria o primeiro passo? Com tanta mudança, Gustavo, em sua opinião, qual é o primeiro passo que uma instituição deve dar na direção de adequar da melhor forma o seu projeto às realidades do mercado?

Gustavo Hoffmann: Essa é a pergunta de um milhão de dólares. Ninguém é contra conteúdo. Acredito que o conteúdo é fundamental para qualquer formação. Nós estamos a favor de alguma flexibilização dessas trilhas de aprendizagem, fazer com que os alunos desenvolvam competências que extrapolam o conteudismo que hoje está instalado no nosso setor e que o desenvolvimento dessas competências, sejam elas técnicas ou socioemocionais, seja o principal balizador dos nossos projetos pedagógicos institucionais. Não me refiro a acabar com as disciplinas e transformar tudo, creio que essas inovações altamente disruptivas são para poucos, inclusive acredito que algumas disciplinas são importantes como uma boa forma de organizar o conteúdo.

O ponto é que o conteúdo é um meio, assim como a tecnologia, e não o fim. O fim deveria ser o desenvolvimento de competências, então é necessária a reestruturação dos currículos, olhar detalhadamente e não considerar dentro dos seus projetos pedagógicos os conteúdos programáticos, mas as competências a serem desenvolvidas, que sejam organizados em formato de disciplinas, trazer projetos integradores.

Pode não ser algo espontâneo das instituições, mas existe uma legislação, nós temos até o ano que vem para curricularizar a extensão.

Então, de alguma forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE) veio e nos deu um pontapé para que até ano que vem alguma coisa seja feita. Esses 10%, que é o mínimo de curricularização, são um bom passo com projetos integradores, currículo por competências e metodologias ativas de aprendizagem, ou seja, transformar currículos em metodologias, é relativamente fácil (tem um nível de complexidade), mas creio que seria um primeiro passo relevante para as instituições de ensino reformarem os seus modelos de ensino superior.

Celso Niskier. Excelente dica, Gustavo. Jânio, se você tivesse dado o primeiro passo, o que você diria para quem nos acompanha?

Jânio Diniz: O Gustavo comentou algo interessante: o que queremos não é mudar radicalmente. Alguma coisa precisa mudar, mas o aluno de engenharia, por exemplo, terá sempre que aprender cálculo. O que precisamos definir é qual o perfil do currículo e como nós vamos torná-lo mais atrativo ao aluno e ao mercado. Ele abordou sobre as competências e eu considerei a definição interessante: o que nós queremos efetivamente desses alunos, como queremos e com que velocidade queremos colocá-lo no mercado. E mais: com que

velocidade o aluno quer ir ao mercado? Vivemos em um mundo que tudo é real e imediato.

Os jovens de hoje querem tudo imediatamente. Não há tempo para esperar. Ninguém estuda mais para ficar em uma única área por 40, 50 anos, como acontecia no passado. Eles querem continuar no modelo de educação continuada, em que devemos pensar como faremos a reestruturação curricular, ou na extensão do curso inserir certificação para esses alunos, que determinadas habilidades sejam aprendidas e possam ser colocadas em práticas a cada momento, a cada disciplina ou a cada semestre.

Isso talvez seja um ponto bem interessante que viabilizará ao aluno a possibilidade de buscar alternativas de trabalho, construir um caminho diferente e não precisar passar quatro ou cinco anos na espera para poder fazer alguma coisa. O que eu colocaria em uma tendência do que estamos fazendo são as certificações intermediárias, dentro desse processo baseado nas competências que nós esperamos, ou que os

alunos querem e o mercado precisa.

Celso Niskier: Parabéns Jânio, excelente ideia. As certificações intermediárias são algo ao nosso alcance. Isso é componente das grades e nós podemos fazer isso já como um estímulo inclusive à captação de novos alunos. Não precisa esperar quatro anos, já pode fazer a certificação em módulos. Para encerrar, deixo uma reflexão, porque muitas vezes nós ainda entendemos o modelo da educação como o modelo do balde, não é? Que o jovem está lá e nós precisamos colocar pedrinhas de conhecimento na cabeça dele, como se ele fosse sair com o balde cheio e estivesse pronto para a vida. Hoje em dia, tão importante quanto aprender é o desaprender e aprender coisas novas. Nós, educadores, temos que trabalhar no alargamento do balde. É o melhor papel que podemos desempenhar para que o jovem tenha uma consciência ampliada e maior capacidade cognitiva, ou seja, desenvolver a capacidade de aprender junto com o conteúdo em si. Mais importante do que “o que aprender” é o “como aprender”. Nós temos que começar a pensar fora da caixa e fora do balde.

Ficha técnica

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 10

**Aprimoramento
da regulação e
da avaliação da
educação superior
no século 21**

01/07/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Joaquim
Neto**

Presidente da
Câmara de Educação
Superior do CNE



**Iara de
Xavier**

Assessora da
Presidência da
ABMES e diretora
executiva da Edux
Consultoria

Episódio 10

Aprimoramento da regulação e da avaliação da educação superior no século 21

01/07/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-Presidente da ABMES e reitor da UniCarioca
Joaquim Neto, presidente da Câmara de Educação Superior do CNE
Iara de Xavier, assessora da Presidência da ABMES e diretora executiva da Edux Consultoria

As instituições de educação superior seguem diretrizes, normas e leis que têm por objetivo garantir a qualidade da educação e da formação dos universitários. Nos últimos 17 anos, desde que a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (ou Lei dos Sinaes) foi promulgada, ocorreram muitas mudanças no cenário educacional, com destaque para a transformação digital, e em razão das adaptações necessárias provocadas pela pandemia da Covid-19.

Com o passar do tempo, as medidas adotadas pelo Ministério da Educação (MEC) demandam revisões e adequações à realidade das instituições edu-

cacionais (IEs) e um olhar mais atento dos gestores educacionais, afinal de contas, nós vivemos imersos no chamado “Mundo VUCA”, que é um termo usado para definir quatro características do momento atual em todas as áreas, inclusive na educação: volátil, incerto, complexo e ambíguo. Por essa razão, no mês de abril a ABMES elaborou e enviou ao Ministério a nota técnica [“Aperfeiçoamento da regulação e da avaliação da educação superior no século XXI”](#), que analisa as normativas atuais com vistas a aperfeiçoá-las.

Antes de iniciarmos sobre a questão das políticas de avaliação e regulação, e da forma que elas podem ser

aperfeiçoadas, eu queria que o Celso explicasse brevemente por que esse conjunto de normativas é tão importante para a educação superior e por que esse é um momento oportuno para esse debate?

Celso Niskier: A vida da instituição é pautada pela regulação e pelas avaliações periódicas. Quando o empreendedor educacional deseja entrar no sistema, ele se submete a um processo de credenciamento em que são avaliados os seus cursos, sua instituição ao longo de toda a sua vida e, obviamente, caso não tenha um bom desempenho, ele entra em um processo de supervisão e, em alguns casos, a instituição é descredenciada. Portanto, o conjunto de regras de regulação e avaliação dão o tom e as regras do jogo, e os empreendedores sempre gostam de regras que sejam muito evidentes e possam ser cumpridas, sempre a fim de preservar a questão da qualidade, porque essa é uma posição que todos nós defendemos e o momento é fundamental para essa discussão.

Já são 17 anos desde o início da Lei do Sinaes, então é importante uma revisão em certos pontos, principalmente agora durante esse tempo de pandemia, quando descobrimos que, por exemplo, as avaliações externas poderiam ser realizadas virtualmente, como começou a acontecer aqui no Brasil por iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira (Inep). Desse modo, por tudo o que tem acontecido nesses 17 anos, mas, principalmente, por todas as mudanças tecnológicas e institucionais que ocorrem neste momento, é hora de revermos os princípios básicos da avaliação, da regulação e discutirmos quais são as bases para uma avaliação para o século 21.

A ABMES elaborou uma [nota técnica](#), na qual contamos com a participação da Iara. Professora, conte-nos como foi esse trabalho e o que traz a nota técnica no sentido que o professor Celso mencionou, de tentar aperfeiçoar essa questão das regras inovativas que existem hoje no MEC.

Iara de Xavier: Essa nota técnica é resultado de um processo de construção e de reflexão que a ABMES já promovia há mais ou menos dois anos, principalmente após o decreto da pandemia, expedido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020. O professor Celso já estava muito preocupado com o encaminhamento da educação superior e, a partir disso, constituiu uma pequena equipe, que eu tive o prazer e a honra de participar a convite dele, que debruçou sobre essa questão da regulação, da avaliação e da supervisão na lógica da pandemia. Esse não foi um momento para pensar só em uma nota técnica; elaboramos também outros atos da ABMES. Todo o trabalho é o produto de uma construção coletiva.

À vista disso, essa nota técnica deixa de ter autores porque, na verdade, a cada reunião da ABMES, o professor Celso apresentava o produto, discutia com os associados e com outras entidades que integram o Fórum para o aprimoramento desse debate. Posteriormente, a ABMES foi convidada para formular essa nota técnica. O Celso trouxe essa ação a nós, equipe nuclear, que com toda essa construção desde março de 2020, além da reflexão sobre os pareceres do CNE que ajudaram muito, e uma série de outros atos e reflexões, nos possibilitou, em um tempo recorde, a elaboração dessa nota técnica. Foi um momento que agregou bastante, pois debatemos e sistematizamos tudo o que produzimos, além de refletir sobre a educação superior a partir do *status* de pandemia estabelecido pela OMS.

Em minha opinião, foi uma nota técnica bem apropriada e muito valiosa filosófica e operacionalmente. Em sua introdução, ela aborda uma questão que eu considero fundamental, pois foi por meio desta que demos início à redação da nota técnica: “Por que aprimorar o sistema de regulação e avaliação da educação superior?”. Nós temos uma regulação, um sistema de avaliação pautado com uma política de Estado, que é a Lei do Sinaes, que funciona efetivamente bem, em tese, desde 2004. As IES já assimilaram essa base regulatória, então por que mudar? Quando formulamos essa questão ao

grupo, uma série de hipóteses e questões foram levantadas, e a mais relevante foi: temos uma regulação e uma avaliação voltadas para o século 20. Elas olham o passado, atendem razoavelmente o presente, mas não focam no futuro, porque o 20 foi um século de especialização, do início da era digital, completamente diferente do século 21. E como foi muito bem ponderado pela Carol, esse “Mundo VUCA” existe há muito tempo, mas, no século 21 e com a pandemia, essas quatro características aceleraram bastante. Existe um conjunto de historiadores nacionais, como Lilia Schwarcz, e internacionais, que relatam existir dois momentos para se terminar um século: o século do calendário, do tempo; e o século de fato, da ação humana. Para esses historiadores, que são muito progressistas, é necessário ocorrer um marco relevante para se determinar o término de um século. Nesse ponto, eles comentam que o século 19 só terminou com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que o 20 só chegou ao fim com o início da pandemia. Logo, temos dois marcos para o início do século 21, que são os anos 2000 e 2020.

São marcos importantes, pois mudam práticas, o modo de pensar, o paradigma e uma série de outras coisas. Todas essas reformulações que a regulação e a avaliação viveram, tendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996-2004), a Lei do

Sinaes (2006), entre outros decretos, em minha opinião, foram muito importantes, mas não romperam com o paradigma cartesiano, burocrático e preconceituoso. Então, na verdade, mais do que mexer na regulação, nós precisamos alterar o modelo de educação superior brasileiro, e isso transcorre através dos sistemas, mas precisamos pensar maior: em um modelo de educação superior que rompa com esse paradigma. Eu fiz uma leitura de todos os atos da LDB até agora e constatei que todos seguem e são fundamentados pelo mesmo modelo, fundamento e paradigma, principalmente o preconceito em relação às instituições de educação superior particulares.

Precisamos romper essa situação e adotar um paradigma inovador, empreendedor, emancipatório, que permita que as instituições criem, e creio que isso é tarefa dessa geração. Nós precisamos colocar aproveitar esse momento do MEC e, principalmente, aproveitar essa conjugação feliz do Conselho Nacional de Educação (CNE) para pensar em uma reformulação global da educação superior brasileira.

Passo a palavra ao conselheiro Neto, que está à frente da presidência da Câmara de Educação Superior do CNE. Como o debate sobre a modernização do Sinaes tem sido conduzido internamente? Já está em vigor? De qual forma a Câmara recebeu essa nota técnica da ABMES? Você acredita que o tempo é de mudanças? Essas transformações são necessárias?

Joaquim Neto: A princípio usarei um ponto que a lara apresentou: eu realmente concordo com a análise histórica de que futuramente o século 21 será sinalizado pelos historiadores com o início desta pandemia. Seguramente, à medida que a sociedade superar a pandemia, o mundo não será mais o mesmo do que aquele do final do século 20 ou das duas primeiras décadas nessa cronologia do século 21.

Algo muito importante de ser levantado é: o século 20 foi muito importante para a educação superior do país. É verdade que o Brasil atrasou muito no desenvolvimento da educação superior, diferentemente de outros países da América do Norte, como os Estados Unidos, ou mesmo da América do Sul que fundaram universidades há mais tempo do que o Brasil. No entanto, se observarmos o final do século 20 e as duas primeiras décadas do 21, podemos ver um grande avanço na educação superior do país, e esse fato é também histórico.

A respeito da nota técnica, o aprimoramento da regulação e da avaliação da educação superior no século 21 apresentada pelo Celso no CNE demonstra os frutos desse avanço e o amadurecimento da educação superior. É uma nota amadurecida, inclusive eu a li duas vezes e vejo que é um ponto muito importante nesse debate que realizamos. Em resposta à pergunta realizada, sim, a Câmara de Educação Superior possui uma comissão da qual sou o presidente e o conselheiro Luiz Roberto Liza Curi é o relator. Essa comissão trata dessas questões da legislação, das normas da educação superior e tem como perspectiva o diálogo, pois um papel muito importante do Conselho é a articulação com a sociedade e o governo. Afinal de contas, o Conselho é um órgão de Estado, então nós cumprimos esse papel ao convidar as lideranças do setor educacional, tanto privada quanto pública, bem como em diálogo que é guiado também ao amadurecimento com o MEC. É um diálogo que está no início, mas a perspectiva é o aprofundamento devido ao amadurecimento da educação superior no país, ou seja, a pandemia já colocou a perspectiva de incorporação de muitos avanços tecnológicos. Como a lara comentou, criou-se uma estrutura burocrática muito pesada e nós precisamos torná-la mais leve. Então, eu afirmo que é um momento apropriado para essa discussão. Para finalizar, o ponto central da discussão é que ela precisa ser

bastante amadurecida, pois é necessário que vislumbre o avanço e a preparação da educação superior do país, a qual é estratégica aos grandes desafios do pós-pandemia, ou seja, aos grandes desafios no século 21.

Conselheiro Neto, quando você fala em amadurecimento, o que seria exatamente? Porque quando falamos em regras, em burocracia, o amadurecimento seria no sentido de facilitar esses processos? Eu confesso que não tenho muita familiaridade com esse assunto de regulação e avaliação, então gostaria de entender um pouco melhor. A tecnologia e transformação chegaram, então o que se pensa daqui para frente? O que de fato precisa mudar na lei?

Joaquim Neto: Antes de tudo, retorno à nota técnica: essa nota possui um pilar central que é o Artigo 209 da Constituição, que dá ao Estado brasileiro a atribuição da autorização, da regulação e da avaliação do sistema. A nota apresenta a seguinte perspectiva: quando fala em avanço e simplificação, utiliza-se a premissa de que desde que a educação superior já esteja bastante amadurecida, é necessário discutir uma maior autonomia. Outro pilar que eu vejo nessa nota é a discussão de como trazer autonomia de forma responsável. E o que seria trazer de forma responsável? Significa proporcionar autonomia, pois as instituições precisam se diversificar. Até agora, esse aparato

burocrático fez com que as instituições fossem muito homogêneas, até porque elas precisavam cumprir muitas regras que as conduziam a essa estrutura.

Nós precisamos da diversificação das instituições para que elas possam servir melhor à sociedade, às necessidades e aos grandes desafios. Então, o primeiro ponto é a questão dessa autonomia, no entanto, é necessária a responsabilidade no sentido de as instituições sérias percorrerem esse caminho. Precisamos proteger todo esse patrimônio da educação superior das instituições que não sejam dignas, mas devemos partir do pressuposto de que todas são. Contudo, a estrutura da regulação, da supervisão e da avaliação precisa apontar a instituição que tem trabalhado seriamente, buscando o aumento da qualidade da oferta e contribuição com o desenvolvimento regional do país para proporcionar a ela condições de se diversificar, seguir seus caminhos e sua missão.

Professor Celso, como você avalia esses impactos sobre a questão da modernização, responsabilidade e autonomia dessas instituições? As instituições já estão preparadas para isso?

Celso Niskier. Eu concordo com as palavras do conselheiro Neto. É preciso dar mais autonomia aos empreendedores educacionais, desde que com a necessária responsabilidade como contrapartida. Por exemplo, as autoavaliações

deveriam ter um peso maior, pois muitas vezes se discute a autoavaliação no contexto de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e sentimos que isso não é levado tão a sério quanto as visitas e avaliações externas. Eu acredito que o setor poderia caminhar para essa autoavaliação com mais força, principalmente se nós delegássemos à sociedade a tarefa, por exemplo, de acompanhar essa autoavaliação. Por que não podemos ter organismos devidamente acreditados para isso, que possam checar a autoavaliação das instituições, fazer sugestões, manter um acompanhamento? Eu creio que o dever de acompanhar a qualidade da educação continua sendo do Estado, mas ele pode contar com a colaboração da sociedade para que essas instituições possam se autoavaliar como parte importante do processo geral de avaliação, ou seja, diminuir o peso de determinados indicadores, determinados conceitos e obter um equilíbrio maior entre as avaliações internas, externas e a própria autoavaliação. Creio que podemos chegar a uma combinação de indicadores que deem mais autonomia com responsabilidade. O conselheiro Neto também nos trouxe um ponto muito importante: temos que reconhecer hoje a ampla diversidade dos modelos universitários no Brasil.

Nós temos instituições pequenas, faculdades, centros universitários, grandes universidades filantrópicas,

confessionais, empresariais, temos agora, inclusive, faculdades virtuais, e um caso específico é o da faculdade Descomplica, que serviu de piloto para a implantação da avaliação externa virtual por parte do Inep. É importante que essa diversidade seja reconhecida. Portanto, a direção que nós encaminhamos esse assunto, através da nota técnica, contempla medidas de curto, médio e longo prazo.

Acreditamos que existem mudanças infralegais que podem ser feitas quase imediatamente, outras que dependem de decreto e, talvez, algumas que mexerão na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), o que, certamente, como lei complementar, demandará um tempo maior de aprovação.

Mas há coisas que podem ser feitas no horizonte de curto prazo e que darão mais flexibilidade, modernidade à legislação e permitirão que o ímpeto empreendedor e inovador dos educadores, da educação superior particular, possa, enfim, ter vazão, porque é ele que vai trazer a inovação para esse novo modelo que tem surgido no pós-pandemia.

Em suma, eu acredito e confio no CNE como órgão de Estado para representar os anseios de toda a sociedade, da educação superior particular, da educação superior pública e da educação básica, e acredito na liderança natural do CNE para propor essas medidas de modo que, finalmente, possamos ter a revisão e o aprimoramento da regulação e da avaliação no Brasil. Estou muito otimista, creio que o tempo é apropriado e a ABMES procura, de alguma forma, colaborar com esse debate por meio desses documentos que, periodicamente, divulgamos no intuito de ajudar a tomada de decisão por parte daqueles responsáveis pelas políticas públicas de educação superior no Brasil.

Professor, por curiosidade, você poderia citar algumas medidas a curto prazo que mencionou?

Celso Niskier. Com o maior prazer. Por exemplo, a curto prazo nós elencamos a possibilidade da criação da Comissão Única de Avaliação. Veja bem: atualmente, para uma instituição ser credenciada ela precisa ter uma comissão de avaliação que verifique o credenciamento e cinco cursos de graduação, cada um com uma comissão específica. É um processo extremamente burocrático... Se fosse necessário somente uma comissão única para o credenciamento, isso certamente seria muito mais rápido, mantidos os critérios de qualidade necessários para aprovação do credenciamento. Isso vale também

para um credenciamento único. Atualmente, para EAD, é necessário um credenciamento para presencial, e nós acreditamos que poderíamos evoluir para um credenciamento único.

A médio prazo, podemos instituir de forma definitiva, mesmo após a pandemia, os sistemas remotos de avaliação como complemento às avaliações presenciais, mas não como substituição integral. Por exemplo, se uma instituição já tem bons conceitos com base em outros indicadores, ela pode ter prazos maiores para que seja visitada e, muitas vezes, a avaliação hoje é permanente. Os dados estatísticos que a instituição produz já podem servir como uma inteligência de máquina para definir aquelas instituições que estão precisando de um acompanhamento mais de perto. É assim, por exemplo, com o sistema tributário, através do Imposto de Renda. O governo sabe quem está fora do trilho muito antes de a pessoa ser fiscalizada.

Eu acredito que essa inteligência deveria ter mais espaço e que é uma solução possível a médio prazo, além daquela que eu já mencionei, que é a maior valorização da autoavaliação na cesta de indicadores de avaliação de uma instituição. A longo prazo, temos que discutir essa questão que se tornou artificial entre presencial e EAD. Sei que o credenciamento específico como a educação a distância está na LDB, mas

creio que precisa evoluir. De modo geral, penso que uma instituição pode ser credenciada e decidir como quer oferecer os seus programas de ensino: combinar presencial com EAD formando um modelo híbrido; oferecer apenas o presencial ou em alguns cursos oferecer exclusivamente no EAD. Mas, para isso, precisaríamos de um credenciamento único, além de ter a superação dessa divisão entre presencial e EAD. O que temos na prática é a educação mediada por tecnologia e a legislação, principalmente a LDB, talvez precise de alterações para reconhecer essa nova realidade. A LDB é de 1996, portanto, estamos com 25 anos da LDB. Acredito que ela merece uma atualização para reconhecer que o mundo mudou, que a educação superior mudou demasiadamente, principalmente nesses anos de pandemia, e nós queremos colaborar sempre com essa discussão.

Para nós, é lógico que o CNE lidere essa discussão junto ao MEC e às autoridades, visto que é um órgão de Estado, mobiliza a sociedade e possui em sua composição membros oriundos dos mais diversos locais, tratando-se de um colegiado riquíssimo para esse debate que agora, com a presidência do conselho Neto e a liderança na relatoria do conselheiro Curi, eu tenho certeza de que avançará.

lara, para complementar tudo que o professor Celso comentou, você como

especialista na área de educação também buscou modelos internacionais para modernizar o que tem hoje no Brasil?

Iara de Xavier. Eu também concordo com as falas dos professores Neto e Niskier, principalmente em relação ao amadurecimento. A minha opinião e a opinião do grupo que trabalha intensamente assessorando a presidência da ABMES é a de que não houve uma ruptura paradigmática desde a LDB até o momento presente, mas, sim, uma evolução. É inegável que desde a LDB a educação superior evoluiu e amadureceu com a participação de vários atores. Vários sujeitos históricos e sociais participaram desse processo e, como o conselheiro Neto disse, é exatamente por conta desse amadurecimento que nós estamos aqui discutindo. E como podemos constatar que houve amadurecimento? Exatamente quando pegamos modelos internacionais de educação superior, olhamos para várias propostas localizadas aqui, vizinhas ao Brasil, europeias, dos Estados Unidos e do Canadá. Eu tenho uma aproximação muito grande com o modelo canadense, pois meu filho mora no Canadá há 13 anos, então eu vou muito a Quebec, Toronto e me aproximo de vários pesquisadores, professores, já fiz alguns cursos na Universidade Laval... Então, compartilhamos muito entre nós e percebemos que esse problema da burocracia, do retrabalho, não é só no Brasil. Outros países também

vivem desse problema e dessa dúvida, como muito bem foi trazido pelo Neto e pelo Celso: autonomia com responsabilidade. E quando você precisa vincular responsabilidade à autonomia, é porque existe um estado da arte que já nos demonstra que necessitamos não ter preconceito, mas preocupações em relação a algumas práticas desenvolvidas por A, B ou C que acendem esse sinal, caso contrário não haveria necessidade de vincular a autonomia à palavra responsabilidade. Então, é uma construção que já demonstra esse histórico recente nos alerta para que, ao pensar na nova regulação, no novo modelo de avaliação e na supervisão, se tenha essa categoria de análise muito presente, que é a categoria chamada responsabilidade e compromisso. Eu também quero trazer ao debate que, além da autonomia, por que nós precisamos mudar? Foi outra questão que mobilizou muito a equipe que elaborou a nota técnica e tem trabalhado e refletido junto ao Celso na ABMES.

Não dá mais para negar a questão da inovação. Precisamos introduzir um novo modelo de regulação e de avaliação à questão da inovação, e o Neto disse algo muito relevante: esse modelo atual leva também à padronização e não só à burocratização da educação superior. O mesmo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que consta no Acre, existirá no Rio Grande do Sul. Esse é um modelo que valoriza a padronização e,

ao valorizar a padronização, por força de uma série de atos que são comuns a todos, independentemente da localização, do *status* e da posição administrativa jurídica, eles precisam ser cumpridos de cima para baixo, então a inovação sai pela “janela” que entra a padronização.

Por isso, dificilmente as instituições querem arriscar em inovação e criação (que é a grande marca deste século 21), e os mantenedores, empresários, dirigentes e pesquisadores se perguntam: “até que ponto vamos inovar e essa inovação não vai ser assimilada e considerada pelo Ministério da Educação como inovação, em vez de cumprimento a um artigo, parágrafo, lei ou portaria que muda todo dia?”. É uma infinidade de portarias, notas técnicas, enfim, há sempre essa preocupação quando eu converso com as pessoas que fazem as instituições, e elas dizem: “lara, calma, vamos inovar menos, pois essa inovação, inclusive no ato da avaliação, pode não ser considerada como inovação”. Então, creio que precisamos pensar em um sistema de regulação que possua algumas palavras-chave, algumas categorias (e em nossa opinião, essas categorias são a autonomia didático-pedagógica, inovação e criatividade) que permitam que o sistema se mova sem tantos gargalos e tantas amarras. O Celso comentou da avaliação com a comissão única. Essa comissão única, que consta em nosso documento e no

documento da ABMES como um pleito, pode ser implementada imediatamente. Por quê? Primeiramente, por estar previsto no decreto de dezembro de 2017 a criação da comissão única para avaliar. Se o Inep constitui e o Ministro institui uma comissão única para avaliar o conjunto ‘credenciamento e cursos vinculados ao credenciamento’, o processo flui muito rapidamente. Hoje, nós não conseguimos credenciar e avaliar os cursos vinculados da postagem do processo no e-MEC. Na janela respectiva até a portaria, isso leva, no mínimo, três anos, e eu afirmo tranquilamente que no CNE o processo flui com muito mais rapidez. Atualmente, o gargalo está no despacho saneador emitido pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), no Inep onde ele fica represado, e agora mais ainda com a pandemia, e quando ele retorna à Seres para o parecer final. Quando ele volta à Seres, existem processos que já estão há dois anos lá. Processos que, muitas vezes, nem é preciso ir ao gabinete do ministro. Então, é fundamental pensar essas etapas. Um dia, eu até fiz um comentário em tom de brincadeira ao pessoal falando que queria fazer um exercício com um ministro e mostrar que, dos processos que ele posta em 2021, a portaria sairá apenas em 2024. Essa comissão única que o Celso muito bem aponta é um exemplo de como podemos dar seriedade com autonomia, responsabilidade, compromisso e inovar.

Um exemplo: entre 2004 e 2007 eu trabalhei no Inep. Eu era da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fui convidada, mudei para Brasília, fui coordenadora geral de avaliação do Inep e trouxemos tudo de avaliações da Secretaria de Educação Superior (Sesu) para o Inep. Na época, o ministro era o Tarso Genro e o seu sucessor foi o Fernando Haddad. Eu tenho a honra de afirmar que fui a primeira a implantar a Lei do Sinaes. Cheguei antes dessa lei no cargo e aprendi muito. Em 2005, implantamos a comissão única com vários avaliadores, não existia o e-MEC. O que nós tínhamos era o Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior (Sapiens), que era antigo e muito difícil de ser trabalhado. Com um grupo de pessoas, conseguimos implantar a avaliação única somente para credenciamento e autorização, e durante um ano inteiro nós fizemos isso. Enfim, o que eu queria dizer é que já existia um projeto piloto em 2005, com muito mais dificuldade, pois nós não tínhamos o e-MEC e o Sapiens era muito carente, mas nós conseguimos fazer. Então, acredito que poderíamos começar toda essa inovação por esse ponto que o Celso trouxe e que beneficiará o MEC, porque todo o residual, toda essa coisa represada, fluirá e irá ao encontro do anseio das instituições e das entidades, além da sociedade, até porque essas entidades representam a sociedade.

Com certeza. Bom, já estamos próximos ao final da nossa conversa, mas antes passo a palavra ao Joaquim, pois a grande expectativa agora é daqui em diante. O que acontecerá? Como está a interlocução? Quais são os planos e as propostas? Elas serão acatadas e ainda serão avaliadas?

Joaquim Neto: A princípio eu quero dizer que é um dia muito importante e nesse momento eu vejo que avançamos à medida que os debates ocorrem. Eu quero abordar um ponto sobre a autoavaliação: por que a ABMES não estrutura um piloto de autoavaliação? Isso não é atribuição do Estado, mas das instituições. A questão é como o Estado, o MEC e o Inep vão se apropriar dessa autoavaliação no sentido de ela pertencer à estrutura da avaliação. Porém, creio que esse é o momento e a legislação já permite, já está na Lei do Sinaes, já está em toda estrutura de existir esse piloto. Então, a discussão é como faremos essa apropriação. Segundo: nesse processo de autoavaliação, as diretrizes da nova estrutura da avaliação já estarão em funcionamento. Algumas instituições já fazem isso e cito como exemplo a Universidade de São Paulo (USP). Lá já existe essa estrutura de autoavaliação e isso impacta no desenvolvimento da instituição.

Nós precisamos estar preparados para uma autoavaliação com *feedback* para a própria instituição, para que ocorra

o desenvolvimento institucional dela. Outro ponto: como o Estado se apropriará disso para trazer tanto ao processo de avaliação do Inep quanto à regulação posterior? Eu também quero fazer um ponto em relação a essa questão da avaliação e da regulação. Devido à estrutura burocrática, a avaliação ficou muito restrita às necessidades da regulação e deixou de cumprir a missão que possui. Então, devemos exercitar para que a avaliação, nesse processo de discussão com a instituição, da Comissão Única de Avaliação, que eu concordo, produza um *feedback* para que a instituição, por meio disso, possa avançar também.

O primeiro desafio da auto-avaliação no futuro é: como funcionará? Segundo: como a avaliação terá vida própria? Independentemente da regulação, ela tem que ter vida própria, pois é ela que trará os insumos para o desenvolvimento da instituição, para a sua diversificação.

Em relação a isso, a Lara fez um comentário que eu gostei, que é a padronização que entra por uma janela enquanto a diversificação sai pela outra. Agora, já estamos amadurecidos e o foco é em como implementar. Sabemos que

as políticas públicas têm a parte da concepção, que é o momento que nós estamos, e a parte da implementação. Uma política pública tem que estar integralmente articulada para que durante a implementação não coloque tudo a perder. Então, vamos começar a avançar nesse aspecto da concepção e visualizar pontos da implementação. Para finalizar, digo que o futuro pós-pandemia é o seguinte: sabemos que já existiam grandes problemas estruturais no país, problemas relativos à questão energética vinculados com a questão do meio ambiente, os problemas sociais muito profundos, problemas de segurança pública, de saneamento básico, de moradia e tudo isso tem relação com a educação superior no país. Tudo isso é a formação de recursos humanos juntamente com a inovação, e está presente na estrutura de soluções de problemas do país e da nação. Então, eu creio que está apresentado o desafio para o século 21. Em resumo, é preciso liberar com sabedoria essas energias que já estão acumuladas desde o final do século 20 e início do 21 para que a educação superior seja um dos pilares, e um pilar muito importante do desenvolvimento do país no pós-pandemia.

Celso Niskier. Eu já quero aceitar o desafio imediatamente, e que fique registrado neste episódio que a ABMES aceita, com muita satisfação, elaborar um piloto, e para isso contará com esse grupo de trabalho que nos ajuda no

desenvolvimento das nossas notas técnicas, mas podemos buscar também outras competências existentes, como a Fundação Cesgranrio a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Quero lembrar que temos na ABMES uma experiência de selo de responsabilidade social muito bem-sucedida. Uma pena que o selo de responsabilidade social que as instituições conquistam a cada ano por meio de atividades que são documentadas e submetidas à ABMES não possa entrar, por exemplo, como um indicador na avaliação oficial.

E já introduzo um primeiro *brainstorming*: a ideia seria usar a experiência que a ABMES tem, por exemplo, no selo de responsabilidade social, para criar um selo de qualidade da autoavaliação e, quem sabe, que amanhã possa ser oferecido como piloto para que as autoridades possam avaliar a experiência e, eventualmente, até adotá-la como parte do processo de avaliação e regulação.

Iara de Xavier. Precisamos realmente nos mover; mesmo dando certo, devemos sempre aprimorar. O aprimoramento, o ressignificado e a revisão são atos inerentes e necessários ao ser humano, seja no “Mundo VUCA” ou fora desse “mundo”, mas é necessário que todos os processos sejam revistos, ressignificados e aprimorados. Enfim, e por falar em educação, ela é essencial porque a sua essência é a evolução e o amadurecimento.

Não há educação sem evolução e isso é uma questão epistemológica, precisamos entender dessa forma. Dado isso, o século 21 tem algumas características e a primeira é a Quarta Revolução Industrial. Não dá para pensar em um sistema regulatório, não só na educação, mas em qualquer setor, em qualquer país, sem considerar a Revolução Industrial, a Inteligência Artificial (IA) e a Robótica. Logo, pensar em regulação é refletir na lógica da IA e da tecnologia, e a avaliação virtual que o Inep implantou bravamente, que era um pedido antigo das entidades e da própria ABMES, não deve pertencer apenas à época dessa calamidade, que é a pandemia. Isso é um *know-how* adquirido, é um aprendizado para todos que deve permanecer. É necessário evoluir e permanecer, independentemente da pandemia – isso é um ganho que nós tivemos. Em síntese, a primeira característica desse século é a Quarta Revolução Industrial.

Em segundo, estamos na era pós-digital, que é fundamental para orientar os processos, procedimentos e protocolos. Terceiro: nós tivemos em 2020, Deus sabe o que faz, nada é tão ruim e tão bom, mas tivemos, por força da pandemia, uma imensa evolução da tecnologia e da ciência, apesar de o *status* da ciência ter sempre ficado em uma faixa demasiadamente restrita a alguns cientistas e pesquisadores. Fiquei feliz quando vi a sociedade assumindo a defesa da ciência por

meio das redes sociais. Foram pela ciência, pela vacina. Então, a ciência e a tecnologia evoluíram! E não só evoluíram, como também “mostraram a cara”, entendem? “Mostra a tua cara!”, e tanto mostraram a cara que deram respostas corretas, concretas, eficazes e eficientes para uma situação de calamidade. Por último, este século 21 será lembrado pela pandemia, que virou um marco. O mundo já havia passado por outras pandemias, mas não exatamente como essa.

Indicações:

Nota Técnica: [Aprimoramento da regulação e da avaliação da educação superior no século 21](#)

E-book: [Cenários da Educação Superior Brasileira no Contexto da Covid-19](#)

Livro: [Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus \(artigos e entrevistas\)](#) – Yuval Noah Harari

Livro: [A Tirania do Mérito](#) – Michael J. Sandel

Legislação: [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior](#), Artigo 43

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Letícia Nobre

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 11

**Educação
financeira nos
currículos escolares**

15/07/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Carol
Paiffer**

Empreendedora e
CEO da Atom S.A.



**João
Evangelista**

Especialista em
educação financeira
do Banco Central do
Brasil

Episódio 11

Educação financeira nos currículos escolares

15/07/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-Presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Carol Paiffer, empreendedora e CEO da Atom S.A.

João Evangelista, especialista em educação financeira do Banco Central do Brasil

Desde janeiro de 2020, a disciplina educação financeira se tornou conteúdo obrigatório no currículo dos ensinos infantil e fundamental de escolas públicas e privadas por ter sido contemplada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mas, mais do que isso, é possível notar que esse tema tem chamado a atenção de muitos. Afinal de contas, nós precisamos saber gerenciar um pouco o nosso dinheiro e o que mais temos visto são os influenciadores digitais que conversam sobre finanças. O número de pessoas que abordam sobre o tema tem crescido bastante e, da mesma forma, os cursos que ensinam a organizar o dinheiro e a investir. Qual é a importância de

aprender sobre finanças? Como a matéria pode ser inserida na universidade? Como é que conseguimos manter a saúde financeira em um país tão desigual como o Brasil?

Por que tem se tornado tão importante o interesse das pessoas em aprender a investir? Você tem visto esse crescimento constante e recorrente das pessoas querendo saber um pouco mais sobre educação financeira?

Carol Paiffer: Eu fico muito feliz com esse elevado interesse. Mesmo porque eu estou no mercado financeiro há 16 anos, e aprender a investir certamente mudou a minha vida, então tenho persistido neste assunto e a pandemia foi

um dos fatores que contribuíram para essa reflexão.

Quando nós vivemos uma situação adversa, como uma crise, nos traz uma reflexão sobre a forma que gerenciamos o nosso dinheiro e a maioria dos brasileiros não estava preparado financeiramente para isso. Na verdade, alguns números revelam que o brasileiro tinha em média 15 dias de capital para sobreviver. Levando em consideração que estamos há mais de um ano em *lockdown* e ainda estamos nessa situação de pandemia, essa média não seria suficiente e, quando isso acontece, faz com que as pessoas pensem: “poxa vida, eu preciso fazer alguma coisa”, e nunca houve tanto acesso à informação porque a pandemia aproximou ainda mais as pessoas da internet e da possibilidade de consumir esse conteúdo.

O número de influenciadores digitais abordando esse assunto também aumentou, o que colaborou com a preocupação da sociedade sobre educação financeira; o fato da queda brusca na taxa de juros também foi acrescentado a esse temor. Há pouco mais de quatro anos, tínhamos uma taxa de 14,25% ao ano, ou seja, aquele investimento tradicional favorecia o investimento de renda fixa, mas isso acabou quando chegou a 2% ao ano e todos foram obrigados a aprender a tomar decisões melhores sobre dinheiro. A partir disso, esse conjunto de fatores contribuiu

para que ocorresse um debate aberto sobre educação financeira, e o papel das empresas, universidades, foi bem importante para abordar esse conteúdo e ajudar nos questionamentos: “como eu posso ajudar a minha comunidade?”; “como ajudar os meus alunos a manterem as suas finanças em ordem para que eles possam continuar no curso, para que consigam se recolocar no mercado?”; “como as empresas podem colaborar com os seus funcionários para que eles entendam a importância de serem educados financeiramente com o objetivo de continuarem empregados na empresa?”. Então, eu creio que o assunto deixou de ser uma discussão única e passou a ser assunto de uma comunidade. Acredito que todos esses fatores contribuíram, e muito, e eu fico muito feliz, pois é um caminho sem volta. Eu costumo dizer que é uma “espiral positiva do bem”, onde um impacta o outro e visualizamos esse avanço significativo.

E por falar em ecossistema, nós sempre pensamos no Banco Central (Bacen) como uma instituição que organiza. Como você, Carol Paiffer, comentou da taxa de juros e da economia, que abarca o assunto da educação financeira, eu gostaria de pedir ao João para comentar um pouco mais sobre isso. João, você tem percebido um interesse maior das pessoas sobre esse tema?

João Evangelista: Sim, sem dúvida. Primeiro, endosso integralmente as

palavras da Carol Paiffer. A sua análise está perfeita: de fato, a pandemia trouxe oportunidades. Eu quero voltar um pouco no tempo, à crise de 2007-2008, que talvez tenha representado a primeira grande oportunidade no cenário nacional para o desenvolvimento da educação financeira.

O Bacen, na verdade, tem lidado com o tema desde 2003, mas com o tempo fomos adquirindo um novo papel cada vez mais de agente promotor da educação e cidadania financeira em vez de sermos apenas executores de uma ou outra ação. A partir da crise de 2007-2008, tivemos alguns marcos, entre eles destaco a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira, que ocorreu em 2010. Naquele momento foi criado um Comitê Nacional formado pelo Bacen, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelos demais reguladores, alguns ministérios e representantes da sociedade civil com o objetivo de promover a educação financeira. E quando fazemos uma comparação entre o inventário daquela época e o inventário de hoje, verificamos que existem muitas ações de educação financeira desenvolvidas por pessoas jurídicas, pessoas físicas, por escolas e isso é ótimo para o Brasil. De fato, isso é o que queremos: ver a educação financeira acessível e disponível para todos.

É um verdadeiro universo! Professor Celso, como é o dia a dia das univer-

sidades em relação à educação financeira? Algo interessante que o João comentou foi a “cidadania financeira”. Eu nunca ouvi esse termo, até então, mas eu considerei muito interessante.

Celso Niskier: Muito interessante. Ao ouvir a Carol Paiffer e o João, penso o quão interessante é a convergência do mercado, que a Paiffer tão bem representa, do órgão regulatório, que é o Bacen, e nós da educação, todos convergindo na percepção de que esse tema é importante, interessa ao jovem e está inserido, como a Carol comentou inicialmente, na nova BNCC.

Atualmente, a ideia é que a escola deve preparar para a vida e não só para a carreira, e deve ocorrer um protagonismo do jovem, inclusive na gestão dos seus recursos. Então, a educação financeira está presente na BNCC exatamente porque ela é um instrumento de autonomia, de protagonismo do jovem e possui relação com a ideia que defendemos tanto na educação básica quanto na superior: a de que a educação é muito mais do que só preparar para uma carreira, e sim para a vida, para dar competências que o jovem levará para a vida inteira, independentemente da escolha profissional que fizer. Quem é que não precisa gerenciar os seus recursos financeiros, seja qual for a sua atividade?

Quero destacar outro tema, mesmo que não seja a minha área, mas pela

complexidade que o assunto carrega. Antigamente, quando eu era jovem, nós ganhávamos um cofrinho e pensávamos o seguinte: “vamos juntar e fazer uma poupança”. Hoje em dia, a minha filha de 21 anos me pergunta se ela deve investir na Estácio, se deve realizar uma operação mais estruturada, uma renda fixa ou um fundo de crédito. Pessoal, cadê o cofrinho? Na verdade, não existe mais um porquinho, mas uma verdadeira fazenda com vários tipos de animais e plantações. Então, a complexidade do próprio mercado financeiro criou a necessidade de preparar o jovem para essa realidade, para que ele, de fato, tenha autonomia e seja protagonista da sua própria vida. Por isso, acredito que é uma convergência bastante saudável do mercado com a educação no que diz respeito ao ensino da educação financeira.

Celso, por outro lado, nem sequer o porquinho existe mais. Em algumas situações, é o contrário: a pessoa está tão endividada que não consegue sequer respirar.

Celso Niskier: Eu quero dizer, mesmo como leigo no assunto, que a gestão financeira não é só para quem tem dinheiro. É necessário entender, mesmo aqueles que pretendem ter dinheiro um dia, que devem cuidar do que têm e discutir a forma como o patrimônio é aplicado. Acredito que gestão financeira é para qualquer nível e extrato social.

Por falar em gestão financeira, como o João mencionou, o Bacen tem percebido o interesse das pessoas sobre como aplicar as finanças, como “sair do vermelho”. Existe um programa chamado “Aprender Valor” que é voltado ao ensino fundamental da rede pública. A ideia é que até 22 milhões de estudantes sejam beneficiados diretamente. João, você pode nos explicar como funciona esse programa e por que o Bacen resolveu criá-lo? Existem outros projetos na área da educação financeira?

João Evangelista: Na verdade, o Banco Central possui vários programas diferentes para públicos distintos, mas, sobre o programa “Aprender Valor”, trata-se de um público que tem um potencial de atingir 22 milhões de pessoas, e isso se deve muito ao advento da BNCC. Esse programa possui o objetivo de estimular o desenvolvimento de competências de educação financeira e de educação para o consumo em estudantes das escolas públicas no ensino fundamental. Ele foi desenvolvido pelo Bacen com recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDID), do Ministério da Justiça, e contamos também com a parceria do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A ideia é que, por meio desse programa, o Bacen possa apoiar as escolas e as secretarias de educação estaduais e municipais na implementação da educação financeira nas escolas, do primeiro ao nono ano.

Alinhado à BNCC, o “Aprender Valor” apresenta a educação financeira de forma integrada e transversal às disciplinas curriculares obrigatórias. Isso quer dizer que o programa oferece projetos escolares que trazem sequências didáticas prontas para uso pelo professor, com atividades capazes de articular habilidades de matemática, língua portuguesa, ciências humanas, de um modo transversal e integrado com as habilidades relacionadas, por exemplo, ao planejamento do uso dos recursos, à poupança ativa, ao uso responsável do crédito. O programa tem sido implementado em fase piloto desde o início de 2020 em cinco estados: Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, além do Distrito Federal. Em 31 de maio de 2021 começamos a fase de expansão nacional e estamos em pleno período de adesão, que vai até o dia 31 de julho. Escolas e secretarias de educação municipais podem fazer a adesão diretamente na [plataforma](#) do programa “Aprender Valor”. No caso das secretarias estaduais de Educação, pedimos que elas entrem em contato com o Banco Central para que possamos operacionalizar a sua adesão. O Banco Central está dando início à expansão nacional mesmo em meio às adversidades decorrentes da pandemia, ou especialmente por causa delas.

João, você explicou como o projeto pode ser acessado pelas escolas e

pelas secretarias municipais, mas como nós ensinamos algo que não aprendemos na prática? Por exemplo, no caso dos educadores, uma pesquisa demonstrou um pouco da insegurança que eles sentem ao trazer esse tema para a sala de aula. Esse estudo foi realizado pela Nova Escola e aponta o seguinte: apenas 21,1% das pessoas que responderam informaram ter um bom preparo, enquanto a maioria (42,3%) entende que possui um preparo razoável e 36,6% consideram que é bem ruim ou muito ruim. Então, a universidade que forma esse professor deve entrar nesse espaço? Em sua opinião, como devemos investir na formação desses professores para que essa geração que entra em contato com a educação financeira comece a se adaptar?

João Evangelista: São diversos os fatores que influenciam as nossas tomadas de decisões, e para cada decisão há consequências quando usamos recursos escassos. Os números que você cita estão perfeitos, pois refletem a sociedade brasileira, e os professores das escolas do ensino fundamental são cidadãos brasileiros que espelham essa realidade. Só que lidar com o dinheiro é algo que todos nós fazemos no nosso dia a dia de forma mais ou menos consciente. É por isso que uma das ciências auxiliares em cujas fontes nós bebemos muito é a psicologia econômica ou a economia comportamental. Elas nos trazem a

importante e necessária visão de que precisamos nos autoconhecer para que a possamos ser capazes de identificar as nossas prioridades, para que possamos conhecer nossos desejos, as nossas necessidades e, desta forma, o Banco Central entende ser fundamental que não apenas os estudantes, mas também os gestores e professores se familiarizem com o tema da educação financeira e tenham acesso aos benefícios que ela pode trazer para a própria vida, para a vida das suas famílias e até mesmo das suas comunidades. Por isso, o programa “Aprender Valor” começa com a formação dos professores e dos gestores escolares.

A formação dos professores não é apenas em educação financeira, mas em como trazer a educação financeira de maneira integrada à matemática, às ciências humanas e à língua portuguesa. A formação dos gestores também envolve o apoio que eles devem dar aos professores na implementação do programa.

É evidente a importância do acesso a conhecimentos e formas deles melhorarem a sua própria gestão de recursos financeiros através de orientações práticas sobre temas como planejamento financeiro, poupança, aposentadoria, investimentos. O professor é um extrato da realidade brasileira, não é alguém que tenha características diferentes, ou seja, não vem pronto. Mesmo que

se tratasse de professores de finanças ou de economia, talvez, ainda assim, não viriam prontos, pois é necessário o componente comportamental e atitudinal. Passo a palavra ao Celso para comentar um pouco mais sobre a questão da formação universitária.

Celso Niskier: Você abordou muito bem, João. Agradeço por lembrar de algo muito importante que são as competências pessoais. Nós, no Instituto Êxito de Empreendedorismo, o qual a Carol Paiffer fundou junto comigo (ela, aliás, tem uma atuação super destacada, fundou também o programa “Êxito Ladies” e uma série de outros projetos), consideramos que as pessoas, em geral, e as pessoas empreendedoras, em especial, precisam de competências, entre elas, competências pessoais como o autoconhecimento. Você lembrou muito bem a transversalidade da educação financeira porque ela lida também com a nossa própria psicologia: como nós lidamos com o dinheiro, com o consumo e com a tomada de decisões em ambientes de informação imperfeita. Tudo isso faz parte da jornada de autoconhecimento do estudante. Contudo, isso não acontecerá na escola sem um professor que foi previamente preparado. Onde é que se prepara os professores no Brasil? Na formação inicial, que são os corpos de licenciatura, muitos deles em instituições particulares que são associadas à ABMES.

O que temos defendido é a oferta desses temas transversais nos currículos, como é o caso da educação financeira, possivelmente através de parcerias com empresas, com o Banco Central, de maneira que as licenciaturas possam ganhar conteúdo e desenvolver essa competência no professor, e que ele possa naturalmente aplicar ao aluno.

Vejo com esperança e expectativa, inclusive creio que é uma necessidade, como o João apontou bem, que, antes de tudo, o professor adquira esse conhecimento sobre os recursos financeiros e possa, inclusive, aprender e pôr em prática no ambiente universitário onde ele é formado. Em seguida, vem a formação continuada, mas, antes de tudo, a formação inicial é fundamental até para o professor atender à BNCC. Então, eu quero expressar que a ABMES está aberta a uma ação em conjunto com empresas como a Atom S.A. e o Banco Central para levarmos um pouco mais o conhecimento da educação financeira aos cursos de formação de professores. Só para vocês saberem, mais de 70% dos professores no Brasil são formados por instituições particulares como as que são

associadas à ABMES. Então, temos um potencial de mudança de uma geração inteira a partir desse grupo de professores que estudam em instituições como as nossas.

Com essa atitude, muda a realidade do aluno e do próprio professor, que, com certeza, atuará e aplicará na vida pessoal. Carol Paiffer, vamos falar um pouco de mercado e investimentos. Como inserir esse conteúdo nos currículos e mudar o modo de pensar? Quando você acredita que essa inserção deve começar? É para todo mundo?

Carol Paiffer: Sim, é para todos, pois todos lidam com dinheiro. Todos vivem com dinheiro e ganham dinheiro para gastar dinheiro. Eu costumo dizer nas minhas palestras que todo mundo precisa aprender a gerenciar o seu próprio dinheiro, mesmo que você venha de uma família muito bem resolvida financeiramente. Quantos casos conhecemos de pessoas que acabaram com todo o patrimônio? Precisamos realmente aprender a lidar com o dinheiro, pois isso faz parte do nosso dia a dia.

É importante ressaltar que possuímos, no Brasil, um grande desafio por causa das crenças limitantes e da relação conturbada com o dinheiro: “dinheiro é sujo”, “dinheiro é pecado”, “dinheiro

não é pra mim”, “é muito difícil ganhar dinheiro”. Quando começamos a falar com as crianças, quebramos essa crença de imediato. Quando falamos com adultos, existem muitas objeções, ainda que de modo inconsciente. Todos falam que gostam e querem ganhar dinheiro, mas por que eles não fazem isso? Porque é inconsciente, são atitudes que foram colocadas.

Eu gosto muito do livro “O poder do hábito”, pois aborda sobre os hábitos bons e ruins que são colocados inconscientemente no nosso dia a dia e nos desafia a quebrarmos isso. Quando você fala: “vamos mudar a mentalidade das crianças e incluir nas escolas” é maravilhoso, porque você consegue fazer com que desde cedo a criança não sofra com isso. Não espera que ela cresça e frequente o mercado de trabalho para aprender a gerenciar dinheiro, porque ela também participa das tomadas de decisão da família. É legal reforçar o papel importante que a mulher tem nesse processo, pois muitas vezes ela deixa para a figura masculina as decisões que envolvem dinheiro, e isso é algo cultural, visto que antigamente era o homem que ganhava o dinheiro, mas esse fato mudou.

Entretanto, a atitude da mulher que ganha o seu dinheiro para tomar as suas próprias decisões sobre investimentos ainda não mudou, e é essencial que tal mudança aconteça, não somente pela liberdade financeira da mulher, mas também por ela ser um agente de transformação, porque a mulher compartilha com mais pessoas. Eu sei que os pais estão super participativos na vida das crianças, cada vez mais o homem participa do dia a dia da família, mas, em números, a mulher ainda fica mais tempo com os filhos do que o homem. Isso significa dizer que se ensinarmos as mulheres sobre empreendedorismo e sobre dinheiro, nós mudamos a situação econômica do nosso país, porque o primeiro dinheiro que uma criança recebe para ir à escola geralmente é a mãe que dá, e é a mãe quem a leva ao supermercado e dá aquela noção de caro e barato. Logo, eu vejo a importância de educar não só nas escolas e universidades, mas educar também no ambiente familiar. Esse é um papel de todos nós, pois não adiantaria uma criança consciente sobre dinheiro e um pai que é endividado falar em casa o contrário do que ela aprendeu. É preciso um esforço em conjunto para que seja uma transformação significativa.

A partir disso, percebemos também a importância de educar os professores, bem pontuado pelo Celso e pelo João, porque não adiantaria o professor passar um material ao seu aluno e não

viver aquilo na prática, pois, além da teoria ministrada, é necessário a prática e o exemplo. As pessoas aprendem e evoluem com o modo de agir das pessoas que as cercam, então enxergo como essencial a educação financeira na escola e na universidade, porque estamos falando de pessoas que se colocarão no mercado de trabalho e apanharão porque vieram com crenças limitantes. Mas, ainda mais essencial é a importância de cada um de nós entender que vivemos em sociedade e que isso é uma responsabilidade de todos nós, pois a educação começa dentro de casa, nos grupos familiares, e precisamos mudar essa consciência, mesmo porque vale lembrar que se eu ganho dinheiro, vocês ganham dinheiro, o que acontece? Nós continuamos a frequentar a padaria do seu Zé, a quitanda da dona Maria, nós continuamos gastando, investindo, e isso faz com que nossa economia prospere. Vejo que existe uma responsabilidade grande para o governo, o Banco Central, a escola. Mas e nós? Qual é o nosso papel na sociedade? Acredito que seja a consciência.

Em relação à universalidade do aprendizado sobre mercado e investimentos é o seguinte: quando você já tem um patrimônio, fica fácil multiplicá-lo, mas quando você não tem patrimônio, é essencial que aprenda a lidar com o dinheiro. Por isso que eu gosto tanto do mercado financeiro, porque é

democrático e não importa se você é homem ou mulher, todos são iguais. É *on-line* e você pode ser sócio de grandes empresas, pode comprar uma pequena parte de grandes empresas e pode ganhar com a valorização dela e com os dividendos, que é o lucro distribuído. Sim, o mercado financeiro é para todos, inclusive eu bato na tecla com as minhas amigas de infância: “tem filhos ou pretende ter? Você é obrigada a aprender sobre dinheiro e investimentos, pois a faculdade tem ficado cada vez mais cara porque tem ficado cada vez melhor”. Por exemplo, se você poupar todo mês um pouco, 18 anos de poupança resultará em uma bela diferença de patrimônio para proporcionar ao seu filho a condição de empreender, estudar em uma boa universidade, colocar-se no mercado de trabalho e da família também se preparar”. Precisamos lembrar que viveremos por muitos anos, graças à Deus e ao avanço da medicina, mas se não cuidarmos do bolso, viveremos em péssimas condições por muitos anos. Acredito que a mentalidade é essa: precisamos refletir e dar esse “chacoalhão” em todo o ecossistema, principalmente em casa.

Essa relação com o dinheiro que você falou é muito importante, Carol Paiffer. Quando falamos em educação financeira, imediatamente muitas pessoas devem pensar: “mercado financeiro é dólar, euro, é bolsa de valores subindo e descendo, é trade”, então elas dizem que o assunto

não é para elas, que não querem saber dessas coisas, como se fosse a única forma de investimento. Você mencionou a importância do conhecimento, ainda mais para quem pensa em ter filhos. Quem acompanha os nossos episódios deve saber que eu possuo duas filhas: uma de três anos e outra de um ano. Para a Claudinha, de três anos, eu tento mostrar a ela o que é necessidade e o que é desejo, e nessa fase é muito assim: “eu quero chocolate”, “eu quero brinquedo” e é a partir desse momento que devemos começar a falar de educação financeira dessa forma: “olha, isso aqui é caro, vai faltar dinheiro para a mamãe comprar tal coisa”. É uma introdução muito difícil, pois ela pergunta: “mas por quê?”, “de onde vem o dinheiro?”, “por que eu faço assim?”, e se não dispormos dessa bagagem, com o mínimo de conhecimento, como passamos isso adiante? É uma nova geração. Eu creio que eu e o Celso entramos na geração *cringe*, como denominam hoje em dia. Eu também considero muito importante que a prosperidade para o país comece dentro de casa, pois modifica a realidade ao nosso redor. É um assunto muito legal, é prazeroso aprender e é um currículo dinâmico que exige modernização o tempo todo. Nós temos visto essa tendência em todos os níveis. Vamos falar de algo positivo: quais são as principais vantagens de termos uma vida financeira saudável? O que a pessoa pode usufruir quando sabe controlar e investir o dinheiro?

Carol Paiffer: Acredito que a primeira coisa a ser pensada é: “você já viu alguém feliz com vários boletos para pagar?”. Com muitas dívidas e sem dinheiro para arcar com elas é difícil encontrarmos uma pessoa animada.

A educação financeira se faz necessária porque nós não vamos fugir disso, além do que pode trazer uma tranquilidade para dormirmos à noite e, de fato, estarmos presente onde queremos estar. Por exemplo, quando você tem um colaborador que não enxerga alguma prosperidade na empresa e não obtém um bom resultado financeiro, o que acontece? Ele trabalha com você, mas já pensa em outro emprego, planeja sair e idealiza outras coisas. Logo, faz-se necessário pensarmos e organizarmos nossas finanças para que, primeiramente, proporcione paz e consiga ter dimensão do que é importante, e uma das coisas que eu gosto muito de falar é que precisamos olhar para a nossa hora de trabalho: não é morrer de trabalhar, pessoal, a sua vida é o maior presente que você possui, a vida é para ser vivida. É necessário um tempo de qualidade com a sua família, amigos, pessoas que você ama, e o dinheiro é somente a consequência do seu potencial bem aplicado, ele não é bom ou ruim; na minha mão ou na sua, ele é igual. A diferença é justamente o que nós fazemos e como podemos impactar outras pessoas.

Eu vejo a necessidade de falarmos cada vez mais sobre isso para trazer essa sensação de tranquilidade a fim de que as pessoas possam estar focadas no que realmente importa. A partir desse ponto, trago uma provocação: creio que todo mundo deveria pensar em ser multirreceitas, que significa trabalhar em coisas que somos apaixonados, ganhar dinheiro com essas coisas que sentimos prazer em fazer e investir e/ou poupar esse dinheiro. Se eu tenho o meu trabalho que me dá uma receita e eu aplico esse valor, por exemplo, na bolsa, invisto em outras empresas e faço o meu dinheiro multiplicar, pronto, eu já sou multirreceitas. A minha hora já vale o dobro, pois as empresas na bolsa crescem, valorizam e trabalham o meu dinheiro, e eu também trabalho daqui. Então, o meu caminho será mais curto para alcançar determinada meta do que seria se eu somente trabalhasse e tentasse poupar. Por isso, é inteligente pensarmos no mercado imobiliário, o mercado de *startups*, o mercado financeiro. Quanto mais você pensar em negócios que você possa fazer a sua hora de trabalho valer mais, mais você terá tempo para, de fato, viver.

O dinheiro não pode ser um “peso” na sua vida. Lógico que existem tempos, horários, projetos, alguns sacrifícios que precisamos nos dedicar mais em alguns momentos da nossa vida, mas sempre com planejamento e com objetivo porque, caso contrário,

ficaremos na tão famosa “corrida dos ratos”, termo cunhado pelo investidor Robert Kiyosaki. Ele foi muito feliz quando escreveu sobre isso, porque nós ficamos o tempo todo atrás, então não prestamos atenção no caminho, não vivemos, não saímos do lugar. Lembrete: nós estamos impactando outras pessoas, ou seja, se eu cuido do meu dinheiro e estou feliz, prosperando, estou contratando pessoas, investindo em *startups* e fazendo negócios. É até curioso que em uma das entrevistas que eu dei ao pessoal do *reality show* “Shark Tank Brasil”, eu ouvi falar: “mas a bolsa de valores não resolverá o problema da economia”. E eu disse: “eu posso falar que com o dinheiro que ganhei na bolsa consigo comprar essas *startups* que vocês estão vendo, aplico o meu dinheiro em outros empreendedores, ou seja, eu coloco o meu dinheiro à disposição de outras pessoas”. Isso eu faço também na Atom S.A., ao disponibilizar o meu dinheiro aos *traders* para que eles possam operar. Então, no final da “fritada” é o dinheiro ser apenas dinheiro. Vamos viver, de fato, e vamos ser felizes, a vida é o maior presente. Logo, ao resolver a questão financeira, o resto fica mais fácil.

No início da sua fala, Carol Paiffer, você abordou um ponto interessante sobre saúde financeira, que é quando uma pessoa vive a crise financeira, até a maneira de dormir e agir são afetadas. O comportamento é algo impressio-

nante. Nós temos visto também no Brasil, principalmente em municípios menores, a importância disso. João, quero saber de você sobre a importância e as consequências que a educação financeira traz no seio familiar, até mesmo na questão da saúde.

João Evangelista: O dinheiro não pode ser um fim em si mesmo. Ele é uma ferramenta, um instrumento para que, por meio da aquisição de produtos e serviços que sejam relevantes, significativos para você, para a sua família, ofereça valor e bem-estar. Na realidade, o que realmente importa é o bem-estar.

Quando falamos que a nossa definição de educação financeira é um processo de empoderamento das pessoas para tomada de decisões conscientes, responsáveis e autônomas, com o propósito de atingir o seu bem-estar, o que queremos dizer é que não trabalhamos com o propósito de formar milionários, pessoas que colocam uma moedinha em cima da outra só pelo prazer de ver o dinheiro crescer, até porque, em primeiro lugar, o que realmente importa não é o valor que você ganha, mas o quanto você gasta.

Nós temos alguns exemplos na história brasileira e um deles é o de um garimpeiro de Serra Pelada (PA) que, na década de 1980, retirou uma quantidade de ouro que, em valores atualizados, equivaleria a aproximadamente 300 milhões de reais. Em três anos ele perdeu tudo e voltou à miséria exatamente pela falta de consciência financeira, de como lidar adequadamente com os seus recursos. Vou retomar a um ponto muito interessante que a Carol Paiffer mencionou, o papel da mãe em nossa sociedade. Gostaria de lembrar que dos 15 milhões de beneficiários do Bolsa Família, que constituem a base da pirâmide socioeconômica brasileira, 95% são mulheres. Mulheres que gerenciam os recursos da sua família, que estão no processo de formação dos seus filhos que têm aprendido com elas como gerenciarão seus recursos financeiros no futuro. Entra, além do papel da família, o papel do professor, e não só o professor de educação financeira ou o que vai trazer a educação financeira à sala de aula, mas também o professor de matemática e/ou português, que será capaz de ensinar aos seus estudantes a compreensão sobre o poder dos juros compostos ao longo do tempo em seu benefício se ele for um investidor, ou em seu malefício, do ponto de vista estritamente financeiro, se ele for um devedor. Hoje, no Brasil, possuímos um quadro em que dois terços dos cidadãos não compreendem juros e proporções devido à falta de

ferramentas da matemática que lhes permitam compreender o que são juros compostos.

Mais da metade da sociedade brasileira possui dificuldade de distinguir fato de opinião, e esse aprendizado se dá também com o professor de português e de matemática. Um último comentário: a educação financeira é para todos, independentemente da idade, extrato social etc. No caso de quem tem patrimônio, não é interessante acreditar que está “nadando em berço esplêndido” e ficar absolutamente tranquilo, pois, quando olhamos os números do endividamento no Brasil, constatamos que o maior volume de endividados está entre pessoas que têm renda. Quem tem renda é quem tem acesso a crédito, e quem tem acesso a crédito é quem consegue se endividar.

Celso Niskier: Concordo. Ao ouvir a Carol Paiffer e o João, eu tenho aprendido muito. É incrível a nossa sintonia, pois eu também acredito que o dinheiro não é um meio em si, é um fim para que possamos buscar a nossa paz de espírito, o nosso propósito, a nossa realização. Eu estava aqui também com a imagem do gibi do Tio Patinhas, que eu lia, e ele mergulhava e nadava no seu cofre com dinheiro, e não é isso que queremos.

Nós queremos que o dinheiro flua e, conseqüentemente, que a economia flua. Quando o dinheiro flui, realiza os nossos sonhos e os sonhos de outras pessoas.

Mas, em determinado momento, se juntar um pouco mais, aplique o dinheiro para trabalhar para você. Existem empreendedores em *startups* da educação, por exemplo, para se investir; eu e a Carol Paiffer também participamos de um fundo. Várias boas ideias surgem para investir, contudo, é necessário um capital, mesmo que não seja expressivo, para colocar em funcionamento. São tantas coisas que surgem e me dá muito prazer poder investir em uma ideia, e mais ainda em uma pessoa, e a Carol Paiffer sabe disso. Ela, como eu falei, é a nossa super “Shark Tank”. Eu acredito que, na verdade, o nosso propósito se realiza quando a energia flui, e o dinheiro, para mim, é energia. Por isso, precisamos conservar a nossa energia, precisamos produzir novas energias e acelerar o fluxo do mundo, e o dinheiro serve a esse propósito. Fico muito feliz de corroborar aqui com vocês, que são especialistas. Agora, para a curiosidade de vocês, eu invisto completamente em educação.

Eu não acredito em nada mais importante nesse momento do que educação.

Através da minha instituição, através das *edtechs*, através da educação empreendedora que nós estruturamos no Instituto Êxito de Empreendedorismo, criado pelo Janguê Diniz. Enfim, hoje em dia a minha energia está em função de fluir a nova educação, essa que surgirá no pós-pandemia, e existem muitas oportunidades de investimento. O meu pai me ensinou uma lição sobre o valor do dinheiro. Ele era muito duro com o dinheiro dele e dizia que para certas coisas o cofre estava aberto, mas, para outras, não. E um dos motivos que ele abriu o cofre foi para adquirir um livro. Ele dizia para não gastar com besteiras, mas com livros eu poderia levar que ele assinava o cheque. Eu tinha um cheque em branco do meu pai para comprar livros e deu no que deu: quem me conhece, sabe do meu amor pelos livros. Foi assim que ele fez o dinheiro dele fluir, na educação de um filho e, particularmente, eu creio que deu certo. Ele ficou feliz com o resultado.

João Evangelista: Que maravilha, Celso. Seria ótimo se todos os pais e mães do Brasil fossem como o seu pai.

Carol Paiffer: Depois desse exemplo aqui, com certeza muitos pais passarão a adotar, porque é uma referência e inspiração.

Desde os municípios, estados, União, do país como um todo, existe influência da educação financeira na economia.

Vocês enxergam isso como algo que prosperará e mudará a nossa realidade?

João Evangelista: Sim, existe uma relação evidente e direta, e é exatamente por isso que o Banco Central participa desse processo. Nós temos uma missão que nos atribui a responsabilidade pela manutenção do poder de compra da moeda brasileira em benefício da sociedade e do indivíduo, e nós temos como parte da nossa missão a preocupação com o bem-estar financeiro da nossa sociedade. E o que nós verificamos a partir de duas pequenas comunidades de Minas Gerais, com menos de 10 mil habitantes, que são exemplos de sucessos – Chapada Gaúcha, que fica ao norte da região, e São Roque de Minas, que fica ao sul – é a educação financeira e o empreendedorismo, que têm sido responsáveis por um desenvolvimento expressivo. Nós não queremos apenas enriquecer o país como um todo, mas precisamos enriquecer o país com uma distribuição de renda e com uma condição menos desigual para que as pessoas possuam uma mínima dignidade, um mínimo conforto e uma mínima tranquilidade. Sem dúvida alguma, o que eu vejo aqui a partir do que conversamos, é que nós temos um conjunto muito grande de pessoas trabalhando em prol dessa causa, e isso é muito animador e nos enche de otimismo.

Celso Niskier: Eu também estou muito otimista. Inclusive, nós, atuantes das instituições de educação superior particulares, conseguimos uma grande oportunidade e um limite até o final do ano que vem para elaborar a chamada curricularização da extensão universitária. As universidades precisarão incluir em seus currículos atividades de extensão, de prestação de serviços à comunidade. Então, uma ideia concreta que tenho é que os estudantes das universidades poderiam trabalhar em consultoria com a comunidade sobre a educação financeira, principalmente os alunos dos cursos da área de gestão, direcionando esse conhecimento ao entorno da sua instituição. É obrigatório que 10% da carga horária da graduação seja usada em atividades de extensão. Vamos pensar em um projeto que possamos mobilizar todos os estudantes de gestão do país para que eles procurem o comércio local, as pessoas ao redor e façam uma consultoria sobre financeiros. Eu considero isso um começo, uma pequena contribuição, mas que certamente ajudará a melhorar a nossa economia e o nosso país.

Carol Paiffer: Com certeza, pode contar comigo, Celso. Você sabe que tudo que pudermos contribuir em relação ao conteúdo e à iniciativa do Banco Central estamos juntos. Creio que é importante reforçar isso: eu estou muito feliz, pois após 16 anos no mercado financeiro, depois de confrontos

diários para que pudéssemos levar esse assunto em pauta, eu mesma me disponibilizei por muitas vezes para auxiliar nessa implementação. Esse foi um dos motivos, inclusive, pelos quais fundamos o Instituto Êxito. Lembro perfeitamente da reunião com o Janguê, que ele perguntou a mim qual era o meu propósito e eu respondi que era ajudar a educação financeira do país. Ninguém muda nada sozinho, então eu só podia ajudar. Não adianta elaborarmos um conteúdo muito rico e ninguém colocar em prática, precisamos da mobilização de todos. Naquela ocasião, o Janguê disse que estava fundando um instituto e que juntos conseguiríamos erguê-lo, até porque todo mundo sabe que a burocracia brasileira é muito grande e, infelizmente, sempre travou o movimento, tanto que agora que nós vemos o fluir das coisas. Então, ao invés de olharmos o que não aconteceu no passado, devemos ficar felizes com esse futuro, que é muito promissor. E eu costumo dizer que quando falamos, por exemplo, do envolvimento dos municípios, das instituições, escolas, e de todos os órgãos responsáveis, é algo maravilhoso, porque o país já é maravilhoso.

Aqui no Brasil nós somos literalmente abençoados em todos os quesitos. Primeiro porque o brasileiro não desiste: ele é empreendedor, é guerreiro. O país possui um clima favorável, um território gigante, o agronegócio agitado.

As coisas acontecem, imagina se aprendêssemos a lidar com o dinheiro? Ninguém seguraria o nosso país e viraríamos a potência que merecemos ser. Eu sou apaixonada pelo Brasil e quero ver isso acontecer. Eu estou aqui para colaborar e enxergo como essencial esse movimento que se inicia. Imagina? Se em casa é essencial, no município é muito mais porque, a partir dele, pode ser mais ainda presente. Então, quanto mais envolvermos os grupos, melhor.

Indicações:

Livro: [O poder do hábito](#) – Charles Duhigg

Livro: [Mentes brilhantes, rombos bilionários](#) – Scott Patterson

Livro: [Na raça: como Guilherme Benchimol criou a XP e iniciou a maior revolução do mercado financeiro brasileiro](#) – Maria Lúiza Filgueiras

Canal do YouTube: [ATOM Vida de Trader](#)

Site: [Banco Central – Cidadania Financeira](#)

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 12

**Inteligência
emocional
no retorno à
presencialidade**

27/07/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor
da UniCarioca



**Rodrigo
Fonseca**

Presidente
da Sociedade
Brasileira de
Inteligência
Emocional

Episódio 12

Inteligência emocional no retorno à presencialidade

27/07/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca
Rodrigo Fonseca, presidente da Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional

Estamos completando quase um ano e meio de pandemia e muita coisa mudou. De uma forma ou de outra, todos precisaram se adaptar e refazer as rotas. Muitas pessoas perderam amigos, familiares e colegas de trabalho em razão da Covid-19, e muitos perderam a sua renda, o seu emprego. Todos também sentiram algum tipo de saudade, seja dos amigos, da família, do convívio social. Os planos foram adiados e até mesmo cancelados. Notícias ruins invadiram os noticiários e, obviamente, tudo isso afetou diretamente a saúde mental da grande maioria da população. Nós já falamos aqui, em outros episódios, que para aguentar tudo isso é preciso trabalhar a inteligência emocional. Mas, e

agora? Com a cobertura da vacinação aumentando, as pessoas têm, aos poucos, retornado com algumas atividades presenciais e, se tudo der certo, poderemos fazer alguns planos para voltarmos com tudo em 2022.

Será que conseguiremos voltar a conviver em sociedade, presencialmente, como antes? A pandemia modificou nossa socialização? Como trabalhamos neste aspecto? Vamos descobrir?

Rodrigo, introduza-nos brevemente sobre o que se trata e como acontece a Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional.

Rodrigo Fonseca: Eu presido a Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional desde 1999. O objetivo desde

o seu surgimento é único: reunir toda a matéria científica e teórica da inteligência emocional desenvolvida por grandes cientistas pelo mundo e pensar: “como eu transformo isso em prática?”; “como transformo isso em resultado para seres humanos, pais, mães, maridos, mulheres, parceiros, profissionais e professores?”. Então, desde 1999, o nosso objetivo é buscar a tradução do que normalmente é só teórico em algo prático, com o objetivo de gerar resultados, especialmente nesse momento de pandemia, que somos mais acionados do que nunca.

Com certeza, Rodrigo. Estou convicta de que o episódio será muito rico em informações e se tornará utilidade pública. Como você citou a pandemia, pergunto: nós ainda vivemos o distanciamento social e como esse fato muda a forma de relacionamento entre as pessoas? Atualmente, o sistema híbrido está muito vigente e as pessoas têm retornado aos poucos. Como será essa interação daqui em diante?

Rodrigo Fonseca: Eu costumo dizer que vivemos uma grande terapia da morte. De uma forma ou de outra, temos vivido o que sempre existiu. Eu digo que a Covid-19 só destacou aquilo que já existiu, que é a possibilidade da morte, pois não é só a Covid que mata; para morrer, basta estar vivo. Contudo, a Covid trouxe a iminência da certeza de que podemos morrer, e essa certeza produziu muitas mudanças na

humanidade, e produzirá muito mais após a passagem desse período. Eu digo que vivemos aquele momento quando estamos, por exemplo, de luto por algum familiar, que você vê o caixão e aquelas coisas horríveis que precisamos ver, mas está ali, forte. Depois que esse momento passa, a adrenalina desaparece e surgem diversos problemas de doenças físicas, emocionais, psicológicas etc. Então, a meu ver, o emocional pós-pandemia será ainda mais delicado do que vivemos atualmente, infelizmente. Precisaremos nos refazer.

Existe também uma crise de ansiedade em relação ao futuro. Vou trazer essa realidade ao ensino superior e perguntar ao Celso: como as faculdades estão? Em sua opinião, elas precisam se preparar com programas e outras atividades para que os alunos possam retornar gradualmente ao convívio presencial? As pessoas têm sentido a necessidade do “olho no olho”, sentir o cheiro e dar aquele abraço. Neste momento, o que as instituições precisam focar?

Celso Niskier: Na verdade, eu diria que com a transformação para o ensino remoto, em que praticamente todas as instituições de educação superior particulares conseguiram, de uma forma ou de outra, adaptar as suas atividades, houve uma espécie de extensão da ideia de acolhimento, que acontecia fisicamente em um espaço institucional,

para um acolhimento virtual. Os professores trouxeram os alunos para dentro das suas casas, abriram o seu *Teams*, o seu Zoom, abriram o seu espaço, literalmente, para atender a esses estudantes.

Eu visitei virtualmente algumas turmas da minha instituição, a UniCarioca, logo no início da pandemia, e pude perceber uma necessidade muito grande de afeto e de compreensão. Eu testemunhei alunas mais velhas que comentaram da importância que foi para elas a continuidade dos estudos, das dificuldades de conciliar, muitas vezes, o estudo com o cuidado dos filhos, dessa preocupação, que o Rodrigo colocou tão bem, sobre o futuro, da angústia sobre o futuro. Então, quando os professores “abriram suas casas” e mantiveram as suas atividades, as instituições migraram o acolhimento ao espaço virtual e parte dessa angústia foi encaminhada.

É óbvio que agora a persistência da pandemia e, principalmente, para o jovem estudante universitário, a incerteza sobre o futuro profissional aliado à própria incerteza da sobrevivência, do medo da morte ou, principalmente, das sequelas, que serão físicas e psicológicas, acredito que as instituições precisam se preparar para o retorno desses estudantes com um outro tipo de acolhimento. Eu penso que o acolhimento não pode ser mais passivo. Um exemplo para evitar a passividade é a implementação de um setor de

atendimento psicopedagógico, onde pode haver o encaminhamento, por parte do professor, de um estudante com algum tipo de dificuldade.

Nós, dirigentes, necessitamos partir para a frente de batalha, buscar ativamente, orientar, receber esses alunos e, proativamente, diagnosticar problemas que podem afetar a aprendizagem ou até a própria vida do estudante.

Sabemos que o número de alunos que sofrem com questões de saúde mental aumentou, isso mesmo antes da pandemia, e as instituições precisarão investir e capacitar suas equipes, principalmente os seus professores, para que eles possam perceber sinais preocupantes no comportamento do estudante. Sendo assim, a inteligência emocional não é só uma necessidade curricular das instituições; os professores também precisam saber lidar com isso e ter cautela, pois enfrentaram e enfrentam todos os efeitos dessa doença terrível que aflige a humanidade. É um grande desafio, mas eu penso que saberemos endereçá-lo com as ferramentas e cuidados, como esses que o Rodrigo tão bem representa na Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional.

Celso, tudo que conversamos já está comprovado em pesquisas, em números. De acordo com a segunda edição da pesquisa “Jovens e a Pandemia do Coronavírus”, realizada pelo Conselho Nacional da Juventude, as dificuldades impostas em razão dessa crise sanitária que vivemos têm causado impactos muito sérios na saúde física e mental de pessoas no país, principalmente naquelas entre 15 e 29 anos. A cada dez jovens, seis relataram sentimentos de ansiedade e uso exagerado das redes sociais para se manifestarem durante a pandemia. Outros 51% relataram sentir exaustão ou cansaço, 40% disseram ter problemas para dormir, insônia ou algum tipo de distúrbio em relação ao peso. Sobre os jovens que foram acometidos por esses problemas, eu pergunto: o que eles podem fazer para se fortalecerem emocionalmente, principalmente agora com esse retorno presencial?

Rodrigo Fonseca: Em primeiro lugar, infelizmente todo esse processo da pesquisa que você nos trouxe é resultado de uma hiperestimulação do nosso sistema nervoso simpático, ou seja, do sistema de ação do corpo. O medo do que nós vivemos é a principal emoção que liga o sistema de ação, ou seja, é o corpo em alerta 24 horas por dia, mas o corpo não foi feito para estar em alerta o tempo inteiro. Então, esse excesso de estado de alerta provoca insônia, excesso de alimentação para repor a energia que está sendo gasta em maior

quantidade, produz ansiedade e uma série de outros acontecimentos. Por falar em ansiedade, já éramos ansiosos antes da pandemia. O Brasil é o país com o maior número de consumidores de ansiolíticos no mundo e isso, obviamente, multiplicou na pandemia.

É importante também elucidar o que é ansiedade: é o medo do futuro, como muitos dizem. Contudo, existe um complemento a isso: esse medo do futuro é o medo de que se repitam dores, problemas emocionais que já foram vividos no passado, ou seja, o que a pandemia tem provocado é acordar os fantasmas do passado que, ao longo de muitas gerações, nós colocamos para debaixo do tapete e, de repente, temos que lidar com tudo isso. Então, o que nós, alunos e professores, podemos fazer para amenizar? Eu costumo dizer que precisamos institucionalizar um “banheiro emocional”. O que é esse “banheiro emocional”? Da mesma forma que vamos ao banheiro físico para as nossas necessidades fisiológicas, as emoções cumprem um papel fisiológico, ou seja, precisamos expressar essas emoções, especialmente quando elas “vêm a cavalo”, como agora nesse momento de pandemia. Precisamos ter um “banheiro emocional”, pode ser um banheiro realmente, pode ser no quarto, pode ser em um lugar especial onde possamos chorar e colocar para fora a tristeza que sentimos com

as perdas, onde seja possível colocar para fora também a raiva daquilo que você sente pelas perdas.

É importante que as pessoas se conscientizem de que precisam de um espaço para chorar, liberar a sua raiva, sentir medo, acolher esse medo, aceitar o porquê de elas estarem com medo. Nós, homens, menos ainda tínhamos permissão (ainda hoje não temos) para sentir medo, porque alegam ser emoção de frouxo. É importante criar um ambiente para que possamos amar e sejamos amados porque este amor, essa ocitocina, que é o hormônio do amor, abaixa muito o nível de adrenalina no organismo, a ocitocina equilibra o amor. Porém, o que ocorre? Como também não tínhamos essa relação familiar muito próxima e fomos todos colocados dentro de casa, estamos nos digladiando, pois não nos conhecíamos. Por consequência, ao juntar o problema externo da Covid-19 com o problema interno de casa, não conseguimos dar e receber amor, e tudo vira uma bomba-relógio, onde as pessoas morrem muito mais por problemas do coração, câncer, depressão, suicídio e uma série de coisas além da Covid, mas ninguém conversa sobre isso, só discorrem sobre as mortes decorrentes do coronavírus. Assim, fica a minha sugestão: busque o seu “banheiro emocional”, coloque para fora, não guarde, não fique enfezado, porque isso virará um veneno.

Muito interessante sua colocação, Rodrigo. Outra forma de você tentar usar o “banheiro emocional” é buscar algum tipo de ajuda, a exemplo da medicinal. Celso, em sua opinião, como receber os alunos diante da crise de ansiedade que todos vivem?

Celso Niskier: Cada instituição tem a sua estratégia, inclusive muitas delas têm recebido os estudantes parcialmente para as aulas práticas, por turnos, para lidar com a transição. Eu recomendaria duas coisas: primeiro, uma atitude proativa para receber esses alunos, como foi dito anteriormente. Atitude de abrir espaços, linhas diretas e pontos de contato do aluno com a instituição para que ele possa recorrer, como se fosse um sistema de alerta antecipado, a fim de que não precise haver um processo de remediação. Segundo: hoje existem fatores que podem mostrar estatísticas através de algoritmos de inteligência artificial e identificar quando o aluno está “virando a curva”, ou seja, quando há desinteresse na matéria, quando ele não acessa mais o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), quando ele começa a faltar. Nossa ideia é sempre tentar evitar a evasão, e normalmente a evasão é atribuída a motivos financeiros, mas precisamos de um sistema que notifique o alerta da evasão emocional.

A evasão emocional é quando aquele aluno possui recursos financeiros, mas não consegue prosseguir devido a outros problemas, como a dificuldade

de lidar com o luto ou com tudo o que se passou, como citado pelo Rodrigo. Então, tenha a convicção de que uma atitude proativa e um sistema de alerta antecipado, com elementos de diagnóstico, inclusive estatístico, ajuda a instituição a prever, antecipar e tomar uma atitude antes de virar uma situação de remediação. Acredito que, além de uma equipe capacitada para isso, além de organizar oficinas com os professores para explicar esse momento e o papel deles, a instituição deve mostrar que ela acolhe, entende que essa é uma realidade diferente e que nós necessitamos recuperar a aprendizagem, mas que carecemos também recuperar um pouco da capacidade emocional e um pouco da resiliência, que ficaram afetadas por tanto tempo e com tanta angústia.

O nosso acolhimento deve ser usado de uma forma mais proativa, dispondo de instrumentos de alerta que podem, inclusive, envolver modelos preditivos e acompanhamento estatístico do comportamento do aluno. Quanto mais cedo pudermos identificar um comportamento inadequado, fora do usual, que denote algo diferente acontecendo, melhor.

Já existem sistemas que utilizam até a participação dos alunos nas redes sociais para essa análise, visto que a comunicação de um estudante pelas redes sociais pode denotar um momento de depressão e um risco maior para a própria vida. As ferramentas estatísticas já existem e podem ser utilizadas, com muito cuidado, para garantir a individualidade e a proteção do aluno. É uma questão muito delicada, mas essa inteligência numérica já existe e o que precisa ocorrer é a presença de pessoas qualificadas e com esse espírito de acolhimento.

Quando falamos em inteligência emocional, nos remete à busca de terapia, frequentar o psicólogo ou ir a um psiquiatra para ser medicado. Contudo, sabemos que isso é algo multidisciplinar. Rodrigo, quais são as outras disciplinas envolvidas com a inteligência emocional?

Rodrigo Fonseca: Como você falou, o ser humano é inteiro. Com a necessidade de ensinar, nós dividimos o conteúdo em matérias e em uma série de formas para transmitir os conhecimentos. Contudo, devemos olhar o ser humano como um todo, de uma forma psicológica, psiquiátrica, sociológica, pedagógica etc. Todos esses olhares complementares dão uma visão muito maior, e um ponto muito legal que o Celso relatou e eu quero complementar, é essa posição mais ativa e proativa da escola.

A escola realmente pode exercer um papel fundamental em, literalmente, salvar vidas. Sabemos que grande parte da população brasileira é, de certa forma, ignorante no sentido emocional, mas a escola pode oferecer um preparo aos professores, não que eles se tornem psicólogos, psiquiatras ou algo do tipo, mas é desejável que as universidades possam preparar os professores para identificar, de forma muito rápida, o desequilíbrio do aluno e direcionar ao pai, à mãe ou a um hospital para que ele receba tratamento, muitas vezes medicamentoso.

Eu não sou contra o tratamento medicamentoso, pelo contrário. Porém, é importante entender que os remédios só servem para diminuir os sintomas, mas não resolvem a causa. Onde está a causa? Está na história de vida da pessoa, no problema emocional que ela vive, seja na perda de alguém, seja em um conflito de pai e mãe, no ambiente que ela vive. Então, é preciso olhar para isso para que ela possa estudar. Se olharmos o cérebro humano na parte inferior, temos o cérebro límbico,

responsável por sentir as emoções. Se as emoções estão em desequilíbrio, desequilibram as outras partes, fazendo com que não consigamos estudar e aprender, pois a sobrevivência está em jogo. Quando a minha sobrevivência está em jogo, seja por um conflito com os meus pais, um problema de saúde ou alguma coisa do tipo, não existe aprendizado. É importante que as escolas e universidades estejam abertas para esses assuntos, diferentemente de outros tempos, que fechavam os olhos e defendiam que o papel delas era só o de ensinar. Ao focar nisso, possuiremos uma universidade que cumpre um papel social fundamental, diferente de outra época.

Celso Niskier: Concordo inteiramente com o Rodrigo. Hoje nós temos a sensação, pelo menos eu, de que muitos de nós vivemos em uma situação de luto ou fuga permanente de notícias e outras coisas que vêm acontecendo enquanto estamos, em grande parte, confinados. É uma situação potencialmente explosiva e é por isso que o espaço escolar será um local de reestabelecimento desse fluir das emoções.

Quando o Rodrigo mencionava “banheiro emocional”, eu lembrava da minha sala de meditação em casa, que é o local que eu exerço a minha “higiene emocional” no sentido de deixar que elas fluam, e o que não é importante e está preso, saia. Quem sabe não

seja uma oportunidade de as escolas também investirem em espaços de descompressão ou até de meditação nos seus ambientes? Muitas já praticam isso, e acredito que seria fundamental para garantir aos jovens, igualmente aos colaboradores da instituição, que possam deixar fluir, fazer essa “higiene das emoções” e esperar que esse luto passe. É um momento de angústia, de luto coletivo, em que você enxerga, inclusive, comportamentos extremos no país. Nós vivemos um eterno Fla-Flu, pois até a doença foi politizada e a escolha de um medicamento virou uma bandeira. Eu defendo que nós devemos sair desse clima de Fla-Flu, e a escola faz esse papel, até porque muitos jovens em casa não possuem esse ambiente, eles usavam a escola para descompressão e até isso faltou durante a pandemia. Acredito que nós, líderes educacionais, pessoas como o Rodrigo, que é o grande defensor da importância da inteligência emocional, temos um papel fundamental de liderar essa higiene psicológica dos nossos jovens, colaboradores e professores durante esse ano de volta.

A meditação é mais uma das formas de lidar com a inteligência emocional. Rodrigo, além dessa questão do “banheiro emocional”, existem outras técnicas para aprendermos a exercitar a nossa inteligência emocional?

Rodrigo Fonseca: Sim, existe. A outra maneira de se exercitar é em frente ao

espelho. Primeiramente, você se olha e verbaliza coisas boas. Parece algo simples, mas não é, pois nós nunca vimos nossos pais fazerem isso. Eu oriento uma coisa com a minha filha de cinco anos: nós vamos para a frente do espelho e começamos a expressar uma declaração de amor. De forma simplificada, como é essa declaração de amor? Eu começo a falar: “eu, Rafaela (que é o nome dela), me amo, eu me aceito, eu amo os meus pais, eu amo a minha casa, eu sou grata pela vida que eu tenho, eu sou uma boa pessoa, eu sou linda etc.”, e nesse momento as palavras surgem espontaneamente e nada é pré-fabricado. Percebo que isso pode ajudar a minha filha, pode gravar em seu cérebro emocional ideias construtivas. Depois ela diz que é a minha vez e eu também participo... Da primeira vez, foi uma prática extremamente difícil, da mesma forma que é exprimir um “eu te amo” para quem nunca ouviu um “eu te amo” dos pais.

Eu fui falar que amava os meus pais quando eu tinha vinte e poucos anos de idade e eu nunca havia ouvido um “eu te amo” deles. Foi extremamente difícil, até porque eu não sabia se eles diriam que me amavam de volta. Portanto, essa questão do espelho é uma outra maneira super eficaz de expressar não só coisas boas, mas também coisas ruins. Todos nós temos uma voz interna que foi criada ao longo do tempo, e eu a chamo de “período original”, que é desde

a gestação ou a primeira infância. Ali nós criamos uma voz a partir das nossas interpretações das vivências com pai e mãe. Não foi o que eles nos fizeram, mas como interpretamos, e essa interpretação gravou uma voz dentro da nossa cabeça. Nós expressamos falas negativas, então é importante expor isso também no espelho, pois, quando visualizamos aquilo que vêm em nossas cabeças por meio de um espelho, aquilo se torna consciente e é uma forma de amenizarmos esses pensamentos negativos. São formas muito simples, mas extremamente eficientes de exercícios.

Escrever é outro caminho... Se não gosta de escrever, pode gravar um áudio que articule falas boas e ruins, ouvir, apagar as coisas ruins e depois continuar a ouvir a sua voz com as coisas boas sobre você mesmo. São vários caminhos que a tecnologia nos proporciona... pode ser a gravação de um vídeo também, não para publicar em algum lugar, mas um vídeo próprio que fale de si mesmo, coisas boas e ruins. As coisas boas você guarda e pode ver quantas vezes forem necessárias, para que isso fique gravado no seu cérebro emocional através da repetição, e as ruins você vê e depois descarta. As ruins servem apenas para você colocar para fora, dar vida àquilo que até então estava inconsciente.

Celso, você também tem alguma outra dica?

Celso Niskier: Eu conto também com a prática de exercícios. Vejo que as crianças também fazem isso nas escolas e a atividade física é muito importante para a saúde mental e para o equilíbrio emocional.

As aulas de educação física são aquelas que ninguém gosta de desempenhar na escola, os alunos costumam até fugir, e é uma coisa que podia ser enriquecida com movimentos de *Tai Chi* de *Qi Gong* ou de outras técnicas que mesclam o movimento com meditação. São dois os benefícios: o da movimentação e o da concentração. Acredito que trabalhar o corpo é importante. Como o Rodrigo comentou, nessa situação de luto ou fuga permanente ficamos com o sistema nervoso travado no simpático. É importante soltarmos, colocarmos para fora, a exemplo do gato, que passa por um estresse e daqui a pouco ele dá aquela sacudida e fica tudo bem. Aquela sacudida é fundamental para reestabelecer o fluxo da energia do corpo. Se você não dá aquela sacudida, você fica travado ali naquela resposta de luto ou fuga. Então, creio eu, que receber os alunos com exercícios de movimento antes das aulas é interessante. Estabelecer, de repente, na quadra da escola, da universidade, um processo de *Tai Chi*, de exercícios físicos mais suaves pela manhã, além da prática da meditação e de outras técnicas como essas que o Rodrigo explicou.

Muito bem lembrado. Realmente atividade física ajuda e muito essa questão de desocupar a cabeça, mudar o foco de muito que estamos fazendo.

Rodrigo Fonseca: Em complemento à fala do Celso, já existem estudos científicos e comprovação científica de que o corpo, na realidade, é o cérebro límbico emocional estendido. O corpo nada mais é do que a extensão do cérebro. Por isso, praticar exercícios físicos ajuda tanto a liberar hormônios como endorfina, dopamina e assim por diante, que são hormônios do cérebro emocional. Existe uma cientista de Harvard, doutora Kayden Spert, que explica sobre o quanto o corpo é, nada mais, nada menos, a extensão do cérebro emocional.

Diante desse tema de inteligência emocional, compartilhamos dois casos muito interessantes.

- **Centro Universitário Celso Lisboa**

Olá, eu sou a Raquel Staerke, coordenadora do curso de psicologia do Centro Universitário Celso Lisboa do Rio de Janeiro. Diante dos impactos provocados pela pandemia em todos os nossos segmentos – discente, docente e administrativo –, estamos disponibilizando a abertura permanente da agenda do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA), incluindo a disponibilidade da nossa equipe de professores e supervisores para acolhimento, acompanhamento e

atendimento aos nossos alunos e colaboradores. Essa é uma ação organizada com vistas ao retorno presencial das nossas atividades, pensando no bem-estar pessoal e emocional, e, dessa forma, vamos comunicar essa ação através dos meios internos e das nossas redes sociais na expectativa de estabelecer essa rede de apoio, promovendo, assim, um clima favorável para o retorno de todos e contribuir, sem dúvida alguma, para a continuidade dos projetos pessoais de todos aqueles envolvidos na família Celso Lisboa.

- **Pontifícia Universidade Católica do Paraná**

Olá. O meu nome é Renata Werneck, eu sou pró-reitora de graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, aqui na cidade de Curitiba, e vou contar brevemente a vocês quais foram as nossas atividades presenciais, como foi o retorno dessas atividades e o que temos feito para apoiar tanto colaboradores quanto os nossos alunos em relação à saúde mental. A nossa retomada foi iniciada em junho de 2020, com as atividades práticas especificamente ao grupo de formandos, pois precisavam de atividades práticas para conseguir se formar. Foi a nossa primeira iniciativa e, naquele momento, aprendemos muito, desde elaborar

um documento e explicitá-lo, e tivemos uma conversa muito transparente com a Secretaria Municipal de Saúde da nossa cidade para entender se seguíamos o caminho correto. No segundo semestre de 2020, decidimos avançar um pouco mais na retomada e dividimos as atividades dos nossos estudantes em atividades práticas que precisam de presencialidade, práticas que não precisam e as atividades teóricas. Retomamos ao *campus* as práticas que precisavam de presencialidade. É muito importante dizer que para essas divisões trabalhamos fortemente com os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e com os coordenadores de cada um dos cursos para entender realmente o que precisava retomar e o que poderia ser conduzido, mesmo sendo práticas, de maneira remota. E agora, nesse primeiro semestre de 2021, além de tudo isso, resolvemos retomar também com atividades *high flex* para os cursos que são meramente teóricos, isto é, levar grupos de estudantes ao *campus* para ter atividade teórica com o seu professor, e outros grupos de estudantes permaneciam em casa, para proporcionar uma rotação entre os grupos. Não foram todas as turmas, mas um grupo de disciplinas que foram selecionadas pelos coordenadores para que isso acontecesse. Além disso, também foram

selecionadas atividades individuais, de discussão com os professores e assim por diante. Com relação ao apoio à saúde mental, trabalhamos em uma frente muito forte com os nossos estudantes. Então, permanecemos com as nossas atividades tanto de maneira remota quanto presencial e individual, com os nossos estudantes em constante diálogo e com estratégias de apoio para lidar com os desafios socioemocionais em decorrência da pandemia e do retorno à presencialidade. Neste ano, já tivemos a participação de cerca de três mil estudantes nas atividades que organizamos com o serviço de apoio psicopedagógico da universidade. Com relação aos colaboradores, as atividades realizadas foram *lives* para debatermos dúvidas. Falamos com profissionais da saúde a respeito de problemas psicológicos, saúde mental e a neuropsicologia. Além disso, falamos de cuidados básicos de prevenção, sobre as variantes, as vacinas contra a Covid-19 e os efeitos colaterais delas, entre outras *lives*.

Excelente iniciativa das duas instituições. É algo muito válido para outras que buscam esse acolhimento dos alunos nesse retorno presencial durante a pandemia.

Indicações:

Livros:[LS2]

Emoções. A inteligência emocional na prática! – Rodrigo Fonseca

21 chaves para a realização pessoal – Rodrigo Fonseca

Inteligência emocional para pais – Rodrigo Fonseca

Riqueza emocional [LS3] – Rodrigo Fonseca

O cérebro e a felicidade: como treinar sua mente para atrair serenidade, amor e autoconfiança – Rick Hanson

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 13

Empregabilidade pós-pandemia

12/08/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Gabriel
Custodio**

Regional Manager
da Symplicity
Corporation



**Sandra
Lopes**

Diretora de
Operações
Acadêmicas
do Centro
Universitário
Facens

Episódio 13

Empregabilidade pós-pandemia

12/08/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Gabriel Custodio, regional Manager da Symplicity Corporation

Sandra Lopes, diretora de Operações Acadêmicas do Centro Universitário Facens

Em 2020, no início da pandemia, nós debatemos “[O mundo profissional pós-pandemia](#)” e apontamos algumas mudanças que o mundo estava trazendo ao mercado de trabalho. Pois bem, agora o cenário já está diferente. Tudo tem mudado muito rápido. Nos adaptamos ao trabalho remoto e, aos poucos, voltamos para algumas atividades presenciais com outra mentalidade.

Algumas empresas voltaram a contratar e muitas pessoas já conseguem ver alguma perspectiva com o aumento da vacinação.

Neste episódio, debatemos sobre o cenário que enxergamos hoje em

relação ao mercado de trabalho; como podemos nos adaptar à nova realidade; o que as empresas esperam e precisam dos novos profissionais e como as instituições estão trabalhando nesse novo mundo.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), um em cada cinco jovens no mundo parou de trabalhar em decorrência da pandemia, e esse número é bem alarmante. De acordo com alguns estudiosos, a crise econômica global, em curso ainda por conta da pandemia, tem afetado principalmente os mais jovens, aqueles que recentemente entraram no mercado de trabalho ou que estão prestes a entrar

e, possivelmente, deixando cicatrizes até mais profundas do que aquelas da crise financeira de 2008. Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse cenário pode criar uma geração “perdida” de jovens que se expõem a alguns empregos considerados precários. Celso, podemos dizer que os jovens são os primeiros a serem atingidos com toda essa situação?

Celso Niskier: Eu não diria que isso afeta mais o jovem exclusivamente por ser jovem, mas pela falta de qualificação dele. Acredito que os trabalhadores com menor qualificação são os mais impactados diretamente nesse momento, pois o mercado fica mais seletivo e, obviamente, a conta pesa. Sabemos que muitos jovens que ainda não completaram a formação ou estavam/estão em formação sofrem mais, compondo os mais de 14 milhões de desempregados, segundo dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como educadores e responsáveis pela formação profissional de milhões de jovens, nós também assumimos uma responsabilidade extra de lidar com essa situação no pós-pandemia.

Certamente, já sofreremos com a situação, pois a base de alunos da graduação tem caído de modo mais acelerado, se considerarmos a graduação presencial. A EAD ainda cresce um pouco, mas, no pós-pandemia, precisamos recuperar esse tempo perdido, não só em quantidade, mas também em qualidade na formação da mão de obra, para que não corramos o risco de um “apagão” de mão de obra, o qual muitos já começam a vislumbrar a partir dos próximos dois anos, quando a recuperação econômica acontecer. Será um grande desafio a todos os educadores.

Interessante, porque sempre dizem que quando surge uma crise, surge também uma grande oportunidade. Gabriel, conte-nos a sua opinião a respeito.

Gabriel Custodio: Eu concordo com o Celso. Creio que não seria correto afirmarmos que o jovem é o primeiro a ser impactado, pois o choque foi muito repentino e simultâneo para todos. Acompanhamos quando a OMS decretou a pandemia em 11 de março de 2020. No dia 19 já começaram as atividades de restrição, o *lockdown* e uma semana depois já ouvíamos notícias sobre demissões em massa. Então, o fato pegou todos, ao mesmo tempo, de surpresa, e creio que sem distinção de idade, mas acredito que podemos afirmar, com certa segurança e confiança, que o jovem sentiu mais e viverá esses reflexos por mais tempo.

No ano passado, iniciamos uma rotina de eventos mensais e trouxemos diversos dados de relatórios emitidos pela OIT que mostraram o que acontecia com os trabalhadores mundo afora, e houve uma edição, denominada [Global Employment Trends for Youth 2020 – Technology and the Future of Jobs](#), com uma versão mais ampla sobre a juventude. Eles retrataram como os jovens são impactados duplamente, não só pela repercussão no trabalho, como qualquer profissional, mas também pela esfera educacional, que foi altamente impactada e tem uma reverberação por um tempo prolongado, pois suspende a educação, é impactado em aula, em sua formação de experiências, onde ele exercia o seu estágio etc. Por consequência, muitos eventos foram cancelados, jovens cancelaram ou postergaram o seu ingresso na educação e agora, com a retomada, como o Celso citou, eles ficaram no final da fila.

Outro aspecto dessa reverberação: com o aumento expressivo do desemprego, começamos a perceber que, na retomada do mercado, as pessoas com maior qualificação, por vezes, até aceitam dar um certo recuo em sua carreira para se reinserirem no mercado de trabalho, mas

se todas derem um passo atrás, quem está por último fica excluído.

Além disso, um dado adicional que a OIT traz é de que os trabalhos informais são compostos, em sua maioria, por jovens. A média global é de 60% dos trabalhadores na informalidade, e 77% desses possuem até 25 anos. Ainda existe o empreendedorismo: o jovem também possui mais esse perfil empreendedor e o momento se mostrou muito desafiador de uma forma ampla. Apesar disso, surgem oportunidades nesse caminho.

Celso Niskier: Recentemente nós sabemos também que a procura pelo Enem decaiu em 34%, o que significa um retrocesso de mais de uma década em termos de procura. Isso é muito preocupante, pois traz não só a falta de perspectiva desse jovem em relação ao futuro e ao futuro profissional, mas o chamado desalento: jovens que estão, na verdade, sem perspectiva, portanto, também não apostam no próprio futuro.

Nós precisaremos lidar com essa questão do engajamento do jovem com educação, com a sua formação. Portanto, precisamos recuperar não só a mente do jovem,

mas também os corações, de forma que eles se apaixonem novamente pela educação e apostem no seu futuro através de um curso superior ou de formação técnica. É um grande desafio que teremos daqui para a frente.

Sobre a perspectiva positiva do advento da vacina, acreditamos que no pós-pandemia a maioria das pessoas estarão vacinadas e o novo normal começará. Vocês enxergam alguma melhora nesse sentido?

Gabriel Custodio: Sem dúvida, existem muitas evidências que corroboram que a vacina é a solução. No início da pandemia no Brasil, a Symplicity teve uma queda de 80% na oferta de vagas nos nossos sistemas. Entretanto, uma recuperação desses números tem acontecido paulatinamente e ele já está em torno de 85% do que estava no primeiro bimestre do ano passado. Além disso, os números macros também corroboram bastante: no começo do ano, as previsões para o crescimento do PIB deste ano estavam em torno de 2,5-3%, e, conforme a vacinação avançou, esses números foram revisados, aumentaram, e, no mês passado, quando a vacinação acelerou, ele deu um salto e está em 5,3%. O PIB é atividade econômica, que é geração de emprego e renda, então

os números têm suportado muito fortemente essa tese.

Isso é bom de ouvir. Sandra, como está a cidade de São Paulo em relação à vacinação? E o retorno às aulas na Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS)?

Sandra Lopes: Até este ano de 2021 a FACENS tem sido uma instituição bastante voltada à área de engenharia. Adentramos outras áreas este ano, mas até o final de 2020 éramos majoritariamente voltados para engenharias e tecnologia. Nos últimos cinco anos notamos que a procura dos estudantes pela engenharia caiu um pouco, mas cada vez mais nos empenhamos para mostrar aos alunos a importância da área e do engajamento. Na FACENS, já realizávamos um trabalho de empregabilidade. Como antes a economia estava bem aquecida, eu brinquei que a engenharia por si só já ia andando. Havia um trabalho com os nossos alunos, mas era um trabalho mais tímido.

Em 2019, a instituição optou por fazer uma ação mais direcionada: buscar os ex-alunos que estavam bem colocados no mercado e trazê-los para um papel mais protagonista com os alunos atuais, na forma de mentores. Procuramos alguns parceiros e a Symplicity apareceu como uma oportunidade. Começamos a “namorar” e acabamos “casando” no final de 2019, e vivemos uma relação muito boa. Eu costumo

brincar com as pessoas que querem saber um pouco do nosso escritório de carreiras, cujo lançamento foi no meio da pandemia. Havia uma previsão do lançamento do escritório de carreiras para o final de março de 2020 e a pandemia começou no meio de março, então iniciamos todas as atividades no meio da pandemia, e foi um tremendo desafio porque as atividades foram (e até o momento são) totalmente remotas, e nós necessitávamos nos apresentar e mostrar ao aluno a importância do escritório de carreiras, orientar o aluno que ele precisa agregar valor ao currículo para se inserir no mercado e explicar que não basta inserir no currículo que é formado em determinada engenharia, que fez determinado estágio etc. É importante inserir tudo que fez e faz na vida, na instituição e no dia a dia, ou seja, o nosso papel é mostrar ao aluno as pequenas coisas que não são dadas o devido valor e que são importantes. O que sentimos também foi o que o Gustavo comentou: que nesse último semestre, de fato, as vagas têm aumentado, as empresas têm procurado mais, além de se interessarem em saber qual é o perfil do aluno. Essa troca é um acontecimento muito importante que realizamos com as empresas, pois elas nos dão *feedback* de como se sentem com a maneira com que o aluno chega lá e como a instituição pode trabalhar para oferecer esse profissional ao mercado de trabalho. O que temos visto, apesar da

pandemia e de toda a problemática que existe nela, é que esse foi o momento para mostrarmos aos alunos algo bom, pois, apesar de tudo, havia uma luz ao fim do túnel, uma expectativa.

Celso, para complementarmos essa pergunta, a vacinação surtiu efeito na UniCarioca?

Celso Niskier: Na verdade, em todo o setor. A ABMES divulgou uma pesquisa realizada pela Educa Insights e mostrou que já havia um início de recuperação na captação de estudantes da graduação presencial. Já dava para perceber, em comparação com o mesmo período do ano passado, um leve aumento, o que trouxe esperança para todos nós. Isso se confirma na UniCarioca e em outras instituições com as quais temos conversado. Há uma perspectiva de melhoria, o que é positivo e corrobora com as informações que o Gabriel e a Sandra nos trazem a respeito da percepção deles. Acredito que ocorrerá, de fato, uma retomada muito mais forte a partir de 2022. Tendo a pensar que essa retomada não será aquela curva em “V”, como alguns imaginavam. Creio que será um aumento mais lento, até por conta de algumas dificuldades estruturais da economia brasileira em comparação a outros países. Pelo lado otimista, acredito que voltaremos a uma posição anterior à pandemia em mais ou menos dois anos.

Celso, a Sandra comentou há pouco sobre o escritório de carreiras, uma estratégia de empregabilidade da instituição de ensino. Podemos afirmar que instituições mais bem-sucedidas são aquelas que apresentam os melhores índices de empregabilidade? Como uma instituição pode melhorar e trabalhar a empregabilidade dos seus alunos no pós-pandemia?

Celso Niskier: Essa é uma ótima pergunta. Em primeiro lugar, comentarei brevemente sobre o que considero como as três perguntas mágicas que todo mantenedor deve poder responder: 1) os alunos estão satisfeitos? Acredito que essa é uma pergunta fácil de se medir, através de pesquisas e com a própria procura pela instituição; 2) os alunos estão aprendendo? Muitas vezes eles podem estar satisfeitos, mas não conseguem bons resultados nos exames de ordem ou no próprio Enade, então é importante garantir que, além de satisfeitos, eles estejam aprendendo; 3) existe produtividade dos alunos com o que aprenderam? Essa é uma pergunta muito negligenciada. Em caso de resposta positiva, a nossa missão estará completa. Explico: a nossa missão não é satisfazer o aluno ou só que ele aprenda, mas que ele aprenda para que se torne produtivo, então entram os indicadores de empregabilidade ou trabalhabilidade, como alguns chamam. O que é importante não é o indicador da instituição, pois ele é só um indicador. O importante é, como eu gosto de chamar, o *fit* da carreira dele.

Nós preparamos alunos para a vida e para a carreira, não somente para a carreira. A soma daquilo que ele aprendeu com o que vai aplicar pode fazer com que ele fique “autoempregado”, seja um empreendedor, autônomo. Ele pode ter emprego, mas o importante é que haja sinergia, uma adequação entre aquilo que ele aprendeu e aquilo que ele aplica na prática.

Para isso, eu acredito que as instituições que criam suas áreas de carreira, como a FACENS e outras que são parceiras da Symplicity, como a própria UniCarioca, são fundamentais não só para servir como um escritório para estágio, mas também para ocorrer o *feedback* de desempenho desse estudante e egresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, poder realizar o ajuste das grades e da proposta pedagógica em função da desse *fit*, desta adequação ao mercado. Muitas dessas instituições que surgiram meramente como escritório para assinar o termo de estágio hoje são setores ligados à reitoria e à parte mais estratégica da instituição, porque responder se os alunos estão produtivos é parte da missão institucional, portanto, não pode ser visto de

maneira menos estratégica do que no topo da hierarquia da instituição.

A propósito, com muita alegria, eu quero comunicar que nós, junto com a Symplicity, temos trabalhado no desenvolvimento de alguns indicadores a esse respeito e em breve noticiaremos sobre isso. Mas, o que é importante é que os associados da ABMES possam ter os elementos para comparar o seu desempenho e isso, posteriormente, têm muitas chances de se tornar um dos indicadores do formulário de avaliação do Inep, pelo menos esse é o desejo da presidência do Instituto, com quem temos conversado a respeito. Acredito que algo bom chegará nesse aspecto dos indicadores de acompanhamento da carreira e do desempenho do estudante pós-formatura.

Nós já falamos em outros episódios que, além do conhecimento acadêmico e da sinergia entre instituição, aluno e mercado de trabalho, existem outras necessidades que são o universo das *soft skills*, não é?

Celso Niskier: Sim, nós percebemos isso. Principalmente quem trabalha com carreira, existe aquela velha máxima de que a pessoa passa por um processo seletivo, ela é contratada pelas suas competências técnicas, mas, muitas vezes, é demitida pela ausência de competências pessoais socioemocionais, ou seja, a pessoa é bem formada, é dotada de sabedoria, mas não sabe se

relacionar, não trabalha em equipe, não usa sua criatividade e não se comunica bem. Todas essas são chamadas *soft skills*, habilidades e competências que são muitas vezes esquecidas dentro da grade curricular e que são cada vez mais valorizadas no mundo do trabalho.

Quando observamos a importância do conhecimento no mundo real e do trabalho, percebemos que o jovem, muitas vezes, precisa aprender, desaprender e reaprender, porque as coisas mudam muito rapidamente. Todavia, aquilo que ele carrega como competências pessoais não entra em defasagem, pois são competências da própria pessoa, e não da carreira específica que atua.

As universidades, faculdades e centros universitários têm percebido, cada vez mais, que existe um papel que elas podem desempenhar no auxílio ao desenvolvimento dessas *soft skills*. Isso não significa criar uma disciplina na grade sobre liderança, mas usar os projetos de extensão para que possa se desenvolver a liderança nos alunos, usar a iniciação científica para trabalhar na inovação e criatividade. São

atividades extracurriculares que o aluno pode se comunicar e se expressar, e não é somente dentro da sala de aula que se desenvolve essas habilidades. É um grande desafio e acredito que aqui há um espaço muito grande para inovação nos projetos pedagógicos das instituições.

Gabriel, eu gostaria de saber como a Symplicity enxerga a necessidade de modernização, inovação e novas competências dos alunos para formá-los para o mercado de trabalho.

Gabriel Custodio: Em complemento ao que o professor Celso mencionou, até nas perguntas realizadas a uma instituição, creio que se for para resumir, eu diria que a instituição precisa se tornar cada vez mais ativa na gestão do sucesso do seu aluno, ou seja, ela não conseguirá trilhar o caminho de carreira pelo aluno. Essa trilha é individual e se o aluno conversar com qualquer orientador de carreira ele dirá que o protagonismo é sempre do indivíduo. Contudo, existem vários gatilhos que fazem com que uma instituição de ensino consiga apoiar o aluno nessa caminhada. Entendemos que são três os principais fatores que uma instituição deve focar para acelerar os resultados e ajudar os alunos em massa, pois não falamos de haver um psicólogo que ajuda cinco ou dez por dia, pois para atingir todos os alunos seria muito complicado.

O primeiro ponto é conhecer o aluno, o egresso ou mesmo o profissional que queremos formar. A partir disso, precisamos criar processos e gatilhos para entender o que é sucesso para essa pessoa. Se perguntar a um aluno no começo do curso, muitas vezes ele não saberá o que responder, pois pode ter ido junto com a “manada” em relação à escolha do curso ou pode ter escolhido por haver se identificado por determinada característica do mesmo, mas começou a se decepcionar ao longo da caminhada, e são esses casos que aparecerão depois nos indicadores de evasão, troca de curso etc. Portanto, antes de tudo, se ele não sabe responder, eu preciso cada vez mais ajudá-lo a se enxergar como um profissional em formação desde o início, e existem muitas coisas que podem ser feitas.

A Sandra e o pessoal da FACENS, por exemplo, exercem muitas coisas: fazem um trabalho muito legal de ir em sala de aula, falam sobre carreiras, especialmente nesses períodos mais iniciais, ofertam mentoria, dão acesso aos alunos e egressos. Tudo que é realizado faz com que o estudante se enxergue como um profissional, aumenta a adesão, visão do que fazer, quais caminhos trilhar, as possibilidades e, a partir disso, fica mais fácil identificar quais passos ele deve dar para formar o seu currículo, seu espaço etc. Creio que esse é o primeiro ponto:

conhecer essa comunidade e dispor de processos que meçam esses dados. Não falamos em fazer uma pesquisa, às vezes ouvimos que uma pesquisa foi realizada em 2016, mas 2016 era outro mundo em comparação com hoje. Então, é necessária a existência de processos que nos deem essa informação recorrentemente.

A partir disso, outro gatilho que vemos como uma enorme oportunidade é a aproximação com o mercado de trabalho, e é bastante falado pela Symplicity que a instituição deve ser dona da sua relação com o seu mercado de trabalho. Em retorno ao assunto da gestão, vemos cada vez mais empregadores adentrando a sala de aula nas instituições de ensino, e o aluno no ambiente escolar, desenvolvendo projetos por meio do mercado de trabalho. São excelentes iniciativas, mas o passo a partir disto é realizar gestão. É importante conseguir enxergar se as empresas com as quais o aluno se relacionou estão recrutando. Outro gatilho de valor enorme é o mercado de trabalho ser um indicador do processo educacional. Existe o fluxo de estágios que exige que façamos acompanhamentos recorrentes e a instituição pode perguntar como está o rendimento do aluno. Uma vez que esse processo esteja estruturado, o terceiro passo é agir.

A Sandra poderá falar bastante, pois são enxergados esses gatilhos e criados processos para acelerar os

resultados. Vemos onde o aluno está com dúvida e dificuldade para serem sanadas, e cada vez mais a estratégia de empregabilidade, a trabalhabilidade fica mais robusta. Não é uma receita fácil, mas é bem empolgante e impacta muito a vida dos alunos, o retorno é fantástico. Isso que nos mantém supermotivados aqui.

Sandra Lopes: Como o Gustavo disse, de fato, é empolgante você participar dessa ação e conseguir enxergar evolução. Nós temos trabalhado fortemente com os alunos desde abril do ano passado, quando começou o escritório e ouvimos o aluno dizer: “poxa, agora temos aqui um pessoal, um local, uma plataforma que pode nos ajudar, por exemplo, a tirar dúvidas”. Os alunos chegam muito imaturos, são muito jovens ainda nesse momento, então, às vezes, possuem dúvidas simples, como “o que fazer para ir a uma entrevista?”, “no meio da pandemia as entrevistas são remotas, o que eu vou fazer?”, “como eu me preparo?”, “o que eu posso falar, o que eu posso destacar?”. Isso é importante porque, assim, vamos, aos poucos, com algumas “pílulas” que direcionam o aluno. Como disse o Gustavo, não conseguimos atender aluno por aluno, então precisamos procurar uma estratégia que consiga atender o maior número de pessoas.

Em nosso caso, por exemplo, são quatro mil alunos. Se fosse necessário

fazer um atendimento individual, em um ano não conseguiríamos fazer com todos, por isso é necessária uma estratégia para trabalhar. Usamos algumas enquetes para levantamento do perfil do aluno e começamos a trabalhar com esses perfis. Provocamos eles ao oferecer alguns webinários. Às vezes, a instituição dá preferência ao estudante, pois ela quer muito trazer o CEO de uma grande empresa, mas, de repente, o aluno quer ouvir aquele colega que acabou de se formar e entrou no mercado de trabalho, que é uma realidade mais próxima dele, pois o ex-colega acabou de passar por processos seletivos, sabe contar como que é a dor do processo seletivo, participar das entrevistas, aquele frio na barriga que dá... Então, nós convidamos esses ex-alunos para que venham conversar com os alunos atuais para contarem um pouco do que foi a experiência e assim fazemos esses *matches*.

Com a Symplicity nós colocamos várias oficinas e salientamos ao aluno que é importante desenvolver as *soft skills*, principalmente na engenharia. Acredito que vocês concordam que há alguns anos o pessoal pensava que o importante na engenharia eram as *hard skills*, que são os conhecimentos técnicos, e as *soft skills* eram coisas para outras áreas. Mas, nos últimos anos, comprovamos através de várias evidências que o engenheiro precisa desenvolver as suas *soft skills* porque, como o Celso

apontou, ele será contratado por suas competências técnicas e vai ser dispensado pela falta de habilidade socioemocional. Então, a ideia é mostrar ao aluno que ele precisa desenvolver o trabalho em equipe, exercer o controle emocional, lidar com a pressão e outros fatos do dia a dia que farão parte do cotidiano em uma empresa e que, às vezes, pela juventude e imaturidade, ele pode não saber como sair dessas situações. Essa tem sido uma preocupação nossa e que trabalhamos fortemente ao ouvir também as empresas, porque elas compartilham os *feedbacks* em relação ao comportamento dos alunos e, com isso, podemos reforçar a importância de eles manterem o controle no ambiente de trabalho.

Sandra, além da engenharia, você destacaria alguma outra área que está em ascensão e que continuará em crescimento no pós-pandemia?

Sandra Lopes: Eu entendo que atualmente é o segmento da área de TI. A informática é a área que está “voando”, com o maior número de vagas, maior procura, e a pandemia mostrou que esse segmento, mais do que todos, pode trabalhar remotamente. Na verdade, todos nós descobrimos que algumas atividades antes consideradas tabus de serem exercidas remotamente são perfeitamente possíveis. Vejo também que a área de saúde tem crescido bastante, talvez até por conta da própria pandemia, que mostrou a falta

de profissionais no mercado. Mas eu, por ser engenheira, sou sempre muito otimista em relação à área. Sempre penso que a engenharia, com seus altos e baixos, é uma área importante, de base, e, apesar de haver momentos de crise, em que você tem pouca procura, em algum momento ela retorna à ascensão.

A partir deste retorno, eu creio que cabe às instituições, aos educadores, pensar o seguinte: “o que eu posso ter de diferente na minha profissão, mostrar, formar um profissional diferente para que ele tenha destaque no mercado, para que não seja só mais um profissional de engenharia colocado no mercado?”.

Sandra, você citou uma questão interessante: o emprego remoto. A pandemia trouxe essa nova realidade. Na opinião de vocês, isso será crescente? É uma nova modalidade de trabalho? Será que estamos preparados para isso, visto que atualmente convivemos com isso?

Celso Niskier. Na verdade, eu acredito que o emprego remoto já existia. As organizações já haviam transcendido o espaço físico em muitas situações. Obviamente que isso se acelerou durante a pandemia e a ideia não é nem o *home office*, mas o que chamam de *anywhere office*, ou seja, você conseguir se conectar de onde estiver no momento, não somente do escritório,

mas da praia, da montanha, mesmo que você esteja se deslocando para outras atividades profissionais. Acredito que a tecnologia permitirá isso. Obviamente, as empresas precisarão medir e decidir sobre aquelas atividades que são, de fato, de presença física e aquelas que podem ser feitas a distância, porque algo se perde na falta de contato humano e essa é a mesma justificativa em relação ao retorno do ensino presencial em sala de aula.

Quando perguntamos aos jovens se eles querem voltar à modalidade presencial, 2/3 querem, pois existem outros fatores além de receber o conhecimento: existe a interação, o relacionamento, a sociabilidade, que é um fator muito importante, não só para crianças, mas também para jovens universitários. Então, eu acredito que será encontrado um ponto de equilíbrio. Em minha opinião, a grande mudança será no mercado de trabalho, que hoje é basicamente local. Entendo que essas barreiras estão sendo vencidas e conheço muitas situações de empresas que contratam pessoas que moram em outros estados ou até fora do país, o que significa que o mercado de talentos se torna um mercado global para muitas atividades. Portanto, vejam: os empregos no Brasil, principalmente os de altíssima qualificação, passarão a ser disputados por pessoas de fora do país, assim como os nossos talentos altamente qualificados disputarão trabalho em outros locais. É uma

situação um pouco parecida de quando se criou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Por exemplo, um curso de medicina de qualquer região do país passou a ser disputado por alunos do Brasil inteiro. Quando eles precisavam se deslocar para realizar um vestibular físico ou vários, não havia esse problema, o mercado era local. Agora, com o Sisu, o mercado virou nacional e o mesmo acontecerá com o mercado de trabalho, e precisamos nos adaptar a isso. Pelo menos duas pessoas já recusaram a oferta de uma posição dentro da UniCarrioca porque elas queriam trabalhar de outros estados, não queriam se mudar para o Rio de Janeiro, e aquela função exigia a presença física.

Então, na minha opinião, essa será a grande novidade para a qual devemos nos preparar: estamos formando profissionais para um mercado realmente global, através da tecnologia, ou ainda estamos tentando atender à demanda local de gestores, contadores e engenheiros? É sobre isso que precisamos começar a refletir, inclusive no nosso trabalho de orientação de carreira.

Conversamos sobre o emprego remoto, mas também existem oportunidades

de empregos que ainda nem sequer existem. Gabriel, você pode nos falar brevemente disso?

Gabriel Custodio: Nós falamos bastante das transformações profundas que a automação, a tecnologia e a modernização vêm trazendo ao mercado de trabalho e tirando as pessoas, cada vez mais, de serviços manuais e repetitivos para trabalhos criativos. Existem várias áreas que, cada vez mais, unem as duas coisas: o técnico e o subjetivo (emocional, lúdico). Anteriormente, víamos o desenvolvedor como aquela pessoa extremamente técnica, digitando linha de código em um computador e, do outro lado, os *designers* e pessoas mais concentradas na experiência. Hoje em dia, falamos muito do UX, que é a pessoa que precisa analisar e fazer a combinação entre as duas coisas. Então, creio que tudo caminha para esse lado, muito focado à experiência das pessoas com os produtos para o desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Acredito que a tecnologia é, definitivamente, a palavra da vez em todos os mercados, ganhando reforço muito forte, inclusive na produção de alimentos. Esse é absolutamente um caminho acelerado pela pandemia e que não tem mais volta.

Sem dúvida. Se olharmos pela perspectiva evolutiva, é, de modo geral, um caminho considerado positivo. Sandra, queremos ouvir a sua opinião a respeito.

Sandra Lopes: Eu vejo que antes da pandemia existia muito a discussão sobre desenvolver trabalhos globais, uma universidade brasileira conversar com uma instituição na Europa, mas existia a questão da logística para esse processo e, de repente, a pandemia fez uma virada de chave e mostrou que é possível e que não era necessário ir à Europa para desenvolver uma pesquisa. Por exemplo, aqui participamos de um episódio de um *podcast*, que ficou muito comum após o início da pandemia, mas quando que há dois anos nós imaginaríamos estar em estados diferentes conversando por mais de trinta minutos sobre empregabilidade? Como foi dito, creio que não há volta e não é correto as pessoas falarem que não é possível trabalhar desta forma. Acredito que a boa vontade dos lados envolvidos fará a coisa evoluir muito e surgirão novas profissões. Antes, existia um rapaz de tecnologia que associávamos como aquele *nerd* ligado no computador e que só pensava nisso. Hoje, você precisa de um profissional que não somente escreva as linhas, o desenvolvedor. Ele precisa ser uma pessoa que também possua as suas *soft skills* desenvolvidas, porque ele precisa falar com o cliente, interagir com as pessoas, às vezes entender a dor do cliente para poder desenvolver o

melhor produto e essa é uma mudança de conceitos muito expressiva. Nós precisamos fazer isso muito rápido, e como tudo que é muito rápido “dói”, mas considero que obtivemos muito sucesso em todas as iniciativas que aconteceram.

Eu conheço professores que eram extremamente tímidos e depois dessa pandemia viraram *youtubers* com diversos tipos de conteúdo. Por exemplo, aquelas com habilidades na cozinha criaram vídeos para mostrá-las, algo que até então elas acreditavam não ser possível, que ia ser um “mico” fazer esse tipo de coisa e “agora não”. Então, creio que essa possibilidade de fazer as coisas remotas, de poder utilizar a tecnologia a seu favor, foi um grande um ganho. Por fim, nós evoluímos muitos anos em um espaço curto de tempo devido à pandemia.

Gabriel Custodio: Um exemplo prático disso é que antes da pandemia eu ouvia muito a frase: “nós vamos fazer um teste e vamos colocar um dia remoto para testarmos e ver se isso funciona”. Nisto, o profissional não tem um lugar para trabalhar dentro de casa, não sabe como vai se alimentar, porque a rotina dele está toda voltada ao escritório. Era muito alta a chance funcionar, mas de não ser tão bom assim. E agora uma pandemia obrigou todo mundo a ficar em casa e acaba que um mês depois as pessoas estavam produzindo mais ainda. Então, esse é um dos exemplos

de “saltos” que foram dados a partir do momento que ocorreu a derrubada da barreira psicológica que foi criada sobre determinados fatores.

Sandra Lopes: E nós entendemos que em tudo isso há um lado positivo. Lógico, somos pessoas de contato, gostamos do papo no cafezinho, de sentar para conversar e o remoto acabou com isso. O *happy hour* virtual não é a mesma coisa, então precisamos estar juntos, conversar, mesmo porque isso é necessário, faz parte da nossa cultura, mas o ganho que tivemos com a atividade remota eu considero fantástico, não há como questionarmos isso.

Sandra, eu sempre brinco com os nossos convidados e agora é com você: se tivéssemos uma bola de cristal, em sua opinião, como seria em 2050, mesmo com esse mundo acelerado por conta da pandemia?

Sandra Lopes: Eu imagino que em 2050 talvez tenhamos hologramas e eu possa mandar um holograma meu se sentar ao seu lado para dialogarmos como se estivéssemos na mesma sala. Eu estou imaginando que daqui uns 30 anos eu possa mandar um aparelho pequeno para você e aparecer do seu lado igual os Jetsons, aquele tipo de coisa que no passado nunca imaginaríamos que poderia acontecer.

Gabriel, você também tem a mesma perspectiva?

Gabriel Custodio: Essa é uma pergunta desafiadora. Acredito que um dos temas mais representativos e transformacionais que teremos está em torno da energia. Quando possuímos energia, conseguimos fazer qualquer coisa, seja a dessalinização da água, a limpeza do esgoto... Nós conseguimos trazer o bem-estar e desenvolvimento social por meio da energia. O ano de 2050 é mais ou menos quando se prevê o começo da virada da dependência do petróleo e dispormos de outras fontes mais renováveis, sustentáveis que se incorporam cada vez mais. Então, eu imagino essa automação para todo lado e, talvez, lembraremos do motorista de carro como uma memória distante, quando também o petróleo ficará para trás como fonte primária de energia e isso habilitará muitas outras possibilidades sociais que talvez não consigamos nem imaginar ainda o que seja, mas pode ser impressoras 3D que produzam prédios, por exemplo.

Indicações:

Site: symplicity.com/pt-br/

Filme: [Um senhor estagiário](#)

Livro: [Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus \(artigos e entrevistas\)](#) – Yuval Harari

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 14

**Volta às atividades
presenciais:
conheça cases e
prepare-se**

26/08/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Guilherme
Martins**

Diretor de
Graduação do
Instituto de Ensino e
Pesquisa (Insper)



**Valdecir
Simão**

Pró-Reitor
de Ensino da
Unicesumar

Episódio 14

Volta às atividades presenciais: conheça cases e prepare-se

26/08/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Guilherme Martins, diretor de Graduação do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper)

Valdecir Simão, pró-Reitor de Ensino da Unicesumar

Após aproximadamente um ano e meio, algumas cidades, aos poucos, liberam a volta das atividades presenciais nas instituições de ensino superior e técnico.

Em São Paulo, por exemplo, as instituições podem realizar a reabertura com até 60% da capacidade, mas, mesmo com essa autorização, algumas faculdades e universidades optaram por continuar com o ensino remoto neste segundo semestre letivo.

As instituições que decidiram pelo retorno ao presencial enfrentam desafios em relação aos protocolos sanitários e adaptação ao “novo normal”. Em breve, assim esperamos, todas as IES

do país devem encarar esse desafio.

Professor Celso, vamos contextualizar brevemente onde estamos nessa retomada do ensino presencial. Como tem sido a liberação das atividades presenciais em todo o país? Você acredita que o setor educacional privado já atua para a liberação em âmbito nacional?

Celso Niskier. Na verdade, as atividades já estão liberadas dentro das condições locais de cada autoridade sanitária. Não há mais proibição, a menos que seja uma decisão local. A partir da portaria do Ministério da Educação (MEC), existe uma previsão para que as atividades remotas possam ser utilizadas até o dia 31 de dezembro de 2021.

Nesse sentido, cada instituição elabora o próprio cronograma de retorno às aulas. Algumas instituições voltaram integralmente, respeitando os protocolos de biossegurança; outras optaram por um retorno parcial, com início das atividades práticas, principalmente nos cursos ligados à área de saúde; há instituições que alternam os dias de atividades presenciais e remotas; por fim, instituições que permaneceram com atividades remotas em função das condições sanitárias locais. O que é importante é que há um desejo comum dessas instituições: voltar às atividades presenciais.

Nós acreditamos e continuamos na defesa da socialização, da presença física do estudante, do contato com o professor, que são fundamentais para que um curso possa cumprir a sua missão.

Também defendemos que todo o acúmulo de experiência da educação mediada por tecnologia possa ter continuidade para o bem dos estudantes, muitos dos quais, inclusive, preferem essa modalidade como um futuro modelo de algo que combine o melhor do presencial com o melhor do remoto. Em consequência, temos visto o nascimento do modelo híbrido. A

graduação presencial permite até 45% de disciplinas não presenciais, possibilidade que já existia antes, contudo, foi durante a pandemia que as pessoas experimentaram, de fato, as atividades remotas e os professores se habituaram e até gostaram desse novo tipo de ambiente de ensino-aprendizagem. O que queremos é que o novo modelo, não importa qual, avance na direção da maior flexibilização e da melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Realmente enxergamos uma grande inovação e futuramente teremos a oportunidade de lembrar desses momentos como a época em que a educação superior finalmente levou um “choque” de tecnologia, adaptou-se rapidamente e evoluiu a partir dessa experiência tão desafiadora.

Interessante, porque realmente é importante que ocorra uma conciliação entre o que há de melhor entre os dois mundos – virtual e presencial. Percebemos que vários alunos tiveram dificuldades de concentração, de permanência no computador e de interação com o professor. Queremos saber brevemente sobre o retorno gradual das instituições. Direciono a palavra aos professores Valdecir e Guilherme, que têm participação na decisão de retorno às atividades presenciais nas suas instituições. Comentem o que os levaram a tomar essa decisão e como os alunos têm se adequado a essa nova realidade.

Valdecir Simão: É muito interessante, pois não foi da noite para o dia que tudo aconteceu, aliás, foi da noite para o dia que tudo parou e, a partir dessa parada é que começamos a caminhar, engatinhar, seguir os protocolos. E a cada evolução, a cada novidade, nós aperfeiçoávamos. Inicialmente, havia uma perspectiva da volta em seis meses, depois em um ano e, aos poucos, buscamos alternativas porque as esperanças de um retorno rápido não se concretizavam.

Antes de tudo, o desafio foi com o retorno das práticas, em especial da área da saúde, para prestar o atendimento ao público, o que caracteriza um apoio ao combate da Covid-19, em especial dos cursos de medicina, enfermagem, entre outros. Por conseguinte, iniciamos uma caminhada com o intuito de ampliar os horizontes ao considerar os demais cursos e, ao chegarmos no meio do segundo semestre com aquela expectativa de que retornaríamos, nós olhamos para trás e percebemos que não podíamos mais esperar, precisávamos criar mecanismos, condições, de acordo com esses decretos, para que pudéssemos retornar. Dessa forma, retornamos basicamente com as práticas, e em boa parte dos cursos continuamos de forma teórica. Buscamos suprir as práticas que eram do primeiro semestre no segundo semestre, mas quando chegava no segundo não conseguíamos executá-las. Então, buscamos e desenvolvemos ferramentas

próprias para que pudéssemos realizar as atividades de aprendizado dos alunos e, apoiado nisso, surgiram diversas situações e desafios que, aos poucos, evoluíram, e conseguimos terminar o ano com poucas pendências de anos anteriores. Nesse acontecimento, foi necessário prever o retorno com muitas restrições e a instituição teve a necessidade de iniciar uma adequação e adaptação física. A partir desse ponto, ocorreram todos os investimentos. Foi uma experiência muito interessante porque no começo muitos sentiam a necessidade de ficar em casa, tanto alunos como professores, que também contavam com algumas resistências e falta de tecnologia, mas, aos poucos, se adequaram e contaram com todo o apoio da instituição.

Nós e outras instituições de ensino superior dividimos experiências que deram e não deram certo e foi possível, ao longo desse período, obter grandes avanços, proporcionando condições de retorno às aulas, mesmo que gradativo, mas seguindo os protocolos municipais e estaduais em relação ao distanciamento. Não há nada fixo e certo, a cada dia que uma situação aparece, lidamos. Precisamos tomar algumas decisões, mas não se tratou de um retorno que ignorou tudo.

A cada movimento de um aluno, turma, professor, nós conseguimos nos adaptar a ponto de virar uma cultura, pois todos

já sabiam dos procedimentos. Anteriormente, todos sentiam medo quando um aluno contraía o vírus da Covid-19, por exemplo, e todos se questionavam o que aconteceria com a turma. Então, tomamos algumas atitudes, alguns encaminhamentos. A título de exemplo, teve um aluno que seguia todos os protocolos e não contraiu Covid na instituição, porém, chegou com Covid, mas todos sabiam o protocolo a ser seguido e isso foi muito interessante.

Queremos saber do professor Guilherme como foi o case, como eles tomaram a decisão de voltar e como foi a aceitação dos estudantes e colaboradores.

Guilherme Martins: Eu concordo com o que foi comentado pelo professor Valdecir. Foi uma luta diária para todos os gestores de escola, seja de ensino superior ou não, fazer educação nesse período. Porém, sobre a decisão do retorno, eu diria que não foi uma decisão difícil de tomar, mas foi uma decisão mais difícil de implementar. Por que não foi difícil tomar a decisão? Porque o ensino remoto gerou uma grande dispersão no desempenho do aprendizado dos alunos, ou seja, o quanto o aluno conseguiu extrair da experiência remota de aprendizado variou bastante dentro de uma mesma disciplina.

Nós entrevistamos todos os professores da graduação e fizemos um longo trabalho para colher a percepção

deles. Analisamos a fundo os dados e desempenho dos alunos e a conclusão é a frase que temos usado com frequência: “a curva abriu”, ou seja, a dispersão aumentou muito. Dentro de uma sala de aula, a mesma experiência de aprendizado tende a ser mais homogênea. Isso pode ser originário de alguns fatores: primeiramente, o ensino totalmente remoto exige muito do aluno e, quando se trata de um aluno de graduação, a maturidade, que é muito exigida para essa modalidade, ainda está em desenvolvimento. Aqui falamos tipicamente de alunos entre 18 e 22 anos que precisam de disciplina para acompanhar as aulas, realizar as atividades, e isso fica nítido durante a graduação. Se olharmos os alunos no primeiro ano de curso e aqueles que estão mais para o final, percebemos as diferenças em relação ao aproveitamento do ensino remoto.

Os alunos que caminhavam para o final do curso se adaptaram melhor, enquanto os ingressantes, que saíram recentemente de um ensino médio e entravam virtualmente na faculdade, tiveram uma adaptação bem pior. Entendo que a ideia do par, do colega, foi perdida... o colega é aquele que ajuda e coloca pressão devido à competitividade. Creio que a ausência disso afetou demasiadamente o engajamento dos alunos, a autopercepção de desempenho e a estimativa de dedicação à disciplina.

Outro fator é que a adaptação ao ensino totalmente remoto não foi perfeita, especialmente no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Nossa graduação é em tempo integral, com grande número de atividades práticas, “mão na massa”, dentro e fora de sala de aula. Então, a experiência de aprendizado planejada para a disciplina no presencial precisou ser fortemente adaptada ao ensino remoto, logo, alguns objetivos de aprendizado ficaram prejudicados, especialmente aqueles relacionados às habilidades socioemocionais. Desse modo, por mais que nós, mantenedores, diretores e professores, tenhamos desempenhado um grande esforço em pouco tempo, sabemos que algumas lacunas podem ter ficado. Por isso que temos feito um grande empenho para realizar um diagnóstico a fim de que possamos intervir e resgatar os alunos que apresentarem deficiências relevantes na sua formação. Hoje, o nosso grande investimento é verificar onde estão os “buracos” e corrigi-los. Essa experiência que eu relatei variou muito de acordo com os cursos; quando avaliamos os cursos de engenharia, constatamos que sofreram muito, pois havia atividades de laboratório e muita “mão na massa”; já os cursos de administração, economia e direito foram facilmente adaptados, mas existem outras variáveis que geraram dificuldades.

Por todos esses fatos, quando me perguntam dos colaboradores e dos

estudantes, eu digo que os estudantes estavam ansiosos pela volta e saber disso facilitou a nossa decisão de retornar e procurar alternativas de regresso. Em relação aos protocolos sanitários e de distanciamento, exercemos a função de passar segurança acerca da adaptação da escola aos colaboradores e estudantes. Investimos sempre na comunicação por meio de vídeos e *lives* para que tanto os colaboradores quanto os estudantes ficassem tranquilos de que a escola seria um ambiente seguro, contanto que todos respeitassem os protocolos, mas que a infraestrutura buscava garantir a segurança sanitária de todos.

Você contextualiza muito bem a responsabilidade dos jovens universitários, pois eles realmente precisam tomar rédea da sua educação, ainda mais nesse momento de pandemia. Eu imagino o desespero de alguns deles de quererem voltar a reencontrar o professor e os amigos, alguns dos quais levamos por toda a vida. Que bom que vocês conseguiram dar esse passo importante.

Professor Celso, o que você gostaria de complementar?

Celso Niskier. Eu gostei do discurso do professor Guilherme e afirmo que na UniCarioca também realizamos esse amplo diagnóstico. Quero enfatizar que no final do ano, especificamente em novembro, será aplicado o Exame

Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que avaliará os estudantes que passaram quase quatro períodos em atividades remotas. O mesmo Enade será feito por estudantes de universidades públicas, onde nem sequer ocorreu a atividade remota regular. À vista disso, estamos prestes a ver uma grande distorção nos resultados. Levei essa preocupação ao presidente do Inep e me parece que há também uma questão legal, por isso a avaliação precisa ocorrer, mas o fato é que esse “buraco” que nós imaginamos que aconteça não será o mesmo entre as públicas e as particulares, o que pode causar realmente uma grande distorção no sistema de avaliação da educação superior. Acredito que esse aspecto será objeto de discussão no futuro a respeito de como o *gap* foi criado e como prejudicou a própria avaliação no setor.

Ótima análise. Eu realmente creio que haverá uma distorção expressiva entre o ensino público e privado. Em relação ao privado, eu percebo que houve um avanço significativo por soluções tecnológicas, devido à vontade de continuar a evoluir e aprender. Nós vimos todo o esforço, todos os desafios que as instituições de ensino superior colocaram para, de fato, a educação não parar no nosso país, diferentemente do que vimos nas instituições públicas. Retomo a palavra aos professores Valdecir e Guilherme. Com

relação aos investimentos, o custo para as adaptações sanitárias com o objetivo de promover o retorno ao presencial foi muito alto?

Valdecir Simão: É interessante porque desde o início ocorreu uma adaptação, ainda mais em uma instituição que possui inúmeras entradas, portas e vias de acesso à estrutura. A princípio foi algo básico, pois a expectativa era de que o retorno seria rápido, mas, aos poucos, e com o agravamento da pandemia, foi necessário ampliar os investimentos com estrutura de álcool em gel, tapetes para que conseguíssemos dar conta do momento... No começo usávamos aqueles leitores de temperatura que eram manuais, pois o fluxo era menor, então, nesse sentido, o investimento não foi tão elevado, mas, ao passo que retornávamos, e como existem muitas entradas, investimos nas câmeras térmicas, monitorada pelos funcionários.

Sobre a câmera térmica, ela tem uma televisão que identifica se a pessoa está ou não com máscara, além de checar a temperatura – aqui o investimento foi alto. Todas as entradas também foram ampliadas. Além disso, foram disponibilizados suportes para álcool gel que deram mais autonomia e independência ao aluno em vários locais, não somente na entrada, mas na sala, no corredor, nos espaços de convivência e identificação etc. Aconteceram investimentos do ponto de

vista da biossegurança, mas investimos também em tecnologia, essencial para oferecer suporte ao professor e ao aluno. Começamos com o *Skype*, depois utilizamos o *Teams*, o *Zoom*, o *Loom*, o *Meeting* e, ao mesmo tempo em que as empresas se modernizaram ou ampliaram a capacidade, foram necessários maiores investimentos porque o volume é muito grande.

Os professores Guilherme e Celso disseram também que o professor “virou a chave”, mas chegou o momento em que a instituição necessitou dar o suporte tecnológico e sustentável, do ponto de vista de material, postagem, aulas gravadas e a possibilidade de rever essas aulas. Sendo assim, o investimento ocorreu também na parte tecnológica; e se a tecnologia parasse, o processo de ensino e aprendizagem igualmente pararia. Acredito que esse investimento na tecnologia foi bem maior do que aquele realizado em biossegurança, e seguimos nos investimentos, pois consideramos o futuro.

Temos conversado bastante sobre adaptação sanitária, mas há também a necessidade das soluções tecnológicas que permanecerão nesse novo modelo híbrido. Professor Guilherme, foi um investimento alto?

Guilherme Martins: Sim. E ressalto que concordo com o professor Valdecir: a parte tecnológica pesou mais. Fizemos o curso de preparação dos ambientes

e investimos em divisórias de acrílico, em um sanitizador de ar com luz ultravioleta, que purifica o ar de 99,9% das bactérias e fica instalado em vários ambientes. Essa é uma daquelas ações que quando bem comunicadas promove segurança às pessoas.

Fizemos tudo isso, mas, certamente, o custo maior foi o da adaptação das salas de aula para transmitirem as *lives*. Neste ponto, preciso contar um pouco do nosso modelo de retorno, que é gradual, mas também flexível, até mesmo porque entendemos que ainda não conseguimos obrigar que o aluno frequente a escola. Então, a nossa opção foi adaptar as salas de aula para o caso de o estudante optar pela aula no *campus*, contudo, essa aula que ocorrerá de modo síncrono presencial é transmitida para ele acompanhar de onde quiser, então o professor fica com parte da turma na sala presencial e outros estudantes acompanham remotamente. Para isso acontecer com escala, o investimento em tecnologia é necessário.

Nós colocamos câmeras que acompanham automaticamente o professor durante a aula e promove a perfeita interação entre quem está presente em sala e quem está em modo remoto. Precisamos também alocar pessoas para auxiliar o professor e os alunos que estão remotos, pois, do contrário, ele teria que dar aula e ainda interagir no

chat. A instituição necessitou investir em uma série de recursos, entre eles e de maior peso a tecnologia, com o objetivo de conseguir prover um serviço flexível. É um cenário bem difícil, pois sentimos quando foi preciso migrar do presencial para o remoto na chegada da pandemia e depois, pelo menos aqui, descobrimos que o modelo híbrido, o transmitir a aula ao vivo, é mais difícil ainda porque consta o melhor e o pior dos dois mundos. Saber lidar com isso, na mesma aula, não é trivial, tanto que em algumas aulas os docentes preferem separar os momentos, sendo assim, um determinado docente é colocado para dar uma aula presencial, enquanto outro dá aula remota, porque a dinâmica da aula muda muito de acordo com o tipo de ensino.

Professor Guilherme, imagino a dificuldade para realizar a chamada de quem está remoto e presencial. Como a chamada é realizada?

Guilherme Martins: Sim. Nós usamos o Microsoft *Teams* para extrair a lista de quem e quando o estudante se conectou, mas depois é preciso juntar essas listas, então eu digo que a chamada é um detalhe trabalhoso.

Professor Celso, anotamos todos esses exemplos interessantes, como a importância de um investimento no que se refere ao retorno presencial, mas qual tem sido a orientação da ABMES a quem já está autorizado a voltar e

realmente quer colocar em prática as atividades presenciais?

Celso Niskier: Não há uma orientação específica sobre o modelo de cada instituição. Podemos perceber através desses dois depoimentos, e se ouvíssemos um terceiro provavelmente seria um terceiro modelo distinto. Considero ótima essa riqueza, pois essa é a nossa diversidade e a partir dessas experiências emergirá um modelo vencedor. Talvez até não emergja o modelo vencedor, mas classes de modelos de acordo com tipos de instituição, ou também tipos de abordagens pedagógicas. Há instituições mais focadas, por exemplo, na formação profissional e outras mais voltadas a uma formação humanista. Por isso mesmo as aulas são, na maioria, constituídas por debates, discussões, trabalho das chamadas *soft skills*, como o professor Guilherme disse, as habilidades socioemocionais.

Eu creio que veremos o fim dessa barreira imposta pela regulação no sentido de que precisamos de um presencial daquele jeito, com aquela carga horária ministrada daquela forma, ou um EAD que era basicamente o conteúdo digital disponível para autoinstrução do aluno. Assistiremos uma combinação de vários modelos, por isso defendemos o conceito de quadrantes híbridos, pelo menos quatro quadrantes possíveis que combinam presencial, virtual, síncrono e assíncrono, e a instituição que

melhor fizer o uso desses quadrantes, de acordo com o perfil dos alunos, seu projeto institucional e a realidade de cada curso, poderão se adaptar melhor nesse momento em que realmente haverá uma seleção natural.

Atualmente, o aluno escolhe a instituição pelo curso que quer fazer, pela região geográfica e pelo preço, mas, agora, começaremos a ver alunos que escolhem a instituição pelo modelo pedagógico mais adequado. Vamos dispor dessa diversidade para um público diferenciado e creio que isso talvez tenha sido o principal resultado desse grande experimento pedagógico que o Brasil e a educação superior vivem com a pandemia e, principalmente, com o pós-pandemia.

Então não há uma orientação, mas eu recomendaria o seguinte: abram a sua consciência e se permitam experimentar modelos diferentes ao combinar vários quadrantes híbridos e deixem que o aluno escolha junto ao trabalho com os professores, com os colegiados, aquele modelo que melhor se adequa ao seu espírito e filosofia da instituição.

Professor Celso, eu incluiria ainda nessa diversidade o nosso Brasil como um todo. Nós falamos da região Norte, que tem uma realidade completamente diferente da de quem está lá em Maringá (PR), por exemplo, com o professor Valdecir.

Celso Niskier: Correto. Acrescento que o professor Valdecir está em todas as regiões do Brasil. A Unicesumar se projeta, inclusive, de Maringá para o mundo e é um sucesso.

Verdade. Então é realmente interessante pensar não só em uma adaptação sanitária e tecnológica, mas também na oferta desses novos modelos para que o aluno se sinta atraído para aprender e continuar em busca de uma formação progressiva de graduação.

Professores Valdecir e Guilherme, qual conselho vocês dariam às instituições que querem voltar, de fato, e gradualmente, às atividades presenciais? Qual deve ser o devido foco no primeiro momento? As instituições devem realizar uma enquete com os alunos? Existe alguma área que necessariamente precisa ser 100% presencial ou virtual?

Valdecir Simão: Como o professor Celso disse, estamos em vários locais, então não vou dizer que a escala compromete, mas dá mais responsabilidade à instituição. São mais de 700 polos e houve uma amplificação, pois cada aluno na própria casa é um polo, uma

vez que nós precisamos transcender os espaços físicos. Algo interessante é que cada aluno e professor carrega um entendimento, uma verdade, e tudo é verdadeiro, mas a instituição precisa decidir o presente e o futuro, sendo que o presente é o retorno, mas é preciso considerar essa pesquisa com os alunos, pois precisamos entender aquele aluno que pede enfaticamente a volta das aulas 100% presenciais, pois ele não tem condições de só assistir aula no celular devido às dificuldades de conexão, e o outro aluno que quer ficar em casa, porque entende que é melhor, mas que a instituição precisa fazer essa adaptação.

Essas experiências e o nosso público são únicos, e a instituição precisa de condições para trabalhar com as demandas de cada um. Caso a instituição volte dentro dos padrões, qual é o próximo passo? É a questão socio-emocional, conforme os professores Guilherme e Celso comentaram. Nós precisamos “arrumar a casa”.

O conselho que eu dou é não ficar parado, não aguardar o retorno e não pensar que voltaremos ao modelo presencial de maneira integral, embora já vivamos essa experiência por aqui e seja uma tendência do professor,

pois parece que realmente há uma necessidade de voltar ao que era, mas isso seria somente o professor e o caderno que o aluno consultava. Atualmente, o aluno consulta o vídeo, as anotações, o material publicado, ou seja, a cultura mudou e essa nova condição ao aluno é fixa e irreversível.

O investimento será necessário nas ferramentas, na tecnologia e no apoio ao aluno, mesmo que virtual. Apoio psicológico e sentimental com o objetivo de dispor um lado espiritual, pois esse momento foi muito difícil e as pessoas, muitas vezes, se desesperam e ficam ansiosas. Esse é o momento em que as instituições públicas e privadas precisam pensar também no indivíduo.

Eu recepcionei alunos que choravam quando entravam na instituição porque sentiam que era muito importante estarem fisicamente presentes. Portanto, um conselho que eu dou é: preparemos para o agora e para as mudanças que ocorrerão no futuro, pois não há possibilidade de voltar ao que era antes. Até a própria educação se reorganizará. O professor Celso comentou sobre a dualidade entre EAD e presencial, e nós observamos modelos de aprendizado

com ferramentas disponíveis para que consigamos desempenhar e desenvolver as habilidades e competências suficientes para atuação no mercado, e que esses profissionais já estão presentes no mercado e é interessante mencionar que o mercado está modificado; hoje o mercado quer um funcionário em *home office*. A tecnologia na indústria também mudou, não está mais tão mecanizada. À vista disso, até a própria mudança da discussão interna da Proposta Pedagógica Curricular (PPC), das matrizes, considerando as competências e habilidades, precisam ser revistas.

Professor Valdecir, você comentou dois tópicos interessantíssimos, que inclusive já foram assuntos dos nossos episódios; um deles é o acolhimento social. Realmente, após um período de *lockdown*, as pessoas parecem ter saído de uma jaula: querem reencontrar, abraçar, por isso a importância desse acolhimento e enxergar a universidade como uma extensão da casa. O outro tópico é sobre o mercado de trabalho, que passou por um ajuste. Também tratamos desse assunto aqui, inclusive, novas profissões surgem a partir da realidade que vivemos. Professor Guilherme, no tocante ao assunto, o que você nos conta?

Guilherme Martins: Muito interessante os pontos destacados pelo professor Valdecir e concordo com o professor Celso quando ele comentou que

vivemos um experimento vivo. Depois desse período de pandemia, creio que todo mundo sairá muito forte. Um professor disse em uma conversa uma frase muito legal: “eu não sou o mesmo professor após essa experiência remota e não quero voltar a ser aquele professor que eu era quando eu só dava aula presencial”.

Na prática, esse período foi transformador para os professores, instituições e para nós, que somos tomadores de decisões. Nunca vivemos em um ambiente com tanta incerteza e com uma exigência tão grande de velocidade na tomada de decisão; além de tudo, precisamos tomar decisões que se adequem a diferentes públicos, com diferentes interesses.

Sei que ainda não acabou a pandemia, mas quando eu lembro do início, vejo que houve um crescimento satisfatório, mas é natural que todo crescimento provoque dor. Quando conversamos com alunos e professores, confirmamos que estão muito sensíveis e muitos passaram por dificuldades imensas, perderam parentes, enfim, não será um retorno muito fácil sob o aspecto emocional. Ao mesmo tempo, acredito que o retorno das pessoas à rotina auxiliará na recuperação do bem-estar emocional.

O conselho que dou, que eu e meus colegas da diretoria tentamos exercer todo dia, é ouvir. Ouvir os alunos, ouvir diferentes áreas da escola e ouvir a experiência de outras escolas. Foram tempos muito difíceis para desenharmos qualquer projeto, não só por estar diante de uma situação nunca antes vivida, mas também pela velocidade da mudança e o tamanho da incerteza que era nosso contexto.

A maior besteira que alguém pode ter feito nesse momento foi centralizar alguma decisão, porque é muito perigoso. Acredito que o número de variáveis que precisamos incorporar no nosso processo decisório aumentou muito e nós, como gestores, precisamos ser mais sensíveis a isso, sensíveis aos momentos das pessoas. Então, esse é o meu conselho: precisamos colocar o pé no acelerador para retomar, mas precisamos olhar bastante para o lado porque não será fácil. Trabalhamos com um tipo de “negócio” que é a educação, a qual é baseada em pessoas, então não dá para escapar dos benefícios e das dificuldades que é lidar com isso.

Indicações:

Livro: [Ansiedade: como enfrentar o mal do século](#) – Augusto Cury

Podcast: [IdeaCast](#) – Harvard Business Review

Documento: [Retomada gradativa da rotina nas instituições de educação superior](#) – ABMES

Webinar: [Retomada com segurança nas atividades presenciais nas IES](#) – ABMES

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 15

**Como construir
um currículo
baseado em
projetos**

09/09/2021



**Débora
Guerra**

Vice-presidente
da ABMES



**Felipe
Flesch**

Country manager
na DreamShaper



**Renata
Perrenoud**

Diretora Acadêmica
na Faculdade Santo
Antônio

Episódio 15

Como construir um currículo baseado em projetos

09/09/2021

Participantes:

Débora Guerra, vice-presidente da ABMES

Felipe Flesch, country manager na DreamShaper

Renata Perrenoud, diretora Acadêmica na Faculdade Santo Antônio

Como temos falado em quase todos os episódios, é fato que o mundo mudou e a educação tem se transformado a cada dia mais.

Neste contexto, cresce cada vez mais o uso da aprendizagem baseada em projetos. Esse é um formato que tem ajudado as instituições de ensino e os professores a enfrentarem de forma mais eficiente os desafios atuais de gestão educacional. O foco são vivências práticas que levem à maior participação dos alunos durante o processo de aprendizado.

Será que toda instituição consegue construir um currículo com essa pegada? Será que é fácil? Será que é

difícil? Por onde começar?

Felipe, explique-nos brevemente o que significa a aprendizagem baseada em projetos.

Felipe Flesch: Acredito que para chegarmos na aprendizagem baseada em projetos precisamos, primeiramente, olhar brevemente o nosso contexto educacional e como a educação que chamamos de tradicional tem se comportado ao longo do tempo, porque há muitos séculos a educação está muito centrada no ensino e creio que agora estamos vivenciando uma época que olhamos cada vez mais para a aprendizagem. Durante muito tempo, a educação foi bastante centrada na figura

do professor como o único ente que detinha o conhecimento e através dele as informações eram passadas aos alunos. Estes, por sua vez, ficavam em uma postura passiva, na posição de apenas memorizar os conhecimentos para aprender.

Durante os últimos anos várias pesquisas comprovam que o poder de absorção do conteúdo pelo aluno através de uma aula expositiva ministrada pelo professor é de 20% após duas semanas. Esse método, por mais tradicional que seja e por mais que esteja presente nas nossas instituições há séculos, é um método que se prova cada vez mais ineficaz, principalmente no mundo de hoje. Se observarmos 30 anos atrás e fôssemos pensar quais seriam os formatos de obtenção de conhecimento, não teríamos muito para onde fugir e buscaríamos auxílio com o professor, nas enciclopédias da editora Barsa, em outras enciclopédias, nos livros e não haveria muitas outras opções para obter aquele conhecimento.

Eu não sou da área de tecnologia e informática, por exemplo, mas hoje em dia se eu quiser aprender a formatar um computador, acesso o YouTube e pesquiso “como formatar um computador” e aquele conhecimento está disponível para mim. Se eu não sei responder uma equação de 2º grau e eu pesquiso no Google, aparecerão diversos resultados

de pesquisa dos mais diferentes formatos para me explicar aquela matéria. Então, o acesso ao conhecimento e à informação está muito diversificado, ao mesmo tempo em que agrava ainda o fato de que o nosso mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exige dos alunos competências talvez maiores e mais complexas do que eles têm aprendido no modelo tradicional de ensino na graduação. Tudo isso traz um cenário super complexo, no qual precisamos, de fato, rever o nosso modelo educacional. Precisamos rever a forma como realizamos o processo de ensino-aprendizagem, e a pandemia, que iniciou em março de 2020, evidenciou que não bastava somente a inserção de tecnologias no modelo educacional.

Todas as instituições precisaram se adaptar para inserir tecnologias com o objetivo de continuarem a “fazer a roda girar”, mas ficou muito evidente que não bastava somente de tecnologia, precisava de método também. Um desses métodos é a aprendizagem baseada em projetos. Ela está dentro de um grande “guarda-chuva” que são as metodologias ativas, as quais possuem como preceito colocar o aluno no centro da aprendizagem e em uma posição ativa, protagonista, na qual ele será responsável por buscar os conhecimentos, ao contrário do que era no modelo expositivo de sala de aula, que ele só recebia o conteúdo. A aprendizagem baseada em projetos carrega o conceito de trazer o aluno para

o centro da aprendizagem, inseri-lo em uma situação-problema, proporcioná-lo um desafio real para que ele possa identificar e entender melhor sobre aquele problema, detectar possíveis soluções e, a partir disso, poder construir caminhos que unem conhecimentos técnicos e teóricos sobre a temática que ele está desenvolvendo, trabalhando com seus colegas em equipe para desenvolver soluções para aquele problema, então o professor coloca o aluno em uma posição muito ativa no seu processo de ensino-aprendizagem. Creio que durante o debate nós discutiremos todos os benefícios da aprendizagem baseada em projetos, mas, ao assumir essa posição mais ativa, o aluno tende a aprender e absorver muito mais esses conteúdos que ele trabalha ao mesmo tempo que desenvolve outras competências que são muito valorizadas depois pelo próprio mercado de trabalho.

É interessante até pela criação da responsabilidade do aluno em relação ao seu aprendizado. Como você mencionou, é impressionante a velocidade com que essa aprendizagem foi transformada.

Débora, podemos dizer que a aprendizagem baseada em projetos faz parte de uma inovação curricular que nós já discutimos em outros episódios. Como as instituições podem se modernizar e se alinhar cada vez mais com as necessidades do mercado, ainda mais nessa geração atual?

Débora Guerra: O que o Flesch introduziu é importantíssimo. Nós, enquanto mantenedores, debatemos muito sobre essa mudança da educação no século 21 e sobre a pergunta: como as instituições podem entender os processos das novas gerações? Em 2020, ocorreu o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. No evento foram divulgadas as habilidades do mercado de trabalho do futuro. A pandemia acelerou muito essa questão de que o futuro já chegou, não somente por causa da tecnologia, apesar de ser muito importante nesse momento, pois foi através dela que continuamos a ministrar nossas aulas e os alunos não pararam de estudar. Mas, além da questão da tecnologia, o entendimento das habilidades é algo que esse mercado de trabalho exige, por isso as instituições de ensino precisam colocar o mercado também como centro dos seus currículos.

O Flesch abordou muito bem sobre o protagonismo do aluno. É importante colocar o aluno no centro e, além disso, entender o mercado de trabalho atual, o qual nós, enquanto instituições, sabemos que formamos advogados, fisioterapeutas, médicos veterinários e tantas outras profissões, além de novas profissões que são criadas.

Dizem que nos próximos cinco anos, 50 milhões de pessoas deixarão de trabalhar naquilo que fazem atualmente porque novas profissões virão,

muitas ligadas à tecnologia, obviamente. Contudo, se analisarmos as profissões tradicionais que acabamos de mencionar, o projeto delas deve ser voltado para aquela sociedade em que estamos inseridos.

O nosso aluno precisa trabalhar e nós, enquanto instituições, precisamos qualificar o currículo através de habilidades como raciocínio lógico, liderança, trabalho em equipe e o empreendedorismo, que também é fundamental para o Brasil. As instituições precisam inserir o empreendedorismo como algo fundamental na grade curricular para fazer com que os alunos empreendam, e o empreendedorismo não é só criar uma empresa ou ter uma ideia e fazê-la sair do papel. Eu posso ser empreendedora enquanto fisioterapeuta porque a clínica será minha, preciso atrair clientes, preciso saber como me destacar no mercado de trabalho. Também posso falar de empreendedorismo enquanto público, como é o caso de um advogado que quer ser juiz. Hoje, um juiz precisa ser empreendedor porque é necessário que ele saiba o que acontece na sociedade, trazer algo novo para a solução do problema e não mais aquilo que estava nos livros.

As metodologias ativas presentes na gestão baseada em projetos são superimportantes para as instituições

e devem ser colocadas no currículo para modernizá-los e, principalmente, devemos trabalhar a capacitação do nosso corpo docente, que precisa estar alinhado a esses novos currículos, com as habilidades do mercado de trabalho e com as novas metodologias ativas de aprendizagem. Quando conseguirmos trabalhar com os professores nesse lugar, aliado a esse currículo inovador, conseguiremos ir a outro patamar de educação.

Débora, você citou algumas profissões como médicos, fisioterapeutas, advogados e veterinários para as metodologias ativas baseadas em projetos. É possível fazer isso para todos os cursos? Será que todas as instituições já podem construir projetos nesse sentido?

Débora Guerra: Com certeza. É muito importante que isso seja realizado para que fiquem alinhados o projeto de metodologia ativa com a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade. Sendo assim, nós paramos de falar de anatomia, de fisiologia, de doença do coração, por exemplo, e começamos a nos planejar para um trabalho de um

projeto de coração artificial. Mas, para dedicar a tal projeto dentro do meu laboratório *makerspace*, eu preciso desenvolver a fisioterapia, a anatomia, a fisiologia, a doença do coração... Eu devo trabalhar com um aluno da engenharia para operar junto com a área da saúde de modo a interligar as coisas, visto que um coração artificial é uma máquina com o humano e preciso ter uma pessoa da tecnologia, pois é necessário um *software* ligado a esse projeto. Sendo assim, a metodologia por projeto conecta todos os alunos, até porque nós não somos exclusivos e únicos naquele lugar que ensinamos, aprendemos ou trabalhamos. Em algum momento, o advogado precisará conversar com o contador, que conversará com o engenheiro, que conversará com o médico legista e assim sucessivamente. Enfim, nós nos comunicamos e isso é algo tão importante à educação, mas muitas vezes só trabalhamos em “caixinhas” e não pode ser assim, pois a vida normal, o cotidiano, os problemas e projetos reais são interdisciplinares. A metodologia por projeto une todos e faz com que estejamos cada vez mais engajados em projetos comuns. Mas, afinal, qual é o objetivo, além da formação dos nossos profissionais? O objetivo é resolver problemas reais da sociedade, não somente aquilo que está descrito no livro – isso que torna um trabalho coletivo.

Interessante, Débora. Agora vamos falar brevemente de prática. Eu quero ouvir da Renata um pouco como funciona a aprendizagem por projetos na Faculdade Santo Antônio. Vocês estão há muito tempo nessa prática? Conte-nos algo da experiência na sua instituição.

Renata Perrenoud: Eu já faço um gancho com o que a professora Débora comentou, visto que ela nos trouxe a questão do empreendedorismo na formação, de uma maneira geral. Acredito que a parte acadêmica precisa trazer esse empreendedorismo para a educação. O empreendedor na educação deve olhar para a aprendizagem ativa dentro da sala de aula para trazer a avaliação ao processo ativo e buscar respostas para as perguntas: “como eu trabalho uma avaliação, onde a própria avaliação faça parte do processo de aprendizagem do aluno?”; “como eu trago esse olhar inovador para as matrizes curriculares?”. Então, quando eu começo a transformar dessa maneira, quando eu começo a criar, a inovar na sala de aula, no processo de avaliação, na matriz curricular, a trabalhar com um projeto, a olhar para as competências dentro do projeto, eu estou trabalhando em uma educação empreendedora, pois começo a colocar o meu aluno em seu processo ativo, é um contexto em que tudo se completa. Estive na *Olin College of Engineering*, que é uma faculdade de engenharia na

região de Boston (EUA), que trabalha única e exclusivamente por projetos do primeiro ao décimo semestre. O mais interessante é que, apesar de ser uma faculdade de engenharia, ela integra múltiplas áreas, como exatas, artes e música, ou seja, as áreas de humanas e artística são muito bem representadas dentro do processo de aprendizagem de engenharia, pois é focada na formação integral, onde o desenvolvimento de competências é muito importante e é isso que nós tentamos trabalhar na faculdade Santo Antônio: a prática completa no modelo da aprendizagem baseada em projetos.

Trabalhamos na faculdade duas principais estratégias que estão associadas a projetos na matriz curricular: primeiro, presente em todos os semestres da matriz de todos os cursos, a disciplina Projeto Integrador. Nesta disciplina, trabalhamos fortemente o desenvolvimento das competências. A Faculdade Santo Antônio trabalha com o que chamamos de matriz de referência, onde descrevemos em todas as disciplinas o que será trabalhado, o seu conteúdo, as suas competências, habilidades e os descritores que estão ligados em sua aprendizagem, e isso ocorre vigorosamente no projeto. Nosso foco é trabalhar a empregabilidade, como trouxe a professora Débora, além de desempenharmos um trabalho com viés social e extensionista. Na extensão, já começamos a aplicar os projetos

integradores com esse viés, com uma comunicação ativa através da aplicação prática e com o olhar que reforça nossa contribuição com a comunidade e a sociedade de maneira geral.

Renata, esse projeto integrador é muito interessante. Eu acredito que é um bom começo para as instituições que queiram realmente inovar no tipo de aprendizagem. Em relação ao tipo de ensino, eu retomo a palavra ao Felipe. Conte-nos um pouco a questão do primeiro passo. Acabamos de ver um exemplo da Faculdade Santo Antônio, mas queremos saber, por exemplo, o que eu precisaria fazer para a minha instituição estar apta para começar a inserção desse tipo de metodologia ativa de forma integrada e interdisciplinar?

Felipe Flesch: Essa é uma excelente pergunta e eu afirmo que não há uma única resposta. Como a DreamShaper é uma empresa de referência em aprendizagem baseada em projetos, recebe com frequência esse tipo de pergunta. Creio que cada caso é um caso porque precisamos, antes de tudo, respeitar a característica da instituição, da região e o perfil do aluno.

No entanto, se eu pudesse fazer quase como um *checklist* do que é importante considerar, eu colocaria seis pontos principais: 1) precisa ser uma decisão institucional, a nível de mantenedor e tecendo a nível de diretoria acadêmica,

de coordenação. Todos precisam estar em sintonia com a ideia de que serão inseridas metodologias ativas e implantados componentes de aprendizagem baseados em projetos. Se a iniciativa for isolada, a tendência é não progredir, ainda mais uma mudança que gera a quebra de paradigma da instituição; 2) definir qual componente curricular será iniciado, pois o mais importante é experimentar esse novo modelo. Isso engloba as perguntas: “como vou fazer isso?”, “qual é o componente curricular que vou introduzir?”, “como vou organizar o meu currículo para receber aprendizagem baseada em projetos?”. Para isso, existem várias iniciativas, como a da própria Débora na Trivento Educação, que foi o currículo já pensado de forma disruptiva, considerando todos esses conceitos que temos conversado sobre empregabilidade, competências e aprendizagem baseada em projetos. Nós dispomos de alguns poucos exemplos no Brasil de instituições que estão rumo a esse caminho de possuir um currículo quase 100% baseado em projetos ou com um volume significativo deles, tendo o aluno e o mercado como protagonistas. Mas eu diria que para a maioria das instituições esse não é o primeiro passo; o primeiro passo é caminhar gradualmente nesse caminho, então é inviável para uma instituição tradicional com 20, 30, 40 anos, que já está há todo esse tempo desempenhando as coisas da mesma forma, com a mesma

metodologia, migrar a um currículo totalmente baseado em projetos. O que a Renata desempenhou na faculdade eu considero um ótimo primeiro passo, que foi identificar alguns componentes curriculares que podem ser a porta de entrada para a aprendizagem baseada em projetos.

A Renata também tem trabalhado em várias consultorias com a DreamShaper e nós gostamos muito dessa forma de trabalhar com projetos integradores porque é um componente curricular que cada vez mais as instituições adotam, e que já possui a característica de trabalhar a multidisciplinaridade, trabalhar com projetos através problemas reais, então é também um ótimo “guarda-chuva” para receber a curricularização da extensão, que é agora um outro tema muito importante no ensino superior, pois até dezembro de 2022 as instituições necessitarão adequar 10% da carga horária dos cursos em projetos extensionistas, então iniciar com o projeto integrador é uma ótima alternativa.

Outra forma para realizar o teste de como isso será recebido pelos alunos e como os professores conseguirão conduzir é através de algumas disciplinas híbridas; 3) a formação dos professores, como a Débora já havia comentado. Não adianta dispormos de um currículo e tecnologias excelentes se o professor não concordar com a ideia e não entender seu novo papel

nesse contexto, logo é preciso uma formação profunda do professor para que ele domine os conceitos de metodologias ativas, na Aprendizagem Baseada em Projetos (APB), para que possa tirar o máximo delas e saber o seu papel nesse novo contexto; 4) escolha da tecnologia. A tecnologia permite executar a aprendizagem baseada em projetos por escala, por isso o foco é possuir uma metodologia, uma forma de fazer a gestão desses projetos, acompanhar, coletar as evidências, saber onde requer ajustes e adequações... A tecnologia é uma aliada importante, não como o fim, mas como meio para conseguir colocar em prática as metodologias ativas, especialmente a aprendizagem baseada em projetos; 5) esse é um ponto que às vezes não colocamos bastante quando falamos entre mantenedores e gestores, que é a venda ao aluno. O aluno tende a ser o ator nesse contexto que menos resistirá a trabalhar com tecnologia e projetos, visto que ele gosta desse tipo de iniciativa. Ele é também aquele que reclama por qualquer mudança. Então, para as instituições que já estão com o currículo estabelecido e possuem uma forma de operar, é muito importante que a comunicação com os alunos seja bem-feita para informá-los o porquê de estarem sendo feitas tais mudanças, no que elas impactarão na carreira, na vida acadêmica e são os benefícios que trarão. É um ponto por vezes negligenciado e que depois só será percebido quando

houver muitas insatisfações; 6) a parte da aprendizagem, que é saber que nem tudo que é exercido em uma instituição é interessante de ser aplicado em outra.

É importante testar, aplicar, medir, conferir os resultados, ver o que combinou ou não, o que foi possível gerenciar e o que não foi, replanejar e verificar quais componentes vou adequar para receber no próximo semestre os alunos e o que já deu certo. Não existe uma receita de bolo, mas acredito que a reflexão dos pontos desse *checklist* corrobora para uma decisão mais acertada, de acordo com a particularidade de cada instituição e do mantenedor.

Felipe, esse *checklist* está mais do que anotado. O passo a passo é excelente para podermos realmente dispor de um currículo inovador na instituição. Quando se fala em inovação, da questão da matriz curricular e o Ministério da Educação (MEC), você deve seguir uma grade que o MEC estabelece. Você comentou algo interessante sobre existir instituições que estão há 40, 50 anos no mercado e nós escutamos regularmente o jargão do futebol: “em

time que está ganhando não se mexe”, mesmo com essa questão da inovação.

Débora, como é que fica a instituição tradicional, tendo em vista o que é imposto pelo Ministério da Educação e a implementação dessas novas metodologias no currículo do aluno? Como é que funciona?

Débora Guerra: Ótimo ponto, Carol, considero interessante colocar isso. Nós realizamos tudo dentro da legalidade e da regulação do MEC, das recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) etc., e não há nenhum problema, pelo contrário. As metodologias ativas de aprendizagem na área da saúde atualmente fazem parte da avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), então os avaliadores devem possuir uma carga obrigatória de metodologias ativas principalmente na área da saúde. Um ponto importante que realmente prepara as instituições e que habilita os cursos são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs).

Cada área de formação, curso e profissão dispõe das suas DCNs, e as instituições devem trabalhar em cima dessas diretrizes, mas o nome já explicita o que são elas: direções, ou seja, as instituições possuem autonomia sobre o que fazer e o modo de fazer para se desenvolverem. Para cada curso constam disciplinas obrigatórias, optativas e complementares, são determinadas carga

horária mínima de estágio, carga horária mínima de atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, enfim, e tudo está descrito nos documentos que regem os cursos. Como as instituições possuem autonomia no modo de fazer, o híbrido é muito bem-vindo, além da questão das habilidades do futuro, inserir essas disciplinas dentro dos nossos planos de ensino, colocar competências e habilidades que também são obrigatórias para um bom exercício da profissão, para que cada profissional esteja preparado para o mercado dentro dessas competências e habilidades. Portanto, a documentação é uma diretriz, uma orientação para os gestores educacionais, contudo, nós dispomos de autonomia sobre a forma de fazer.

Um ponto importante, obviamente, é que quando recebermos visitas do MEC, principalmente para reconhecimento de cursos, devemos estar com todos os dados e fatos a postos e colocados para que ele verifique aquilo que eu disse que vou fazer ou o que eu fiz. A documentação bem elaborada, com toda a parte de como que você trabalhou com os alunos as competências, habilidades e as diretrizes curriculares, faz com que os avaliadores do MEC e do Inep verifiquem o trabalho realizado de cada instituição. Então, não há problema, pelo contrário. A ABMES tem participado de várias discussões com o próprio CNE sobre essas questões, as quais realmente acreditamos.

Débora, e o mais interessante é visar o futuro, os problemas reais do dia a dia, do que acontece ao nosso redor e não simplesmente cumprir aquela grade curricular, conseguir o diploma e ir atrás do mercado de trabalho – isso está ficando no passado.

Renata, falamos bastante sobre habilidades e competências. Com esse método de ensino, vocês sentiram esse desenvolvimento dos alunos? Houve vantagem tanto para a instituição quanto para os alunos? Como foi na Faculdade Santo Antônio?

Renata Perrenoud: É interessante trazer o olhar dos alunos porque quando você trabalha com a aprendizagem baseada em projetos você pode levar essa metodologia para uma disciplina na sala de aula, na matriz curricular como uma disciplina de projeto integrador, pode ter projetos institucionais que passam pela matriz curricular do curso, um projeto institucional do curso e que também seja trabalhado com a aprendizagem baseada em projetos. Em qualquer dos modelos você provoca, traz o engajamento do aluno, além de inseri-lo para ser protagonista desse projeto. Ele aplicará o conceito do que está aprendendo na prática ao interligar aquela ideia com uma aplicação real, então esse engajamento vem de forma natural porque o aluno consegue visualizar e praticar a sua profissão, podemos dizer assim. Eu sou docente, atuo na sala de aula e muitas vezes

escutei: “professora, onde eu aplico isso?”. Eu trabalhei muito tempo com cálculo dentro das engenharias, por exemplo, então trazia aquele volume de matemática e o aluno perguntava para que servia aquele monte de derivada e integral e onde aplicá-las. Quando você traz a aprendizagem baseada em projetos, você coloca o aluno para construir e aplicar o que ele está aprendendo, por isso ele consegue visualizar essa aplicação e isso faz uma enorme diferença na aprendizagem. Também enxergo como vantagem trabalhar esse processo de mudança, de inovação na sala de aula, na matriz, ao colocar o aluno para aplicar esse conhecimento e com isso trabalhar as competências e habilidades. Assim, é possível mostrar para o aluno o que complementa essa formação para que ele termine o curso como um profissional formado integralmente para aplicar essas competências no mercado de trabalho. Sobre o uso da tecnologia, o Flesch trouxe a questão da ferramenta tecnológica que faz o suporte para a gestão do projeto de aprendizagem, o que, obviamente, traz o foco para poder trabalhar a empregabilidade, conectar esse aluno com as práticas do mundo real e favorecer o trabalho social. Nós trazemos o conceito da extensão com esse trabalho que você pode transformar e até levar isso para sua instituição como um diferencial competitivo.

Renata, você citou aquela questão de vários cálculos na teoria na engenharia, que sempre surge a dúvida de como aplicá-los na prática. Você poderia dar um exemplo mais real do que já acontece em algum projeto para termos uma noção melhor de como funciona?

Renata Perrenoud: Sim, eu vou contar uma experiência que vivenciei na sala de aula. Uma das disciplinas que eu sempre ministrei dentro da engenharia foi a mecânica dos fluídos. É uma disciplina bem complexa, com muitos cálculos e que os alunos olham com bastante receio. Comecei a trabalhar com a aprendizagem baseada em projetos dentro dessa disciplina, a transformei integralmente nessa metodologia e logo pude conferir o resultado de aprendizado positivo. Dentro da disciplina, a proposta era de que no semestre os alunos fizessem três projetos, dentro desses três projetos trabalhávamos todo o conteúdo programático e no final do semestre os alunos apresentavam um último trabalho. O projeto desse semestre era sobre o número de Reynolds, que trabalha o tipo de escoamento, quando um aluno disse: “professora, olha que bacana! Eu trabalho em uma fábrica, quebrou uma máquina, o meu gerente desceu para ver o que tinha acontecido e ele começou a fazer um monte de perguntas. O meu supervisor direto não sabia responder e na hora eu vi que era o conceito do projeto que estávamos trabalhando. Graças a estar fazendo a APB dentro de mecânica dos fluídos e poder ver a aplicação

do processo da máquina, graças a ter construído esse protótipo e feito esse projeto, eu consegui explicar para o meu gerente qual era todo o processo da máquina e ganhei muitos pontos por lá”.

Essa satisfação do aluno em ver que ele conseguiu sair da sala de aula, da fórmula, da matemática e transferir o conhecimento para o mundo real foi incrível e sempre gera engajamento dos alunos.

Contudo, existem também projetos que não avançam, ideias milagrosas que chegam na hora e projetos que não vão para a frente. Isso também pode acontecer?

Renata Perrenoud: Eu acredito que para que isso não aconteça, a Débora falou muito bem de algo importante que é a formação dos professores. Para que essas ideias mirabolantes não aconteçam, até para que o aluno não crie resistência às metodologias ativas, é muito importante que o professor, o gestor e o coordenador passem por um processo de formação e fiquem muito bem-preparados. Todos precisam se apropriar e entender como funciona a metodologia, a aprendizagem ativa e o que propor ao aluno dentro da disciplina ou dentro da matriz curricular enquanto gestores para que isso seja construído de modo a virar um modelo sustentável na instituição. O Flesch também comentou que todos precisam estar envolvidos, da alta gestão até o aluno.

Quando falamos em formação docente, é um modelo que deve estar alinhado de cima para baixo, todos precisam estar em sintonia para que possamos construir um modelo que seja sustentável dentro da instituição. Assim, com certeza os projetos terão sucesso.

Débora Guerra: Para complementar a professora Renata, uma coisa que considero muito importante e tem relação com a formação docente é a mudança de *mindset* das instituições, que é uma configuração muito importante. Para realizar um projeto, ele passa por protótipos, não fica pronto do dia para a noite. E algo que nós, professores, temos dificuldade é com o erro.

Precisamos reforçar a todos – alunos e professores – que não há problema em errar, pois o erro faz parte da jornada e possibilita o aprendizado, além de melhorarmos o processo e entregarmos algo de melhor no futuro.

A questão do erro é algo que faz parte da vida profissional e, inclusive, deve fazer parte da vida acadêmica. Ainda hoje nós punimos o erro, damos nota ruim a ele, por isso precisamos construir o entendimento de que está tudo bem errar, e o mais importante ao errar é corrigir rapidamente.

Felipe Flesch: Eu ia tocar exatamente nesse ponto que a Débora comentou porque nas nossas profissões, depois que acabamos a graduação e entramos no mundo do trabalho, constantemente nos deparamos com problemas. Todos os dias resolvemos algum tipo de problema, de projeto, de desafio e acertamos e erramos o tempo inteiro.

O que gera aprendizado (que é o nosso objetivo) é que nós consigamos aprender com os acertos, mas, às vezes, aprendemos mais com os próprios erros. Então, como o interessante no processo é a aprendizagem, esse tipo de metodologia baseada em projetos se torna ainda mais rica para o aprendizado quando o aluno tem a oportunidade de errar, entender aquele erro, processar aquele erro e ver como ele poderia ter feito diferente.

A Carol fez uma pergunta para a Renata também sobre as competências e, juntando o que a Renata e a Débora responderam sobre as profissões mudarem, nós não sabemos quais serão as profissões do futuro. Existe um estudo do Laboratório de Aprendizado de

Máquinas em Finanças e Organização (LAMFO), da Universidade de Brasília (UnB), que aponta que 30 milhões de postos de trabalhos formais no Brasil serão substituídos por automação até 2026, e isso é praticamente amanhã, porém, nós ainda formamos os nossos alunos em um currículo tradicional. Será que não estamos formando uma classe de desempregados de profissões que não existirão daqui a pouco? A aprendizagem baseada em projetos, ao trazer essa vivência para o aluno acertar e errar, o desenvolvimento de competências que não são só aquelas relacionadas ao que está lá na DCN dos cursos, mas são competências valorizadas em todas as profissões, como a liderança, criatividade, pensamento crítico, saber trabalhar sobre pressão, saber resolver um problema, saber trabalhar em equipe... Essa base, que chamamos de *soft skills*, competências socioemocionais que são inerentes ao trabalho dos métodos ativos na aprendizagem baseada em projetos, traz para o aluno um ferramental que mesmo que a profissão tradicional dele não exista daqui a cinco anos, ele disporá das ferramentas necessárias para seguir sua carreira e construir a trajetória para ser protagonista. Eu acredito que a aprendizagem baseada em projetos possui um papel fundamental na transformação da educação, e é bom ver cada vez mais as instituições, os debates e a ABMES estimulando, porque nós precisamos mudar o nosso modelo educacional,

que ainda é muito pautado em algo que já está extremamente datado, e o primeiro passo são essas inovações, e a metodologia ativa e a aprendizagem baseada em projetos têm um papel-chave nessas mudanças. Não sabemos se será o futuro, mas, com certeza, dadas as informações que temos hoje, é um próximo passo quase que óbvio para as instituições. Precisamos cada vez mais focar nisso.

Felipe, muito interessante você ter colocado uma “pulga atrás da orelha” em relação à formação do futuro e como deve ser daqui para frente.

Renata, algum complemento?

Renata Perrenoud: Comentamos a questão de que o aluno pode errar e eu defendo que nós precisamos olhar também para uma outra questão: o professor é um formador de opiniões na sala, mas precisamos que através da aprendizagem baseada em projetos e das metodologias ativas o professor saia da sua zona de conforto. O professor é uma figura de extrema importância, por isso a relevância da capacitação docente e da mudança do *mindset*, do professor ter essa “virada de chave” e saber que quando ele trabalha com a aprendizagem baseada em projetos, ele pode errar, ajustar rapidamente a sua disciplina e dar o direcionamento correto para o seu aluno. Por isso, gosto de trabalhar com as metodologias ativas, principalmente com aprendizagem baseada em projetos.

Indicações:

Websérie DreamShaper e ABMES –
[Episódio 1](#) - [Episódio 2](#) - [Episódio 3](#)

Livro: [Creating Innovators](#) – Tony Wagner

Livro: [Engenheiros para quê? Formação e profissão do engenheiro no Brasil](#) – Roberto Leal Lobo e Silva Filho, Maria Beatriz Lobo, José Roberto Cardoso e Renata Perrenoud

Livro: [Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI](#) – William N. Bender

Livro: [The Innovative University: changing the DNA of higher education from the inside out](#) | English edition – Clayton M. Christensen e Henry J. Eyring

[A Universidade Inovadora: mudando o DNA do ensino superior de fora para dentro](#) | Edição em português - Clayton M. Christensen e Henry J. Eyring; tradutor: Ayresnede Casarin da Rocha

E-book: Ensino por projeto – DreamShaper | *Link:* <https://bit.ly/2WRkySQ>

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 16

Como as
edtechs estão
revolucionando a
educação superior

23/09/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**João
Kepler**

CEO da Bossanova
Investimentos



**Luiz
Gomes**

Diretor da
aceleradora
Overdrives

Episódio 16

Como as *edtechs* estão revolucionando a educação superior

23/09/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

João Kepler, CEO da Bossanova Investimentos

Luiz Gomes, diretor da aceleradora Overdrives

Temos não só assistido, mas protagonizado a transformação digital na educação, que acontece de forma cada vez mais veloz. As pessoas estão cada vez mais conectadas e a internet virou um item essencial. Foi da combinação da educação com a tecnologia que surgiu a *edtech*, uma forte tendência que tem revolucionado o segmento de educação mundo afora.

O Brasil sempre contou com inúmeros desafios educacionais, e a cada ano que passa se apresentam maiores. Com a pandemia, por exemplo, o país se deparou com um grande dilema: como manter o ensino em um cenário de distanciamento social? É justamente nesse contexto que as *edtechs*

brasileiras têm mostrado o seu valor, tornando a realidade educacional cada vez mais digital.

Luiz, o que é exatamente *edtech*? Por que há interesse na área educacional?

Luiz Gomes: No conceito mais simples, são soluções digitais com potencial de escala que atuam no contexto educacional. Elas partem do contexto de *startups*, pois precisam ser repetíveis, escaláveis e em constante atuação com algum grau de inovação, além de propor caminhos diferentes para resolver problemas já conhecidos, que muitas vezes são resolvidos de outras formas, as quais podem estar em desuso ou com a qualidade em queda.

A tecnologia chega com o objetivo de reverter esse quadro.

Atualmente, possuímos um movimento de *edtechs* mostrando novas formas de entender e entregar a educação. Ao visualizarmos o cenário, é comum pensarmos na digitalização da educação, ou seja, o que era realizado nas salas de aula pode ser desenvolvido no ambiente digital. Contudo, ser uma *edtech* é mais do que isso: é discutir os fundamentos educacionais, debater a proposta de ensino-aprendizagem e a relação entre quem compartilhará conhecimento e quem precisa adquirir aquele conhecimento. À vista disto, acredito que a importância de haver um mercado digital na educação significa a oportunidade de questionar não só as mecânicas, mas os fundamentos do que entendemos sobre a educação.

João, como você ingressou no ramo das *edtechs*? Como está essa conjuntura educacional, que exige cada vez mais a modernização digital?

João Kepler: O Luiz traduziu bem o significado de uma *edtech*, explicarei mais a parte prática, no sentido do dia a dia nas escolas. Com a pandemia, as escolas precisaram buscar soluções, a exemplo do *Zoom* e ferramentas de webinários para atender à demanda dos alunos e manter a escola viva. Acontece que muitos alunos já consideravam as aulas chatas no dia a dia e o *Zoom* intensificou o sentimento. O

que quero dizer com isso é que a tecnologia é o meio, mas não o fim. Por isso, as escolas precisam inovar junto com a tecnologia. O fato de estabelecer uma *startup* na empresa não faz com que você possa afirmar que inova.

Existe uma mentalidade que precisa ser alterada nos donos das faculdades, reitores, professores, corpos docentes, pais, alunos, enfim, é um conjunto de coisas, e as *startups* de educação efetivamente apresentaram soluções para esse tipo de problema, a exemplo do reconhecimento facial da forma que o aluno tem interagido com a aula, os meios de pagamento, a comunicação externa ao ambiente escolar, entre várias outras soluções que foram desenvolvidas antes, durante e muitas que ainda serão desenvolvidas após a pandemia. Existem diversos problemas para serem resolvidos e as *startups*, pequenas empresas e empreendedores com mentalidade empreendedora, que olham para onde todos olham e enxergam o que ninguém vê, estão prontas para solucionar. Existe a grande oportunidade dos donos das faculdades buscarem essa solução, pois muitas vezes sai mais barato do que desenvolver internamente. Esse é o grande feito que envolve esse ambiente, que vocês na ABMES estão efetivamente inseridos.

O nosso papel é investir nesses projetos para que eles cresçam, amadureçam

e fiquem mais capacitados para que, futuramente, possam usufruir do serviço dessas *startups*.

A mudança tecnológica é uma mudança de comportamento e social. Professor Celso, no caso das instituições de educação superior, você considera que todas precisam investir e tornar-se parceiras de *edtechs* para se transformarem em instituições inovadoras, que olham para a frente, ou existem outras formas delas criarem e trazerem o ambiente de inovação ao *campus* universitário?

Celso Niskier: Eu não acredito que todas precisam investir, mas, atualmente, existem três papéis fundamentais que as IES podem adotar frente a esse mundo novo: 1) elas podem ser clientes de soluções como essas que estão sendo; certamente, principalmente as pequenas e médias instituições, se ainda não foram, serão clientes de algumas dessas inovações, até para que possam acompanhar a velocidade da mudança; 2) elas podem incentivar a criação de um ambiente em que essas ideias possam florescer, como é o caso da Overdrives e do grupo Ser Educacional. No Recife, eu visitei um prédio inteiro dedicado a projetos de inovação, essa é uma maneira de a instituição se envolver com iniciativas que incentivem o surgimento das soluções; 3) elas são capazes de trabalhar diretamente com os investidores e podemos citar alguns casos como o do grupo Ânima e Ser.

Hoje em dia, os grandes grupos, e mesmo aqueles não tão grandes, têm investido em novas *edtechs*, até porque depois querem incorporar essas soluções no mundo organizacional. Sendo assim, seja como cliente, através da promoção de ecossistemas de incentivo das *edtechs* ou por meio de investimento direto, as IES, de qualquer tamanho, possuem papéis fundamentais a desempenhar para que acompanhem o movimento e não fiquem para trás.

Sim, o movimento está incrível e realmente precisamos ficar atentos a essas transformações.

Volto a conversa ao João, pois ele afirmou que, às vezes, o investimento é até mais barato do que a própria instituição iniciar o processo. Apesar disso, a IES não possui particularidades que precisam ser consideradas para buscar soluções tecnológicas específicas? Um único modelo serve para todas as instituições?

João Kepler: É óbvio que cada instituição tem a sua peculiaridade e necessidade. Alguns problemas são comuns a todos, outros não, e essas *startups* costumam criar modelos únicos. Não é possível fazer uma adaptação para todos os negócios e isso, com certeza, é um problema para alguns, mas, para outros, barateia o custo. Isso pode variar de acordo com a estratégia da *startup*. Por exemplo, é possível que ela faça um *white label* e adapte a estrutura

às características da universidade, o que ocorre com frequência. Eu gosto muito do modelo que chamamos internamente de B2B, que são empresas que negociam para outras empresas; também existe o modelo B2B2C, onde a universidade presta serviço para os seus alunos, pais, comunidade etc.

A verdade é que nem toda *startup* consegue, de fato, adaptar serviços para personalizar o interesse de uma faculdade, assim, o que eu vejo acontecer é a aquisição. Quando uma instituição adquire uma *startup*, ela se antecipa à tecnologia que precisa desenvolver e traz para o seu interior uma situação na qual ela pode adaptar o que quiser para estruturar o modelo com a personalização que necessita.

Temos visto acontecer diversas aquisições de negócios inovadores de *startups* para que ocorra exatamente essa personalização. Isso é uma oportunidade que pode, quem sabe, ser uma forma de concorrência com outras universidades. Temos visto de tudo nesse mercado, então acredito que o Celso pode nos ajudar a explicar

um pouco mais o que ocorre no dia a dia com as aquisições em relação às personalizações.

Celso Niskier: Para acrescentar um pouco ao que o Kepler falou, a personalização não só do uso da tecnologia, mas a palavra ‘personalização’ em si é muito importante para qualquer instituição educacional, e várias soluções das *edtechs* têm o objetivo de personalizar a experiência do aluno, pois uma das grandes dores do mercado educacional é a capacidade de atender em larga escala e, ao mesmo tempo, de forma personalizada.

Acrescento que além daquelas três formas de participação das IES nesse mundo das *startups*, existe uma quarta maneira, que é a formação de profissionais altamente qualificados para a inovação. Nesse aspecto, eu incluo o caso da UniCarioca, que dispõe de um mestrado profissional em Novas Tecnologias Digitais na Educação estruturado para formar profissionais de alto nível na atuação dentro desse ecossistema que surge com força no Brasil. Dessa forma, existem muitos caminhos, como as próprias instituições formarem profissionais, “incubar” empresas, comprar os serviços de empresas novas e comprar, adquirir ou investir em empresas em formação. É importante destacar que existem várias outras *techs* que têm sido adotadas pelas organizações educacionais, como as *fintechs* e soluções

de microcrédito, financiamento estudantil, soluções de aquisição, compras e serviços. Não é só no aspecto acadêmico que as instituições têm sido impactadas pela inovação. No aspecto gerencial-administrativo também há muitas oportunidades para as *techs* em geral, além das *edtechs*.

João Kepler: E sem falar que toda universidade contém uma comunidade de alunos que possui um forte poder de grupo que pode ser usado, e as universidades também têm usado, por exemplo, ferramentas de comportamento, de hábitos de nutrição e várias coisas onde eles, em grupo, se tornam muito fortes e isso gera pertencimento para a própria instituição. Muitas universidades criam *community management* para gerar esse pertencimento e disponibilizar ali serviços que não precisam estar ligados diretamente à educação, mas que contribuam de forma indireta.

Celso Niskier: Inclusive, o Kepler e eu assistimos a uma apresentação de uma empresa voltada ao *marketplace* dentro de escolas e universidades, ou seja, até a roupa do uniforme, a cantina, o xerox, tudo isso pode ser colocado dentro de um *marketplace* e pode gerar receitas adicionais. É muito interessante como há realmente um movimento de transformação da realidade da educação a partir da cabeça de jovens empreendedores e a partir da experiência de investidores que apostam os seus recursos

na promoção e no crescimento dessas empresas. Sem dúvida, é um admirável mundo novo.

João Kepler: O Celso comentou da incubação e aceleração nas universidades e disse algo muito importante, que é a necessidade de talentos nas empresas de tecnologia e nas *edtechs*. As universidades, por outro lado, são grandes fornecedoras dessa mão de obra através da formação desses profissionais em tecnologia. Estima-se que daqui há cinco anos existirão mais de 300 mil vagas disponíveis para o setor, e vocês, de todas as instituições, possuem um papel fundamental nesse processo de formação. Em decorrência do que ocorre com a cotação do dólar, muitos profissionais estão indo embora, desenvolvendo negócios fora do país e recebendo em dólar no valor nominal. Por exemplo, aqueles que receberiam cinco mil reais no Brasil, podem receber cinco mil dólares no exterior, e isso gera uma diferença enorme. Nesse sentido, precisamos gerar mais cursos e desenvolvimento, pois o Brasil efetivamente precisa desses profissionais, não somente nas *startups*. Precisamos de muito mais profissionais de TI sendo preparados, e vocês podem ajudar muito nesse sentido.

Eu me questioneei e percebi que não entendo nada dessa parte de *startup* e não saberia nem por onde começar. Qual curso de graduação eu teria que

buscar para aprender a fazer uma startup? Existe algum curso específico?

Luiz Gomes: Sim, existem alguns cursos, inclusive tecnólogos, que as pessoas podem realizar para ingressar nesse mercado de empreendedorismo digital. A Overdrives, por estar vinculada ao Ser Educacional, foi diretamente responsável pela criação de cinco desses cursos. Um dos impactos que talvez valha discutir em relação à interação das IES com o universo de *startups* como um todo é de que modo esse universo pode gerar inteligência para as IES direcionarem as suas formações. No primeiro ano de operação da Overdrives, identificamos as demandas repressas nesse mercado tecnológico. O Kepler trouxe uma visão muito nítida sobre o que vivemos e o que viveremos nesse cenário. Em virtude disso, desenvolvemos junto com o Ser Educacional cinco formações de dois anos. Uma delas foi justamente o empreendedorismo digital. Não é um curso de administração nem de economia ou contabilidade, mas é um curso que provoca a capacidade de se gerar empreendimentos no mercado digital. Esse é um dos cursos, mas, juntamente com o Ser Educacional, lançamos também o de *data science*, com vistas a formar um cientista de dados; o de *digital security*, para lidar com segurança de dados em um contexto digital; e o de *service design*, que é a visão do *design* para resolver problemas ou para suportar serviços digitais.

Esses são exemplos de como a conexão com o universo das *startups* pode gerar valor às IES. Eu sou diretor da Overdrives e diretor de novos negócios no Ser Educacional, por isso exerço uma dupla atuação e olho tanto para o contexto das *startups*, através da aceleradora, como para a inovação corporativa. É uma coisa que discutimos muito no Ser Educacional é sobre a visão de inovação transacional. Olhamos o objetivo da inovação corporativa, que vai desde criar, aprimorar ou comprar soluções, mas também olhamos a inovação que chamamos “de fora para fora”, onde investimos em coisas que vão além da *edtech*. Eu costumo dizer que nós refletimos uma palavra que o Janguê repete muito, que é “disruptivo”. Somos uma IES que não investe só em *edtechs*, nós possuímos uma solução investida, por exemplo, que almeja substituir o uso de gesso para imobilização articular por coisas impressas em impressora 3D, o que pode mudar radicalmente a nossa relação com o viés ortopédico e fisioterapêutico, o que para nós isso é interessante. É educação? Não, não é educação, mas pode influenciar diretamente na formação de profissionais de fisioterapia e de quem cursa especialização em ortopedia. Logo, por mais que não olhemos só para *edtechs*, conseguimos enxergar essa inovação de “fora para fora” que, como eu disse, é transacional. Existe uma visão da inovação de fora para dentro.

O que chamamos de inovação “de fora pra dentro”? É o que aprendemos no comportamento dessas pessoas que empreendem no mercado digital e como isso pode influenciar nossas ações internas, tanto ações corporativas quanto a jornada de formação dos estudantes. Por exemplo, todos os estudantes do Ser Educacional têm disponível uma disciplina de empreendedorismo. Nessa disciplina, a última avaliação é corrigida pela Overdrives porque o objetivo do exame é proporcionar ao estudante uma visão de como o mercado avaliaria o empreendimento que está sendo criado, mesmo que no papel, para responder qual o potencial de visão de negócio o estudante possui. Através disso, conseguimos visualizar negócios incríveis de alunos de enfermagem, das engenharias, de administração, e isso é interessante, pois falamos da capacidade de pensar em resolver questões até mesmo globais por quem não se vê empreendendo. Posto isto, acredito que o grande papel das IES é desenvolver novas capacidades na jornada de formação desses profissionais. Hoje, não existe só um médico, existe um profissional que domina tecnologia para exercer telemedicina e realizar, quem sabe, uma cirurgia em um paciente que está na Índia. E isso não é só medicina, é medicina aplicada ao digital.

Esse é o papel das IES: trazer à jornada de formação o impacto da replicação

da mentalidade digital, não só entre esses grupos que fazemos parte, mas entre outros tantos grupos. Quanto à Overdrives, ela propõe conexões com *startups* de todo o mercado. Para concluir a minha resposta, dou um exemplo bem simples: recentemente nós aceleramos uma *startup* que atua em economia circular, compra e venda de itens, geralmente roupas de segunda mão. Nesse momento, você pensa: “mas por que que eu vou fazer isso?”; “por que uma IES tem interesse em um negócio desse?”.

Já parou para pensar que boa parte do público universitário são pessoas cuja vida financeira não é tão bem-sucedida assim? Então, você pode pegar e entregar, no caso do Ser Educacional para mais de 300 mil pessoas, a possibilidade de gerar renda extra através da venda de itens que elas já possuem. Isso também é se preocupar com a vida do estudante, mesmo que aquela solução não se aplique à sala de aula ou a um conceito técnico, mas trazemos algo que é crescente, que é a economia circular, a economia consciente, para dentro da gama de possibilidades que esses estudantes podem ter, vinculadas ao Ser Educacional ou à sociedade como um todo.

Luiz, mais um gancho: é também no espaço acadêmico que nós podemos errar e acertar. Existe o fato de ser um espaço de inovação, mas também de

oportunidades, de erro. No caso das aceleradoras, elas também passam pelo processo em que a instituição de ensino pode ser o espaço ideal para errar e acertar, correto?

Luiz Gomes: Eu uso uma definição que não é minha e não poderei dar os créditos, pois não sei quem a originou, que é a seguinte: uma aceleradora é como se fosse a rede que fica embaixo do trapezista. Sem o acelerador, o trapezista pode dar o salto da vida dele, mas se ele errar e cair, talvez seja o seu último salto. Quando você informa ao trapezista que existe uma rede embaixo dele, este pode se arriscar muito mais porque, se cair, tem a chance do segundo salto. Uma aceleradora não saltará pelo trapezista e nem o ensinará a saltar, ela só possibilitará a ele uma segunda chance. Portanto, quando abordamos sobre negócios digitais, quando as *startups* entram em processo de aceleração no que diz respeito a estimular o empreendedorismo, falamos para essas pessoas que se elas estão na jornada acadêmica, é importante que usem esses dois, quatro, seis anos de graduação para testar coisas, pois quando estiverem, de fato, no mercado, sentados em uma posição profissional, cercadas de gestão, governança, hierarquia, não terão tanta oportunidade para testes. Portanto, que transformem a universidade em um grande laboratório.

Dito isso, podemos entrar na discussão, inclusive sobre ensino híbrido: eu

defendo, de acordo com uma percepção muito pessoal do Ser Educacional, que a universidade se tornará um grande laboratório daqui para a frente. Não existirá mais sala de aula, tampouco a necessidade de ocorrer aula nesse local, mas persistirá a necessidade de um lugar para experimentar coisas. Por outro lado, na aceleradora, as *startups*, quando estão sendo aceleradas, elas possuem ali um “colchão” que permite arriscar um pouco mais. Eu não acredito naquelas conversas de aceleradores que afirmam que em seis meses a *startup* crescerá 10, 15, 20, 30 vezes; isso não acontece. O que acontece é que o papel do acelerador é o de fortalecer a base do negócio e fazer com que este, depois dessa jornada de seis meses, possa, de fato, crescer com consciência e consistência naquele mercado que atua. Se nós conseguirmos fazer isso, seremos capazes de prover um pouco mais de maturidade empreendedora para quem está à frente dos negócios.

Professor Celso, você concorda com o Luiz quando ele refere que a sala de aula se tornará apenas um laboratório?

Celso Niskier: Totalmente. Essa não é só a opinião do Luís, é a opinião de muitos educadores que têm debatido sobre o tipo de sala que surgirá. Eu gosto muito daquela ideia dos quadrantes híbridos, inclusive já debatemos a ideia de que o presencial, virtual, síncrono, assíncrono estão combinados em quatro quadrantes e, a partir deles, a instituição

pode experimentar soluções. Por exemplo, uma sala que é presencial e síncrona, pode também transmitir virtualmente e sincronamente a aula aos estudantes, enfim, essas combinações dos quadrantes serão elementos de muita inovação. Também creio que os prédios se dedicarão cada vez mais à construção de espaços de trabalho conjunto, *espaços makers*, laboratórios, lugares de reunião e de comunidade.

Eu não acredito muito naquela sala tradicionalmente cheia, com 100 pessoas ouvindo um professor, mas acredito em salas menores, com estudantes trabalhando de forma cooperativa, com a facilitação através da mentoria do professor. Creio que a mentoria de projetos desempenhará um papel cada vez mais relevante ao professor, ainda mais agora com a obrigatoriedade da curricularização da extensão, ou seja, 10% da carga horária de todos os cursos serão dedicados a projetos de extensão, medida que deve ser cumprida até o final de 2022. Considero isso a “cereja do bolo”, aquilo que trará de volta o estudante ao espaço universitário para praticar, desenvolver projetos, interagir, e a tecnologia será a grande mediação desse novo ambiente de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, concordo com o Luiz, cuja visão é também compartilhada por muitos educadores, que inclusive já trabalham os seus modelos para 2022,

que será um ano de experimentação. Ninguém possui a solução, ninguém sabe exatamente o que o estudante quer. Nós, da ABMES, fizemos uma pesquisa e constatamos que apenas 29% dos estudantes querem voltar ao ensino totalmente presencial. O restante, mais de 70%, querem algum tipo de híbrido. Portanto, leiam as linhas das pesquisas para ver como o estudante quer uma instituição diferente. Aqueles empreendedores que compreenderem e souberem transformar essas dores em projetos serão muito bem-sucedidos. Existe um mercado enorme para talentos, investidores e pessoas que queiram se dedicar a criar a educação do amanhã que tem sido criada hoje. Não é coisa para o futuro, é algo para o presente.

Eu quero aproveitar e perguntar sobre a regulamentação das *edtechs*. João, você pode contar brevemente como está o funcionamento e o que é preciso aprimorar?

João Kepler: Acabou de ser sancionado e entrou em vigor o marco legal das *startups*, que declara o que é e o conceito dela, o que melhora o ambiente de segurança jurídica para o seu investimento. Esse marco ainda possui várias falhas, mas só o fato de existir uma lei publicada, sancionada e em vigor nos ajuda e muito a melhorar o ambiente em todos os sentidos. O Celso pode me ajudar mais um pouco em relação à questão regulatória, pois eu não vejo

problemas nesse sentido, as *startups* atendem a todas as necessidades. Por exemplo, em relação à aceleração e pesquisa e ao envolvimento do aluno, antes mesmo de pensar nisso, analisemos como Israel se tornou a nação da *startup*, algo que o nosso país precisa muito e sobre o qual as instituições devem trabalhar bastante, pois elas têm um papel fundamental para que possamos criar negócios que no futuro serão *startups*.

Acontece que muito do que era realizado em termo de pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, no Porto Digital do Recife, não se tornou negócio e nem mercado, somente se manteve na pesquisa. Hoje, temos uma oportunidade em que está tudo misturado: a Overdrive é um laboratório, uma incubadora, uma aceleradora, ela é tudo, bem diferente de antes, que havia a incubadora, a qual funcionava apenas para pesquisa e desenvolvimento de negócios da universidade. Havia também a aceleradora separada, e hoje tudo funciona em conjunto, por isso a importância da entidade na formação como um todo é fundamental. Além disso, o que foi abordado da curricularização (trazer à sala de aula, montar e pesquisar negócios, pensar e resolver problemas) é o que fará a grande diferença do Brasil. Nós já somos o país do empreendedorismo, mas seremos o país do empreendedor preparado, pois existem diversos empreendedores que recebemos na

Bossanova, por exemplo, que não possuem formação e esquecem a faculdade em virtude de não detectarem esse apoio. Eles acreditavam que só conseguiriam aprender através do mundo exterior, contudo, se as universidades começarem a oferecer apoio, é possível mudar essa mentalidade.

Celso Niskier: Você desenhou a missão da Universidade do Futuro. Atualmente, é muito interessante: os alunos estudam matérias teóricas na maior parte dos quatro anos de graduação, depois produzem um trabalho de conclusão de curso (TCC), que muitas vezes é para mostrar o que eles aprenderam, mas não possui relação com nenhum problema concreto.

Eu brinco porque a UniCarioca começou como Faculdade Carioca de Informática e todos os TCCs eram sobre um sistema para automatizar a biblioteca. Todos faziam a mesma coisa, visto que havia uma biblioteca ali e ninguém olhava para fora. O potencial de transformar não só os TCCs em projetos de empreendimento, mas elaborar algo que surge e emerge, que eu considero que será uma tendência, é o seguinte: “eu possuo um projeto, quero estudar nessa instituição e, se em dois anos eu conseguir montar meu projeto, eu consigo o diploma”. Eu quero essa universidade, eu não quero uma instituição que me diga o que eu preciso aprender. Quero uma universidade que me ajude

a realizar o meu sonho de empreendedor. Esse modelo de universidade já existe nos Estados Unidos, a exemplo da *Draper University*, no Vale do Silício. Lá, o estudante estabelece o seu plano de negócio, sua ideia geral e é admitido por dois anos para ficar em um prédio, incubado, bombardeado de ofertas de investidores-anjo. Ao final, o trabalho é defendido não para uma banca, mas para um grupo de investidores que decidem se o estudante é aprovado ou reprovado.

Enfim, eu acredito que esse modelo de universidade chegará ao Brasil e possui uma linguagem que o jovem quer ouvir, pois ele quer dar a sua colaboração, até mesmo porque possui um propósito e quer resolver os problemas do mundo, quer externalizar a sua energia e o conhecimento é uma ferramenta para isso, não um fim em si mesmo. Por isso, creio que as universidades precisarão se adaptar, como o Luiz disse, para ser esse ambiente de experimentação, esse grande laboratório de onde o estudante sairá não com o diploma, mas com uma solução para uma dor real do mundo lá fora. Esse é um sonho que precisamos começar a construir porque é o futuro.

João Kepler: Em São Paulo nós temos uma iniciativa que eu quero apresentar. Meu filho do meio, Davi, cursa uma faculdade de administração com esse perfil, a qual não é uma cópia da Draper. Lá, os negócios são montados

e, ao final, tornam-se fundos de investimento. Eles se associam a um fundo de investimento alternativo, denominado capital de ventura (do inglês *venture capital*, VC), aprendem matéria de VC e conteúdo de empreendedorismo. Eles estão em caráter experimental, e acredito que esse modelo é algo que o Brasil precisa olhar. Eu digo que a moeda mais valiosa hoje em dia é a atenção. Se você consegue conquistar a atenção das outras pessoas e do aluno, você conquista tudo. E o aluno precisa de atenção, é necessário criatividade para que o aluno permaneça naquele ambiente e crie pertencimento, queira elogiar, construir e depois fazer o *endorsement* e o *endowment*, visto que aqui não dispomos de fundos de investimento para doação às universidades.

Celso Niskier: Contudo, está surgindo. O Santander está muito envolvido nisso. A PUC do Rio criou um fundo muito poderoso e eu acredito que essa cultura está começando a chegar ao Brasil, mas ainda está muito limitada.

João Kepler: Sim. Nós precisamos, e muito, incentivar esse *giveback*. O aluno precisa se sentir parte do negócio. É todo um contexto e não mais só a *edtech*, a *startup*. Temos o papel de despertar a mentalidade do nível de consciência. Todos nós dispomos de um nível de consciência “um”, e depois precisamos ir para o “dois”, “três”, e assim sucessivamente. Aquela história que o Celso

comentou do TCC do *software* da biblioteca, por exemplo, ali é nível de consciência “um”, mas é porque o ambiente que o estudante está é limitado.

Celso Niskier: Eu tenho uma imagem que complementa isso que você mencionou. Na educação, nós temos, muitas vezes, a teoria do balde: enchemos a cabeça do aluno de pedrinhas. Ele sai da faculdade, da escola, cheio delas, contudo, jogará fora um bocado dessas pedrinhas para colocar outras. Desse modo, qual é o papel verdadeiro da educação? É alargar o tamanho do balde. O objetivo é que ele saia da universidade com uma consciência ampliada, que é isso que você disse.

Talvez a principal colaboração dos educadores não é encher de pedrinhas que, futuramente, ele jogará fora. Sabemos que o conhecimento é algo tangível, sendo assim, o ideal pode ser alargar a consciência do estudante, e esses projetos, essa nova visão e esse ecossistema de inovação, certamente contribui para esse alargamento do “balde”, da consciência do estudante, que é o papel dos verdadeiros educadores.

Uma dúvida: enquanto vocês conversavam, eu só imaginei instituições de grande porte realizando esse tipo de investimento. Será que uma universidade em Vitória da Conquista, no interior da Bahia, dispõe de capaci-

dade para executar um investimento e inovação assim, ou esse é um futuro que está um pouco distante, se analisarmos as diferenças entre os estados do nosso país, em todos os níveis de educação e instituições de ensino?

Celso Niskier: Eu acredito que com esse mundo tão conectado e com a possibilidade de consórcios, parcerias nacionais e internacionais, como as que a ABMES busca nas suas missões, mesmo as instituições pequenas do interior possuem todas as condições de participar de grandes consórcios internacionais. Um exemplo é o do grupo Unis, que é associado da ABMES e dispõe de um projeto de internacionalização que reúne várias pequenas instituições espalhadas pelo Brasil. Ele representa a força da cooperação, união e conectividade. Então, ninguém mais pode ficar alheio a essas mudanças do mundo, porque a tecnologia viabiliza a aproximação das ideias e a cooperação. O grupo Unis, por exemplo, tem projetos com a Rússia e com a China, e é uma instituição do interior de Minas Gerais. Creio que mudamos muito a realidade a partir da hiperconectividade.

Indicações:

Livro: [Satisfação garantida](#) – Tony Hsieh

Livro: [Start-up nation: the story of Israel's economic miracle](#) – Dan Senor e Saul Singer

Livro: Smart money: a arte de atrair investidores e dinheiro inteligente para seu negócio – João Kepler

Livro: O poder do equity: como investir em negócios inovadores, escaláveis e exponenciais e se tornar um investidor -anjo – João Kepler

Artigo: Os quadrantes híbridos – ABMES (2021)

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 17

A importância da educação superior na ressocialização de pessoas privadas de liberdade

7/10/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**Aline Gonçalves
de Araújo**

Diretora de atendimento
ao indivíduo privado de
liberdade na penitenciária
de Ponte Nova/MG



**Vicente
Batista**

Administrador do
polo da Unopar de
Ponte Nova/MG

Episódio 17

A importância da educação superior na ressocialização de pessoas privadas de liberdade

7/10/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca
Aline Gonçalves de Araújo, diretora de atendimento ao indivíduo privado de liberdade na penitenciária de Ponte Nova/MG
Vicente Batista, administrador do polo da Unopar de Ponte Nova/MG

Uma das principais funções do sistema carcerário é a ressocialização do condenado que se encontra em cumprimento de pena e a reintegração dele na sociedade. Sabemos que a educação é um direito social garantido pela Constituição Federal a todos os brasileiros, sem distinção, e alguns presos são beneficiados com o trabalho ou estudo das séries iniciais e ensino médio. Além disso, existem projetos que oferecem oportunidades para as pessoas privadas de liberdade cursarem o ensino superior, o que pode ser um fator decisivo para o processo de reinserção ao convívio social e a diminuição da pena imposta.

Para o indivíduo que se encontra privado da sua liberdade, a assistência educacional é, sem dúvida, uma das prestações básicas mais importantes, sendo elemento essencial para reintegração do indivíduo ao meio social. A educação está diretamente ligada ao pleno desenvolvimento da personalidade do ser humano e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Neste episódio vamos debater a importância da educação superior para que o condenado alcance a sua total reintegração social quando voltar a conviver em sociedade.

Vamos começar com algumas informações interessantes sobre a alfabetização e como está o ensino nos presídios brasileiros. Entre 726 mil presos em todo o país, 70% não concluíram sequer o ensino fundamental, 92% não terminaram o ensino médio e 8% são analfabetos. Outro fato importante é que menos de 1% ingressou ou possui diploma de nível superior, ou seja, antes de falarmos de educação superior, é necessário que elas comecem pelo ensino básico. Aline, conte-nos brevemente sobre esse desafio.

Aline Gonçalves de Araújo: É um desafio muito grande porque a maioria das pessoas admitidas no sistema prisional, como os dados indicam, possui escolaridade muito baixa. Quando a pessoa é admitida no sistema prisional, precisamos buscar toda a sua vida escolar para nos atualizarmos quanto à sua situação, e é um processo minucioso, pois muitos custodiados não possuem nenhuma documentação escolar. Nós tentamos, ao máximo, proporcionar a educação básica para depois tentar inseri-lo no ensino superior.

Aline, eu acredito que ainda existe um preconceito muito grande das pessoas do lado de fora, que desejam que a pessoa privada de liberdade fique presa para sempre e não tenha acesso ao conhecimento. Realmente, é necessário um trabalho de ressocialização e o conhecimento ajudará muito nesse sentido, concorda?

Aline Gonçalves de Araújo: Sim. O conhecimento também ajuda muito as pessoas que estão do lado de fora, então creio que o processo de ressocialização do sistema prisional do Brasil ainda está caminhando para um futuro promissor e de sucesso. Infelizmente, ainda há essa discriminação do egresso e a falta de oportunidade, mas a educação e a profissionalização quebram esse paradigma. Quando ele sai da unidade prisional, possui muito mais chance de ser inserido na sociedade e no seio familiar através do trabalho, além de ter a dignidade restaurada. A educação é muito importante para restabelecer o convívio social.

Ademais, é um dever do Estado, não é, Aline?

Aline Gonçalves de Araújo: Sim, é um dever do Estado. Na [Lei de Execução Penal, Lei nº 7.210/1984](#), uma das coisas básicas que devemos proporcionar à pessoa privada de liberdade é a educação básica.

Realmente devemos lançar um olhar para isso e demonstrar nossa preocupação.

Vicente, a Universidade Norte do Paraná (Unopar) possui um polo universitário dentro de um complexo penitenciário, certo? Conte-nos como é, como surgiu e como funciona esse processo.

Vicente Batista: Sim, temos uma unidade de ensino a distância (EAD) 100%

on-line dentro do Complexo Penitenciário de Ponte Nova (CPPN). Isso surgiu, na verdade, por meio de um convite do Juliano, antigo diretor, e da Aline. Nós visitamos o complexo, fizemos uma reunião e o Juliano mostrou todas as dependências. Algo que me deixou muito intrigado e interessado foi quando eu visitei a escola, porque o complexo dispõe de uma educação de jovens e adultos (EJA), então eu tive a grata surpresa de encontrar uma colega de trabalho dando aula aos presos. Quando avistei a professora Maíra, que leciona português, comecei a interagir com os presos. Após a visita, projetos de ressocialização propagaram em nossas cabeças. Por conseguinte, o Juliano conversou conosco sobre a possibilidade de colocarmos uma unidade do polo na modalidade 100% EAD e eu aceitei a ideia. A Aline embarcou em seguida e a Rita, que ajuda bastante no complexo, também, então investimos nessa ideia. Eu fiquei muito motivado, pois aquela visita mudou bastante o meu olhar sobre a situação e eu quis ajudar de qualquer maneira, nem que fosse doando o computador.

Inicialmente, a Aline e eu começamos a nos comunicar e a pensar em formas de viabilizar um projeto. Ela me passou uma série de projetos e eu estudei formas de colocar aquilo para funcionar. Escrevemos, editamos, até que um dia o nosso projeto deu certo. Nesse meio tempo, o Juliano saiu da

diretoria e entrou o doutor Rafael, que também embarcou na ideia. Então, em maio de 2020 fomos à sede administrativa e participamos de uma reunião na Diretoria de Ensino e Profissionalização para explicar a ideia do projeto, onde fomos muito bem recebidos. Por fim, propagamos a ideia e conseguimos a autorização.

O projeto funciona da seguinte forma: não é qualquer preso que ingressa para o ensino EAD. Primeiramente, ele passa por uma triagem para análise disciplinar e depois ocorre a seleção. Nós entramos em contato com as famílias dos selecionados e perguntamos se ela tem interesse em investir na educação daquele preso. Se a resposta for positiva, oferecemos uma bolsa de, no mínimo, 20%, que dependerá do desempenho desse aluno, visto que ele cursa a EJA e faz o Enem do sistema prisional. A ideia é contemplar uma possibilidade de continuidade desse estudo, de capacitação do preso e a abertura de horizontes para proporcionar uma nova perspectiva através do acesso ao ensino superior. Há uma funcionária no complexo que acompanha o dia a dia, pois não é fácil locomover um preso dentro do sistema, existe todo um protocolo para isso, e com a pandemia essa questão se agravou ainda mais. Além disso, essa funcionária dá toda a assistência no que se refere ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Unopar.

Por ser EAD, muitas pessoas questionam o funcionamento do acesso à internet dentro do presídio. Esse acesso existe e é autorizado?

Aline Gonçalves de Araújo: Sim, o acesso é autorizado, contudo, no plano de trabalho que elaboramos junto com a Unopar, a secretaria tem todo o protocolo de segurança. Os custodiados não possuem acesso livre à internet, por isso é possível a viabilização do uso. Através da Unopar, bloqueadores de *sites* foram instalados para que os alunos só tenham conexão ao ambiente virtual de aprendizagem (AVA) da universidade.

Vicente, vocês disseram que conseguiram viabilizar o projeto em maio de 2020 e estamos em setembro de 2021. Vocês já conseguiram um retorno dos alunos? É possível visualizar os desafios e entusiasmo desses alunos?

Vicente Batista: Sim, nós temos alguns relatos interessantes. Começamos com cinco alunos, depois esse número aumentou para dez, onze, depois nós limitamos o acesso de uns cinco alunos, pois detectamos a tentativa de sair do sistema, mas o sistema bloqueou a saída de informações externas que eles tentaram acessar e nos acusou quais foram os estudantes. Então, a Aline entrou em contato comigo e solicitei o desligamento deles, pois também precisamos honrar com o nosso compromisso. Não podemos dar muitas chances, pois, caso positivo, a

Unopar passa a ser uma oportunidade de o preso tentar se comunicar com o ambiente externo. Nós perdemos cinco alunos, mas, após conseguir a liberdade, um aluno se rematriculou na Unopar, e isso foi muito interessante.

Hoje contamos novamente com dez alunos porque a triagem é muito bem-feita. Ela precisa ser bem-elaborada até para identificar se realmente a pessoa apresenta perfil de estudante ou está com outras intenções, e nós possuímos os bloqueadores, caso ainda ocorra algum incidente, além da funcionária que fica o tempo todo no controle. Também investimos em uma internet via rádio dedicada ao laboratório, que é uma sala com cinco computadores disponíveis para os detentos.

Além de uma grande logística, é um imenso desafio.

Professor Celso, após o exemplo do Vicente, além do comentário da Aline a respeito dessa realidade, que muitas vezes é ofuscada pela mídia e pela sociedade, você acredita que a educação a distância, principalmente agora com a pandemia, é uma importante ferramenta para aumentar o número de detentos com ensino superior?

Celso Niskier: Sem dúvida. Eu estou encantado com essa experiência que foi realizada em Ponte Nova e observando como o futuro está ligado à personalização da experiência do aluno. Aqui, nós temos feito essa personalização

tendo em mente a situação dos custodiados e a tecnologia disponível, o que é também uma personalização para tentar transformar a educação superior não em um produto de massa, mas em um produto que pode ser adaptado a grupos específicos, de acordo com as necessidades específicas.

É evidente que o grande desafio, segundo os números que a Carol apresentou, é que mais detentos concluam o ensino médio para que eles possam chegar ao ensino superior. Contudo, certamente esse modelo que está sendo feito em Ponte Nova, com essa adaptação, com a maestria da Unopar, vai se espalhar pelo Brasil, principalmente se nós dispormos de educadores e empreendedores corajosos como o Vicente, a Aline e todo o grupo em Ponte Nova, que são capazes de levar uma ideia, uma intenção positiva, uma responsabilidade social até as últimas consequências de preparar o ambiente, o sistema e os recursos humanos para que aquele grupo possa ter a sua experiência educacional personalizada.

Aline, qual a impressão que um curso EAD em um presídio dá aos outros detentos? Isso também gera uma esperança? Eles têm maior curiosidade em querer saber? Isso tem feito diferença no dia a dia deles?

Aline Gonçalves de Araújo: Sim, há expectativas. Eu conto pela maravilhosa experiência que nós vivenciamos.

Existir um polo de uma faculdade dentro de uma penitenciária é uma luz no fim do túnel, é uma esperança para que, após a saída da unidade prisional, muitos tenham acesso a um trabalho melhor, esperança que não se restringe ao custodiado, mas à sua família também, melhorando até o convívio familiar.

A sociedade também melhora, por isso o ambiente prisional precisa de atividades de educação que comecem pelo ensino-aprendizagem, pela alfabetização, pelos anos finais do ensino fundamental, o ensino médio, o Enem para pessoas privadas de liberdade (Enem PPL), o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), enfim, nós tentamos conscientizar também que o trabalho não é só levar ao complexo prisional um polo, mas precisamos conscientizar a pessoa privada de liberdade sobre a importância daquilo para a vida dela, e esse também é um trabalho não só educacional, mas social, de saúde mental, ou seja, o trabalho da parte física e mental do indivíduo deve ser realizado.

Com certeza. Isso é fundamental para que ele seja reinserido na sociedade.

Vicente, quais cursos estão sendo ofertados via EAD para as pessoas privadas de liberdade?

Vicente Batista: São cursos na área da administração, contábeis, gestão de pessoas e tecnológicos de modo geral, de curta duração. Pedagogia e serviço social também são muito buscados pelos alunos, acredito que pelo fato de serem cursos com um tempo menor de duração. As áreas de administração e contábeis são interessantes por existir uma forte ideia de empreendedorismo nas mesmas, o qual pode ser uma grande “válvula de escape” de oportunidades para esse indivíduo que, quando sair, será ex-detento, com todo esse preconceito que você mesma abordou. Através desses cursos, ele pode ter no empreendedorismo todas as ferramentas trabalhadas dentro da universidade e abrir horizontes, perspectivas, desenvolver habilidades e competências, o que dá outra visão e maior empoderamento diante das dúvidas em relação à sua aceitação no mercado de trabalho.

Diante desse impacto social tão interessante que é a educação superior dentro de um sistema penitenciário, eu volto a pergunta ao professor Celso: do ponto de vista da instituição de ensino superior, qual é a vantagem e o incentivo para que a IES queira oferecer um curso para as pessoas privadas de liberdade? Você acredita que entra no escopo do papel social da instituição?

Celso Niskier: Existem dois aspectos óbvios para mim. Primeiro, nós comentamos sobre o papel social da instituição na democratização do acesso ao conhecimento, ao ensino superior e ao que Vinícius discorreu muito bem, que é a possibilidade de dar um futuro, uma qualificação ou de criar uma atitude que leve o ex-detento ao empreendedorismo, até porque se ele for empreendedor, ele pode evitar preconceitos de potenciais empregadores com relação à sua condição de ex-presidiário.

Então, além desse benefício social, eu me impressionei com os números porque, se de 726 mil presos 70% não concluíram o ensino fundamental, mas 30% possuem o ensino médio, estamos falando de mais de 200 mil presos que já concluíram o fundamental e se concluírem o ensino médio, podem chegar ao ensino superior.

Estamos falando de 200 mil almas que podem ser salvas pela educação superior através de um investimento na EJA combinado à oferta de educação superior, que me parece ser o projeto excelente que a Unopar relata hoje. Assim, não falamos somente dessa missão social, mas de um quantitativo bastante

interessante para os empreendedores educacionais, bom qualitativamente e quantitativamente, desde que possa ser desenvolvido em um projeto como esse e possa ser estendido a todo o Brasil. Vejo um interesse muito nítido tanto social como econômico.

Vicente Batista: Essa colocação do Celso foi muito legal pelo seguinte: em alguns complexos penitenciários há a presença da EJA e, quando ela já existe, há potencial para o curso superior. Contudo, existem complexos penitenciários onde não existe esse tipo de prática, então você cai naquela “vala comum” de não conseguir fazer praticamente nada. Além disso, não são todos os complexos penitenciários que dispõem dessa possibilidade de abertura, os que detém essa condição são aqueles que são exemplos na ressocialização, como é o caso do CPPN, que já possui esse potencial pelo fato de já praticá-la através da oportunidade de trabalho na marcenaria, por exemplo.

Existem empresas que atuam no complexo e que ajudam na profissionalização, que contratam esses ex-detentos (que já trabalhavam para as empresas quando em cárcere) quando eles saem. Por isso, Ponte Nova é um exemplo na ressocialização e conta

com muitos empresários da cidade que ajudam o complexo penitenciário, o que é fundamental e vem ao encontro do que o Celso comentou sobre a presença não somente dos empresários do ramo educacional, mas do setor produtivo como um todo.

Aline Gonçalves de Araújo: O ponto foi bem destacado pelo Vicente. Os empresários realmente precisam incentivar, pois não só a educação, mas o trabalho também é muito importante, é uma continuidade. Inclusive, nós tínhamos alunos que estudavam na Unopar e trabalhavam também em um galpão fechado de uma empresa parceira. Eles tinham a oportunidade de trabalhar na própria penitenciária para uma empresa privada e recebiam remuneração, conforme a legislação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). Portanto, é muito importante que os empresários e empresas deem essa chance, pois a educação vinculada ao trabalho ajuda na reintegração social com maior sucesso.

Aline, pela sua realidade, por essa experiência que você tem vivido, você acredita que esse projeto consegue alcançar o Brasil todo? Obviamente, precisamos observar as particularidades de cada complexo, conforme o Vicente comentou, mas você vislumbra isso em todo o Brasil?

Aline Gonçalves de Araújo: Para nós que estamos na área da educação há

uma perspectiva muito grande, mas ainda precisamos melhorar as políticas públicas de ensino superior em todo o Brasil para que consigamos alcançar um padrão. Cada unidade prisional possui a sua particularidade, então acredito e tenho a esperança de que a curto prazo podemos oferecer o ensino EAD, que é uma forma mais rápida de tentarmos implementar esse sistema e proporcionar profissionalização ao indivíduo carcerário.

Vicente, nós sabemos de todo esse caminho que o detento percorre, da realidade dele, do quanto isso influencia do lado de fora por conta dos seus familiares etc. Na sua visão, existe diferença na formação dessa pessoa ou é só uma questão de preconceito?

Vicente Batista: Carol, o ensino EAD 100% *on-line* é o mesmo em qualquer lugar. Dentro do sistema prisional ou não, ele possui a mesma qualidade. Vários mecanismos como a gamificação, o estudo de problemas, as metodologias ativas etc. são trabalhados, e o preso tem contato com todas essas metodologias.

O fato de a internet propiciar, através do ensino a distância, uma oportunidade para quem está lá dentro e que não pode sair é fantástico. Nós vimos nisso uma oportunidade e percebemos que podemos caminhar para outra coisa. Se colocarmos, por exemplo, uma antena lá dentro para fornecer a internet via

satélite, permitindo que o preso assista à aula *on-line*, será fantástico, e é um sonho que idealizamos. Isso pode vir em um futuro muito próximo, porque se obtivermos sucesso em Ponte Nova, como já está ocorrendo, isso pode corroborar para que haja um sistema semi-presencial, que é o maior dos desafios, mas é um sonho, pois seria possível fornecer a visão da aula ao vivo.

Celso Niskier: Eu gosto de presenciar o uso social da tecnologia. Outro dia alguém comentou que o antídoto para a insegurança não é mais a segurança, mas a convivência.

Hoje o país defende um discurso de mais segurança como resposta à insegurança, mas o que precisamos é de mais convivência e integração. Precisamos trazer esse público privado de liberdade para a convivência, e a educação permite esse diálogo e interação com o conhecimento, a qualificação e a construção de outra narrativa para a própria vida.

Vicente, eu gosto dessa visão que você traz da tecnologia sendo adaptada e humanizada para trazer mais conexão,

acolhimento e integração. Em vez de entendermos o problema da segurança apenas como mais armas e mais cadeias, creio que devemos criar mais condições de convivência, visto que a educação é uma ponte para os seres que querem conviver e construir juntos novos conhecimentos e uma nova sociedade.

Vicente Batista: Se imaginarmos o tempo disponível que os presos têm para estudar e que podem se dedicar ao aprendizado, pode ser, inclusive, uma forma de libertação da cabeça para abrir os horizontes. Esse tempo que a pessoa possui, se ela canalizar para o estudo, melhora até o lado psicológico devido às oportunidades disponíveis, como a possibilidade de interagir em um fórum com pessoas de todo o Brasil e discutir temas.

Ele está preso fisicamente, mas estará livre no sentido da educação, pois a educação é libertadora. Isso é lindo demais, é fantástico.

Então, é uma aposta para outras instituições de ensino em todo o Brasil, para acompanhar esse case, que é muito legal. Parabéns ao Vicente e à Aline pela iniciativa. Como o Vicente comentou, o conhecimento é libertador, e que seja cada vez mais incenti-

vado para que tenhamos um país mais justo, mais igualitário e que as pessoas, de fato, possam exercer a sua cidadania e a democracia da melhor forma possível.

Indicações:

Livro: Sinta-se livre onde você estiver – Thich Nhat Hanh

Live: Educação no sistema prisional – PUC Minas – Karol Oliveira de Amorim (UFMG), Tamara Cristina Lopes (PUC Minas) e Prof.^a Sheilla Brasileiro (PUC Minas)

Matéria: Como a prisão muda a personalidade de detentos – Christian Jarret, BBC News Brasil

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Episódio 18
O papel das cotas
na educação
superior
21/10/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



**José
Vicente**

Fundador e diretor da
Faculdade Zumbi dos
Palmares



**Felipe
Araújo**

Vice-presidente
de Gente e
Gestão da Yduqs

Episódio 18

O papel das cotas na educação superior

21/10/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca
José Vicente, fundador e diretor da Faculdade Zumbi dos Palmares
Felipe Araújo, vice-presidente de Gente e Gestão da Yduqs

Perto de completar uma década, a Lei de Cotas entra em um momento decisivo, pois precisará ser revisada em 2022, após 10 anos de implementação. Tal fato é decorrente de um processo previsto em seu art. 7º, que tem mobilizado defensores das políticas afirmativas. O mesmo acontecerá com a lei que instituiu as cotas em concursos públicos, que em junho de 2024 também passará por revisão, segundo a [Lei nº 12.990/2014](#). Vale lembrar que essas leis atenderam a uma demanda histórica do movimento negro e representam a mais impactante política pública de combate ao racismo e de promoção à igualdade racial de toda a história do Brasil.

Contudo, nós sabemos que as cotas, isoladamente, sem outras políticas de inclusão, não são a solução para tantos gargalos que ainda hoje existem no Brasil.

Neste episódio especial, debatemos o papel das cotas e outros instrumentos importantes de inclusão, não só para a sociedade brasileira, mas como um todo. Afinal, por que ainda precisamos tanto deles e como eles podem ser, de fato, efetivos?

Professor Vicente, gostaria que você comentasse sobre a importância das cotas nas universidades, nos concursos públicos e que nos fornecesse um panorama com os principais impactos e transformações sociais que

as cotas provocaram ao longo desses últimos anos.

José Vicente: Acredito que você já antecipou quando disse que as cotas são a mais importante medida histórica praticada no Brasil para dar conta da agenda de inclusão dos negros na sociedade como um todo.

Eu diria que as cotas estão e continuarão sendo, por um bom tempo, a expressão mais vívida da possibilidade de consolidarmos o sentido de república do nosso país. Então, podemos dizer que elas são uma medida revolucionária. Nunca antes nesses 130 anos que antecederam a punição o nosso país se debruçou para construir uma política que, de fato, pudesse consolidar as dimensões do Estado, que é a igualdade de todos perante a lei.

É uma pena que demorou tanto, mas, de toda maneira, nesses primeiros 10 ou 20 anos, esse tempo depende de como consideramos as cotas, pois nas universidades as cotas começaram em 2002 e depois tivemos a lei oficial das cotas, que é a de 2012. Se não fossem

pelas cotas, até hoje estaríamos no estado de escravidão que antecedeu a nossa república. Eu diria que nós e a nossa geração, pela primeira vez na história do Brasil, construímos uma política pública que tem contribuído para que consolidemos as estruturas e os pilares da república, visando a igualdade de todos e, mais do que a igualdade, a oportunidade de todos perante as estruturas do Estado. Para fechar o raciocínio, imagine: antes das cotas, os negros ocupavam 3% das vagas no ensino superior e depois das cotas os negros são 16%. Isso dá a dimensão não só da importância, como da necessidade e a inexorabilidade das cotas na vida do nosso país.

Esse crescimento é muito interessante, mas é importante frisarmos que a [Lei nº 12.711/2012](#) define as cotas não só para alunos negros, mas para alunos que vieram de escola pública, de família de baixa renda, autodeclarados pretos, pardos e indígenas, ou seja, é uma tentativa ampla de inclusão.

José Vicente: Sim. Talvez o dado mais eloquente dessa perspectiva de igualização republicana do acesso ou da oportunidade a todos os brasileiros esteja justamente nesse detalhe que você enfatizou: a lei, que veio como uma primeira medida para permitir a inclusão e o acesso de negros, trouxe também os indígenas e, posteriormente, aqueles oriundos da escola pública que têm até um salário mínimo de renda. Enfim, uma

medida democratizadora e que é a única ferramenta que o Estado construiu para minimamente disponibilizar acesso igualitário e democrático da maioria dos brasileiros ao ensino superior.

Professor Celso, em relação à promoção de acesso à educação, qual é a importância dessas políticas públicas? Falamos das cotas, mas também existe o Fies, o ProUni... Esses programas realmente fazem a diferença no ensino superior?

Celso Niskier: Com certeza, porque o ProUni seleciona por faixa de renda, mas nós sabemos que, historicamente, os negros têm um percentual maior de pessoas com menor renda no país, e é esse o motivo de leis como a das cotas, é isso que se objetiva corrigir. Assim, um programa como o ProUni exerce um trabalho de inclusão social expressivo.

Segundo pesquisa realizada pela ABMES com a Educa Insights, em 2005 as pessoas que se autodeclaravam pretas ou pardas no ProUni representavam 49% do total; em 2018, segundo os últimos dados, esse percentual foi de 61%, o que significa um aumento significativo da participação de pretos e pardos no programa. Isso significa que esse é um programa inclusivo, que faz parte de um conjunto de ações afirmativas junto com a lei das cotas e outros programas que garantem, de fato, a correção de uma situação histórica que incomoda a todos.

Acredito que a educação superior, como ouvimos muitas vezes, soa como se fosse para a elite e, enquanto for para uma elite, inclusive racialmente e historicamente determinada, nós não cresceremos como país. Portanto, precisamos trabalhar para que a educação superior seja realmente para todos e de forma indiscriminada.

Esse é o esforço que nós, da ABMES, aderindo ao projeto “Cotas Sim”, temos mobilizado as instituições particulares, que representam quase 80% de toda a educação superior no Brasil, para que possamos, junto com o programa e liderados pela Faculdade Zumbi dos Palmares, trabalhar pela continuidade da correção dessa situação histórica lamentável.

Até porque é um princípio constitucional, uma cláusula pétrea; o acesso à educação é para todos. Nesse contexto, pergunto ao Felipe: a Yduqs está com um projeto nesse sentido, correto?

Contextualizando: a Yduqs é uma das maiores organizações de ensino superior do país e recentemente abriu inscrições para o seu programa *trainee* com vagas exclusivas para negros.

Felipe, você pode nos contar a importância dessa decisão e o porquê de vocês decidirem fazer isso? Como vocês visualizam a importância dessa inclusão?

Felipe Araújo: Primeiramente, sobre o programa de *trainee*: ele é um dos mais tradicionais do mercado. Nós já formamos várias turmas, vários dos nossos *trainees* ocupam cargos de liderança, como gerência e diretoria, e essa é a primeira edição do programa exclusivamente para negros. Esse programa tem como objetivo ampliar a diversidade racial na nossa companhia, principalmente entre as nossas lideranças.

Nós decidimos investir na formação desses novos talentos e futuros líderes de educação para que os profissionais pretos e pardos tenham uma aceleração na sua carreira. Somos pioneiros nesse programa de *trainee* exclusivo para negros no setor de educação, contudo, aprendemos muito com empresas de outros setores que já executaram isso.

Creio que esse aprendizado é um elemento muito importante, pois não precisamos “reinventar a roda”, podemos

entender o que foi feito, o que deu certo ou errado, para sempre melhorar. Essa iniciativa compõe um projeto de diversidade bem maior em frentes como: gênero, orientação sexual, pessoa com deficiência (PCD) e raça. Quando olhamos para as nossas salas de aula, percebemos que já dispomos de um ambiente muito diverso há vários anos, então sempre nos perguntamos o porquê de não trazermos essa realidade ao nosso ambiente corporativo. Nós já estamos bem em algumas áreas. Quando olhamos para a nossa organização, mais de 50% do quadro de colaboradores é ocupado por mulheres e 55% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres, mas precisamos e faremos muito mais. Acreditamos que a diversidade de pensamento acabará inspirando mais inovação, característica que é muito importante em qualquer setor e bem mais no setor da educação, que tem passado por uma transformação gigantesca nesse momento.

Com certeza! Trago mais um dado interessante ao nosso debate: levantamento do Inep revela que a proporção de pretos, pardos e indígenas nas universidades brasileiras triplicou de 1999 para 2019, ou seja, passou de 15% para 46%. Em 2019, o percentual de estudantes negros nas universidades públicas chegou a mais da metade: 50,3%. Porém, isso ainda não mudou o essencial, ou seja, a população branca recebe rendimento/hora

superior à preta ou parda, seja qual for o nível de instrução. A diferença salarial maior está na camada com nível superior completo: enquanto um recebe R\$ 33,90, o outro recebe R\$ 23,50, de acordo com dados da síntese de indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em virtude disso, eu pergunto: sabemos que programas como o de cotas são necessários, mas, apesar disso, sempre que eles são implementados, nos deparamos com inúmeras críticas como essa que trago aqui. Por que será?

Felipe Araújo: Eu acredito que existem muitas empresas que começam um programa de diversidade com uma vontade enorme de acertar, mas acabam não se sustentando a médio prazo, visto que elas carecem da mobilização da organização para que ocorra a mudança, elemento esse que é muito importante e que nós não podemos deixar de fazer. É por isso que nós consideramos que a forma certa de fazer é sempre começar pela sensibilização da alta liderança.

No nosso caso, na conversa que começamos a ter aqui dentro, pensamos em algumas coisas: o primeiro passo é reconhecermos que existe um problema de diversidade e tomar uma decisão, mesmo estratégica, de iniciar uma jornada. Isso não é um trabalho de poucos meses, são anos para que possamos mudar essa realidade, e foi essa a decisão que tomamos aqui.

O segundo ponto é que reconhecemos que é complexo, queremos resolver o problema, mas não sabemos como resolver. Por isso, trouxemos apoio externo através de consultoria especializada Empodera, que é referência no mercado, para nos ajudar e apoiar, tendo por base os acertos e erros dos programas passados. Um terceiro ponto, que às vezes é muito difícil, é que precisamos de um reflexo da realidade, e às vezes a realidade é muito dura. Por isso, a primeira coisa que faremos no início desse programa de diversidade é escutar nossos colaboradores, pois esse não é um projeto da liderança, é um projeto em que queremos fazer uma construção conjunta com os nossos colaboradores para que, posteriormente, possamos mobilizá-los. Considero que esta é a chave para mudarmos a realidade que você contou.

Vicente e Celso, qual é a visão de vocês sobre isso?

José Vicente: Creio que existem três dimensões: 1) a capilarização, a expansão, o impacto do racismo estrutural em todas as dimensões da vida social e que, por problema histórico e político inadequado, não conseguimos produzir as soluções devidas. Por conta disso, hoje conseguimos enxergar de forma bem nítida como essa intervenção produz desequilíbrios e distorções, e as distorções chegam não só no acesso ao mercado de trabalho, mas, principalmente, nesses postos

intermediários, gerenciais e de direção, como também com a percepção de que mesmo quando estão nos mesmos cargos que brancos, com as mesmas habilidades e qualificações, o homem e mulher negros recebem até 50% menos em algumas situações; 2) as cotas começaram por volta dos anos 2000, época que já começamos a fazer as intervenções do acesso dos negros ao ensino superior com as autorizações dos conselhos universitários das instituições públicas. Em grande medida, o Estado já esgotou as dimensões das ações afirmativas, que começaram nas universidades, mas depois foram para os concursos públicos, estágios, diplomacia, no Ministério Público, na magistratura, Forças Armadas etc. As cotas para negros já cumpriram o seu fundamento de consolidação e agora começam, timidamente, a transbordar para o ambiente empresarial. Então, isso que o Felipe disse é correto porque só agora, 20 anos depois do Estado, o ambiente empresarial começa a “tatear” para dentro dessa questão, e quando ele começa a “tatear”, ele começa a conhecer as dificuldades. Não é fácil, na verdade, há uma série de dificuldades que começam principalmente por isso o que o Felipe apontou com muita precisão: nós precisamos reconhecer o problema, depois precisamos de um planejamento e de uma liderança para então fazer processualmente as intervenções e as modificações que qualquer ação inovadora necessita, de

modo que essas primeiras experiências que estamos conhecendo são muito promissoras, mas, novamente, é uma coisa mediana.

Nós já chegamos até aqui, visto que o problema foi reconhecido em instituições da envergadura como o Yduqs, mas, por outro lado, temos uma terra arrasada que já estava complicada e que agora, depois da pandemia, ficou muito pior.

Então, os desafios que serão colocados são os de como fazer os movimentos de trazer e manter esse público no ensino superior, do ensino superior alocá-los no mercado de trabalho e do mercado de trabalho garantir que eles possam competir em pé de igualdade pelas oportunidades. Se isso ocorrer sem combatermos o preconceito e o racismo estrutural que possam existir nas nossas atitudes, não seremos bem-sucedidos.

Celso Niskier: Eu tenho pouco a acrescentar. Creio que tanto o Felipe quanto o professor José Vicente resumiram a questão, que é cultural. Precisamos reconhecer a existência do problema e tomar medidas para que ele possa ser mitigado. Acredito que iniciativas

como as que a Yduqs e a Faculdade Zumbi dos Palmares têm realizado, a exemplo do Movimento AR e agora com o lançamento do Cotas Sim, chamam a atenção da sociedade para a existência do problema para que possamos, de fato, estruturar para resolvê-lo. As instituições de educação superior são extremamente solidárias, pelo menos as que são associadas à ABMES.

Nós, mesmo que de forma modesta, temos trabalhado no sentido de criar uma consciência para a existência do problema e partir para as soluções, como muito positivamente a Yduqs já saiu na frente. Outras empresas, como o Magazine Luiza, que criaram programas de *trainee* voltados para negros figuram as primeiras ações concretas a partir do reconhecimento de que temos uma questão histórica de racismo estrutural e precisamos agir para combater de forma cultural, sensibilizando, conscientizando as pessoas, as instituições e, obviamente, os formuladores de políticas públicas para que programas como o de cotas possam ser mantidos, aperfeiçoados e a sociedade possa trabalhar pela correção desse erro histórico.

No início do *podcast* eu comentei que a lei das cotas completa 10 anos e, de acordo com a lei, ela precisa de uma renovação.

Professor Vicente, por que a renovação é necessária? Qual seria o melhor

período? Uma década é um prazo interessante para avaliar o que deu certo e o que deu errado?

José Vicente: Era isso que eu dizia: esse processo de institucionalização das cotas nas universidades do nosso país teve uma dicotomia. Ele começa com a aprovação nos conselhos universitários, ou seja, uma medida administrativa, principalmente nas universidades estaduais, como foi na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2002, além da Universidade Federal Fluminense (UFF), através da lei aprovada pelo então governo de Anthony Garotinho, mas nas universidades federais a lei começa com a Universidade de Brasília (UnB).

A UnB foi a primeira universidade pública federal que, através do seu Conselho de Administração, aprovou a lei de cotas para negros, e isso se desenvolveu até 2011. Só em 2012 que tivemos a legislação que regulou em nível federal a condução dessa perspectiva de cota e que trouxe uma curiosidade: em regra, as universidades aprovavam cotas de 20% nos conselhos universitários e depois, com a lei, houve uma mudança extraordinária, pois ela regulou que não haveria um valor percentual universal, e sim cotas representativas, ou seja, a representação social dos grupos em virtude da localização da sede da universidade federal. Sendo assim, se a sede fosse na Bahia, por exemplo, o percentual de cotas para negros seria

de 80%, já em Santa Catarina esse percentual seria de 6%. Isso foi um ganho extraordinário, mas depois foram feitas duas colocações pela própria lei que, na época, já produziram muitas críticas: 1) a lei teria validade somente por dez anos, o que gerou a insatisfação de muitas pessoas, pois entendiam que deveria ser uma lei que acompanhasse o desenvolvimento até que as coisas estivessem mais ou menos equilibradas, crítica muito correta; 2) seria o desejo de que a lei deixasse uma brecha para que ela pudesse ser repetida na medida em que ela não alcançasse os índices que se pretendia na época. Acontece que nenhuma dessas coisas foram contempladas e agora a lei finaliza a sua vigência em agosto de 2022 e o problema que se coloca para todos nós educadores, para todos os agentes públicos que estão inter-relacionados com a questão, é sobre o que acontecerá após esse término. Mais do que isso, a questão que se coloca é que é impossível imaginar que uma medida de 10 anos tenha capacidade seja de produzir as informações necessárias para dentro dessa questão, seja de alcançar uma margem expressiva de implementação, seja de exaurir justamente o fundamento da sua existência, que é fazer esse equilíbrio entre negros, indígenas e oriundos da escola pública na universidade.

Em virtude disso e de todas as questões, não resta dúvida de que os números

foram significativos. Andamos e evoluímos, contudo, nem chegamos perto do que precisamos minimamente ter como resultante para equilibrar o que se pretende, que é a igualização, a pluralização e a diversificação dentro da universidade pública. Esses números alcançados, ainda que auspiciosos do ponto de vista da partida, são muito limitados porque dispomos de uma concentração de negros e indígenas oriundos da escola pública em determinados cursos, mas não é uma proporção vertical. Percebemos isso principalmente naqueles cursos de “núcleos duros”.

Nem todas as universidades conseguiram cumprir minimamente as cotas de forma integral, ou seja, há uma série de questões que precisam ser solucionadas. Mais do que isso, os problemas que precisam ser apurados são, de fato, o “plano de fundo”. Será possível que depois de 134 anos sem uma política pública nessa direção, 10 anos de vigência de uma lei é suficiente para produzir o resultado da igualização pretendida? A lógica diz que não, então o razoável seria que essa lei não tivesse um prazo de vigência curto e que fosse deixada uma válvula para que pudéssemos acompanhar o passo a passo, o alcance dos seus objetivos. Como nenhuma dessas coisas estão disponibilizadas, a medida mais adequada seria prorrogar a lei para que tenhamos a capacidade de fazer uma avaliação do seu resultado daqui a vinte anos,

pois em dez anos é impossível produzir o conhecimento dos seus resultados e alcançar os objetivos que ela pretendia. Reforço que a lei já determinava uma revisão que precisaria e deveria ser feita pelo Estado para que dispuséssemos de elementos que tornassem possíveis fazer as próximas escolhas. Contudo, ela não foi feita, de modo que estamos às vésperas do vencimento do prazo da lei e não há previsão de ampliação. Estamos próximos de um limbo jurídico e educacional. Desse ponto, precisamos produzir uma solução, por isso a movimentação no sentido de sensibilizar o congresso brasileiro.

Nossa, Vicente. Que situação! Realmente ninguém quer passar por esse limbo jurídico e, como você disse inicialmente, houve muita resistência para implementar a lei de cotas, ainda mais quando se discute meritocracia, cotas, quem entra com vantagem ou não.

Considerando os desafios dessa trajetória, pergunto ao professor Celso: como você enxerga essas críticas?

Celso Niskier: Como falamos, isso é parte do racismo estrutural e da questão cultural. As pessoas fazem críticas baseadas em uma visão de curto prazo que compara duas pessoas que chegam ao mesmo tempo a um processo seletivo de uma universidade. Contudo, cada uma delas faz parte de um processo histórico. Obviamente,

muitas que nasceram no “lugar certo”, chegaram muito mais facilmente naquela posição, enquanto outras precisaram superar muitas dificuldades para conseguirem chegar ali. Então, considero que são críticas que desconhecem a natureza histórica do Brasil e se baseiam na meritocracia, mas a meritocracia, tal qual nós a entendemos, é uma ilusão.

Muitas vezes o seu lugar na universidade é garantido, por exemplo, pelo local que nasceu, pela origem, pelo número de livros que os seus pais leram, e isso aponta que a cultura influencia a trajetória das pessoas e que se há uma cultura negativa em relação ao negro que nasce em uma família negra e pobre, o nosso dever é corrigir isso, não basta realizar uma análise superficial e vazia da questão do mérito.

Precisamos entender que o mérito é uma questão culturalmente, historicamente e até geneticamente determinada. Precisamos de políticas que considerem o fenômeno complexo, e não respostas simples e erradas para programas que são complexos

e historicamente determinados. Eu enxergo isso como ignorância.

Felipe, vocês tiveram algum tipo de crítica na Yduqs por ter incentivado as cotas para negros?

Felipe Araújo: Na verdade, não. Nós somos favoráveis a esse tipo de cota. Aproveito a fala do Celso para falar sobre o sistema de meritocracia que é, de fato, relevante. A forma como pensamos a meritocracia é que ela parte do princípio de que todo mundo tem chances iguais, mas esse preceito não está necessariamente correto. O que eu creio é que para você ajustar esse princípio, que está há tanto tempo em nossa sociedade, em nossa cabeça, demandará muito tempo, não será algo simples de se fazer. Por isso, acredito que as cotas têm um papel importante para que consigamos obter um resultado à curto prazo.

O que vocês vislumbram daqui em diante? Um cenário mais otimista? Estamos vivendo a pandemia, então o que será que mudará com essas iniciativas? Será que a lei será renovada? Contextualizem para nós o que imaginam de hoje para o futuro.

José Vicente: Ontem, eu tive uma tarde de muito “êxtase”, digo assim, pois tomei conhecimento do resultado de um trabalho que em grande medida responde a essa pergunta. Ontem, o Poder Judiciário apresentou os dados da sua pesquisa, através da internet, sobre

o cumprimento de cotas para juízes e duas coisas me impressionaram: 1) de uma forma extremamente honesta e transparente, o Poder Judiciário colocou suas “entranhas” para que todos os cidadãos pudessem conhecer, do ponto de vista do cumprimento da lei, a informação de que 50% dos tribunais não dispõem de dados adequados sobre a composição do seu quadro de recursos humanos; poucos deles sabem se são negros ou não. No desenvolvimento da implementação de cotas, muitos deles não cumpriram adequadamente o que foi determinado pelo próprio Conselho Nacional de Justiça (CNJ); 2) em seguida, tivemos conhecimento que sete anos após a implantação das cotas, os negros são somente 12% dos juízes, de modo que foi constatado que, nesse ritmo, somente em 2056 haveria uma proporção adequada de negros no Poder Judiciário e toda a sua estrutura. Quando eu ouvi isso, definitivamente compreendi que não existe outro caminho para o nosso país.

Se quisermos mesmo fazer com que sejamos a república democrática que almejamos, nós precisaremos ser mais incisivos e mais competentes ao implementar essas e tantas outras medidas que auxiliem nesse problema. Por outro lado, quando eu ouvi o Poder Judiciário dizer com convicção que as ações afirmativas, além de justas, são obrigatórias se a justiça, ou qualquer outra dimensão do Estado, ou das

organizações, quiserem cumprir os fundamentos que nós nos propomos de ser um país de iguais, eu fiquei muito feliz. Ver toda a estrutura da justiça, o presidente do Supremo dizendo isso em alto e em bom tom, faz com que fiquemos mais estimulados.

Contudo, da mesma maneira, eu fiquei ainda mais empolgado quando eu vi a informação da Yduqs, que ela estava criando o primeiro *trainee* para negros no ensino superior, porque nós acompanhamos a trajetória desse debate nas empresas e eu poderia até dizer que a reação sempre foi muito mais intensa no ambiente empresarial do que no ambiente governamental. Eu me lembro que quando os generais se sentaram à mesa para discutir as cotas, nós imaginamos que todos sairíamos presos daquela reunião, mas, ao final, eles saíram conscientes e consensualizados de que aquilo era necessário e importante, foi um marco. Então, além dessa realização da Yduqs, trago também outra realização que, do ponto de vista da metáfora, é fantástica. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) acabou de aprovar cotas nas estruturas da advocacia, e não são para participar de quaisquer dos cargos da OAB, mas de 30% na estrutura de gestão da OAB.

Estamos dizendo que saímos das cotas dos bancos escolares e chegamos nas cotas no poder de administração e de comando das instituições. Em razão

disso, creio que o Brasil acolheu, recebeu e compreendeu a necessidade dessa ferramenta. Os resultados que elas produziram até aqui, apesar das falhas, são extraordinários e comprovam o nosso erro do passado e a possibilidade de acerto no presente. Essas medidas que geraram obrigações no “velho normal” se apresentam como inexoráveis para o “novo normal” que nós nem sabemos o que será, mas sabemos que sem educação ele não se consolidará. Então, não tenho dúvida que precisaremos dessa atitude assertiva na defesa e na ampliação das ações afirmativas, essas e tantas outras que possam ser construídas. Os resultados até aqui são excelentes. A maioria dos médicos que atendiam os pacientes de Covid-19 na Bahia, por exemplo, eram os médicos negros cotistas das Universidades Federais da Bahia. É uma cena que ninguém tem registro e esse é um dos motivos do porquê precisamos continuar insistindo nessa medida. Ao final, nós novamente temos em nossas mãos a possibilidade de fazer a escolha da coisa certa. Os que nos antecederam fizeram as suas escolhas e os resultados são esses que conhecemos. Agora, nesse caos estabelecido pela pandemia, temos a oportunidade de fazer uma criação que evite os erros, os equívocos e as injustiças do passado. Por isso, acredito que podemos fazer a coisa certa e podemos ter bastante convicção de sucesso, porque não estamos sozinhos.

Depois de 20 anos, não só a estrutura do Estado está debruçada sobre essa questão, como grandes espectros do ambiente empresarial e, talvez, como a face mais destacada dessa questão, está o ambiente da educação, sobretudo o da educação privada. Eu tenho dito ao nosso presidente, para todos nós, que 80% do problema e da solução está na educação privada porque é aqui que estão as oportunidades, aqui que estão ou não estão os jovens negros. E quando a nossa instituição e a ABMES convocarem esse segmento para se colocarem à disposição dessa questão, tenho certeza de que também conseguiremos fazer o tal dos “50 anos em 5”, como diria o JK, e com isso contribuir para que o Brasil, muito rapidamente, seja um país de mais justiça, oportunidades e igualdade para todos.

Muitíssimo obrigada, Vicente. Você nos deu ânimo ao trazer essas notícias. Contra fatos não há argumentos e acredito que estamos rumo ao caminho certo.

Felipe e Celso, algum complemento?

Felipe Araújo: Carol, eu acredito que as empresas têm despertado e entendido o papel de grande relevância que elas possuem nesse cenário tão desigual que vivemos. Eu vejo cada vez mais as empresas saindo do modismo e tentando entender, de fato, como fazer diferente.

Acredito que é importante reconhecermos que precisamos fazer diferente e que a realidade que se impõe não deve continuar. Por isso, tenho uma visão bastante positiva para o futuro: mais e mais empresas devem fazer e seguir programas de diversidade, acolher pessoas diversas, porque isso traz diferentes tipos de ideias e pensamentos que, no fundo, trarão mais inovação.

Celso Niskier: Nós atendemos essa convocação do professor José Vicente e a ABMES aprovou, por unanimidade, na diretoria a nossa participação. Endosso o nosso comprometimento com o projeto Cotas Sim. Trabalharemos bastante ainda este ano e ao longo do ano que vem para isso. Outras ações que também foram sugeridas foi pensar um pouco mais na introdução das disciplinas a respeito dos temas afro-brasileiros e de igualdade nos currículos das nossas IES. Como o professor José Vicente falou, 80% do setor de educação superior no Brasil é privado. Adicionalmente, 70% dos novos professores formados advém de IES privadas. Portanto, se pudermos, a partir dessa realidade, inclusive de novos professores que atuarão na

educação básica, promover essa nova mentalidade compreensiva, temos condições de em uma geração mudar a consciência do brasileiro. Estamos empenhados nisso, acreditamos que esse é o nosso papel e estar lado a lado com uma instituição como a Faculdade Zumbi dos Palmares, associada à ABMES, além das iniciativas da Yduqs, que também faz parte da diretoria da ABMES, enche-nos de otimismo. Sabemos que os tempos estão difíceis, vivemos esse Fla-Flu eterno na política, precisamos superar isso e viver, de fato, olhando para frente, corrigindo os erros do passado e olhando para frente.

O Brasil tem um potencial enorme, a nossa riqueza é a nossa diversidade e precisamos reconhecer isso para atuar e potencializar o nosso papel e o desenvolvimento do país. Todos sabem que uma força de trabalho diversa é muito mais produtiva. Os números científicos mostram que a diversidade enriquece e melhora o desempenho de grupos e organizações. É para isso que estamos trabalhando e eu sou otimista, mesmo considerando que já houve grandes resultados com o programa das cotas, no passo a passo nós mudaremos o país.

Indicações:

Livro: [A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?](#) – Michael J. Sandel

Livro: [Escravidão - Volume 1: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares](#) – Laurentino Gomes

[Escravidão - Volume 2: da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil](#) – Laurentino Gomes

Pesquisa: [ProUni – Bolsas concedidas e perfil do beneficiário](#) – ABMES (2019)

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 19

**Paulo Freire e a
educação superior
brasileira**

4/11/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente da
ABMES e reitor da
UniCarioca



Italo Curcio

Professor e
pesquisador no
curso de pedagogia
da Universidade
Presbiteriana
Mackenzie (UPM)



**Gleice
Kelly
Heitor**

Curadora do
evento “Quartas
com Paulo
Freire”

Episódio 19

Paulo Freire e a educação superior brasileira

4/11/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Italo Curcio, professor e pesquisador no curso de pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

Gleice Kelly Heitor, curadora do evento “Quartas com Paulo Freire”

Em 2021, o recifense Paulo Freire, patrono da educação brasileira, completaria 100 anos. As ideias do educador continuam representando um norte para as escolas e universidades que veem a sala de aula como um mecanismo de transformação social.

Seu trabalho também é reconhecido mundialmente: ele possui títulos em 41 instituições de ensino, como nas universidades de Harvard, Cambridge e Oxford. Em livros como “Pedagogia do Oprimido”, o mais famoso dele, o autor defende o papel primordial da educação no processo de conscientização do povo e condução ao senso crítico.

Neste episódio falamos sobre a trajetória de Paulo Freire e entendemos a importância que ele teve também para educação superior brasileira.

Completamos o centenário de Paulo Freire e temos visto diversos movimentos culturais e educativos, como a realização de exposições e ocupações que homenageiam o educador e trazem a público os seus feitos e suas principais bandeiras.

Gleice, você é curadora do evento “Quartas com Paulo Freire”, que faz parte da 53ª amostra da série “Ocupação do Itaú Cultural” e será completamente dedicada ao centenário do educador, certo? Conte-nos brevemente da importância e das moti-

vações para celebrar esse momento, além de manter as ideias de Freire sempre atuais.

Gleyce Kelly Heitor: O “Quartas com Paulo Freire” é o que consideramos como o programa público da “Ocupação Paulo Freire” no Instituto Cultural e eu acredito que, no caso desse evento, a principal motivação está brevemente ligada ao aspecto da necessidade, de fato, de desmistificação das polêmicas, das críticas e dos ataques que o pensamento de Paulo Freire tem sofrido ao longo dos últimos anos. Mas, para não ficarmos apenas com a parte negativa em torno do debate sobre o pensamento de Paulo Freire na esfera pública, acredito que a nossa principal motivação, utilizando um verbo do Paulo Freire, é o “esperançar”; é a forma de podermos, a partir da sua filosofia e pensamento, entender a atualidade e os desafios que temos no presente.

O “Quartas com Paulo Freire” também foi pensado como uma forma de expandir as discussões do pensamento do Paulo Freire para além do campo da educação. Essa também é uma motivação para entendermos o quão complexo e abrangente é o pensamento desse autor e educador. Também existe o interesse de atualidade: Paulo Freire tinha como uma das suas bandeiras o conceito da contextualização, da necessidade de que o seu trabalho, aquilo que ele escreveu e pensou fosse contextualizado não só a um tempo

histórico, como também em um território, em um espaço, em uma escola, onde aquele pensamento estivesse sendo apropriado. E essa função da contextualização foi muito importante no momento de analisar com quais pessoas os debates da “Quarta com Paulo Freire” contariam.

É incrível quando realizamos uma pesquisa para uma curadoria porque vemos os âmbitos e as áreas que se apropriam desse pensamento, prática pedagógica e do corpo político que está presente no trabalho de Paulo Freire para ações mais diversas. Como exemplo, trago a dimensão da internacionalização. Uma das conversas que teremos na “Quarta com Paulo Freire” é uma experiência em Berlim sobre o acolhimento de mães e filhas imigrantes e como diversas noções que estão presentes na pedagogia desse autor constituem os corpos metodológicos para esse processo de relação com a imigração. Podemos falar também de uma experiência que será apresentada de uma escola técnica de Agroecologia da Região Metropolitana do Recife e que atualmente trabalha com as relações entre agroecologia, desenvolvimento, cultivo da terra e como o pensamento do Paulo Freire pode colaborar para pensar, no presente, a relação com a plantação, com o cultivo e com a distribuição de alimentos. Esses exemplos que mencionei são distintos, extremamente contemporâneos e usam o

pensamento do Paulo Freire como um fundamento para estruturar a prática.

A desmistificação e a defesa de Paulo Freire são importantes, assim como defender o pensamento, o debate e os legados que temos dos autores, dos pensadores sociais do nosso país e entender no tempo atual quais são os usos e as apropriações. A qualidade desse pensamento foi o nosso principal objetivo.

Apesar disso tudo, ainda vemos muitas discordâncias em relação ao pensamento de Paulo Freire. Nós podemos não concordar com tudo, mas ainda assim reconhecer e admirar a obra e o legado dele. Em relação às discordâncias, dirijo a palavra aos professores Ítalo e Celso.

Ítalo Curcio: O que a professora Gleyce apontou é totalmente pertinente. Quando eu falo sobre pensadores de uma maneira geral, filósofos e, especificamente, pedagogos, psicopedagogos ou psicólogos, tomo bastante cuidado ao lembrar que somos pessoas que estudam esses autores, que pesquisam acerca da sua obra. Gosto muito da expressão portuguesa que geralmente é usada no lugar da nossa pesquisa: investigação.

Eu considero esse verbete muito mais poderoso. “Investigar” e “pesquisar” para parecem sinônimos, mas, para mim, investigar é algo que vai a fundo, é buscar vestígios, por isso é muito triste quando as pessoas simplesmente externam uma opinião sem conhecer este pensador, estudioso, cientista. Eu, como educador, mais do que um professor, entendo que ser professor é uma parte da educação. Costumo dizer que quando falamos de alguém com o título de professor, ele não se restringe ao ato de professar, externar conhecimento. Quando falamos da figura do professor, o colocamos como alguém que faz isso, o que é inegável e fundamental, pois é inadmissível pensar em um professor que não conheça o seu conteúdo. Contudo, mais do que um professor, ele precisa ser um “ensinante”, como dizia a professora Alicia Fernández, que significa alguém que ensina, e ensinar enseja aprender.

Não existe ensino sem aprendizagem, da mesma forma que não existe venda sem compra. Não posso dizer que sou vendedor e não conseguir vender, só sou um vendedor se alguém comprou o meu objeto. Da mesma forma, só sou um “ensinante” se alguém aprendeu o que eu ensinei. Além disso, há a importância do *educare*, palavra em latim que significa conduzir para fora, ao mundo. Por isso, entendo que a educação é como uma ação que deve perseguir a plena formação do ser

humano. Logicamente, nós sabemos que a perfeição não existe, mas, no meu entendimento, se eu não perseguir a perfeição jamais vou avançar no meu intento. Desse modo, Paulo Freire para mim foi um educador, portanto, alguém que falava com propriedade, com conhecimento, que externava o saber, mas que também ensinava e conduzia. Mais do que um professor no termo elementar, Paulo Freire foi alguém que se preocupou com a formação de cidadãos, algo que vai além da formação profissional.

Eu entendo que não há dúvida de que a formação profissional é indispensável. No entanto, ela não abrange o processo educativo, somente integra esse processo, o que é bem diferente. Enfim, nós precisamos pensar quando comentamos uma filosofia e um pensamento de um determinado autor, e entendo que esse comportamento apresentado por uma parcela da sociedade ocorre em decorrência do total desconhecimento de quem foi Paulo Freire, de sua obra e, mais especificamente, do que é o método Paulo Freire.

A maior parte das pessoas que dizem rejeitar Paulo Freire ou o seu método, em particular, nunca leram suas obras e nem são especialistas em educação. Ainda assim, acabam por repetir frases que

são apregoadas por líderes com os quais se identificam por uma questão de fé, de admiração pelo personagem que elegeu como paradigma, e é quase uma fobia.

Parece que há um medo, pois falam que Paulo Freire é demoníaco. É um negócio estranho, e isso é muito ruim porque quem perde com isso é a própria população, desde a criança até o adulto. Muitas vezes, são atribuídas ao método Paulo Freire *fake news*, mas existem até mesmo alguns profissionais da educação, que leram Paulo Freire, conhecem bem a sua obra e que simplesmente o execram. Fazem isso por uma questão particular pautada em linhas ortodoxas de pensamento assimiladas como verdade absoluta, quase igual a uma fé religiosa. Perdoem-me aos que pensam assim, mas eu não os considero cientistas.

O cientista, como bem disse a Carol no começo, é aquele que concorda e discorda, é aquele com quem é possível dialogar, que está sempre disposto a discutir o tema em questão. Quando falo de cientista, refiro-me a alguém que está preocupado com o estudo, a pesquisa, a investigação, como eu havia dito. Ademais, preciso lembrar o seguinte: analisando o contexto histórico, quando falamos em Paulo Freire

é importante lembrar o que era o Brasil dos anos 1950. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) só ocorreu em 1961, 140 anos após a nossa independência de Portugal (1822), e foi nesse momento que apareceu o Paulo Freire. Ele trouxe uma contribuição muito grande e que, infelizmente, durou pouco em termos de Brasil, mas foi reconhecido largamente lá fora, por razões tantas que poderíamos citar, mas passaríamos muito tempo falando disso. Isso foi um desafo e digo que não possuo ídolos, mas sim pessoas nas quais eu me pauto, que concordo e discordo, e Paulo Freire é um desses brilhantes líderes dentro da educação que me fascina, embora eu também tenha críticas a algumas partes do seu trabalho.

Celso Niskier: Complementando a excelente fala do professor Ítalo, concordo com ele. Boa parte das críticas feitas a Paulo Freire são por pessoas que não conhecem a obra e não conhecem o autor, somente ouviram falar. Há muita mistificação a respeito do trabalho de Freire. Quando ele diz que é preciso ler o mundo para transformá-lo, ele convida a todos para uma postura proativa de mudança do mundo para melhor, e isso é religioso, não é comunista, como é muito disseminado. Todas as grandes religiões pensam na possibilidade de mudar o mundo para melhor.

Não precisamos adotar um partido político para acreditar que ao transformar o mundo nós construímos uma sociedade melhor. Paulo Freire dizia que ler o mundo é importante para que ele possa ser transformado. De alguma forma, essa visão passou a ser, na minha opinião, equivocadamente associada a um espectro político quando, na verdade, é um consenso de todos os educadores o fato de que educar é transformar pessoas e, conseqüentemente, transformar o mundo.

Essa é uma intuição sobre a qual não deveria haver polêmica, mas em função dessa mistificação, há a interpretação de que se querer transformar o mundo e de que a alfabetização das pessoas é para que elas possam questionar a ordem social. Ora, se a ordem social é questionável, isso não é uma questão que Paulo Freire nos trouxe, e sim uma questão da forma como a sociedade se organiza. Obviamente, nós buscamos sempre aperfeiçoar a nossa forma de organização social. Buscamos através da educação construir um mundo melhor, portanto, o que Paulo Freire

nos convida a fazer é algo que todos nós que atuamos em educação temos consenso. Dito isso, a Ocupação Paulo Freire, organizada pelo Itaú Cultural, serve para que nós, mesmo os não estudiosos de Paulo Freire, como o meu caso, que sou apenas um educador que leu a sua obra, possamos entender melhor o enorme papel e a influência que ele exerce em todo o mundo, não só no Brasil, pois ele nos convida a exercer o nosso papel enquanto educadores. Educar é transformar pessoas e ao transformar pessoas, nós transformamos a realidade que nos cerca, simples assim. Não precisa ser comunista para acreditar nisso, e essa é a grande polêmica que, infelizmente, gastamos muita energia equivocadamente ao discutir.

Sobre o reconhecimento internacional do Paulo Freire, ele é um dos autores mais citados em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo. Gleyce, a respeito desse reconhecimento, poderia citar alguns exemplos para nós?

Gleyce Kelly Heitor: Sim. Primeiramente, já que falamos de contextualização, no nosso caso, há a importância de contextualizar Paulo Freire, de como a noção do movimento está presente no seu trabalho devido ao fato de ele ter saído do Recife para fazer um trabalho de alfabetização em Angicos, Rio Grande do Norte, e a sua colaboração na implementação do Programa

Nacional de Educação em Brasília. Logo, a dimensão do movimento e da circulação das ideias é um método, mas há também o movimento forçado, que é o movimento imposto a Paulo Freire pela experiência do exílio. E dessa experiência do exílio podemos citar Chile, depois Estados Unidos, Suíça, vários movimentos dele pela Europa e por outros continentes. Ele é o terceiro autor mais citado e estudado na área de humanidades, pesquisa essa que foi realizada por um economista da Escola de Economia de Londres, Elliot Green, que identifica que o livro “Pedagogia do Oprimido” é a terceira obra mais citada em trabalhos acadêmicos na área de humanidades em todo o mundo. Esse é um dado bastante relevante, mas também os Centros Paulo Freire, as homenagens, espaços de pesquisa em educação. Paulo Freire não só dá nome, mas tem o seu trabalho estudado e aprofundado nesses espaços, os quais são chamados de Centros Paulo Freire por todo o mundo. Podemos citar Finlândia, França, Alemanha e a própria Suíça, onde Paulo Freire esteve também em exílio, e retomo os dois exemplos que eu havia citado, pois considero bastante emblemático o trabalho que foi desenvolvido e que será apresentado no Instituto Paulo Freire. Esse trabalho é um exemplo dessa internacionalização, de como as ideias circulam, já que é voltado para o acolhimento de imigrantes. Mas, tem a importante passagem de Paulo Freire por diferentes

países do continente africano, por exemplo, que influenciou não só programas de educação, como processos de independência, processos de luta política nessa relação e nas ideias de consciência crítica, ideias de formação do sujeito, ideias de autonomia e de emancipação que estão presentes no pensamento do autor.

Gleyce, você comentou sobre o pensamento de Paulo Freire, mas nós vemos que ele é bastante conhecido principalmente na educação básica e na alfabetização, inclusive de jovens e adultos. Eu quero saber dos professores Celso e Ítalo, como podemos trazer essa influência para o ensino superior.

Celso Niskier: Poucos sabem, mas eu mesmo descobri algo ao visitar a Ocupação Paulo Freire no Itaú Cultural, em São Paulo. Em 1962, na Universidade do Recife, junto com o reitor da época, Paulo Freire criou o primeiro serviço de extensão universitária, denominado Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife. Sessenta anos depois, o Brasil está tornando a extensão universitária obrigatória nos currículos, com a chamada curricularização da extensão - isso prova o pioneirismo e o impacto das ideias de Paulo Freire na educação superior. Possivelmente, a criação de serviço de extensão cultural foi uma forma pioneira e inédita de fazer essa atuação no mundo real, essa transformação social a partir do conhecimento universitário. Anteriormente,

ele já havia tido a ideia de unir a universidade ao desenvolvimento comunitário, e eu fico muito feliz de estarmos agora institucionalizando a extensão como parte obrigatória dos currículos universitários a partir de uma iniciativa pioneira lá do Recife.

Ítalo Curcio: O que os professores Celso e Gleyce apontam é muito importante. Reitero aqui a importância da primeira LDB, em 1961, que ensejou o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) e, infelizmente, como uma política de governo, acabou desaparecendo por conta do regime em 1964. Mas aquela LDB era uma política de Estado e permaneceu até chegar a segunda LDB, em 1971. Quando eu falo de Paulo Freire e, sobretudo, dessa parte do ensino superior, eu gosto de dividir em duas partes ao distinguir o método Paulo Freire de toda a sua obra. O método de ensino faz parte de uma filosofia da educação, então existem pessoas que se restringem ao Paulo Freire com o método de alfabetização ou, especificamente, com o trabalho que ele desenvolveu naquilo que hoje nós chamamos de educação de jovens e adultos (EJA). Nos moldes da legislação contemporânea, contudo, Paulo Freire é muito mais do que o método de alfabetização ou simplesmente algum trabalho específico de EJA.

Eu sempre digo o seguinte: para alfabetizar, existem métodos fechados,

que são os métodos sintéticos, e os métodos analíticos. Mas o Paulo Freire quebrou esses paradigmas já naquela época porque ele trabalha em cima daquilo que nós chamamos de avaliação diagnóstica, partindo do conceito de que não é possível trabalhar com o público-alvo desconhecido, ou seja, é preciso conhecer o público-alvo, e isso vale desde a educação infantil até a idade mais avançada. Aliás, isso é uma medida de praxe que eu uso há muitos anos como professor. Em meu primeiro dia de aula de um componente curricular, de uma disciplina, seja ela em qualquer nível, na graduação ou na pós-graduação, eu aplico uma avaliação diagnóstica ao meu grupo, ao meu público-alvo. Logicamente não conseguirei conhecer tudo, mas é necessário um ponto de partida.

Nesse sentido, quando falamos em educação superior, falamos também de Paulo Freire. Por quê? As pessoas falam em sala de aula invertida, mas criticam Paulo Freire sem saber que a sala de aula invertida é decorrente dos trabalhos de Paulo Freire, método esse que é trabalhado hoje nos cursos de medicina, engenharia, artes e é uma estratégia de trabalho maravilhosa.

As pessoas ignoram isso porque simplesmente não conhecem Paulo Freire. O criticam, mas usam a sala de aula invertida, fazem avaliação diagnóstica para conhecer o público-alvo etc., são coisas que parecem um paradoxo. Ademais, eu disse anteriormente que a educação não se restringe ao ensino de um tema específico, passa por esse tema. Por isso, mesmo na educação superior, eu entendo que Paulo Freire deve ser visto em dois aspectos: filosófico, particularmente epistemológico, e o da própria educação superior. Precisamos entender o que é a educação superior em cada época. Outro elemento importante no estudo de qualquer filósofo: quando você lê Platão, por exemplo, é necessário que o leia pensando na época dele de 24, 25 séculos atrás, mas que também leia pensando nos tempos de hoje. O mesmo serve para outros autores, assim como a leitura do Paulo Freire. Além disso, já publiquei alguns artigos na imprensa nacional nos quais eu faço o comentário de que, talvez, hoje, nós poderíamos chamar a “Pedagogia do Oprimido” de “Pedagogia do Excluído”, da qual o Paulo Freire foi pioneiro também. Então, quando falamos em educação superior, precisamos falar tanto sobre o ponto de vista filosófico quanto o metodológico, eu não posso me eximir dessa responsabilidade.

Estamos diante de uma grande quantidade de fontes de informação, com muitas informações que são saudáveis

e contribuem para a formação, informações verdadeiras e com base científica, mas há também muitas informações que promovem uma formação com defeitos, as chamadas *fake news*. E quando eu as menciono, não quero me prender a uma história maldosa. As *fake news* são notícias falsas que podem também ser resultado de uma ignorância, a exemplo de uma informação que agrada e é repassada sem a preocupação com a fonte. Atualmente, os nossos estudantes chegam na universidade com todo esse conhecimento, muito mais do que quando eu ingressei no meu primeiro curso universitário, em 1974, há quase 50 anos. Hoje, a fonte é muito abundante, então nada melhor do que praticar uma avaliação diagnóstica, aquilo que o próprio Paulo Freire fazia naturalmente. O Paulo Freire me inspira porque aquela célebre frase que ele diz “ninguém sabe tudo, mas também não tem ninguém que não saiba nada” está sempre presente, e no ensino superior ainda mais porque eu posso trabalhar um conceito em cima do conhecimento prévio daquele meu discente. Reforço que a avaliação diagnóstica é importante e que a sala de aula invertida é um dos exemplos, mas existem muitos outros.

Eu aproveito que você abordou sobre a contextualização da metodologia de Paulo Freire nos dias de hoje e conduzo a pergunta ao professor Celso. Aqui nós comentamos bastante sobre

o futuro da educação, de colocar o estudante como protagonista do seu destino e, conseqüentemente, das suas responsabilidades, não só no âmbito de ensino, mas também social onde ele é inserido, ademais da questão de formar pessoas com habilidades socioemocionais. Enfim, é uma educação cada vez mais humanizada e que reúne muito do que Paulo Freire pregava, certo, Celso?

Celso Niskier: Com certeza. Eu gosto muito de uma frase, que é do livro “Pedagogia do Oprimido”, na qual Paulo Freire diz: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Olha que interessante para entendermos, por exemplo, o modelo de educação a distância, de comunidades virtuais de aprendizagem em que, através da mediatização da tecnologia, nós criamos uma comunidade de aprendizes. E não existe necessariamente o protagonismo do professor ou do estudante, quer dizer, os papéis são dinâmicos, uma hora o professor é o que estimula, outra hora o estudante provoca o professor, o que proporciona aprendizado ao professor com aquele estudante também. Essa visão é bastante adequada a esse momento de maior protagonismo do estudante, o qual também não é exclusivo.

O que podemos dizer é que aquela visão do professor como único dono e protagonista de todo o processo de

ensino-aprendizagem foi gradualmente substituída por um papel maior do próprio estudante na condução da sua aprendizagem. Como nós gostamos de dizer, não é só o professor que ensina, é principalmente o estudante que aprende, e essa visão já estava definida nos escritos do Paulo Freire preparando a sociedade para a evolução tecnológica. Aliás, ele nunca foi contra a tecnologia. Ele defendia uma visão humanizada e humanizante do uso da tecnologia na educação, que continua muito atual, mas ele mesmo dizia que deveria ser sempre lido e reinterpretado até para que as suas ideias também pudessem ser transformadas. Paulo Freire era um pensador que defendia a tolerância, a qual hoje nos falta em alguns bolsões da nossa República, onde nos tornamos, do dia para a noite, intolerantes com o outro, com a divergência de pensamento quando deveríamos estimular esse ambiente em que todos se educam e entender que o processo de educação é comunitário e não proprietário de nenhum segmento, de nenhuma classe e de nenhum setor. Portanto, eu reforço a minha visão de que o Paulo Freire, patrono da educação brasileira, papel, aliás, que nenhum outro poderia representar tão bem pela dinamicidade e atualidade das suas ideias, é alguém a nos inspirar para construirmos um modelo mais dinâmico de educação.

Por fim, recordo como nós temos comentado bastante na ABMES sobre

os quadrantes híbridos do ensino e da aprendizagem, que nós podemos combinar presencial, virtual, síncrono e a assíncrono, com o objetivo de construir um ambiente propício a que todos se eduquem e que possamos criar um ambiente de aprendizagem contínua no qual todos tenham o seu papel e que ninguém esteja acima de ninguém. Afinal, não existe uma hierarquia do conhecimento, acredito que é isso o que ele nos dizia. Como o professor Ítalo discorreu muito bem, não há quem saiba tudo, mas todos sabem pelo menos alguma coisa e essa é a riqueza e diversidade que nós temos, como educadores, que estimular na sociedade.

Gleyce, você gostaria de complementar?

Gleyce Kelly Heitor. Primeiramente, complemento algo bem interessante que o Celso disse: realmente, Paulo Freire não era contra a tecnologia, muito pelo contrário. Consta uma curiosidade muito interessante lá na Ocupação que é a seguinte: um dos primeiros projetores de *slides* importados para o Brasil foi o usado por Paulo Freire. Inclusive, o artista Francisco Brennand produziu uma série de desenhos para o método Paulo Freire, os quais foram transformados em *slides* para serem usados nos círculos de cultura como complementação à leitura de imagem, e essa imagem projetada no slide como complementação das discussões e fomento das palavras geradoras. Então, há também um pioneirismo nesse

âmbito do uso das tecnologias na educação, o que singulariza bastante a trajetória de Paulo Freire. Além disso, quero dizer que é muito interessante essa questão da relação entre o pensamento do Freire e essa contemporaneidade de elementos, como habilidades socioemocionais ou mesmo a noção dos percursos formativos, que estão em pautas hoje em virtude da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Considero muito interessante trazer novamente esse contexto porque acredito que essas questões podem, sim, se articularem com o pensamento de Paulo Freire desde que tenham como objetivo a emancipação e a redução das desigualdades. Isso porque existe um componente muito forte de um leque, inclusive neoliberal, da educação quando vamos pensar nos componentes socioemocionais, em habilidades por projetos e em percursos formativos que podem parecer que dialogam, que encontram sinergia no pensamento do Paulo Freire, mas eu creio que essa sinergia é uma questão muito forte dos objetivos. Se você está lidando com todos esses componentes curriculares no intuito de uma preparação para a dimensão de emancipação humana, de redução de desigualdades que nos constituem, então eu imagino que, sim, há sinergia. Por outro lado, há o perigo desses conceitos estarem atrelados à formação para o mercado e, inclusive, uma redução da importância

do professor dentro desses percursos, pois há uma linha tênue onde essas questões se encontram com o pensamento de Paulo Freire e onde elas se distanciam. Sendo assim, considereei muito importante remarcar isso.

Indicações:

Documentário: [Paulo Freire, 100 anos](#) – TV Cultura

Livro: [Dialogando com a própria história](#) – Paulo Freire e Sérgio Guimarães

Livro: [Sociabilidades letradas no Recife: A Revista Estudos Universitários \(1962 – 1964\)](#)

[Exposição Itaú Cultural: Ocupação Paulo Freire](#)

[Quartas com Paulo Freire](#)

[O legado de Paulo Freire](#) – Site Monitor Mercantil

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 20

O novo ensino
médio e a
educação superior

18/11/2021



**Celso
Niskier**

Diretor-
presidente
da ABMES
e reitor da
UniCarioca



**Leila Soares
de Souza
Perussolo**

Secretária
de Estado da
Educação de
Roraima e vice-
presidente do
Consed



**Bruno
Eizerik**

Presidente
da Federação
Nacional
das Escolas
Particulares
(Fenep)



**Maria
Rebeca
Otero
Gomes**

Coordenadora
do setor de
educação da
Unesco

Episódio 20

O novo ensino médio e a educação superior

18/11/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Leila Soares de Souza Perussolo, secretária de Estado da Educação de Roraima e vice-presidente do Consed

Bruno Eizerik, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Maria Rebeca Otero Gomes, coordenadora do setor de educação da Unesco

O novo ensino médio (Lei nº 13415/2017) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu algumas mudanças na estrutura do ensino médio, como a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os chamados itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.

Após um ano e meio de pandemia, estudantes e escolas de todo o país se preparam para essas mudanças do novo ensino médio. Aprovada em 2017, a lei que reformou essa etapa de educação previu um prazo de cinco anos para as

redes se adequarem ao aumento de carga horária, ou seja, 2022.

É evidente que essa mudança impacta diretamente no tipo de estudante que as universidades receberão.

Leila, você poderia explicar melhor quais são as principais mudanças que o novo ensino médio trará aos jovens e, conseqüentemente, ao nosso país?

Leila Soares de Souza Perussolo: Inicialmente, é preciso entender a mudança do que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) desde 2017 e o aumento da carga horária anual, saindo de 800 horas para

1.000 horas. Isso tem um impacto na escolha de reorganização da jornada escolar dos nossos alunos. As possibilidades deverão ser pensadas com, no mínimo, cinco horas diárias desse aluno de ensino médio na escola. A implementação do novo ensino médio começa em 2022 com os alunos matriculados no primeiro ano escolar, mas não é só isso. Quando pensamos na carga horária, é preciso lembrar que há um desafio ainda maior nessa organização, que é o currículo escolar. Para aumentar as horas, é preciso que haja um significado e este está exatamente no que dá vida à relação docente/ensino-aprendizagem, que é o currículo escolar. Esse currículo busca agora um novo formato para tornar a escola mais atrativa, assim como a forma dos conteúdos, pois hoje precisamos pensar nas áreas do conhecimento, romper com aquele pensamento de “caixinhas” com componentes curriculares e fazer toda uma organização por áreas do conhecimento.

Essa mudança é significativa do ponto de vista de reorganizar o trabalho colaborativo entre os professores dentro da grande área do conhecimento, mas, principalmente, possibilitar que cada estudante possa traçar o seu caminho dentro da escolha dos itinerários formativos. Então, a lógica de organização, de comportamento da escola, é ter as grandes áreas, que são as da matemática, linguagens, ciências da natureza e

ciências humanas. Isso quer dizer que todos os professores que compõem essa organização dentro das grandes áreas terão agora a possibilidade de trabalho interdisciplinar e colaborativo, buscando entender objetivos gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e uma interlocução com os objetivos específicos que estão postos para o desenvolvimento das competências e habilidades dentro dessa área. Ademais, principalmente dentro do projeto de vida, a escola toda precisa se articular para que os estudantes sejam orientados e possam trilhar os seus caminhos para fortalecer a área que eles vêm buscando através das disciplinas eletivas e optativas. Dentro de uma proposta de articulação pelas áreas do conhecimento, isso possibilitará que os nossos professores exerçam um trabalho colaborativo, de discussão desse currículo, dos objetivos e habilidades de aprendizagem do que compõe cada área do conhecimento, buscando alinhamento com as competências gerais da BNCC, mas, sobretudo, ajudando para que os nossos alunos do ensino médio possam encontrar nessa perspectiva de leque dos itinerários formativos o fortalecimento das áreas que eles pretendem seguir, para que eles já pensem até em outros encaminhamentos e fortalecimentos, como o ensino superior.

De fato, será um grande desafio, pois é uma transformação geral do nosso ensino médio. Bruno, segundo o

texto da [Lei nº 13.415/2017](#), as redes públicas e particulares terão liberdade para definir os arranjos curriculares dos itinerários formativos que serão oferecidos em quatro áreas do conhecimento, como disse a Leila: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, ou no ensino profissional. Na sua visão, isso é um ponto positivo tanto para a instituição particular quanto para a pública?

Bruno Eizerik: Eu acredito que, antes de tudo, é importante privilegiar a liberdade, essa palavra é muito importante. A nossa LDB fará 25 anos em 2022 e muito foi dito em relação à liberdade na sua constituição, algo que não ocorreu. Eu diria que foi necessário esperarmos mais ou menos 25 anos, com esse novo ensino médio, para que dispuséssemos dessa liberdade. Considero muito importante também o que a Leila trouxe: não basta pensarmos somente em aumentar de 800 horas para 1.000 horas anuais, pois aumentar o tempo de algo que não está bom não significa que vai melhorar o ensino. Sendo assim, digo que essa liberdade, a possibilidade de que as escolas usem e criem é algo positivo. Contudo, infelizmente é preciso separar o que acontece na rede pública e na rede privada. A rede privada responde hoje por cerca de 20% dos nossos alunos e, infelizmente com a pandemia, esse *gap* entre a escola pública e privada aumentou mais ainda.

As aulas remotas na rede privada começaram quase que imediatamente após a suspensão das aulas presenciais e, infelizmente, na rede pública não há essa rapidez e possibilidade de adaptação que consta na rede privada. A rede privada está pronta para esse novo ensino médio, nós estamos prontos para ousar, para criar o novo, enfim, estamos prontos para oferecer aos alunos que querem um novo ensino médio uma nova perspectiva através de escolhas, disciplinas optativas, itinerários formativos, com aluno optando para onde ele quer ir... É uma grande reformulação, creio que realmente nós entraremos em um novo capítulo da educação básica do Brasil.

Bruno, eu me questiono por que, de fato, é uma transformação tremenda, mas a partir do momento que um aluno resolve estudar jornalismo, por exemplo, na área de ciências humanas e ele não tem o mínimo de conhecimento na área da matemática, isso não trará consequências para ele no futuro?

Bruno Eizerik: É muito importante explicar isso: todos os alunos terão 1.800 horas de uma base comum, como a Leila já disse, que ensinará o mínimo de cada componente curricular (disciplina). A diferenciação será nas outras 1.200 horas, que serão os itinerários formativos, onde o estudante escolhe para onde ele vai. Sendo assim, ninguém deixará de ter aquela base geral.

Legal, importante explicar isso. Leila, como fica a questão da adequação da BNCC ao novo ensino médio? Elas são complementares? Será um novo desafio para as escolas?

Leila Soares de Souza Perussolo: Na verdade, toda a discussão da BNCC não veio alheia ao movimento de 2017 que resultou na reforma do ensino médio. Tivemos toda uma construção de educadores do Brasil inteiro que já estavam buscando essa mudança. Então, quando falamos na BNCC e na reforma do ensino médio, não são duas coisas distantes, tanto é que nós obtemos a aprovação e a homologação da BNCC do ensino fundamental e não conquistamos no mesmo período a BNCC do ensino médio, pois ele já estava em um movimento de discussão para essa transição, considerando o alto índice de evasão, reprovação, grande distanciamento dos alunos e do perfil com que o aluno saia do ensino médio, pois o que ocorre, geralmente, é uma entrada significativa e, ao longo dos anos, há a diminuição desses alunos. Então, na atual BNCC do novo ensino médio já ocorre a discussão com esse novo formato, tanto é que temos estados que estão com seus documentos curriculares aprovados, com projetos político-pedagógicos aprovados nas escolas ou que ainda estão em elaboração dos seus documentos curriculares, mas que não estão seguindo a lei da BNCC.

Nós temos um fortalecimento da política da BNCC, pois ela trouxe a reflexão para os educadores brasileiros sobre as áreas do conhecimento, que é o grande desafio e impactará significativamente a formação dos professores, tanto na formação inicial daqui para frente quanto na formação continuada, tomando como referência as nossas redes. Então, não há distanciamento. Nós acreditamos que isso fortaleceu todo o trabalho dessa política, que é uma política com muitos desafios e que exigirá muito uma nova organização das redes, uma mudança de comportamento, mas, principalmente, uma mudança de ideário pedagógico, de fazer pedagógico na escola, de pensar o currículo diferente e organizar nossos processos avaliativos também de maneira diferente. São enormes demandas que a educação brasileira precisará discutir e investir fortemente em infraestrutura escolar, na formação de professores e em toda a política de livro didático que também vem com a implementação do novo ensino médio a partir de 2022. Sendo assim, a BNCC não está estante à reforma do ensino médio, são questões que vieram conjuntamente, no bojo da discussão do novo cenário educacional para a política do ensino médio.

Bruno Eizerik: Sobre aquele exemplo da disciplina de matemática que você havia perguntado, Carol, outro detalhe importante: para aqueles alunos que

não são muito fãs de matemática, é importante lembrarmos que no novo ensino médio existem somente duas disciplinas que continuam obrigatórias: português e matemática.

Leila Soares de Souza Perussolo: Acredito que a fala do Bruno foi muito importante e pertinente porque, quando falamos da obrigatoriedade de português e matemática, há alguns equívocos os quais dão a entender que todos os outros objetos de ciência, como filosofia e história foram retirados. Mas, como o Bruno lembrou bem, nós temos a carga horária destinada para a base comum obrigatória, onde teremos português e matemática no primeiro, segundo e terceiro anos, mas história, geografia e filosofia, por exemplo, estarão obrigatoriamente compostas dentro da área do conhecimento em um desses três anos, e as 1.200 horas serão utilizadas para os itinerários formativos, onde o estudante poderá escolher uma área específica e fazer a sua trilha. Contudo, a escola deve oferecer pelo menos dois itinerários, e esse é outro grande desafio das nossas redes: conseguir compor os itinerários formativos com os arranjos produtivos locais, com os desafios dos conhecimentos, da pesquisa ou do diagnóstico feito na escola. Eu dei uma entrevista essa semana e um estudante me perguntou se ele poderia fazer o que quisesse e eu disse que não é bem assim, pois a escola dispõe da base comum para todo mundo, obrigatória,

e organizará os itinerários formativos com base em um diagnóstico. A escola sabe das limitações de oferecer aquilo que ela não terá suporte profissional, técnico ou de infraestrutura.

Rebeca, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) está enxergando esse novo ensino médio aqui no Brasil?

Maria Rebeca Otero Gomes: A Unesco está enxergando com bons olhos. Eu acredito que essa reforma do ensino médio nos aproxima mais um pouco dos países que possuem um sistema educacional mais desenvolvido. No entanto, há um grande desafio na sua implementação: temos pontos muito positivos, como a parte da flexibilização dos conteúdos, das áreas de conhecimento e todos esses aspectos que foram colocados aqui pela Leila e pelo Bruno, mas o grande desafio é a implementação, principalmente no setor público, pois os estados precisam dar conta de todos esses itinerários. Então, por exemplo, nos preocupa muito o itinerário formativo da educação técnico-profissional, porque esse itinerário necessita de um investimento maior, expansão de rede, elaboração de laboratórios, criação de uma certa infraestrutura e da formação de professores. Esse aspecto é muito importante, visto que a expansão desse itinerário dentro do ensino médio é extremamente valiosa para que o jovem possa se

qualificar e depois ir para o mundo do trabalho ou para a universidade, caso deseje se aprofundar na sua profissão.

Nós já percebemos que vários estados não conseguirão ofertar todos os itinerários e precisarão trabalhar muito a formação dos professores para que isso ocorra de forma mais inovadora e moderna, pensando na mudança curricular, no pedagógico, na própria organização do ensino médio... Por isso, estamos tentando dar apoio aos estados para que eles se capacitem. Além disso, também existe a questão da pandemia, que nos fez retroceder e agora precisamos melhorar isso, pois impactará principalmente em como os estudantes chegarão no ensino médio. Eles vêm de um ensino fundamental que já tinha problemas de qualidade, de aprendizagem etc. Esses alunos chegam até analfabetos funcionais no ensino médio, e isso é um problema que, obviamente, a escola, o sistema educativo precisará dar uma resposta e pensar em como reverter essa situação, além de oferecer um ensino médio de qualidade com essa flexibilização, buscando dar mais apoio aos jovens para que eles possam se identificar mais, o que é muito bom.

A Unesco fez algumas pesquisas com jovens e constatou que eles não gostavam do ensino médio anterior, consideravam chato, com muitas disciplinas e, pensando nisso, é necessário que

trabalhemos mais na linguagem deles. Sendo assim, a reforma é muito importante nesse sentido, mas o desafio da implementação e de trazer a nossa educação do século 19 para o século 21, e agora, muito provavelmente a inserção de tecnologia, mais do que nunca, é a grande questão. Apesar das dificuldades, acredito que juntos, em um esforço coletivo, com todos os responsáveis, com boas políticas públicas, com o setor privado prestando também o apoio, creio que conseguiremos.

A ideia é muito boa. A questão é só como será feita.

Bruno Eizerik: A Rebeca trouxe uma questão muito importante que nós não havíamos conversado, que é o ensino profissional. Antigamente, as pessoas acostumaram que elas faziam o ensino médio e depois faziam o curso técnico e agora não, agora o ensino técnico vai ser dado junto com o ensino médio. Por exemplo, o aluno fazia as 2.400 horas do ensino médio e fazia mais suas 1.800 horas de um curso técnico. Agora, ele faz as 1.200 horas do curso técnico mais as 1.800 horas da base e já se forma em três anos, então há a possibilidade de o estudante não terminar somente o ensino médio, mas terminar o ensino médio com o diploma técnico, algo muito importante, pois nos faltam técnicos no país. Além disso, teremos também aqueles estudantes que querem ir para o ensino superior, os quais não optam por esse itinerário, por

isso é uma novidade muito importante também que chega com o novo ensino médio a partir do ano que vem.

A Rebeca estava traçando aqui uma linha do estudante saindo do ensino fundamental para o ensino médio e nisso eu faço outro gancho para o ensino superior. Professor Celso, nós sabemos o quanto isso impactará o ensino superior. Estamos vendo que será uma formação completamente diferente desses alunos, atualizada e específica em determinadas áreas. Como ficam as universidades nesse contexto? Elas também já estão preparadas para receber esses novos estudantes?

Celso Niskier. Eu acredito que a implantação do novo ensino médio se dará de modo gradual, assim como a preparação das universidades para essa mudança. O que eu considero que são adaptações importantes? Primeiro, destaco de forma positiva essa visão dos itinerários formativos, pois dá protagonismo ao jovem na escolha da sua jornada. Isso certamente influenciará para que as universidades possam pensar também em seus próprios itinerários, suas próprias trilhas, e eu conheço muitas que já estão adaptando os seus currículos para que o jovem possa, durante a graduação, escolher também caminhos distintos. Por exemplo, eu posso fazer um curso de administração com o foco maior em *marketing* digital, mas posso também fazer um curso de

administração com um perfil maior na área de finanças.

Um caso típico dessas especificidades é o curso de pedagogia, pois quem faz o curso de licenciatura em pedagogia pode querer ter um viés mais de gestão, mais na linha psicopedagógica ou até na nova linha da pedagogia empresarial. Por isso, acredito que as universidades serão desafiadas a criar também essa flexibilidade para que o jovem possa escolher o seu caminho e não se amarrar, necessariamente, em quatro, cinco anos, de graduação para depois fazer uma especialização, como acontece hoje. Antigamente, isso acontecia, nós tínhamos as habilitações e as ênfases no ensino superior. Na engenharia, por exemplo, havia a habilitação em engenharia civil, engenharia elétrica... Isso acabou, todas as modalidades viraram uma graduação específica e eu acredito que haverá um retorno dessa ênfase, contudo, com muito mais liberdade para o aluno compor a sua própria ênfase. Em segundo lugar destaco o potencial de parceria. A oferta do itinerário formativo no ensino médio pode muito bem ser feita em parceria com as universidades locais, principalmente no que diz respeito à profissionalização.

Não vejo nenhum motivo pelo qual uma escola não possa ser parceira da universidade local na oferta de diferentes

itinerários formativos, no próprio projeto de vida do estudante, que é outro ponto, pois muitas universidades, por exemplo, estão criando disciplinas ligadas a projetos de vida e carreira. Essa inspiração do novo ensino médio servirá não só para novas parcerias, mas também para mudar um pouco o conceito dos currículos do ensino superior. Eu vejo isso, portanto, de uma forma muito positiva. É uma renovação bem-vinda.

Quando vocês falam dos itinerários formativos nessas 1.200 horas optativas, é o aluno quem vai escolher ou a escola que oferecerá e eles decidem? Pois, quando entramos na faculdade, selecionamos quais são os cursos que faremos em cada semestre. No caso do aluno do ensino médio, ele já terá essa autonomia na escolha com base no seu perfil, habilidades e competências ou a escola oferecerá ou o encaixará onde for mais adequado?

Bruno Eizerik: Primeiramente, nós temos as 1.800 horas que é da base, então todo mundo faz. Nós indicamos que no primeiro ano do ensino médio, que são 1.000 horas, o aluno tenha a base e já possa começar a fazer o

projeto de vida dele. A partir do segundo ano, ele ainda terá um pouco de base, mas poderá começar a fazer o itinerário formativo que escolheu e que a escola oferece. É importante dizer que, no caso de uma grande escola, ela poderá oferecer itinerários formativos nas quatro áreas (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas). No caso de uma escola pequena, como é o caso da cidade de Anta Gorda, situada no interior do estado Rio Grande do Sul, que possui somente uma turma de ensino médio, não será possível oferecer mais do que um itinerário. Imagina se for oferecido somente o itinerário de matemática? Neste caso, obviamente, o aluno precisará escolher a única opção que a escola oferece. No Rio Grande do Sul é permitido que a escola ofereça somente um itinerário, em Santa Catarina é necessário oferecer dois itinerários, em São Paulo também. A quantidade de oferta obrigatória de itinerários varia a depender do estado. Retornando ao que eu dizia, no terceiro ano ele poderá fazer basicamente o itinerário que ele escolheu e que a escola possui.

Por isso, é importante que quando a família for escolher a escola para o seu filho, ela escolha aquela que se adeque à predisposição do aluno através da verificação dos itinerários que ela oferece. No caso do aluno que tem predisposição para ser médico, por exemplo, é importante que seja escolhida uma

escola que oferece um itinerário voltado para a área das ciências biológicas. Muitas vezes, a escolha passa pelo itinerário que a escola oferece, porque nem todas vão oferecer todos os itinerários.

Leila Soares de Souza Perussolo:

O grande desafio das nossas redes é entender as particularidades das nossas escolas, entender que elas têm particularidades diferentes de infraestrutura e mesmo de condições de organizar os itinerários e buscar o entorno, que é isso que o Celso falou a respeito das parcerias, que fortalecerá os itinerários formativos, que ajudará a possibilidade de mais trilhas dentro da escola, organizações ou arranjos curriculares que são exatamente as parcerias com as instituições superiores, com o Senac e entre escolas dentro de um mesmo município, de um mesmo estado.

É preciso criar um diálogo para que os alunos consigam perceber que eles têm condições dentro da escola de realizarem a matrícula. Nós falamos de escola pública, então nem sempre os alunos possuem condições de se matricularem em outra escola, pois isso impactará no transporte, no retorno para casa, enfim, precisamos pensar em tudo isso. Mas as escolas, quando estão preparando os seus itinerários formativos, elas estão fazendo com base no seu entorno, nas suas condições de articulação e, obviamente,

precisamos lembrar que essa é uma implementação. Iniciaremos em 2022 e aprenderemos ao longo da caminhada a criar possibilidades inovadoras, arranjos organizativos curriculares com outras escolas parceiras, mesmo que sejam de uma outra unidade federativa, como os próprios institutos federais ou até mesmo com a potencialidade que cada estado dispõe (agricultura, pecuária, indústrias etc.). Isso fará com que a escola se abra para o seu entorno e que consigamos a adesão do nosso entorno para esse novo olhar também para o ensino médio.

Leila, eu fico me perguntando: essa conversa ocorre em meados de outubro de 2021 e falamos que esse novo ensino médio será em 2022, ou seja, daqui a dois meses. E a questão da formação dos professores, deu tempo? A lei é de 2017, ou seja, faz quase cinco anos. Será que já estamos preparados para isso? O que vocês podem me dizer sobre isso?

Leila Soares de Souza Perussolo: A formação de professores é uma pauta importantíssima dentro da implantação do novo ensino médio. Eu tenho um olhar fixo para o que vivemos com a pandemia. Foi necessário que parássemos em uma série de pautas, objetivos e planejamentos para reorganizar a escola para o momento pandêmico, que também exigiu formação dos nossos profissionais da educação para continuarem atuando de forma remota,

a reestruturação da forma de ensino com bases tecnológicas e a utilização de ferramentas digitais que talvez não estivessemos pensando para o momento em questão ou, pelo menos, não contávamos com o quantitativo significativo que a pandemia nos exigiu. Além disso, a formação de professores é prioritária. Fomos formados com outro modelo, com outro ideário pedagógico, pensando cada disciplina com seu componente e hoje sabemos que a formação do professor, que é uma pauta importante, precisa trazer à reflexão dessa organização curricular a interdisciplinaridade ao trabalhar dentro das áreas do conhecimento, a pesquisa colaborativa buscando fortalecer os diferentes eixos do conhecimento, de forma a articular não só um componente curricular, mas fortalecer a área do conhecimento.

É preciso que o componente curricular seja pensado juntamente com os professores da área do conhecimento, lembrando que existem competências específicas da área e competências gerais da base, e é necessário que a construção desses conteúdos curriculares seja feita de tal forma que o estudante possa também definir o seu itinerário e a sua trilha, por isso, a formação de professores é prioritária.

É preciso investir mais na formação de professores e criar mais possibilidade

de articulações, não só do ponto de vista da formação dos grupos, mas das possibilidades de experiências que podem, neste momento, fortalecer uma rede ou escola que ainda não iniciaram, juntamente com a sua estrutura, uma grande discussão sobre o novo ensino médio.

Bruno Eizerik: Vou citar um outro viés do que a Leila trouxe. Acredito que nós também precisamos repensar a ideia do professor como o centro da sala de aula. Ainda temos a formação do professor como fonte do conhecimento e hoje não acontece mais isso. Quando eu fui para a escola, eu tinha duas fontes: minha professora ou as enciclopédias. Hoje em dia, o conhecimento está na palma da nossa mão. Não podemos mais ter o professor se considerando o centro da sala de aula, é preciso que formemos professores que enxerguem o aluno como centro da sala de aula e protagonista da sua formação. Essa é uma mudança de mentalidade que nós e nossos professores precisamos ter, aprendemos muito isso na pandemia.

Eu defendo que sala de aula é um espaço muito nobre para o professor ficar passando

conteúdo para o aluno. Hoje, se o professor quer ir a uma sala de aula passar conteúdo, o aluno pode recorrer ao YouTube e conseguirá muitas aulas melhores ou iguais para aprender. Nós precisamos aproveitar esse momento, não só de novo ensino médio, mas da pandemia, e repensar quem é o centro da sala de aula.

Maria Rebeca Otero Gomes: Isso que o Bruno trouxe é muito importante, porque realmente o foco é o estudante. Apesar disso, o professor é elemento-chave para a qualidade desse ensino e ele precisa estar preparado. Agora, preparado com tudo isso que vem a mais através da BNCC, da reforma, conteúdos, itinerário formativos diversos, mudança curricular etc., e também é necessário que ele se atente para muitas questões que precisa desenvolver, que é realmente a transformação desses estudantes em pessoas melhores. A ideia é que o jovem entre na escola e saia melhor do que entrou, que saia com conhecimento e se transforme em um cidadão que possa qualificar sua vida, seu planeta, que possa respeitar os direitos humanos, que possa ter todo esse arcabouço que a educação pode oferecer, além de serem jovens que tenham

pensamento crítico, que tenham autonomia, e o professor é muito importante nesse aspecto. Isso é algo que é muito difícil e é um desafio maior ainda para o nosso ensino médio.

Essa formação necessita dar todos esses aspectos da inovação da legislação, do currículo, dos conteúdos, dos itinerários e da reforma, mas também precisa continuar levando a esses professores o papel de apoiar, contribuir com o jovem para que ele se torne uma pessoa melhor, para que ele possa transformar e qualificar a sua vida, o seu planeta etc.

Celso Niskier: Complemento exatamente na linha do que você comentou. O professor hoje se torna um curador do conhecimento. Principalmente em tempos de *fake news*, é muito importante que o professor exerça o papel de curador para orientar a busca de novos conhecimentos por parte do estudante, orientá-lo sobre a diferença entre fato e opinião, orientá-lo sobre a diferença de crença e conhecimento, ou seja, o professor, pelo seu exemplo, pela sua trajetória, pelo o que ele, de fato, pratica em sala de aula, ser esse grande orientador da aprendizagem, e por isso ele continuará sendo importantíssimo. Mas, realmente, ele não é mais o único transmissor de conhecimento, não é mais a única fonte de transmissão de conhecimento, mas, certamente, é uma fonte de transmissão de sabedoria, de

orientação, de mentoria, e eu acredito que o projeto veio exatamente nessa linha de dar ao professor muito mais o papel de poder ser o desenhista da experiência do aluno com os objetos de aprendizagem ao invés de ser um repetidor de padrões e conhecimentos. Por isso, as tecnologias são libertadoras para que o professor possa ser mais criativo, mais inovador e possa continuar sendo inspiração para o aluno. Eu quero só lembrar, para não nos esquecermos, que as competências digitais do professor serão cada vez mais importantes, até mesmo a inclusão dessas competências digitais nos currículos das licenciaturas é um fator fundamental para o qual, inclusive, precisamos trabalhar muito.

As competências digitais de hoje são muito diferentes do que era há dois anos, antes da pandemia. Podemos imaginar que os professores trouxeram todos os estudantes para dentro de suas casas e adaptaram o seu ambiente para o uso das ferramentas de videoconferência. Hoje, competência digital não é só usar a ferramenta, é entender esse novo modelo híbrido que emerge da crise, da pandemia, muito mais forte. Tal modelo não foi inventado pela pandemia, mas certamente ele foi acelerado por essa circunstância. Então, é importante lidarmos com isso e com toda a questão emocional envolvida para o professor e para o aluno, de forma a engajar mais o aluno.

Certamente, será uma competência muito desejada dos cursos de licenciatura e nós, como a ABMES, temos uma contribuição a dar. Lembro a todos que nós instituímos, junto com o Instituto Península, um grupo de trabalho para pensar a formação inicial docente, fazer *benchmarking* para compreender como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) podem evoluir, inclusive, para a inclusão dessas novas competências digitais. Nós pretendemos ter esse documento, que conta com a participação de 20 instituições associadas à ABMES, grandes grupos, pequenas faculdades, todos pensando no tipo de formação inicial que se deseja para que isso possa servir de base até mesmo para a evolução das DCNs e da legislação a esse respeito. É um trabalho muito importante que nós temos que fazer para que o ensino o novo ensino médio dê certo.

Recordo também que nós já tivemos um episódio que abordou sobre o professor do futuro, seguindo justamente essa lógica de que ele passa a não ser mais o centro da sala de aula, como disse o Bruno, mas exerce a função de mentor, orientador do aluno e do caminho que ele deve seguir. Eu acredito que o grande desafio hoje para os jovens, quando falamos em competências digitais, é o fato de que eles se dispersam com facilidade nas redes sociais, com vídeos e áudios que são rapidamente consumidos, esquecidos,

e, em contrapartida, eles também não se atentam aos conhecimentos básicos. Um grande desafio do ensino médio é justamente o de incorporar os conhecimentos digitais aos conhecimentos básicos e trazer atratividade com essas mudanças curriculares e esses itinerários formativos. Eu acredito que realmente será uma questão de adaptação que veremos nos próximos anos.

Indicações:

Livro: Ensinando na sala de aula on-line: sobrevivendo e sendo eficaz no novo normal – Doug Lemov

Livro: Os desafios da profissão docente

Filmes:

Sociedade dos Poetas Mortos

A família Mitchell e a revolta das máquinas

Livro: Protótipos curriculares de Ensino Médio e Ensino Médio Integrado – UNESCO

Livro: Covid-19 e educação superior: dos efeitos imediatos aos dias seguintes, análises de impacto, respostas, políticas e recomendações

Livro: Educação: um tesouro a descobrir – Jacques Delors

Pesquisa: Percepções, conhecimentos e expectativas de estudantes e professores do Ensino Médio da rede pública brasileira sobre o empreendedorismo – Instituto Êxito e UNESCO

Ficha técnica:

Apresentação: Carolina Augusta

Produção: Camila Griguc

Edição de som: Jonathan Alves

Apoio: Sabrina Moraes

Episódio 21

Balanço de 2021 e perspectivas para 2022 do setor educacional

02/12/2021



Celso Niskier

Diretor-presidente
da ABMES e reitor da
UniCarioca



Arthur Sperandéo

Presidente da Anaceu



Paulo Chanan

Vice-presidente da
Abrafi



Amábile Pácios

Vice-Presidente da Fenep



Lúcia Teixeira

Presidente do Semesp



**Rui Otávio
Bernardes de
Andrade**

Presidente do Semerj

Episódio 21

Balanço de 2021 e perspectivas para 2022 do setor educacional

02/12/2021

Participantes:

Celso Niskier, diretor-presidente da ABMES e reitor da UniCarioca

Arthur Sperandéo, presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu)

Paulo Chanan, vice-presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades (Abrafi)

Amábile Pácios, vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Lúcia Teixeira, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo

Rui Otávio Bernardes de Andrade, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro (Semerj)

O ano de 2021 foi desafiador. Passamos pela pior pandemia, vimos tudo se transformar e agora estamos com uma nova missão: voltar à vida normal. Mas ela não será como antes e isso é meio confuso, afinal, estamos nos adaptando, e isso vale para os alunos, professores, gestores, coordenadores e todos aqueles envolvidos com as instituições de educação superior. Nós

não somos mais os mesmos e, consequentemente, as instituições também não, pois elas são constituídas por pessoas. O ano de 2022 será de retomada, será o início de uma nova jornada, e por isso, para encerrar este ano e trazer as perspectivas para o próximo, reunimos neste episódio um representante de cada entidade que compõe o Fórum das Entidades Representativas do

Ensino Superior Particular.

Discutimos opiniões e pontos de vistas diversos, cada qual abordando um pouco do seguimento que representa, mas todos com um objetivo em comum, que é lutar por uma educação cada vez mais forte e justa. Então vamos lá?

Começo com o professor Celso, que também é secretário executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. Celso, o balanço de 2021 foi considerado positivo ou negativo para o setor? Qual foi a importância política do Fórum e o que podemos destacar nesse cenário?

Celso Niskier: Posso dizer que foi um ano muito desafiador, com certeza. Em 2020, primeiro ano da pandemia, tivemos o grande desafio de rapidamente adaptar as nossas instituições e, em 2021, com a continuidade da pandemia, as instituições enfrentaram e continuam a enfrentar as consequências desse impacto significativo em seu funcionamento, como a perda de base e a redução do ingresso de novos estudantes. Impactos que, certamente, durarão ainda por mais alguns anos.

Apesar disso, algo que é muito importante é a união para a defesa do nosso setor e destaque, em especial, a vitoriosa defesa que o Fórum fez da manutenção do ProUni, ameaçado por algumas iniciativas, inclusive, de corte orçamentário. Isso foi muito importante, pois preservamos um programa

social da maior importância, e o Fórum teve uma atuação muito destacada. Eu quero dizer também da importância da atuação do Fórum na defesa de uma reforma tributária mais justa para o setor, na adaptação para as avaliações virtuais *in loco*, uma inovação do Inep que contou com o apoio do Fórum e das instituições associadas a ele... Além disso, realizamos o primeiro Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular (CBESP) virtual da nossa história, que contou com mais de 2.400 participantes. Este foi um ano que, apesar de muito difícil, trouxe uma reinvenção da nossa atuação, por isso eu acredito que encerramos o ano mais fortes. Aquilo que não nos mata, nos fortalece, como dizia Nietzsche e, certamente, nós saímos deste ano muito mais fortalecidos.

Agora peço que o Arthur faça um breve balanço de 2021.

Arthur Sperandéo: Os anos de 2020 e 2021 foram muito difíceis. O primeiro semestre de 2021 foi desafiador em termos da pandemia e no segundo semestre foi onde as coisas começaram a melhorar. Nosso ano foi muito atribulado na gestão de informações e na gestão de uma articulação com o Ministério da Educação (MEC) no sentido pleno de defendermos as instituições de ensino de todos os seguimentos, de todas as nossas associações.

Parabenizo o empenho de todos os dirigentes do Fórum nesse sentido. Considero que foi desafiador, muitas vezes precisamos ir para um embate duro com o MEC e foi fundamental o papel de todos aqui presentes, assim como dos mantenedores que nos apoiam, porque as instituições nos apoiam, por isso tomamos muitas vezes a iniciativa de sermos duros na nossa relação com o MEC. Espero que 2022 seja um ano de esperança, da mudança necessária para que retomemos ao normal, seja qual normal seja, mas que seja muito melhor do que foi 2020 e 2021. Seguimos em frente! O nosso Fórum estará aqui para defender as nossas instituições.

Concordo, Arthur. Eu vi um jargão esses dias que dizia que foguete não tem ré, então pensando nisto, vamos para frente. Realmente o ano de 2021 foi de muito aprendizado, porque eu acredito que todo mundo saiu da zona de conforto em virtude dessa adaptação ao novo normal. Professor Paulo Chanan, gostaria de saber se você concorda com o que o Arthur e o Celso comentaram até agora.

Paulo Chanan: Encerramos mais um ano de muito trabalho. Foram muitas as conquistas com o desafio de fazermos uma ultrapassagem da forma que foi 2020, que era totalmente remoto, para uma questão mais híbrida em 2021, defendendo temas como a presencialidade e o Fórum levando

suas contribuições ao Poder Legislativo através dos seus representantes. Fico muito feliz de estar com todos e encerrar mais um ano de muito trabalho, pois enfrentamos juntos um ano muito difícil, mas de muitas realizações também.

É importante destacar isto, Chanan. Agora, para abrilhantar ainda mais o nosso episódio, vamos apresentar as mulheres líderes no mercado do setor educacional. Com a palavra, a professora Amábile Pácios. Professora, conte-nos como você avalia o ano de 2021, se foi diferente na sua instituição e como a federação atuou.

Amábile Pácios: Acredito que em 2021 nós aprendemos a estar juntos, mesmo que não presencialmente. A distância física não tirou a nossa luta, o nosso envolvimento com as questões que envolvem o setor. Trabalhamos firmemente e os principais pontos o Celso já comentou. Nós trabalhamos com a questão do ProUni, inclusive, foi um susto quando vimos na PEC emergencial o ProUni colocado em risco, mas pudemos nos juntar e trabalhar para a manutenção desse programa, que é de inclusão social. Eu dou atenção especial a todo o trabalho do Fórum na reforma tributária, lembrando que na reforma temos seis textos e precisamos estar atentos a cada um deles porque, de repente, algum pode nos surpreender.

É um trabalho bem grande acompanhar esses textos e tudo eles trazem de novo, pois eles podem ser modificados de forma a tocar o setor de uma maneira desfavorável. Por isso, dou ênfase ao trabalho do Fórum e de toda a equipe de assessoria. Alguns nomes importantes são o do Sólon Caldas e do Emerson Casali no acompanhamento desses temas no Congresso Nacional e no Ministério da Economia. Também ressalto o trabalho do Rodrigo Capelato e do José Roberto Covac, nos ajudando com números. Foi uma interlocução muito pesada, difícil e longa, sobretudo com o Ministério da Economia. O desafio do *on-line* também foi grande. Quando falamos da educação básica, que a federação também representa, foi um desafio muito grande manter a educação infantil em 2021. Algumas escolas particulares tiveram dificuldade de voltar, pois, embora tenhamos a liberdade, tivemos a dificuldade, visto que essa era uma decisão do prefeito e do governador. Então, destaco também essa dificuldade de as escolas terem que escolher o que obedecer, se é o decreto municipal, o decreto estadual... A questão da intromissão nas mensalidades também foi desgastante e o Fórum atuou muito pontualmente e pôde ajudar as escolas inseridas naqueles locais onde o valor mensalidade foi alterado para dar desconto por conta do *on-line*.

Acredito que o Fórum conseguiu mostrar à sociedade e aos governantes o tamanho do empenho que o ensino *on-line* exige de uma escola, seja ela de ensino básico ou superior, o quanto de investimento e de capacitação é exigido de um professor.

O desafio do retorno presencial também foi muito grande, sobretudo para a educação básica. A escola ficou transmitindo as aulas da própria sala de aula, por isso o investimento também foi grande, pois cada sala de aula precisou ser uma sala de transmissão de aula. Isso era novidade na educação básica, mas tenho certeza de que a maior parte das escolas particulares já superaram e conseguiram vencer esse desafio. Eu penso também que temos algumas coisas para 2022 que precisamos tratar, como a questão do híbrido, que veio para ficar, então é necessário verificar as formas trazê-lo para dentro da nossa realidade, tanto no superior quanto na básica. Além disso, devemos continuar com a nossa luta, pois temos algumas coisas que continuamos acompanhando em nome do setor. Parabéns ao Fórum, obrigada a todos que nos ajudam, os colaboradores das diferentes entidades que aqui estão e obrigada também pelo apoio que eu recebo de cada um de vocês. Meu grande abraço e vamos em frente.

Gostei dessa fala. Realmente nós estamos distantes por conta da pandemia, mas nunca estivemos tão unidos e isso é o que importa. Vamos ouvir agora a opinião da Lúcia Teixeira, que compartilhará conosco como o Sindicato das Entidades de Estabelecimentos das Mantenedoras de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) analisa o ano de 2021.

Lúcia Teixeira: Eu pontuo como essencial essa atuação das nossas entidades e seus associados de uma forma muito colaborativa ao Fórum. Tanto os presidentes como os técnicos atuaram de forma que o Brasil vencesse essa etapa proporcionada pela pandemia. Em conjunto, nós formulamos e apresentamos ao MEC, Inep e diversos órgãos uma série de propostas de aperfeiçoamento regulatório, muitas já foram aprovadas e outras estão em estudo. Foram inúmeros encontros, os quais propusemos a desburocratização e aprimoramento de programas como o Fies e o ProUni, que são essenciais para a expansão das oportunidades de acesso à educação superior, particularmente para a população de baixa renda, que foi a mais duramente atingida pelas restrições impostas pela pandemia. Por isso, as sugestões também precisaram da constatação de quais mudanças devem ser implementadas de acordo com essa nova realidade. Não podemos manter políticas de regulação que não contemplem normas de respeito à autonomia, organização acadêmica, à

regionalidade de cada instituição e que não elimine o excesso de burocracia. Sendo assim, essa ação conjunta, atuou junto aos governos estaduais e foi decisiva, de forma que pudéssemos voltar com a presencialidade das aulas práticas, essencialmente na área de saúde, no ano passado, para que os estudantes não fossem afetados. Depois, voltamos com outros cursos, respeitando, obviamente, o distanciamento e normas que fomos os primeiros a procurar educar e ajudar, inclusive, as comunidades no entorno, de forma que a pudéssemos redimensionar e nos reinventar.

Acredito que isso foi essencial porque propusemos também soluções para enfrentar a crise, não apenas em cada instituição associada, mas também a crise brasileira, e isso evidenciou o papel social, a importância e o impacto da educação superior particular no Brasil. Na verdade, as nossas instituições foram as primeiras a voltar e interagir com o seu compromisso de formar cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento do país. Creio que isso foi de uma relevância fundamental em termos de educação nesse período da pandemia e deixou evidente que nós não podemos voltar aos modelos anteriores que usávamos, porque muito já foi alcançado; nós pudemos ter esse espírito inovador das mudanças sociais, tecnológicas e do mercado de trabalho que foram aceleradas nesse contexto que vivemos. Então, esse trabalho de

forma colaborativa entre instituições e entidades dentro do Fórum, foi essencial para as mudanças que seriam necessárias e que foram maturadas.

Agradeço a todos que estiveram conosco nesse protagonismo para mantermos o acesso à permanência e à transformação. Todos foram agentes de mudanças e tivemos ferramentas poderosas para formar a futura sociedade.

Lúcia, excelente abordagem, principalmente ao trazer à tona o papel social das instituições com muita criatividade. Agora, quero ouvir a visão do professor Rui Otávio Bernardes de Andrade acerca do ano de 2021.

Rui Otávio Bernardes de Andrade: Neste momento em que fazemos a análise sobre o que aconteceu no setor educacional no ano de 2021, eu fico lembrando do idealismo de alguns que nos deixaram neste último ano, mas esse idealismo fez com que existisse o Fórum, e eu estava pensando em como o idealismo produz bons resultados. Isso é muito interessante, pois hoje nós temos aqui a oportunidade de enfrentarmos juntos os problemas que cada uma das nossas associações e instituições enfrentam. Enfrentar sozinho

é uma coisa, enfrentar em conjunto, ouvindo opiniões e podendo compartilhar, é outra.

A maioria das pessoas presentes aqui são de associações nacionais. A professora Lúcia e eu representamos um setor um pouco diferente, pois estamos no “chão de fábrica”, ou seja, estamos no contato direto com as instituições de ensino, e eu creio que a experiência da professora Lúcia é a mesma que a minha, que é a grande importância que tem tido o Fórum ao nos ajudar a colaborar nessa atividade sindical. Os dois últimos anos têm sido de muita dificuldade no relacionamento com professores, estudantes e funcionários administrativos e é muito importante quando os sindicatos podem contar com a colaboração, com opiniões diferentes e a solidariedade nas reivindicações que nós precisamos fazer, inclusive, consta o exemplo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que foi necessário movermos e o sindicato foi fundamental nisso, através, até mesmo, da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), com participação muito importante também do professor Paulo Cardim.

A Confenen tem um papel significativo, pois é ela que nos viabiliza legalmente como sindicatos para reivindicarmos aquilo que tem como última instância a questão judicial. Creio que existem outras coisas ainda para falarmos

no futuro, a respeito de perspectivas, mas, por ora, vou me restringir aqui. Ressalto novamente a existência do Fórum, a saudade que deixam aqueles que idealizaram isso no passado e essa oportunidade que nós temos de, juntos, entidades nacionais e sindicais, podermos colaborar para que o setor educacional consiga atingir os seus objetivos de uma educação segura, de uma educação consistente e que conduza à formação da cidadania brasileira. Isso me enche o coração de alegria. Vamos nessa!

É muito bom ouvi-lo, professor Rui. Realmente, é um ano que deixará muitas saudades das pessoas que se foram. É importante que façamos homenagem àqueles que perderam a vida por conta do coronavírus, mas que deixaram uma trajetória linda e brilhante no ramo educacional. Bom, uma análise muito interessante: nós percebemos na fala de todos os dirigentes a importância da articulação e atuação do Fórum de forma a valorizar o mercado e a educação superior no nosso país. Agora, peço que cada um de vocês escolha uma palavra para definir o ano de 2021 e, com base nessa palavra, o que espera para 2022.

Lúcia Teixeira: Eu acredito que em 2022 nós continuaremos falando em futuro, híbrido e nessa construção coletiva, pois creio que é uma junção de inovação e colaboração.

O ensino híbrido é considerado a educação do futuro, mas nós já estamos vivendo agora, ou seja, educação e futuro são temas que estão presentes no nosso dia a dia. É importante focar nesses temas, que serão cruciais, já que teremos eleições também, e reafirmar essa força do ensino superior particular, redefinindo a nossa atuação em meio a essas transformações.

Então, essa resiliência e colaboração em termos da educação do futuro híbrida continuará, já que somos efetivas guardiãs da força motriz do país no contexto educacional, cultural e espiritual da nossa sociedade, porque as nossas instituições, nossas entidades, são ambientes de ideias, de produção e de transmissão de conhecimento, que mantém essa relação com a grande complexidade social que vivemos na economia e política, no cenário nacional e global. Por isso, cabe também a nós, que fazemos esse laboratório e aprendemos diariamente junto com nossos professores, alunos e gestores, essa relação com os dirigentes, até mostrar a eles os caminhos e a relação com a própria sociedade contemporânea, mostrando a relevância do ensino superior

particular e seu papel transformador que, na verdade, impacta junto com o ensino público, a fim de que todos tenham qualidade, possam acolher e resolver os nossos problemas sociais.

Amábile Pácios: Pensando em 2021 e 2022, acredito que a minha palavra é resiliência no sentido físico, ou seja, esticamos ao máximo e não perdemos a natureza. Nós não nos perdemos, não nos deformamos e conseguimos retornar. A perspectiva para 2022 é de resiliência também. Vamos continuar nos esticando ao máximo e não vamos perder a nossa natureza.

Podemos até retornar de uma forma diferente, mas é importante que não percamos o principal objetivo, esses são os princípios que também regem o ensino privado brasileiro.

Paulo Chanan: Minha palavra é anseio. Anseio por algumas vertentes, como a manutenção da avaliação virtual naquilo que for possível, que já conhecemos; anseio para que os normativos provisórios, naquilo que foi bem-sucedido, seja transformado em definitivo – isso precisa acontecer para que muitas coisas que vimos como exitosas em 2021 possam prevalecer também em

2022 e adiante; anseio de que cheguemos a um conceito definitivo sobre a questão da presencialidade, para que não haja discussão sobre estarmos falando do ensino a distância ou presencial porque, na verdade, o meu desejo é que não exista esse diferencial e que seja possível as instituições definirem limites e objetivos dentro do seu projeto o ensino a distância ou presencial, para que não precisemos falar de conceitos dentro desse processo e voltemos a falar em educar, da maneira que o nosso projeto possibilita. Então, essa é a minha palavra de anseio e de expectativa para que tudo isso se realize em 2022 e que tenhamos um ano de mais tranquilidade. Tivemos muitos sobressaltos e, dentro dessa ideia do anseio, que políticas públicas venham para trazerem financiamentos estudantis, inclusão de mais pessoas na educação superior e uma abrangência maior no ensino de uma maneira geral.

Arthur Sperandéo: Eu sigo com a mesma palavra da Amábile. Com relação a 2020 e 2021, a palavra foi resiliência, luta, batalha e saudosismo pelos nossos amigos que se foram. Agora, em 2022, cabe ao Fórum o seguinte: é a hora desse país assumir um projeto de Estado com o aprendizado da pandemia. O Chanan e a Lúcia trouxeram várias coisas, como a educação e inserção social para o futuro desse país, e isso passa por hibridismo, regulação, avaliação virtual,

financiamento, enfim, passa por tudo aquilo que construímos. Nós já discutimos exaustivamente no Fórum, em outras associações e outros fóruns o projeto da educação brasileira como um projeto de Estado, então essa é a chance que este governo tem de implementar uma política de Estado para o futuro da educação desse país. Cabe a nós, Fórum, cabe a nós, seguimento, lutarmos intensivamente por isso, como fizemos em 2021 e reforçando para que o governo não perca essa oportunidade. Há, inclusive, uma resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) que já está pronta, muito bem escrita e que acaba com essa questão da modalidade. Sendo assim, eu acredito que o Fórum precisa ser muito incisivo no sentido de tentarmos fazer o governo ver a oportunidade que está na “mesa” para o futuro desenvolvimento dessa nação.

Celso Niskier: Para o ano de 2021 eu dou a palavra desafio e para o ano de 2022 eu dou a palavra confiança. Eu gosto dessa palavra porque ela fala da capacidade do setor de se adaptar, da capacidade do Fórum verbalizar esses anseios (palavra que o Paulo Chanan trouxe) com resiliência (palavra que a Amábile disse), com força e fé. Eu acredito que nós temos todas as condições de, em 2022, darmos o próximo passo a partir do grande desafio que enfrentamos em 2020 e 2021, e o passo certamente será na direção de modelos

inovadores, incluindo o modelo híbrido. Foi muito importante o mencionado pelo Arthur: precisamos trabalhar a questão do projeto de educação para o país. Será um ano eleitoral, portanto, será um ano em que nós incorporaremos em documentos e em relacionamentos tudo o que pensamos para o futuro da nossa educação básica e superior, e o Fórum terá um grande protagonismo junto aos candidatos.

Eu quero dizer que teremos também um ano de resiliência das instituições do ponto de vista econômico e financeiro, e precisaremos buscar parcerias necessárias com as instituições que podem ajudar o setor a se recuperar. Portanto, será um ano em que a confiança será a base da nossa atuação, porque ela se baseará em uma atuação forte e segura que foi plantada pelos que nos antecederam. Por isso, faço uma homenagem aos nomes que não estão mais entre nós, os nomes do Gabriel Mário Rodrigues, do Hermes Ferreira Figueiredo e do Antônio Veronezi, grandes líderes institucionais que participaram em determinados momentos na construção desse Fórum e que, certamente, nos deixaram um enorme legado, uma enorme responsabilidade, mas também um caminho bem iluminado, baseado em valores importantes e no princípio do empreendedorismo educacional.

Muitas vezes, as pessoas querem contar a história da educação com base em teorias do tipo de luta de classes e conflitos, de sociedades capitalistas e socialistas, mas esquecem de contar a história da educação a partir dos empreendedores individuais, como é o caso do professor Milton Teixeira Santos, do professor Gabriel e do professor Hermes. Agradeço também àqueles que fazem o dia a dia do Fórum, como o trabalho do Sólon Caldas, do Emerson Casali, do Rodrigo Capelato e do José Roberto Covac, o trabalho do Bernardo Brandão, da DGBB Comunicação e Estratégia, do Bruno Coimbra e de todos os que, efetivamente, colaboram para essa belíssima produtividade do nosso Fórum. Faço também um registro de agradecimento, que eu considero importante, às entidades que, mesmo não pertencendo ao Fórum, têm atuado em conjunto nas batalhas do Congresso Nacional. Esse registro é fundamental, pois sabemos que muitas outras entidades, que representam outros setores importantes para a educação básica e superior, têm atuação destacada, colaboraram com os resultados do setor e merecem esse agradecimento por essa união, que vai muito além do Fórum nesse momento em que nós vivemos.

A lembrança dos nomes é fundamental para as pessoas que nos acompanham, para que saibam que nós subimos em ombros de gigantes e, por isso, apesar de ainda ser complexo e cansativo, foi

tudo mais fácil porque os que nos antecederam plantaram as sementes que hoje nós colhemos.

Rui Otávio Bernardes de Andrade: Escolher uma palavra é difícil, mas acredito que todos nós estamos dizendo a mesma coisa, que é sobre o otimismo para seguir em frente. Nossa responsabilidade é muito grande, pois somos educadores. O desenvolvimento de um país depende fundamentalmente da educação que ele providencia para a formação do povo. Temos que seguir em frente, buscando os melhores caminhos para que a educação no nosso país, tanto a básica quanto a superior, que é onde nós mais concentramos a nossa atividade, mas dependemos do que vem do ensino médio e do ensino básico, com certeza. Sobre o balanço, se ficarmos destacando só os débitos, só as dificuldades, jamais seguiremos em frente. Por isso, para o balanço de 2020 e 2021 precisamos realmente olhar para os aspectos negativos, mas, principalmente, a contrapartida desses aspectos negativos é exatamente aquilo que mais nos motivou, e que creio que a palavra que todos nós aqui dissemos juntos é aprendizado.

Com toda a minha idade e experiência, eu nunca aprendi tanto na educação como nesses dois últimos anos. Confesso que aprendi demais e estou aprendendo ainda, estou olhando para o futuro de uma forma diferente.

Então, o convite é para que nos unamos cada vez mais para defender os interesses da educação superior neste país, da educação como um todo, e não pode ser um esforço isolado, não pode ter protagonismo, todos precisamos trabalhar juntos em prol da educação no nosso país.

Muito obrigada! Bom, não houve empate aqui de tantos adjetivos e palavras citadas pelos nossos dirigentes do Fórum, mas eu ressalto que o ano de 2022 será de resiliência, de muita luta, um futuro híbrido e com muito anseio, buscando a inserção social, oportunidade, gratidão, união e aprendizado. Como disse o professor Rui: “avante!”. Vamos lutar pelo nosso ensino superior, nosso ensino particular. Muito obrigada a todos.

Cabe ao MEC estabelecer a forma de atuação, as regras, os regulamentos e assim por diante, mas nós precisamos estar vigilantes, e todos falaram sobre isso aqui. Essa vigilância depende da colaboração de todos, de todas as instituições de educação neste país e do esforço de todos nós. Avante, vamos em frente, há muito a fazer e o nosso aprendizado tem sido maravilhoso.



**Associação Brasileira de Mantenedoras de
Ensino Superior (ABMES)**

SHN Quadra 01, Bloco F, Entrada A, Conjunto A, 9º andar
Edifício Vision Work & Live, Asa Norte – Brasília/DF
CEP: 70.701-060

Telefone: (61) 3322-3252
www.abmes.org.br